

2021



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS





POK
IF
pu
cw.

O Conselho de Administração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. agradece à comunidade portuária e, de um modo muito especial, aos seus colaboradores, o inestimável apoio, lealdade e colaboração.

0 INDICE

DCM.
F
per
am!

1. NOTA INTRODUTÓRIA	1
2. EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO	4
2.1. Movimento de navios	4
2.2. Movimento passageiros	7
2.3. Movimentação Global de Mercadorias	10
2.4. Movimento de Automóveis no Porto do Caniçal 2021	14
3. RECURSOS HUMANOS	16
3.1 Caraterização	16
3.2 Regime de Trabalho	22
3.3 Absentismo	23
3.4 Formação Profissional	24
3.5 Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho	24
3.6 Ação Social	26
3.7 Responsabilidade Social	26
3.8 Relações Coletivas de Trabalho e Disciplina	26
3.9 Regime Trabalho - COVID 2019	28
4. GOVERNO DA SOCIEDADE	29
4.1 Missão, Objetivos e política da empresa	29
4.2 Legislação Pertinente:	32
4.3 Identificação e Estrutura dos Órgãos Sociais	35
4.4 Funções exercidas noutras empresas/representação	36
4.5 Áreas de Tutela e Síntese Curricular dos Membros do Conselho de Administração	36
4.6 Reuniões do Conselho de Administração e decisões mais relevantes	45
4.7 Exercício de Poderes de Autoridade, por parte da APRAM, S.A.	74
4.8 Entidades Encarregadas de Auditoria Externa	75
4.9 Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais	75
4.10 Certificação legal de contas	77
5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.	78
6. INVESTIMENTOS E PROJETOS COFINANCIADOS	92
6.1 Empreitadas	92

FCh /
IF
pela
Cwf.



Relatório de Gestão e Contas - Ano 2021

0 INDICE

6.2 Estudos E ProjetoS	108
6.3 Projetos Cofinanciados	118
6.4 Equipamentos E Viaturas	121
7. CONCESSÕES/LICENÇAS	127
7.1 Licenças	127
7.2 Concessões e licenças diversas por área de jurisdição da APRAM, S.A.	128
8. PROTEÇÃO	155
8.1 ISPS (International Ship and Port Facility Code)	155
9. MARKETING e RELAÇÕES-PÚBLICAS	158
9.1 Ações de Promoção - Área Comercial	158
9.2 Coordenação dos espaços sob jurisdição da APRAM, S.A.	165
9.3 Atividades na Gare Marítima da Madeira	166
9.4 Comunicação	166
10. CLCM – Centro logístico de combustíveis da MADEIRA	169
11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	171
Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos	173
Rendimentos de Exploração	174
Gastos de Exploração	176
Estrutura dos Gastos de Exploração	177
Fundos Libertos	177
Fonte: APRAM, S.A.	178
Situação Financeira e Patrimonial	178
Fundo de Maneio	181
Rácios de Natureza Económica	182
Rácios de Natureza Financeira	183
Proposta de Aplicação de Resultados	184
Situação Perante a Segurança Social e o Sector Público Estatal	184
Perspetivas Futuras	184
12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS	188
13. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	197

PCP.
JF
per
Civ.

0 INDICE

1. Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico _____	197
2. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros 198	
3. Ativos intangíveis _____	205
4. Acordos de concessão de serviços: Concedente _____	205
5. Ativos Fixos Tangíveis _____	206
6. Custo dos Empréstimos Obtidos _____	208
7. Inventários _____	209
8. Rendimento de transações com contraprestação _____	209
9. Rendimento de transações sem contraprestação _____	211
10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes _____	214
11. Instrumentos financeiros _____	224
12. Benefícios dos empregados _____	231
13. Fluxos de Caixa _____	232
14. Fornecimento e serviços externos _____	232
15. Sector Público Estatal _____	234
16. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais _____	235
17. Honorários faturados pelo revisor oficial de contas _____	235
14. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS DE RELATO _____	236
DOR1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL _____	236
DOR2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA _____	238
DOR3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA _____	242
DOR4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS _____	247
DOR5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS _____	247
DOR5.1. Alterações Orçamentais da Receita _____	247
DOR5.2. Alterações Orçamentais da Despesa _____	252
DOR5.3. Alterações ao Plano Plurianual de Investimentos _____	255
DOR5.4. Operações de Tesouraria _____	256
DOR5.5. Contratação Administrativa - Situação dos Contratos _____	256
DOR5.6. Contratação Administrativa - Adjudicações por Tipo de Procedimento _____	265
DOR5.7. Transferências e Subsídios – Receita _____	266
DOR5.8. Transferências e Subsídios – Despesa _____	273

RF.
TF
fu
CW.



0 INDICE

Gráficos:

Gráfico 1 – Distribuição do movimento de navios por infraestrutura portuária.....	6
Gráfico 2 – Evolução do movimento de navios por infraestrutura portuária.....	6
Gráfico 3 – Distribuição dos passageiros por segmento.....	7
Gráfico 4 – Evolução mensal da movimentação de passageiros de cruzeiro no porto do Funchal – análise comparativa - período homólogo	8
Gráfico 5 – Evolução dos passageiros provenientes do segmento inter-ilhas.....	9
Gráfico 6 – Evolução do movimento global de passageiros nos portos do Funchal e do Porto Santo	9
Gráfico 7 – Movimento de mercadorias por infraestrutura portuária	10
Gráfico 8 – Evolução do movimento de mercadorias por infraestrutura portuária	10
Gráfico 9 – Evolução do movimento de mercadorias por tipologia: importação/exportação	11
Gráfico 10 - Movimento de Contentores, por tipo	11
Gráfico 11 - Movimento de contentores – cheios/vazios e importação/exportação.....	12
Gráfico 12 – Graneis Sólidos, por portos da RAM.....	13
Gráfico 13 - Graneis Líquidos, por portos da RAM.....	13
Gráfico 14 – Carga Geral Fracionada, por portos da RAM	14
Gráfico 15 – Movimento de Automóveis no Porto do Caniçal	14
Gráfico 16 – Descarga De Inertes.....	15
Gráfico 17 - Distribuição dos trabalhadores	16
Gráfico 18– Distribuição percentual dos efetivos por infraestrutura portuária.....	17
Gráfico 19 – Distribuição percentual dos efetivos por grupos profissionais	18
Gráfico 20 - Evolução da distribuição dos efetivos, por grupos profissionais	19
Gráfico 21 - Distribuição percentual dos efetivos por unidades orgânicas	20
Gráfico 22 - Distribuição do efetivo por antiguidade.....	21
Gráfico 23 - Distribuição do efetivo por estrutura etária	22
Gráfico 24 - Modalidades de Horários de Trabalho	23
Gráfico 25 - Absentismo/Motivo.....	23
Gráfico 26 - Formação Profissional	24
Gráfico 27 - Acidentes de Trabalho/Dias Perdidos	25
Gráfico 28 – Distribuição dos trabalhadores por sindicatos/não sindicalizados	27
Gráfico 29 – Distribuição dos trabalhadores por regime de trabalho – COVID 2019.....	28

Quadros:

Quadro 1 – Remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral	76
Quadro 2 - Remunerações e demais regalias sociais do Conselho de Administração	76
Quadro 3 – Orçamento inicial da APRAM, S.A.	78
Quadro 4 – Evolução do Orçamento das Receitas da APRAM, S.A.	83
Quadro 5 – Distribuição da Execução Orçamental das Receitas	87

PCB.
IF
free
Abu!

0 INDICE

Quadro 6 – Evolução do Orçamento das Despesas da APRAM, S.A.	89
Quadro 7 – Distribuição da Execução Orçamental das Despesas	91
Quadro 8 – Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	171
Quadro 9 - Rendimentos de Exploração	175
Quadro 10 - Gastos de Exploração	177
Quadro 11 - Estrutura dos Gastos de Exploração	177
Quadro 12 - Fundos Libertos	178
Quadro 13 – Situação Financeira e Patrimonial (1)	179
Quadro 14 – Situação Financeira e Patrimonial (2)	180
Quadro 15 – Fundo de Maneio	182
Quadro 16 – Rácios de Natureza Económica	182
Quadro 17 – Rácios de Natureza Financeira	183

1. Nota Introdutória

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que integra o setor empresarial da Região Autónoma da Madeira, tutelada pela Secretaria Regional de Economia.

A partir de 2012, a empresa foi reclassificada, integrando o perímetro da administração pública, condicionando as suas atividades, pelo indispensável cumprimento da legislação orçamental e financeira, no âmbito das empresas públicas reclassificadas.

Em 2020, fruto da pandemia causada pelo Coronavírus e do elevado risco de propagação da doença COVID-19 à escala global, foi aprovado, quer a nível nacional, quer regional, um conjunto de medidas e recomendações de natureza excecional e temporária, no intuito de se poder conter os seus efeitos, o que causou um forte impacto a nível económico-financeiro e social.

Assim, através da Resolução do Conselho do Governo n.º 101/2020, de 12 de março e em matéria de acessibilidade marítima à Região, foi determinada a suspensão das autorizações para a atracação de navios de cruzeiro e iates nos portos e marinas, salvo algumas exceções devidamente justificadas.

Por força da medida de suspensão das autorizações para atracação de navios e iates, a atividade operacional da APRAM, S.A. ficou praticamente reduzida aos serviços destinados a assegurar a movimentação de navios de carga nos portos do Caniçal e do Porto Santo.

Pela Resolução n.º 509/2020, de 8 de julho, o Governo Regional autorizou a acostagem e utilização de marinas, portos e fundeadouros na Região todo o tipo de embarcações exceto navios de cruzeiros.

Através da Resolução n.º 772/2020, de 16 de outubro, o Governo Regional autorizou a acostagem e fundeadouro de navios de cruzeiros nos portos da RAM, embora com alguns condicionamentos e constrangimentos operacionais.

1. Nota Introdutória

Somente a partir desta data, conhecida e avaliada a situação pandémica e as condições de operacionalidade do Porto do Funchal, o qual foi, entretanto, preparado para a receção de cruzeiros, em articulação com a Secretaria Regional da Saúde e Proteção Civil, se reiniciou a atividade de cruzeiro no porto do Funchal, ainda que de forma lenta e pouco expressiva.

A partir do último trimestre do ano de 2021, a retoma significativa da atividade de navios de cruzeiro, ainda que com ocupações reduzidas, provocou um incremento no movimento de passageiros nos portos do Funchal e de Porto Santo já digno de registo.

O número de escalas no referido trimestre, rondou valores próximos dos registados antes da pandemia, com o porto do Porto Santo a destacar-se num registo de escalas de navios de cruzeiro nunca alcançado. Facto que se prende com a retoma mais acelerada das companhias com navios mais pequenos e do mercado de luxo e expedição.

A RAM importa 95% do seu consumo, representando o transporte marítimo de mercadorias 99% do mercado. Exporta parte da sua produção, em especial, no segmento de produtos tradicionais (frutas, com especial relevância para a banana, madeira de eucalipto e vinho).

O principal porto comercial de mercadorias da RAM é o porto do Caniçal. Iniciou a sua atividade em 2005 e dispõe de instalações preparadas para a movimentação e operação da carga convencional, de contentores, graneis sólidos e líquidos.

A segurança marítima, patrimonial e de pessoas e bens, a implementação de mecanismos que asseguram e otimizam a eficiência das operações portuárias e de programas de monitorização ambiental e sanitária, a concretização de uma política setorial adequada às atuais necessidades da população e a aposta na continuação de manter os portos da RAM com condições de excelência para a receção dos cruzeiros, norteou grande parte a execução de investimentos adicionais aos contidos em Orçamento e Plano para 2021, em especial com abertura de um novo terminal do cais

1. Nota Introdutória

norte do Porto do Funchal, devidamente equipado com RX para controlo de passageiros e bagagens.

Em 2021 a APRAM, S.A. conseguiu um cash flow de exploração de 2,595 M€.

A formalização recente do Cluster Marítimo da Macaronésia, envolvendo um conjunto alargado de entidades públicas e privadas da Madeira, Açores e Canárias, constitui uma “plataforma de entendimento e comunhão de interesses”, sendo que a APRAM, S.A. é parceira em projetos de interesse comum, nomeadamente o projeto Ecomarports, estudo das correntes meteo-oceanográficas, entre outros.

Ainda de referir que, após a implementação em abril de 2019 da plataforma logística JUL – Janela Única Logística, com o propósito de maior simplificação de procedimentos logístico portuários, a APRAM, S.A., ao longo de 2020 juntamente com a autoridade nacional, a DGRM, as autoridades locais, as restantes administrações portuárias e os stakeholders do sector, desenvolveu-se novas funcionalidades permitindo cumprir o previsto no Regulamento (UE) 2019/1239 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, que estabelece um ambiente europeu de plataforma única para o setor marítimo.

Durante 2021 foi dada continuidade aos trabalhos de desenvolvimento das funcionalidades contratadas e ainda não concluídas.

2. Evolução do Movimento Portuário

2. EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO PORTUÁRIO

2.1. Movimento de navios

Com a abertura oficial dos portos e marinas da Região em 16 de outubro de 2020, perspetivou-se o recomeço da atividade portuária regular para a nova temporada de cruzeiros, antecipando-se uma boa retoma já no segundo semestre de 2021.

O Governo Regional, através do Secretaria Regional da Saúde e Proteção Civil (SRS), redefiniu novas regras sanitárias, agilizando os processos de entrada, circulação e saída dos turistas, incluindo normas para trabalhar com a indústria de cruzeiros, nomeadamente, pela indicação de circuitos para embarque e desembarque e circulação de passageiros dos cruzeiros, nesta importante porta de entrada na Região.

Face à política de gestão dos portos espanhóis e outros portos do corredor atlântico, fechados em “bolha” com cruzeiros internos, no final do primeiro trimestre de 2021, a APRAM lançou o repto aos agentes e armadores de cruzeiros para a criação de um itinerário Madeira-Açores que nos permitisse retomar a atividade de cruzeiros de imediato.

A 10 de junho, num período ainda crítico da pandemia na Europa, iniciamos as operações de cruzeiros, com um conjunto de operações de turnaround com um navio do operador Mistyc Cruises com passageiros de origem essencialmente da Alemanha. Resultou numa operação de sucesso, possibilitando à APRAM dar a conhecer à indústria de cruzeiros, que se encontrava excelentemente preparada para dar resposta ao mercado, cumprindo escrupulosamente todas as regras sanitárias.

Em 2021, os movimentos de passageiros de cruzeiro ficaram aquém dos números registados em 2019 ou nos anos anteriores. Em contrapartida, o número de escalas no global dos portos do porto do Funchal e Porto Santo, mostraram que a Região conseguiu alcançar números próximos aos registados no passado, com especial enfoque num ano em que Porto Santo registou 12 escalas de navios de cruzeiro num curto espaço de tempo, entre outubro de dezembro de 2021.

2. Evolução do Movimento Portuário

Por outro lado, os iates, veleiros, navios de carga e outras embarcações continuaram a utilizar os portos da Madeira para abastecimentos, descanso e mudança de tripulações. No ano de 2020 vimos um movimento expressivo nesta tipologia de navios, repetindo-se em 2021.

De destacar que a atividade da Porto Santo Line, Lda, teve um impulso face ao ano transato, mantendo a tendência que se verificara em 2020 com os madeirenses a fazer férias cá dentro, em especial no verão, mas também com alguma expressão ao longo de todo o ano.

De referir, ainda, que o Governo Regional criou um incentivo (subsídio aos passageiros), que, entendemos, potenciou e incentivou as deslocações inter-ilhas.

O porto do Caniçal teve uma evolução positiva, durante o ano de 2021. A retoma de um conjunto de atividades na Região de forma faseada, mas dinâmica, essencialmente naquelas ligadas ao turismo, permitiu criar expectativas de crescimento do mercado. A dinamização de eventos turísticos, cartazes da Madeira, particularmente, as Festas da Flor e do Vinho, que decorreram em simultâneo, em outubro de 2021, relançaram a economia regional, na justa medida, mantendo sempre as medidas sanitárias que se imponham face ao estado pandémico que se vivia à data.

Em 2021 escalaram os Portos da Região Autónoma da Madeira 1 063 navios, correspondendo a uma média diária de 2,9 navios.

O porto do Funchal, vocacionado para navios de passageiros, contou com 439 escalas.

No porto do Caniçal atracaram 240 navios de mercadorias, incluindo 28 navios no Centro Logístico de Combustíveis da Madeira (CLCM), maioritariamente navios de cabotagem insular com obrigações de serviço público.

Ainda no que se refere a transporte de carga, atracaram 24 navios no Terminal dos Socorridos.

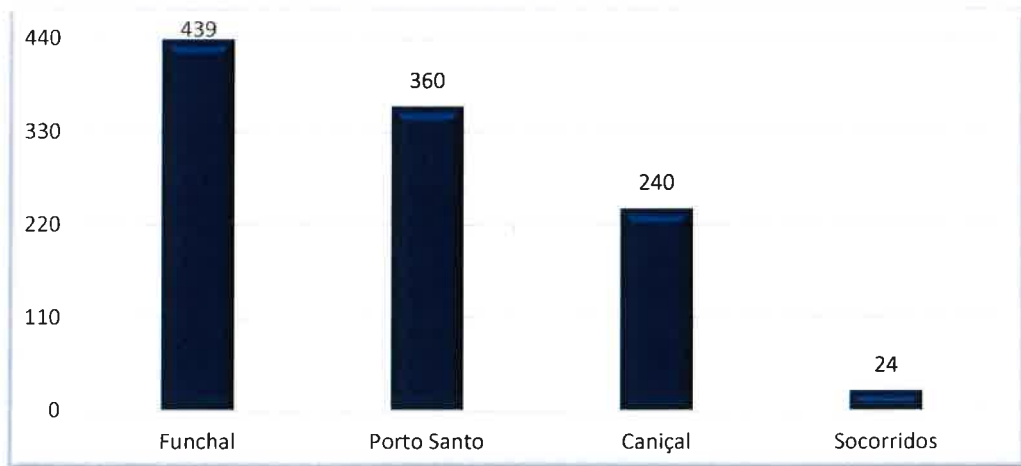
No porto do Porto Santo, verificaram-se 360 escalas, sendo quase na totalidade do navio de transporte de passageiros e mercadorias da linha regular entre a Madeira e o Porto

Handwritten notes:
 P.H.
 J.F.
 J.P.
 C.M.

2. Evolução do Movimento Portuário

Santo e esporadicamente algumas escalas de graneleiros, para além do navio quinzenal porta-contentores, este em cumprimento das obrigações do serviço público de cabotagem insular.

Gráfico 1 – Distribuição do movimento de navios por infraestrutura portuária

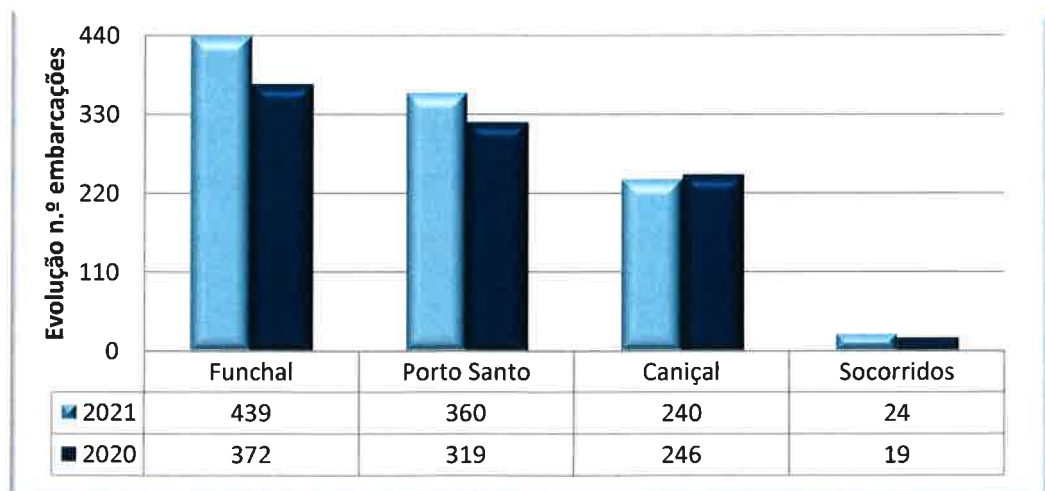


Fonte: APRAM, S.A.

Comparativamente ao ano de 2020, verificou-se um acréscimo global de 107 escalas (+ 11,2%).

A análise comparativa do movimento global de navios, que atracaram nos portos da RAM, por infraestrutura portuária, encontra-se no gráfico 2:

Gráfico 2 – Evolução do movimento de navios por infraestrutura portuária



Fonte: APRAM, S.A.

POE.
IF
pcc
am.



2. Evolução do Movimento Portuário

Contamos com mais 67 navios no Porto do Funchal, 41 no Porto do Porto Santo, menos 6 no Porto do Caniçal e mais 5 no Terminal Cimenteiro dos Socorridos.

2.2. Movimento passageiros

Em 2021 o movimento global de passageiros nos portos da RAM foi de 630 192 passageiros, distribuídos pelos portos do Funchal e do Porto Santo.

Por segmento de mercado:

Navios de cruzeiro – 117 289¹;

Tráfego Regional – 514 072²;

Gráfico 3 – Distribuição dos passageiros por segmento



Fonte: APRAM, S.A.

No ano de 2021 passaram pelo Porto do Funchal 113 navios de cruzeiro, com 114 767 passageiros, registando uma média de 1 016 passageiros por escala. Assinala-se o embarque de 1 623 passageiros e o desembarque de 1 842 passageiros, resultado de 13 operações de navios de cruzeiro em turnaround, parcial ou total, no porto do Funchal, das companhias Mistyc Cruises e MSC.

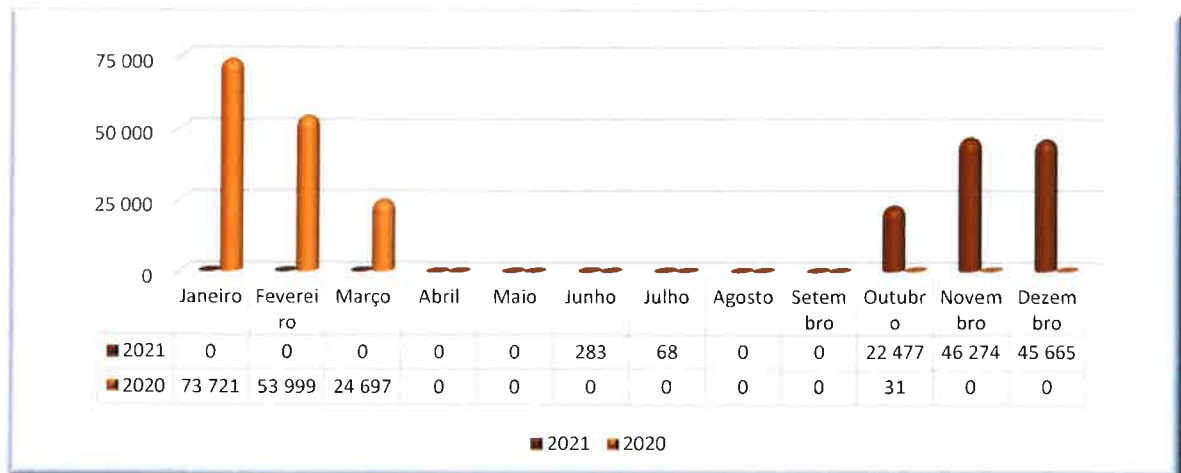
¹ Inclui passageiros embarcados, desembarcados e em trânsito.

² Inclui embarque e desembarque nos portos do Funchal e Porto Santo.

2. Evolução do Movimento Portuário

Assinala-se o interesse crescente das companhias nos turnaround no Funchal, tendo-se verificado um número nunca registado na Região, correspondendo ao esforço comercial e operacional que foi feito para capacitar o Porto do Funchal para receber este tipo de operações, com terminais devidamente dotados e equipados, quer no Cais Sul (Gare Marítima da Madeira) quer no Cais Norte, com a construção novo terminal, inaugurado a 26 de outubro de 2021.

Gráfico 4 – Evolução mensal da movimentação de passageiros de cruzeiro no porto do Funchal – análise comparativa - período homólogo



Fonte: APRAM, S.A.

Mantiveram-se os mercados emissores de passageiros de cruzeiro no ano de 2021, que destacamos:

Mercado alemão: 54 861 passageiros, i. é, 47,8% do total de passageiros (1 066 em embarque e desembarque);

Mercado inglês: 39 697 passageiros, i. é, 34,7% do total de passageiros (168 em embarque e desembarque).

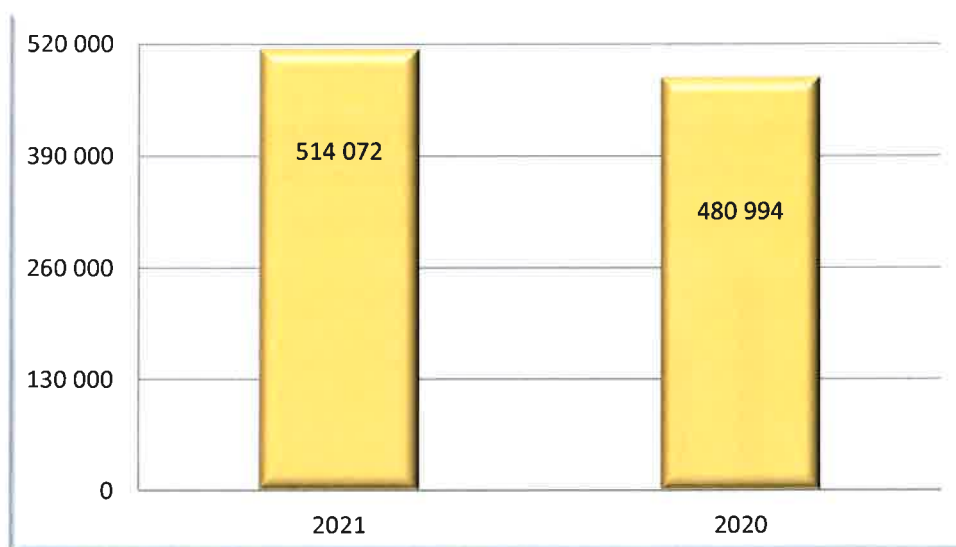
Em termos comparativos com o ano de 2020, houve um decréscimo de 35 159 passageiros de navios de cruzeiro nos portos da Região.

2. Evolução do Movimento Portuário

Quanto aos passageiros do tráfego regional inter-ilhas, verificou-se um acréscimo global de 33 078 (16 539 em cada porto).

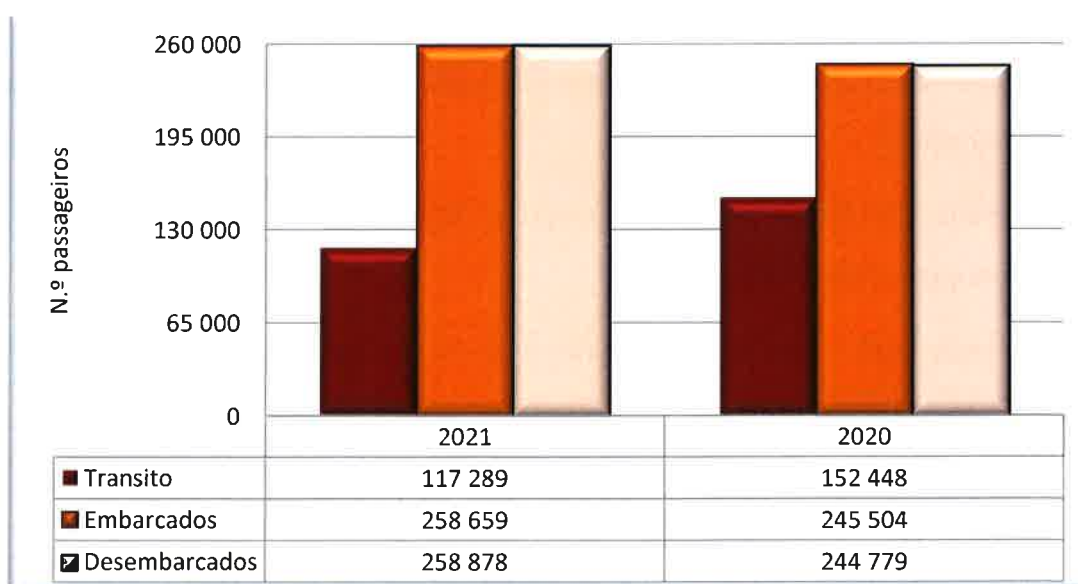
A evolução global dos passageiros pode ser observada no gráfico infra:

Gráfico 5 – Evolução dos passageiros provenientes do segmento inter-ilhas



Fonte: APRAM, S.A.

Gráfico 6 – Evolução do movimento global de passageiros nos portos do Funchal e do Porto Santo



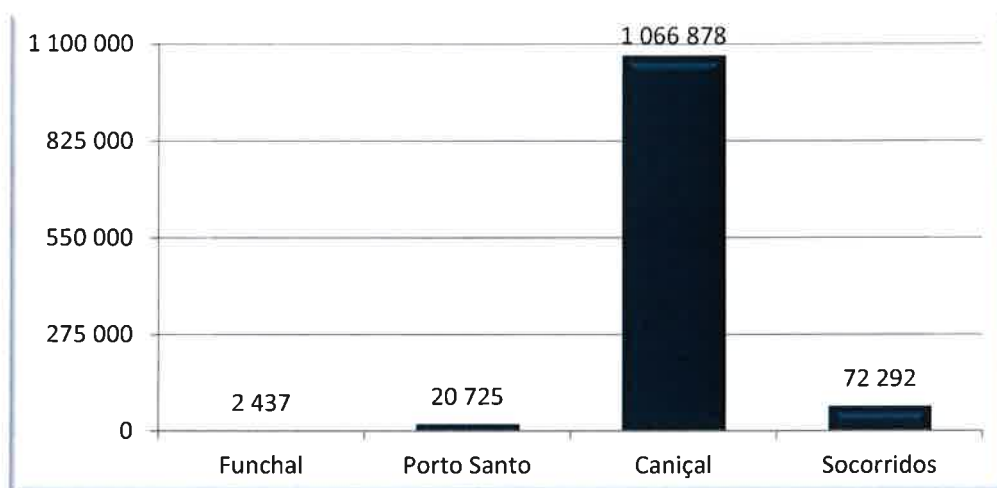
Fonte: APRAM, S.A.

2. Evolução do Movimento Portuário

2.3. Movimentação Global de Mercadorias

No ano de 2021 foram movimentadas 1 162 332 toneladas nos portos da RAM, conforme discriminação no gráfico infra:

Gráfico 7 – Movimento de mercadorias por infraestrutura portuária

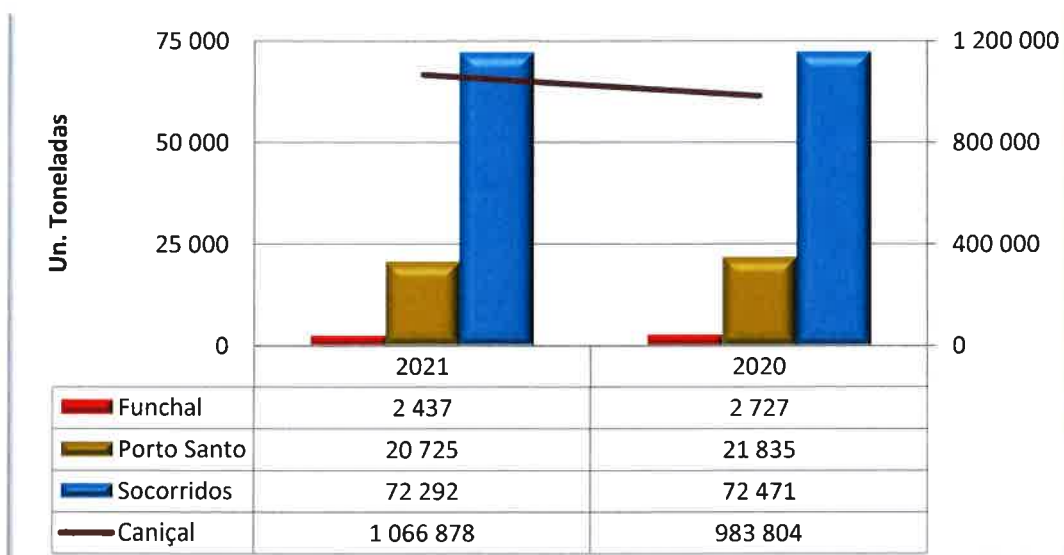


Fonte: APRAM, S.A.

Comparativamente ao ano anterior, verificou-se uma variação positiva de 8% na movimentação global de carga, ou seja, foram movimentadas mais 81 557 toneladas.

A análise comparativa do movimento de mercadoria nas infraestruturas portuárias da RAM, referente aos anos 2020 e 2021, encontra-se no gráfico infra:

Gráfico 8 – Evolução do movimento de mercadorias por infraestrutura portuária



Fonte: APRAM, S.A.

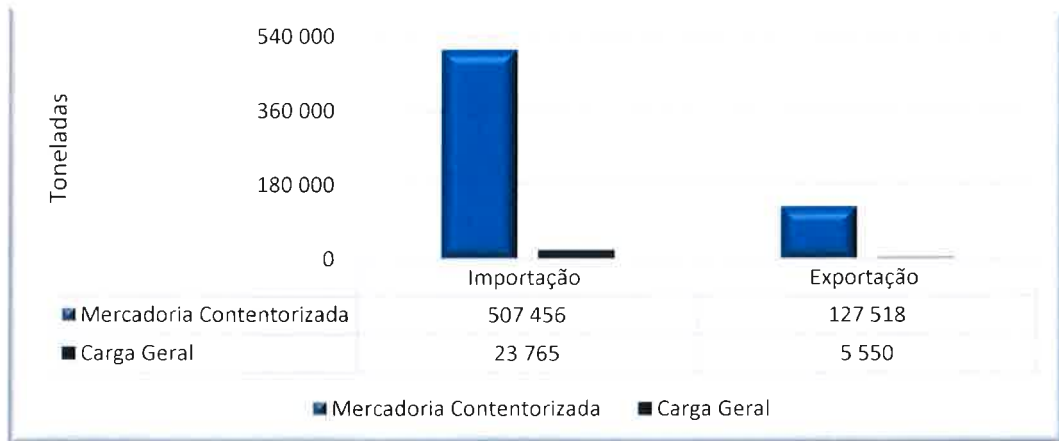
7000
TF
by
An.



2. Evolução do Movimento Portuário

No gráfico infra, apresentamos a comparação da movimentação de mercadorias, classificadas por tipologia e por importação/exportação:

Gráfico 9 – Evolução do movimento de mercadorias por tipologia: importação/exportação

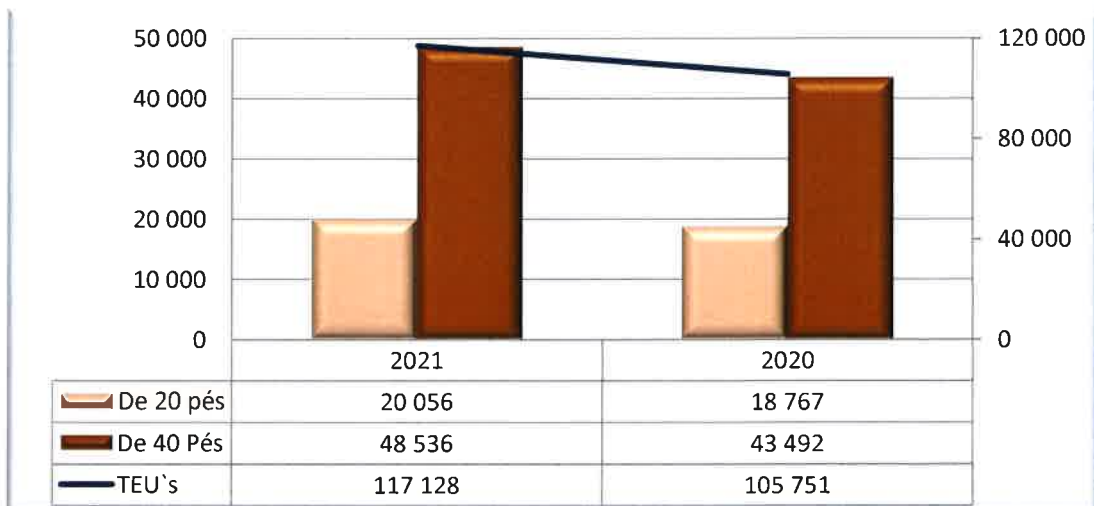


Fonte: APRAM, S.A.

Na análise comparativa da movimentação de contentores 2020-2021, verificamos um acréscimo global de 10% (+ 6 333 unidades), resultante de um crescimento de 7%, nos contentores de 20' e de 12%, nos contentores de 40'.

Em termos globais, a movimentação de contentores, expressa em TEU's, apresenta um aumento de 10%, relativamente aos valores de 2020 (+ 11 377 TEU's), conforme se pode verificar no gráfico infra:

Gráfico 10 - Movimento de Contentores, por tipo



Fonte: APRAM, S.A.

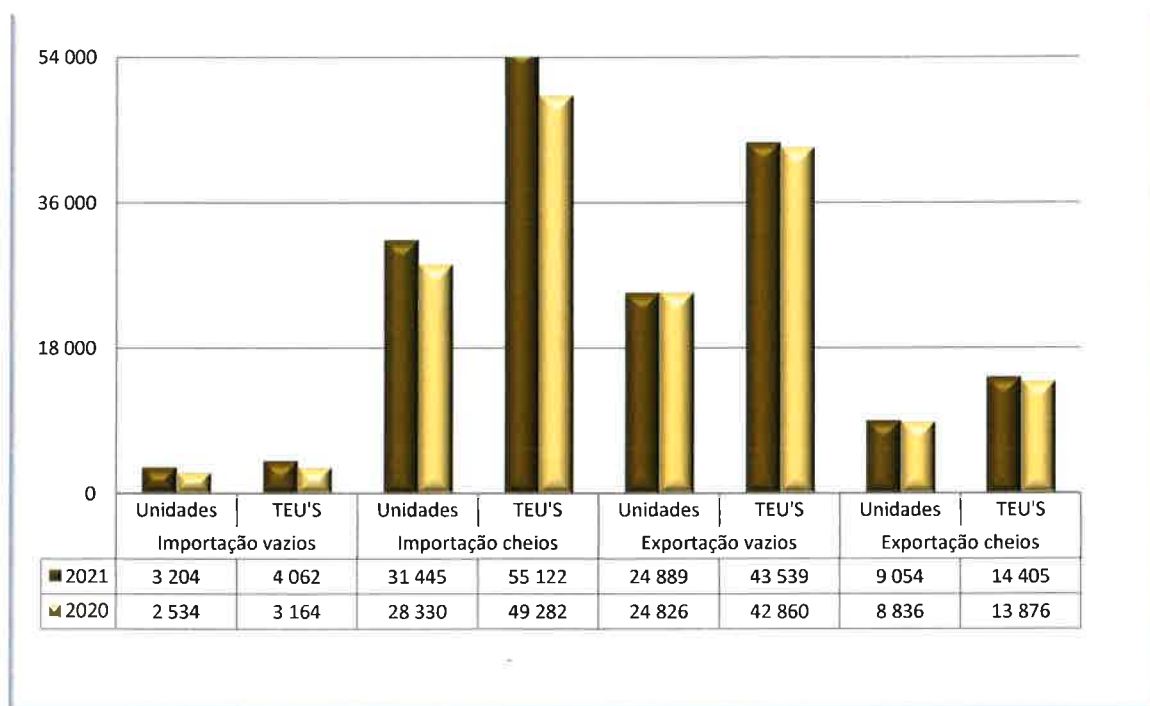
PCR.
IF
para
ab.

2. Evolução do Movimento Portuário

Referência para o movimento de contentores cheios/vazios e sua relação com a importação/exportação: 91% dos contentores importados foram cheios, enquanto na exportação só 25% foram cheios, espelhando o desequilíbrio do transporte de carga no âmbito da cabotagem insular, correspondendo às características do mercado e do movimento portuário da RAM.

No gráfico infra, apresentamos os indicadores com maior detalhe:

Gráfico 11 - Movimento de contentores – cheios/vazios e importação/exportação

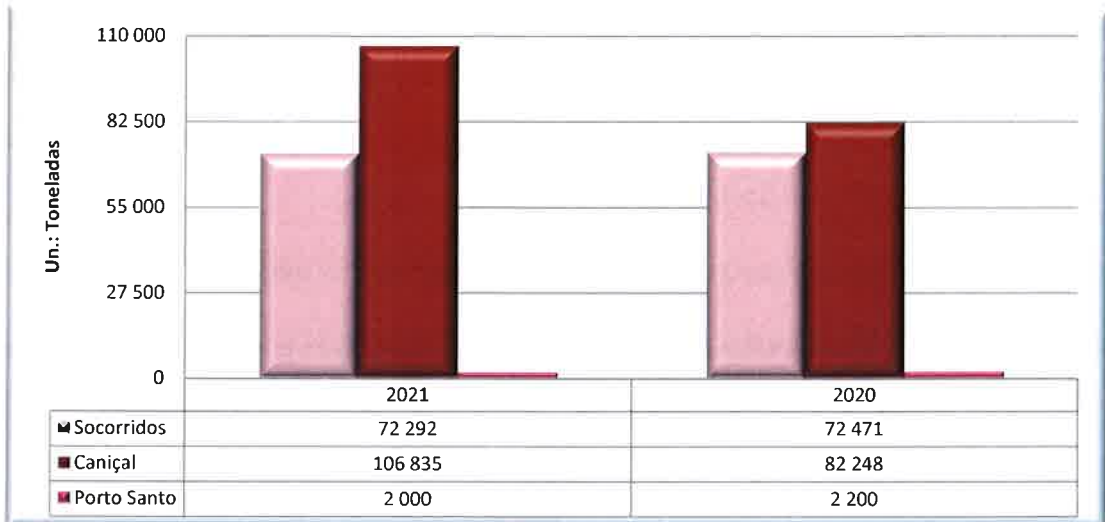


Fonte: APRAM, S.A.

A importação de graneis sólidos sofreu um aumento de 24 208 toneladas, comparativamente a 2020, sendo a sua distribuição por infraestrutura portuária a seguir indicada:

2. Evolução do Movimento Portuário

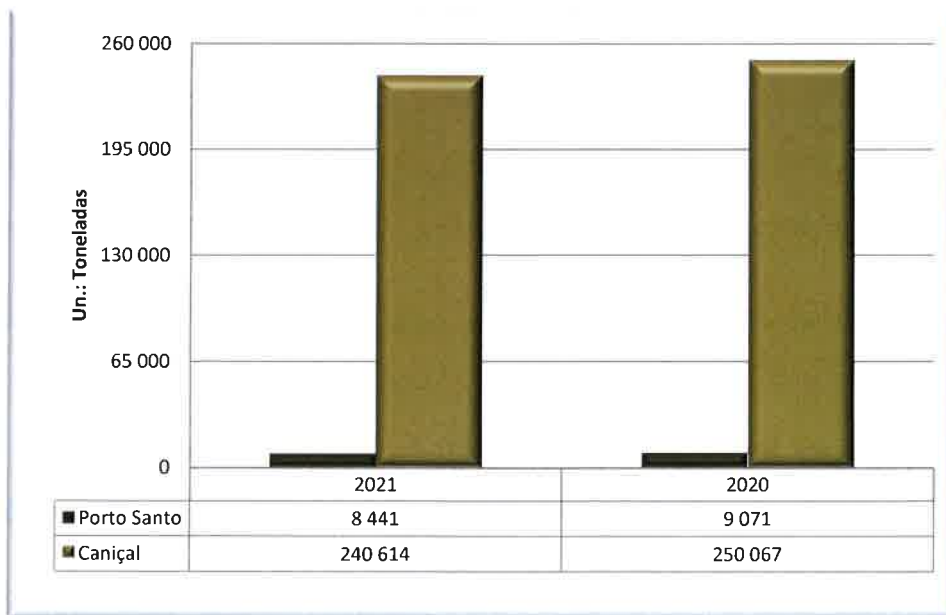
Gráfico 12 – Graneis Sólidos, por portos da RAM



Fonte: APRAM, S.A.

A descarga de graneis líquidos registou um decréscimo em 2021, de 10 083 toneladas, comparativamente ao ano anterior.

Gráfico 13 - Graneis Líquidos, por portos da RAM



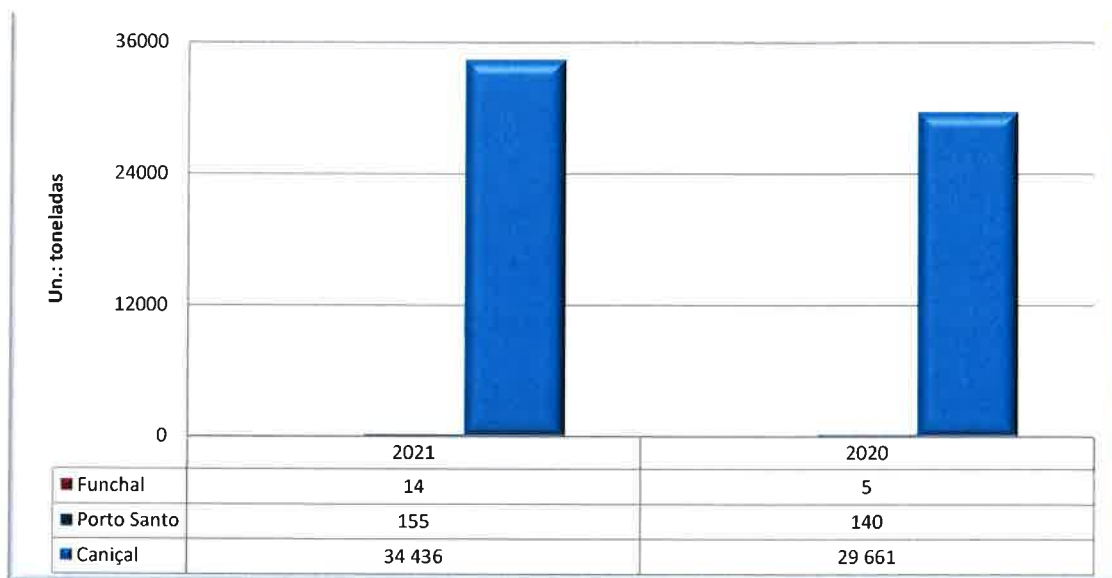
Fonte: APRAM, S.A.

A carga geral fracionada é inexpressiva face ao movimento global de mercadorias, verificando-se um aumento de 4 802 toneladas na movimentação efetuada nos portos da RAM, a que corresponde um acréscimo de 15% em comparação com o ano de 2020:

*PCF.
IF
per
Cov.*

2. Evolução do Movimento Portuário

Gráfico 14 – Carga Geral Fracionada, por portos da RAM

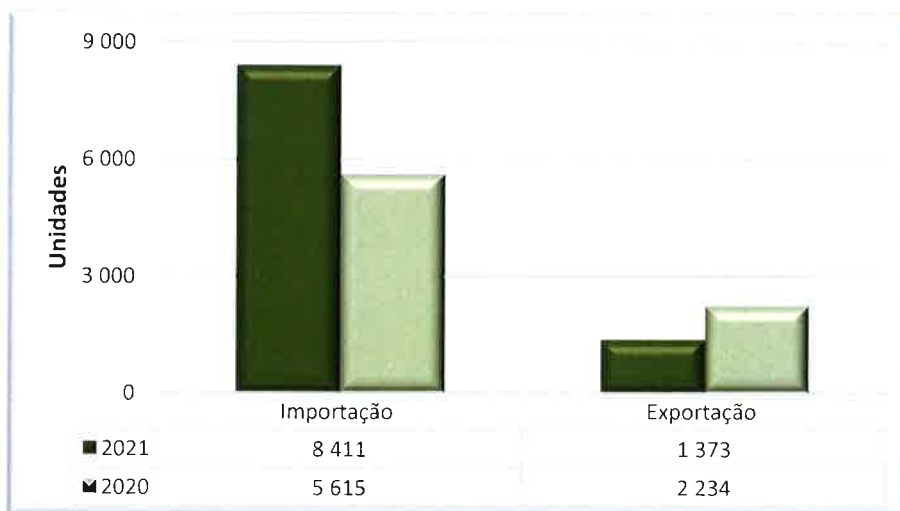


Fonte: APRAM, S.A.

2.4. Movimento de Automóveis no Porto do Caniçal 2021

No ano de 2021 o número de veículos importados foi de 8 411, que representou um acréscimo de 50%, quando comparado com o ano anterior. Relativamente ao número de veículos que saíram da Região, registou-se um decréscimo de 38,5% (- 861 unidades que no ano anterior).

Gráfico 15 – Movimento de Automóveis no Porto do Caniçal



Fonte: APRAM, S.A.

PCH.
TF
fly
Ami:

2. Evolução do Movimento Portuário

Extração de Inertes

Nos terminais marítimos do Porto Novo e Anjos, sob jurisdição da APRAM, S.A. procedeu-se à descarga de inertes num total de 152 459 toneladas, representando um decréscimo de 40 993 toneladas.

Gráfico 16 – Descarga De Inertes



Fonte: APRAM, S.A.

PCF.
IF
per
Ow.

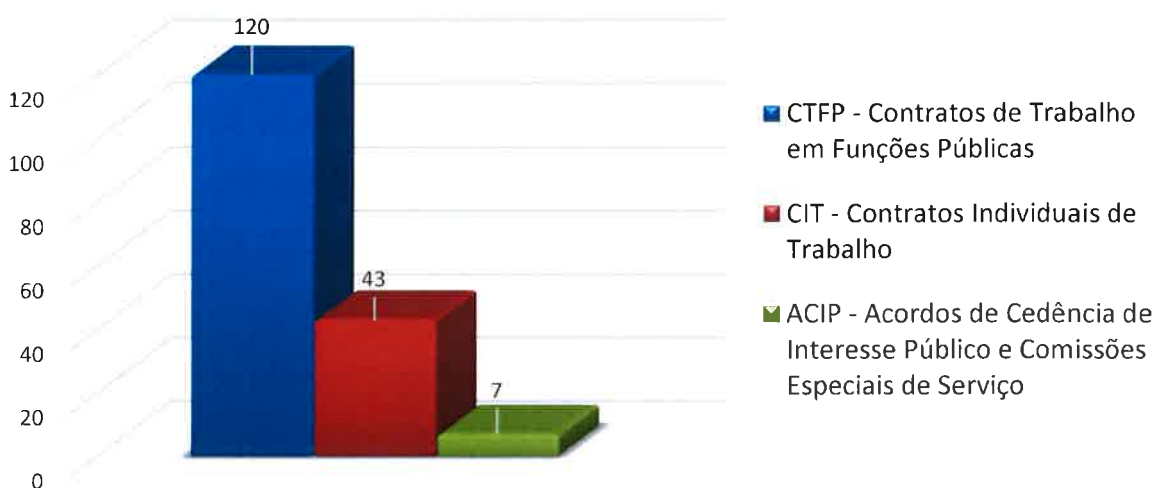
3. Recursos Humanos

3. RECURSOS HUMANOS

3.1 Caracterização

O efetivo total da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A. (APRAM, S. A.) em 31 de dezembro de 2021 era de 170 trabalhadores, com a distribuição por vínculos e regimes laborais, conforme gráfico *infra*:

Gráfico 17 - Distribuição dos trabalhadores



Fonte: APRAM, S.A.

No desempenho de funções nos serviços da APRAM, S. A., encontram-se 167 trabalhadores:

- 118 transitaram dos organismos que antecederam a APRAM, S.A. e são trabalhadores em regime de contrato de trabalho em funções públicas;
- 42 são contratados em regime de contrato individual de trabalho, sendo destes 2 em regime de contrato de trabalho a termo;
- 7 trabalhadores desempenham funções na APRAM, S.A. nos seguintes termos:
 - 3 trabalhadores em regime de Contrato de Trabalho em Comissão de Serviço (Diretor de Operações Marítimo-Portuárias, Diretora de Planeamento e Investimentos e Diretora de Recursos Humanos);

PCM.
IF
fale
CMT.



3. Recursos Humanos

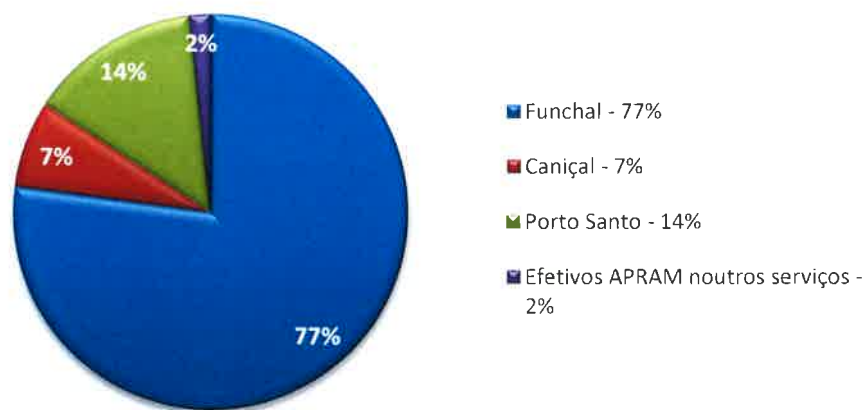
- 1 trabalhador em regime de Comissão Especial de Serviço, regulado pelos artigos 145.º e 146.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 90/2015, 29 de maio; e
- 3 trabalhadores ao abrigo de Acordos de Cedência de Interesse Público (2 dos quais, membros executivos do Conselho de Administração).

O quadro de pessoal da APRAM, S.A. a 31 de dezembro de 2021 correspondia a 163 efetivos, sendo que 3 destes trabalhadores encontravam-se a desempenhar as suas funções noutros organismos e empresas da Região Autónoma da Madeira, a saber: Madeira Parques Empresariais, S.A., Sociedades de Desenvolvimento da Madeira (Sociedade Metropolitana de Desenvolvimento, S.A., Ponta do Oeste – Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S.A., Sociedade de Desenvolvimento do Norte da Madeira, S.A. e Sociedade de Desenvolvimento do Porto Santo, S.A.) e Direção Regional da Cultura.

De realçar um aumento global de 2,52% no quadro de pessoal da APRAM, S.A., na última década (2011/2021). Em 2021 registou-se ainda um saldo positivo de 10 trabalhadores ao serviço da APRAM, S.A., consolidando-se as entradas e as saídas verificadas.

A distribuição geográfica dos efetivos, por concelho, foi a seguinte:

Gráfico 18– Distribuição percentual dos efetivos por infraestrutura portuária



Fonte: APRAM, S.A.

FCP.
IF
C.M.V.

3. Recursos Humanos

Nas infraestruturas portuárias sitas no Funchal desempenham funções 131 trabalhadores, correspondente a 77% do efetivo total da empresa, embora exista pessoal que, por força das funções desempenhadas, se desloque a todas as infraestruturas portuárias dos Portos da Região Autónoma da Madeira (tripulações, pessoal técnico de pilotagem, eletricitas e pessoal de apoio técnico às operações marítimo e portuárias).

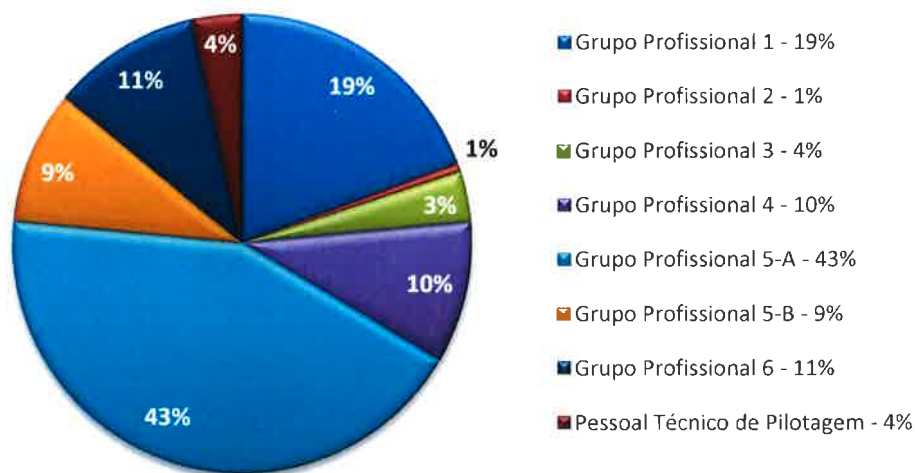
No Caniçal desempenham funções 12 trabalhadores, com funções de coordenação, administrativas e operacionais, representando 7% do efetivo da empresa.

No Porto Santo, desempenham funções 24 trabalhadores, representando 14% do efetivo da empresa.

Desde a rescisão do contrato de concessão com a empresa 33/16 – Assistência Náutica, a APRAM, S. A. assumiu a gestão direta da marina do Porto Santo, e desta forma garante todo o apoio aos iatistas com respetivos reportes às entidades oficiais.

A distribuição do efetivo global, por grupo profissional é a indicada nos gráficos *infra*:

Gráfico 19 – Distribuição percentual dos efetivos por grupos profissionais



Fonte: APRAM, S.A.

70h.
TF
04
CW.

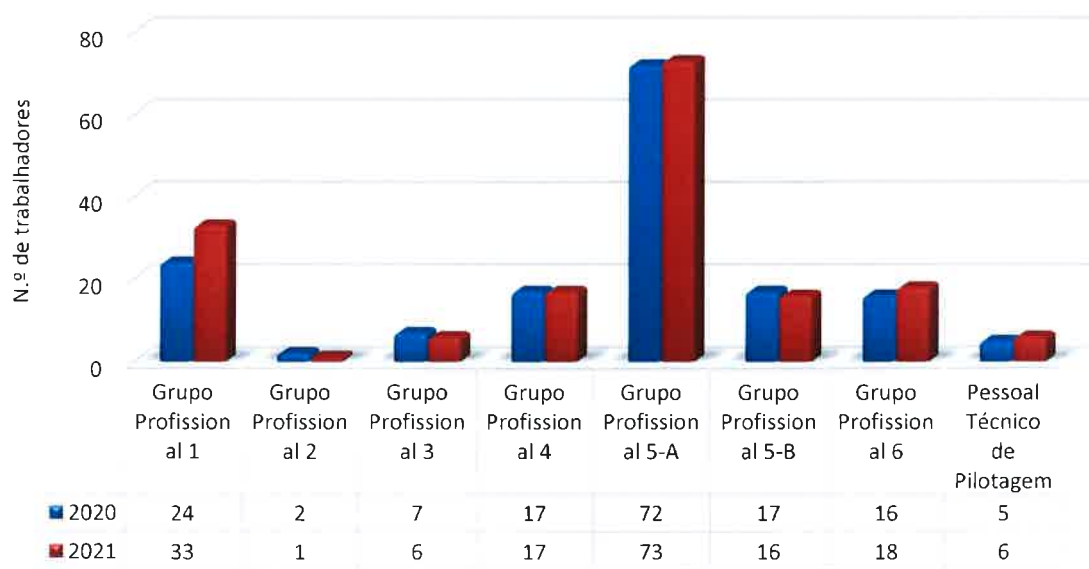


3. Recursos Humanos

Sendo que, em cada um dos grupos profissionais referidos, estão presentes na APRAM, S.A. trabalhadores com as seguintes carreiras:

- GP1 - Técnicos superiores e Consultores Jurídicos;
- GP2 – Carreira Oficial da Marinha Mercante;
- GP3 - Adjunto Técnico e Contramestre;
- GP4 - Motorista marítimo, Mestre de Tráfego Local, Tesoureiro e Técnico de Informática;
- GP5 A – Técnico Auxiliar, Agente de Exploração, Operador de Equipamento Portuário, Fiel de Depósito, Técnico Administrativo e Operário Qualificado;
- GP5 B – Marinheiro, Operador de Cais e Ajudante de Motorista Marítimo;
- GP6 – Telefonista rececionista, Auxiliar de Serviços, Motorista Ligeiros, Guarda Portuário e Cantoneiro de Limpeza;
- PTP – Pessoal técnico de pilotagem.

Gráfico 20 - Evolução da distribuição dos efetivos, por grupos profissionais

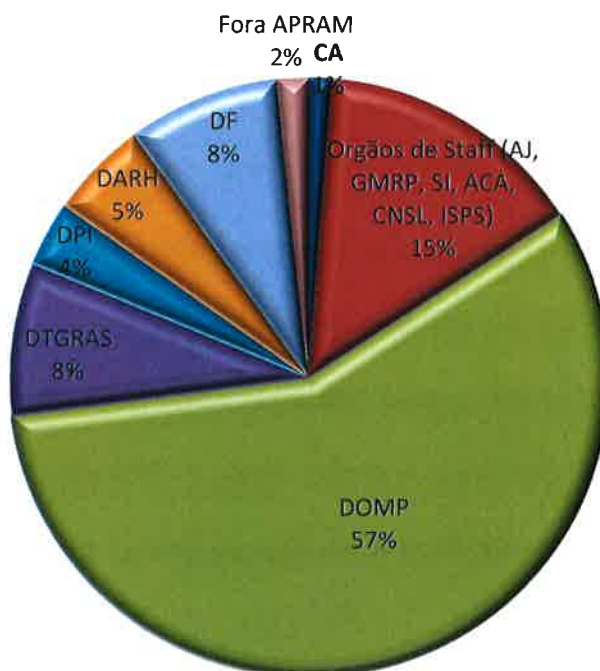


Fonte: APRAM, S.A.

PCP
IF
ou
com-

3. Recursos Humanos

Gráfico 21 - Distribuição percentual dos efetivos por unidades orgânicas



Fonte: APRAM, S.A.

A distribuição dos efetivos por unidades orgânicas, plasmada no gráfico *infra*, espelha a predominância da Direção de Operações Marítimas e Portuárias, onde estão incluídos a maioria dos trabalhadores (97) com predominância nas funções de cariz operacional.

Em termos de movimentação de pessoal, em 2021 verificaram-se:

- **5 saídas** motivadas por:
 - 1 falecimento;
 - 3 aposentações;
 - 1 transferência para a APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A., nos termos previstos nos artigos 14.º/5 e 25.º da Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro, adaptada à Região Autónoma da Madeira pela Portaria n.º 97/2001, de 29 de agosto.

PCP.
TF
Cw-

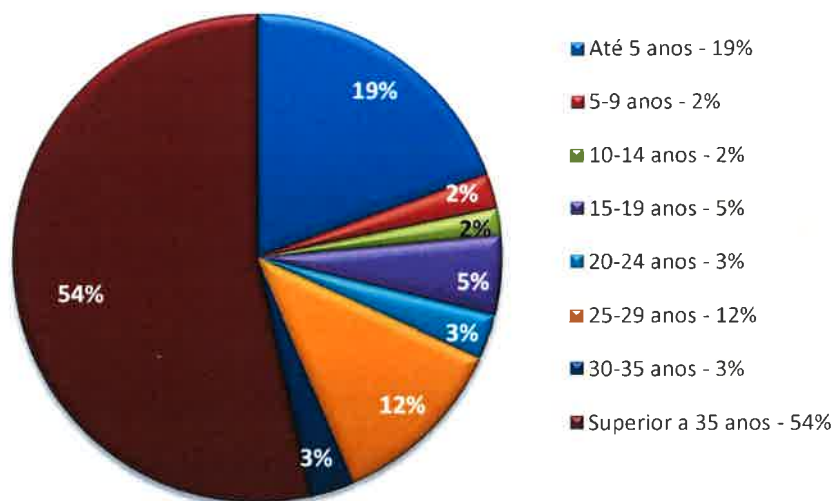


3. Recursos Humanos

- **15 admissões** distribuídas nos seguintes termos:
 - 1 Contrato de Trabalho em Comissão de Serviço;
 - 11 Contratos Individuais de Trabalho (sendo 9 Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado e 2 Contratos de Trabalho a Termo);
 - 1 Acordo de Cedência de Interesse Público;
 - 1 Comissão Especial de Serviço;
 - 1 regresso após licença sem vencimento de longa duração.

O saldo traduziu-se em 10 trabalhadores no universo global da APRAM, S.A..

Gráfico 22 - Distribuição do efetivo por antiguidade



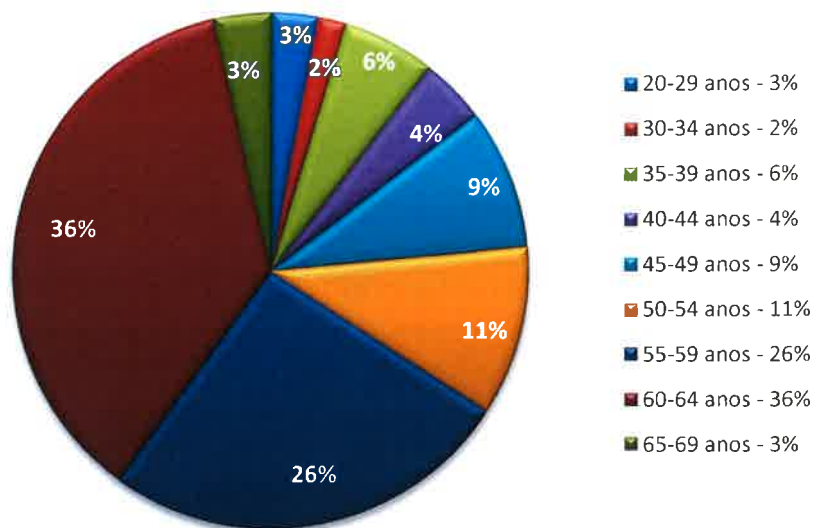
Fonte: APRAM, S.A.

A antiguidade do efetivo é bastante elevada: 69% tem uma antiguidade média igual ou superior a 25 anos, dos quais 54% com uma antiguidade superior a 35 anos, caracterizando o envelhecimento do efetivo da APRAM, S.A.

PCP.
IF
FIM
Cub.

3. Recursos Humanos

Gráfico 23 - Distribuição do efetivo por estrutura etária



Fonte: APRAM, S.A.

A estrutura etária encontra-se em linha com a antiguidade, ou seja, 76% do efetivo tem uma idade igual ou superior a 50 anos, dos quais 39% tem uma idade igual ou superior a 60 anos.

Todavia, há a salientar que as admissões efetuadas contribuíram para o rejuvenescimento do quadro de pessoal, verificando-se um incremento na faixa etária entre os 35 e 39 anos de idade, acompanhado de um decréscimo assinalável na faixa etária entre os 55 e 59 anos de idade.

3.2 Regime de Trabalho

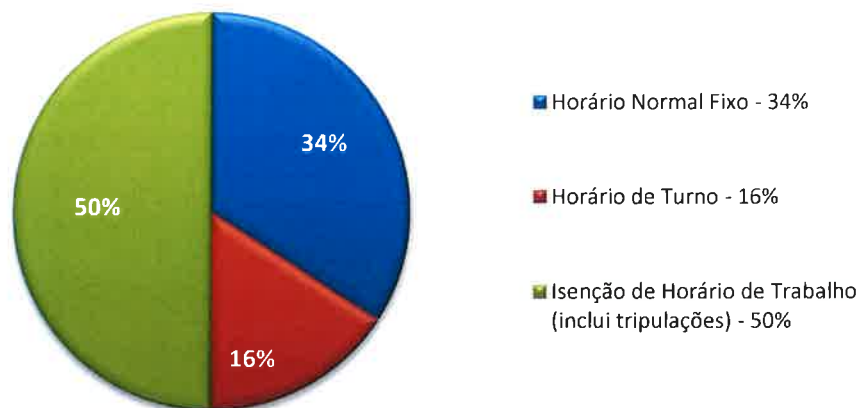
A especificidade do regime de trabalho, no que concerne à tipologia dos horários praticados, resulta da permanente necessidade de adequar o capital humano à atividade portuária de modo a manter operacionais e em segurança todas as infraestruturas portuárias sob responsabilidade da APRAM, S.A., 24 horas por dia, nos sete dias da semana.

PSL.
IF
Ave.



3. Recursos Humanos

Gráfico 24 - Modalidades de Horários de Trabalho



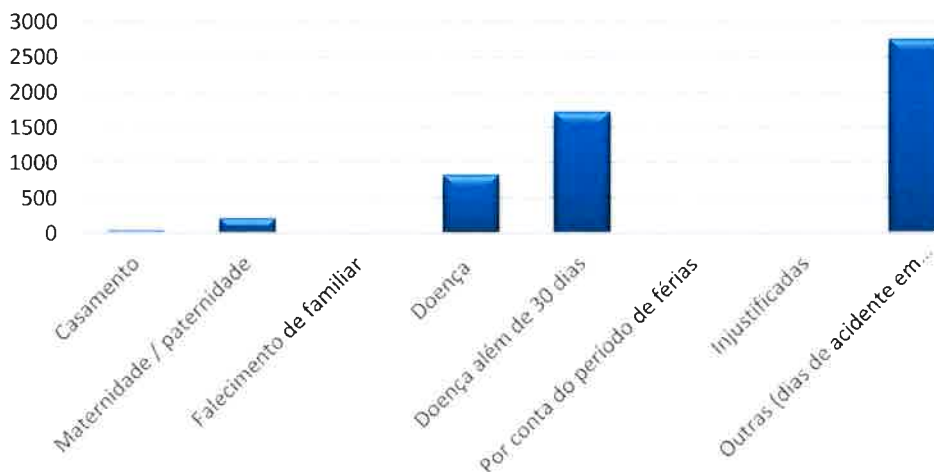
Fonte: APRAM,

No regime de isenção de horário de trabalho, para as tripulações e pessoal técnico de pilotagem, está incluída a modalidade de compensação por trabalho aos sábados, domingos e feriados.

3.3 Absentismo

O número de dias de faltas por doença foi de 2549 dias. Para este valor contribuíram significativamente 2 trabalhadores que se encontram na situação de junta médica por doença prolongada que, no decurso de 2021, não prestaram qualquer dia de serviço.

Gráfico 25 - Absentismo/Motivo



Fonte: APRAM, S.A.

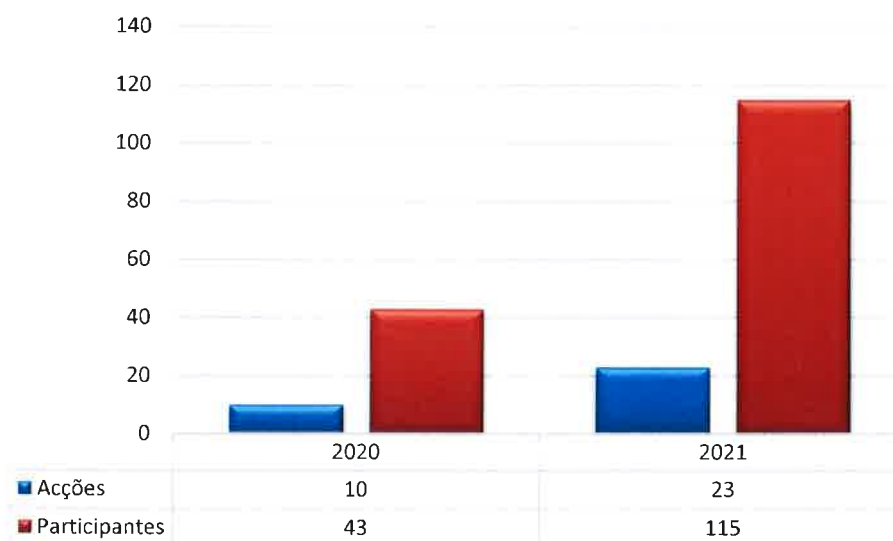
PCk.
IF
fun
anr.

3. Recursos Humanos

3.4 Formação Profissional

Dando continuidade ao Plano de Formação da APRAM, S.A., numa forte aposta na valorização e atualização técnica de conhecimentos dos seus trabalhadores, no ano 2021, foram realizadas 23 ações de formação – 16 internas e 7 externas, com um total de 115 participantes e 1 172,5 horas de formação. Verificou-se uma taxa de participação de 69% do efetivo.

Gráfico 26 - Formação Profissional



Fonte: APRAM, S.A.

O ano de 2021 pautou-se por um aumento, quer no número de participantes, quer no número de ações de formação profissional ministradas pela APRAM, S.A.,

3.5 Higiene, Segurança e Medicina no Trabalho

Neste ano, deu-se continuidade ao cumprimento dos imperativos legais em matéria de segurança, prevenção e medicina no trabalho. Foram realizados 263 exames médicos no âmbito da medicina no trabalho, os quais incluíram exames auxiliares de diagnóstico (visio teste, ECG...).

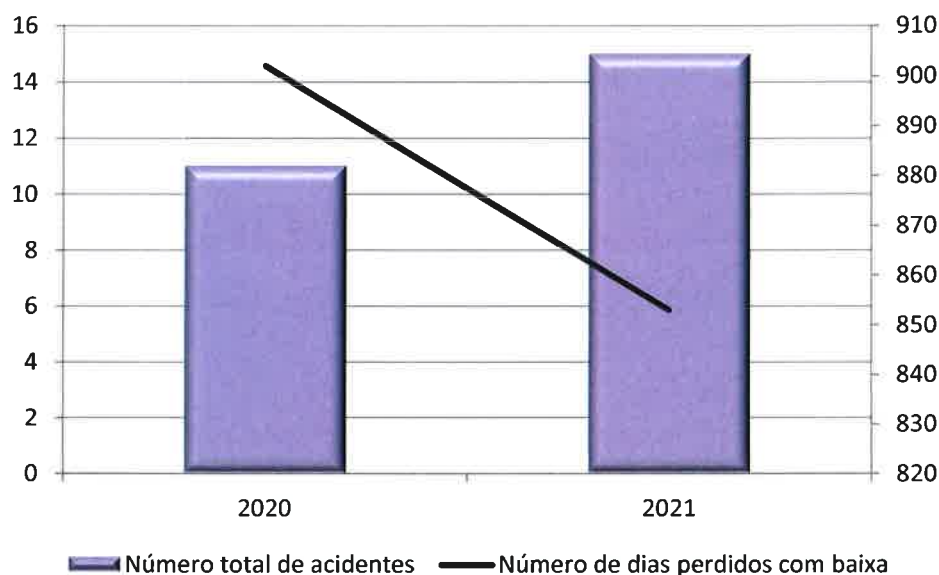
PCP.
IF
#lu
Cm.



3. Recursos Humanos

Foi também assegurada a testagem para efeitos de controlo da alcoolemia, em consonância com o Regulamento Interno vigente. Foram submetidos a controlo 32 trabalhadores, sem que tenham sido detetados testes positivos.

Gráfico 27 - Acidentes de Trabalho/Dias Perdidos



Fonte: APRAM, S.A.

Verificou-se um aumento no número de acidentes de trabalho. Porém, dos 15 acidentes de trabalho, apenas 3 resultaram numa ausência superior a 60 dias (518 dias), o que corresponde a um decréscimo em face ao verificado em 2020.

Todos os trabalhadores da APRAM, S.A. sem exceção, estão cobertos, nos termos da lei, por um seguro de acidentes de trabalho assegurado pela Lusitânia Companhia de Seguros.

O quadro de pessoal da empresa integra ainda 2 trabalhadores portadores de deficiência.

A nível de doenças profissionais, não existe nenhum caso a assinalar.

PCR.
IF
for
an.

3. Recursos Humanos

3.6 Ação Social

Mantiveram-se as situações previstas na lei, ou seja, a atribuição da bonificação por deficiência, subsídio mensal vitalício, incluindo o complemento extraordinário de solidariedade.

3.7 Responsabilidade Social

A APRAM, S.A. possibilitou a realização de estágios curriculares a alunos dos estabelecimentos de ensino a seguir indicados:

- Escola Secundária Francisco Franco (1 estagiário);
- Programa Estágios de Verão-Direção Regional Juventude (2 estagiários).

3.8 Relações Coletivas de Trabalho e Disciplina

A participação dos trabalhadores da APRAM, S.A. em matérias laborais tem sido efetuada principalmente através das associações sindicais representativas do setor, tendo-se realizado vários contactos entre a APRAM, S.A. e os sindicatos representados na empresa, no decurso de 2021.

Esta relação estreita justifica que as administrações portuárias do Continente e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, através da APP - Associação dos Portos Portugueses, tenham negociado a celebração de um instrumento de regulamentação coletiva de trabalho com o SNTAP - Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias.

Assim, nos mesmos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado entre as administrações portuárias do Continente e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias, a APRAM, S. A. celebrou um Acordo de Empresa com o SNTAP - Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias, publicado no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, III Série, n.º 17, de 3 de setembro de 2018.

708
TF
P
Cw.

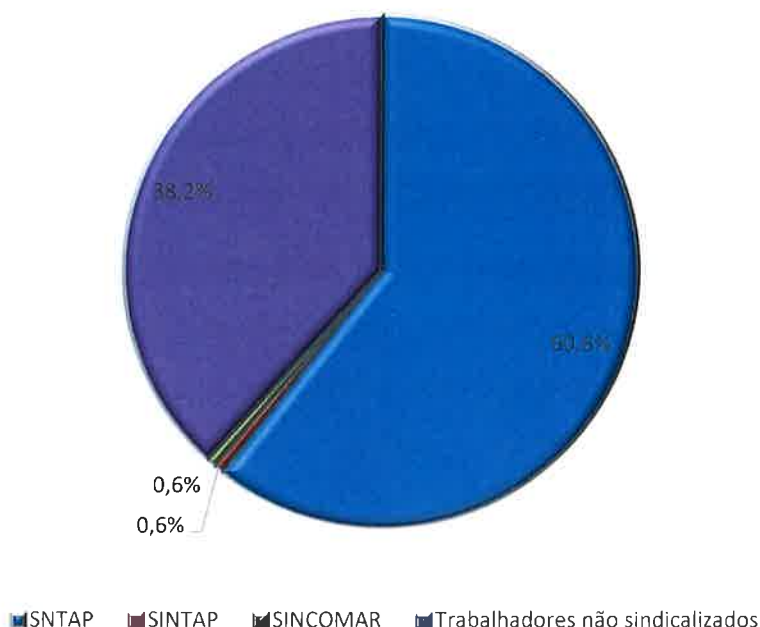


3. Recursos Humanos

Foi efetuada a revisão do mencionado Acordo de Empresa que se acha publicada no Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira, III Série, de 20 de setembro de 2019, em alinhamento com a revisão do acordo coletivo de trabalho, celebrado entre as administrações portuárias do Continente e o SNTAP - Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias.

Os trabalhadores que não são filiados no SNTAP - Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias, única associação sindical outorgante do Acordo de Empresa vigente, puderam utilizar a prerrogativa de escolha da convenção coletiva aplicável, dentro dos condicionalismos previstos no artigo 497.º do Código do Trabalho.

Gráfico 28 – Distribuição dos trabalhadores por sindicatos/não sindicalizados



Fonte: APRAM, S.A.

Do efetivo, 105 trabalhadores são sindicalizados, o que representa uma taxa de sindicalização de 61,8% e, destes, 103 são filiados no SNTAP – Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias, 1 no SINTAP – Sindicato dos

PCR.
TF
#U
CW

3. Recursos Humanos

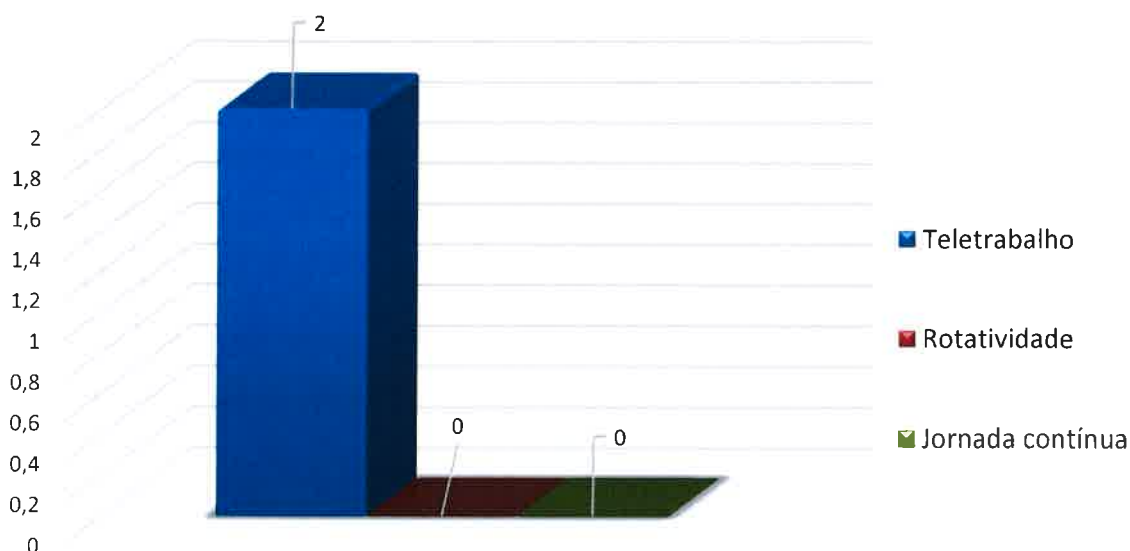
Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos e 1 no SINCOMAR - Sindicato de Capitães e Oficiais da Marinha Mercante.

3.9 Regime Trabalho - COVID 2019

Em cumprimento com as sucessivas orientações emanadas do Conselho do Governo Regional da Madeira, ao longo do ano de 2021, verificou-se um recurso ocasional às várias modalidades de organização do tempo de trabalho (rotatividade, jornada contínua e teletrabalho) como estratégia mitigadora da pandemia.

Todavia, tendo por referência 31 de dezembro do mencionado ano, apenas se mantinham em regime de teletrabalho 2 trabalhadores, conforme patenteado no gráfico *infra*:

Gráfico 29 – Distribuição dos trabalhadores por regime de trabalho – COVID 2019



Fonte: APRAM, S.A.

4. Governo da Sociedade

4. GOVERNO DA SOCIEDADE

Este capítulo dá cumprimento ao dever de informação, previsto no regime jurídico do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira.

A adoção de uma estrutura de Governance, em consonância com a estratégia da empresa no âmbito do setor das empresas de interesse económico geral, o cumprimento das obrigações de serviço público e com as orientações de gestão emanadas pelo acionista, assente na transparência, controlo e eficiência, é considerada uma das questões fundamentais para a sustentabilidade da APRAM, S.A.

4.1 Missão, Objetivos e política da empresa

O enquadramento jurídico da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. é dado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23 de agosto. Em 2014 a APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., integrou o setor público empresarial da Região Autónoma da Madeira, sob a forma de EPR – Empresa Pública Reclificada.

Apresenta-se com a designação comercial de Portos da Madeira e tem por objeto social a administração e gestão dos portos (Funchal, Caniçal e Porto Santo), terminais (Porto Novo, Praia Formosa, Socorridos), cais (Machico, Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Calheta, Porto Moniz, Ponta do Sol, Santa Cruz, Madalena do Mar, Seixal, Porto da Cruz, Paul do Mar) e marinas (Funchal e Porto Santo) da Região Autónoma da Madeira sob a sua área de jurisdição.

No âmbito das suas competências e atribuições, inclui o planeamento, o desenvolvimento, a construção, a conservação e a exploração económica/financeira.

Compete-lhe, ainda, o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária na Região Autónoma da Madeira, em prol do desenvolvimento sócio económico da RAM.

Tendo presente o objeto social, as obrigações de serviço público e as atribuições que foram cometidas à APRAM, S.A., esta tem por:

PCB.
IF
des
un.

4. Governo da Sociedade

Missão: Administrar as infraestruturas portuárias, de modo a assegurar o acesso e a circulação de pessoas e bens por via marítima, com qualidade, eficácia e eficiência económica e operacional, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Autónoma da Madeira.

Valores:

- Qualidade - Procurar a excelência na sua atuação, esforçando-se diariamente por uma prestação de serviço qualificada, tendo por base os meios e tecnologia existentes;
- Segurança - Garantir a segurança da vida humana, a preservação do ambiente e dos ecossistemas marinhos e a proteção da propriedade;
- Atitude – Atuar, de forma articulada, com o contributo dos colaboradores, no sentido de cumprir com a missão da organização e satisfazer as expectativas de todos os parceiros;
- Inovação – Encorajar e premiar a inovação, a criatividade e a proatividade na vida da organização, de modo a assegurar um desenvolvimento sustentado da atividade.

Os diversos instrumentos, estratégias e programas existentes, são aproveitados pela APRAM, S.A. e demais parceiros, para melhoria e otimização dos níveis de serviço e da capacidade competitiva da RAM, em especial no que respeita à:

- Contribuição da empresa para o desenvolvimento económico da Região Autónoma da Madeira;
- Posicionamento como autoridade portuária;
- Atuação numa lógica de negócio na gestão das suas infraestruturas;
- Envolvimento e criação de sinergias com os parceiros de negócio, em particular com a comunidade portuária;
- Segurança portuária.

PCB.
IF
BU
CWR.



4. Governo da Sociedade

Em 2021, a APRAM foi tutelada pela Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares até agosto de 2021. Desde então, é tutelada pela Secretaria Regional da Economia.

O ano de 2021 caracterizou-se por uma retoma, embora ainda inexpressiva, da economia regional, após a quebra abrupta verificada em 2020, fruto da pandemia COVID 19. As estatísticas refletem esta retoma quer no número de passageiros de cruzeiros quer no movimento de mercadorias nos portos da RAM, com especial destaque para o aumento substancial de passageiros de cruzeiros quando comparado com 2020.

Os objetivos estratégicos, de cariz plurianual, a desenvolver pela APRAM, S.A. sustentam-se nas seguintes premissas:

- Orientações de gestão gerais emanadas pelo acionista;
- Gestão articulada com a tutela³ em termos de orientações de gestão, de planeamento e de financiamento partilhado do investimento;
- Sustentabilidade da atividade desenvolvida, com crescente ênfase na segurança marítimo-portuária e na qualidade;
- Eficiência económica da atividade portuária e política de investimentos consentânea com obrigações de serviço público, orientada para a criação de condições para o abastecimento regular à RAM.

Deste modo, as orientações de gestão para o sistema portuário regional são marcadas, do ponto de vista macro, por um posicionamento estratégico da concretização dos seguintes Objetivos Estratégicos:

- Reforçar a competitividade dos Portos da Madeira, relevando a sua centralidade atlântica no segmento do mercado de cruzeiros;
- Participar ativamente na promoção do desenvolvimento sustentado da Região;

³ Esta gestão partilhada do investimento deve-se ao facto da APRAM, S.A. ser uma EPR, tratada como serviço e fundo autónomo.

4. Governo da Sociedade

- Assegurar as melhores práticas de atuação, que reforcem a segurança e promovam a proteção da propriedade e do ambiente;
- Promover a sustentabilidade económico-financeira da Administração dos Portos enquanto garante da prestação de serviços de interesse económico geral;
- Desenvolver uma gestão valorativa do capital humano.

4.2 Legislação Pertinente:

A complexidade do enquadramento legal condiciona a atividade da empresa, aplicando-se regulamentação tão diversa quanto, a título de exemplo, matérias relacionadas com segurança, ambiente, financiamento comunitário, contratação pública, seguros, regime do setor empresarial da Região Autónoma da Madeira, estatuto do gestor público, legislação laboral (desde o regime jurídico do trabalho portuário, CIT, contrato de trabalho em funções públicas), Regulamentos de Inscrição Marítima, concessões e licenciamentos.

Alguns regulamentos, pela sua relevância, podem ser consultados no sítio da APRAM, S.A. www.portosdamadeira.com.

Descrição sumária da legislação aplicável ao sector:

- Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1/07, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M, de 23/08: transforma a Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira em APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e aprova os respetivos estatutos;
- Decreto-Lei n.º 298/93, de 28/08, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/94/M, de 22/9: estabelece o regime de operação portuária;
- Decreto-Lei n.º 324/94, de 30/12: estabelece as bases gerais das concessões do serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias;
- Decreto-Lei n.º 102/2020, de 9/12: relativo à receção dos resíduos dos navios;

PCB.
IF
per
Law.



4. Governo da Sociedade

- Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27/07: integra a informação do Sistema VTS Português no sistema comunitário de acompanhamento e de informação do tráfego marítimo;
- Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15/11: transpõe para o direito nacional a Diretiva 2005/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26/10, e que aprova o Código ISPS, atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- Lei n.º 58/2005, de 29/12: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva n.º 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelece as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas, republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22.06;
- Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05: estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos;
- Portaria n.º 1450/2007, de 12/11: fixa as regras do regime de utilização dos recursos hídricos;
- Lei n.º 54/2005, de 15/11: Titularidade dos Recursos Hídricos;
- Decreto Legislativo Regional n.º 15/2021/M, de 30.06: estabelece o Regime Jurídico do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira;
- Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10: estabelece o Regime Jurídico de Avaliação de Impacte Ambiental;
- Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho: Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso;
- Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29/01: Código da Contratação Pública;
- Orçamentos de Estado e da Região Autónoma da Madeira;
- Decreto-Lei n.º 49/2002, de 2/03: Estabelece o regime das contraordenações a aplicar nas áreas de jurisdição das autoridades portuária;

PCP
IF
du
km

4. Governo da Sociedade

- Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2/03: Atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição;
- Decreto-Lei n.º 264/2012, de 20 de setembro: Regime jurídico do acesso à atividade de agente de navegação;
- Decreto-Lei n.º 48/2002, de 2 de março: Regime jurídico do serviço público de pilotagem nos portos e aprova o regulamento geral dos serviços de pilotagem;
- Decreto-Regulamentar Regional n.º 6/2003, de 21 de fevereiro: define as áreas de pilotagem da Região Autónoma da Madeira;
- Decreto Legislativo Regional n.º 5/2014/M, de 25 de maio: Define a titularidade da infraestrutura implantada na Praça do Mar;
- Regulamento n.º 1/2017, de 9/02: Regulamento de funcionamento da doca de estacionamento localizada na Avenida Sá Carneiro;
- Regulamento de Exploração da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.;
- Portaria da Região Autónoma da Madeira n.º 46/2012, de 30/03, retificado pela Declaração de Retificação de 21/06/2012, e alterado pelas Portarias n.º 141/2014, de 14/08, n.º 323/2017, de 1/09 e n.º 11/2019, de 9 de janeiro: Regulamento de Tarifas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. e Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais;
- Portaria n.º 269/2016, de 15/07: Regulamento de Tarifas de Atividades Dominiais a aplicar pela utilização de parcela do domínio público da RAM (Estado) afeto à APRAM - Administração de Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., localizada na Praça do Povo;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Código de Ética e Conduta;

4. Governo da Sociedade

- Regulamento da Atribuição e o Uso de Fardamentos e Equipamento de Proteção Individual (EPI);
- Regulamento de acesso à zona portuária e circulação e estacionamento na área de jurisdição da APRAM, S.A. no Porto do Funchal;
- Regulamento do Fundo de Maneio;
- Regulamento Interno de Prevenção e Controlo do Consumo Excessivo de Álcool;
- Regulamento para a Prestação de Serviço de Táxis no Porto do Funchal;
- Portaria n.º 270/2016, de 15/07: Regulamento que define as condições de utilização do espaço denominado Centro Náutico de São Lázaro;
- Regulamento n.º 1/2020 - Utilização do Varadouro e Calhau do Cais de Câmara de Lobos, publicado no JORAM, II Série, n.º 211 de 10 de novembro de 2020
- Normas de Utilização do Cais de Recreio do Porto do Funchal;
- Regulamento da Marina do Porto Santo.

4.3 Identificação e Estrutura dos Órgãos Sociais

Identificação e estrutura dos órgãos sociais – triénio 2019-2021

Os órgãos sociais foram eleitos para o triénio 2019-2021:

Presidente: Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva⁴;

Vogal executiva: Isabel Alexandra Vieira de Brito Figueiroa⁵;

Vogal não executivo: João Francisco Pereira da Conceição de Oliveira Fernandes⁶

Na estrutura de gestão do Conselho de Administração não existem comissões especializadas.

⁴ Eleita em assembleia geral de 18 de outubro de 2019.

⁵ Eleita em assembleia geral de 18 de outubro de 2019.

⁶ Eleito em assembleia geral de 30 de setembro de 2020.

PCM.
IF
du
B.W.

PCP.
IF
chu.

4. Governo da Sociedade

Fiscal Único

O Fiscal Único para o triénio 2017-2019 e 2020-2022, é a sociedade Grant Thornton & Associados – SROC, Lda., representada por Carlos António Lisboa Nunes, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas como Fiscal Único Efetivo, e Pedro Miguel Raposo Lisboa Nunes, como Fiscal Único Suplente.

4.4 Funções exercidas noutras empresas/representação

A Presidente do Conselho de Administração Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva integra a representação/grupo de trabalho, não remunerado, de:

Vogal do Conselho Fiscal da APP – Associação dos Portos Portugueses.

Representação no Grupo de Trabalho sobre Gás Natural liquefeito (GNL) na APP.

4.5 Áreas de Tutela e Síntese Curricular dos Membros do Conselho de Administração

O Conselho de Administração, e nos termos do artigo 11.º dos Estatutos da APRAM, S.A., tem áreas de tutela definidas:

Presidente: Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva

- Planeamento e Investimentos;
- Segurança;
- Promoção, Marketing e Relações-Públicas e Externas;
- Instalações e Equipamentos;
- Operações portuárias, Qualidade e Ambiente;
- Assegurar a articulação entre as diferentes áreas de intervenção da APRAM, S.A.;

Competências específicas de:

Compete, ainda, à presidente do Conselho de Administração a coordenação e a orientação geral das atividades daquele órgão e, em especial:

- Convocar o Conselho de Administração, fixar a agenda de trabalhos e presidir às

4. Governo da Sociedade

respetivas reuniões;

- Representar o Conselho de Administração, em juízo e fora dele, sem prejuízo de outros representantes ou mandatários que puderem ser designados para o efeito.
- Sempre que o exijam circunstâncias excecionais e urgentes e não seja possível reunir o Conselho, o presidente pode praticar quaisquer atos da competência deste, mas tais atos ficam sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática.

Vogal executiva: Isabel Alexandra Vieira de Brito Figueiroa:

- Área Jurídica;
- Área Financeira;
- Área Administrativa e de Recursos Humanos;
- Tecnologias e Sistemas de Informação.

Vogais não executivos: Roman Feliciano Neto Pinto e João Francisco Pereira da Conceição de Oliveira Fernandes - Sem pelouros atribuídos

Regime de Substituição:

A presidente do Conselho de Administração será substituída, nas suas faltas e impedimentos pela vogal executiva, a qual, nesse caso, deterá o voto de qualidade.

Nas suas faltas e impedimentos os membros executivos do Conselho de Administração substituem-se mutuamente.

Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, poderá ser definido outro regime de substituição por deliberação do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração vinculava-se:

- Pela assinatura de dois membros do conselho de administração, sendo uma delas a da presidente ou de quem a substitua;

PCSP.
IF
fcl
Cm.

PCP
IF
fuer
cm?

4. Governo da Sociedade

- Pela assinatura de um administrador quando haja delegação expressa do conselho para a prática de um determinado ato;
- Pela assinatura de mandatário constituído, no âmbito do correspondente mandato;
- Em assuntos de mero expediente basta a assinatura de um membro do conselho de administração.

Seguidamente é apresentada uma síntese dos elementos curriculares de todos os membros do Conselho de Administração.

Presidente do Conselho de Administração:

Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva

Formação Académica:

Frequentou o Instituto Superior de Agronomia (ISA), da Universidade Técnica de Lisboa, tendo concluído a licenciatura em Engenharia Agronómica em julho de 1993, com a classificação final de 14 valores;

Realizou o Trabalho de Fim de Curso no Departamento de Viticultura daquele Instituto (1992-93), que concluiu com a classificação final de 19 valores;

Frequentou o Curso de Pós-Graduação em Marketing, ministrado pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, em parceria com o Cine-Fórum, que concluiu em maio de 2005, com classificação final de 18 valores;

Frequentou o Curso Avançado de Gestão Pública (CAGEP), no total de 50 horas, ministrado pelo INA, que concluiu em abril de 2007, com a classificação final de 16,2 valores;

Possui Diploma da International Wine and Spirit Education Trust (WSET) - nível 1 e 2 (julho 2009);

Frequentou o Curso Wine Marketing promovido pelo The American College of Marbella (abril de 2014).

4. Governo da Sociedade

Experiência Profissional:

Iniciou a sua atividade profissional em dezembro de 1993, no Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA), Lisboa, onde desempenhou funções de Técnico Superior na Divisão dos Cereais;

Em janeiro de 1995 ingressou na Direção Regional de Agricultura da Região Autónoma da Madeira. No desempenho das suas funções coordenou o Núcleo de Ajudas Comunitárias, integrado na Direção de Serviços de Agroindústria e Comércio Agrícola (DSAICA);

Em outubro de 2001 foi nomeada em regime de Comissão de Serviço para o cargo de Chefe de Divisão dos Matadouros na Direção de Serviços de Agroindústria e Comércio Agrícola;

Em janeiro de 2004 foi nomeada em regime de Comissão de Serviços para o cargo de Chefe de Divisão do Controlo das Ajudas à Produção e ao Rendimento, na Direção de Serviços de Agroindústria e Comércio Agrícola;

Nomeada em julho de 2005, para o cargo de Diretor de Serviços da Direção de Serviços de Ajudas à Produção e ao Rendimento da Direção Regional de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DRADR);

Em julho de 2006, foi nomeada Vogal do Conselho Diretivo do Instituto do Vinho, do Bordado, e do Artesanato da Madeira, IP;

Em agosto de 2009, foi nomeada Presidente do Conselho Diretivo do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP-RAM, cargo e função que desempenhou até 4 de janeiro de 2017;

Em fevereiro de 2017, foi nomeada Técnica Especialista do Gabinete do Secretário Regional da Economia, Turismo e Cultura;

Em 20 de outubro de 2017, foi nomeada Secretária Regional do Turismo e Cultura.

No âmbito das suas funções representou o IVBAM, entre outras:

Na Missão Empresarial que acompanhou o Comissário Europeu Dacian Ciolos ao Japão e à Coreia do Sul, organizada pela Comissão Europeia, e na qual integraram cerca de 25

PCSP
IF
Cm.

PCB.
IF
pu
am.

4. Governo da Sociedade

representantes de produtos europeus com Indicações Geográficas (DO ou IG) dos sectores do vinho, bebidas espirituosas e agroalimentar;

Em diversos eventos de promoção e divulgação do Vinho e do Bordado Madeira promovidos pelo IVBAM, quer no mercado nacional, quer em diferentes mercados internacionais;

Como oradora, em palestras, seminários e masterclasses sobre Vinho Madeira que decorreram quer no mercado nacional, quer em diferentes mercados externos; na receção e acompanhamento de jornalistas, líderes de opinião e profissionais do setor vínico aquando da realização de visitas inversas à região Demarcada da Madeira;

Na Comissão de Gestão da Marca "Wines of Portugal";

No Conselho Coordenador do "Concurso Vinhos de Portugal", no âmbito do Protocolo de colaboração estabelecido entre o IVV, IVBAM, CNEMA, IVDP, Viniportugal e ANDOVI;

Na Associação Nacional das Denominações de Origem (ANDOVI).

Outros:

Reconhecida "Personalidade do Ano no Vinho" no âmbito dos prémios "Os Melhores do Ano 2015", iniciativa promovida pela Revista especializada Wine que anualmente distingue personalidades e projetos na área.

Vogal Executivo do Conselho de Administração

Isabel Alexandra Vieira de Brito Figueiroa

Formação Académica:

Licenciou-se em Direito na Faculdade de Direito de Lisboa em julho de 1995.

Experiência Profissional:

Iniciou estágio em advocacia em setembro de 1995, tendo-o concluído em fevereiro de 1998;

4. Governo da Sociedade

Trabalha na Administração Pública regional desde 1996, ano em que iniciou funções como Técnica Superior no Gabinete Jurídico do Centro Hospitalar do Funchal, atual Hospital Dr. Nélio Mendonça;

A 11 de janeiro de 2001 passou a exercer o cargo de Conselheira Técnica para a área jurídica do Secretário Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais da RAM, sendo a responsável pelo Gabinete Jurídico daquela entidade, que integrava uma área de Estudos de Pareceres Jurídicos e uma outra de Contratos e Empreitadas, lugar onde se manteve até 2 de setembro de 2004;

De 4 de setembro de 2004 a 31 de outubro de 2008, exerceu o cargo de vogal do Conselho de Administração da sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos “Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A., criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 28/2004/M, de 24 de Agosto, concessionária do sistema de transferência, triagem, valorização e tratamento de resíduos sólidos da RAM, em regime de serviço público e de exclusividade;

Exerceu ainda as funções de vogal substituta da Presidente do Conselho de Administração nas suas ausências e impedimentos;

De 2006 até ao primeiro trimestre de 2012, exerceu o cargo de Presidente da Mesa da Assembleia-Geral da AVALER – Associação de Entidades de Valorização Energética de Resíduos Sólidos Urbanos, que tem como associadas e membros fundadores a Valor Ambiente, S.A., a VALORSUL – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos da Área Metropolitana de Lisboa (Norte), S.A. e a LIPOR – Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto;

De 1 de novembro de 2008 a 5 de maio de 2009, exerceu, por designação em assembleia-geral, o cargo de Presidente do Conselho de Administração da “Valor Ambiente – Gestão e Administração de Resíduos da Madeira, S.A.”;

DCR,
IF
du
Cm

4. Governo da Sociedade

De 6 de maio de 2009 a 30 de setembro de 2009, por designação do novo Conselho de Administração da “Valor Ambiente, S.A.”, passou a exercer funções de assessoria jurídica junto deste órgão;

A 1 de outubro de 2009, foi nomeada Diretora de Recursos Humanos;

A 1 de abril de 2011, transitou para a empresa IGSERV - Investimentos, Gestão e Serviços, S.A., pertencente ao mesmo grupo empresarial da Valor Ambiente, S.A., passando a ocupar o cargo de Diretora de Capital Humano, onde se manteve até 14 de janeiro de 2012;

De janeiro de 2012 até 4 de janeiro de 2017, exerceu o cargo de vogal do Conselho Diretivo do Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP – RAM, instituto público que tem por missão coordenar e executar a política de valorização e preservação da vinha, do vinho, das bebidas espirituosas, do bordado, da tapeçaria e do artesanato produzidos na Região Autónoma da Madeira, assim como da política de promoção e divulgação desses mesmos produtos a nível regional, nacional e internacional;

De 1 de fevereiro de 2017 até 19 de outubro de 2017, esteve nomeada no cargo de Técnica Especialista de Sua Excelência a Secretária Regional da Inclusão e dos Assuntos Sociais, primeiro para exercer funções de ligação do Gabinete com o Serviço Regional de Proteção Civil, IP-RAM, nas áreas jurídica e de recursos humanos e mais recentemente, para prestar assessoria especializada, dentro da sua área de competência, nos setores de atuação da Secretaria Regional da Inclusão e Assuntos Sociais;

De 20 de outubro de 2017 até 14 de outubro de 2019, exerceu o cargo de Chefe de Gabinete de Sua Excelência a Secretária Regional do Turismo e Cultura.

Vogal Não Executivo do Conselho de Administração:

João Francisco Pereira da Conceição de Oliveira Fernandes

pch
IF
flee
aw.



4. Governo da Sociedade

Formação académica:

Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão, da Universidade Técnica de Lisboa

Experiência profissional:

A partir de 3 de março de 1995, desempenhou funções de Estagiário da Carreira Técnica Superior, mediante Contrato Administrativo de Provisão, na Divisão de Estudos e Contas Económicas Regionais, da Direção Regional de Estatística – Secretaria Regional do Plano e da Coordenação;

Concluído o Estágio em 22 de maio de 1996, passou a desempenhar funções de Técnico Superior de 2ª Classe;

Nomeado Técnico Superior de 1ª Classe a partir de 15 de janeiro de 1999;

Desde 1 de julho de 2000, foi requisitado para a Direção Regional de Património, Secretaria Regional do Plano e Finanças, para exercer funções de técnico superior de 1ª classe, na Divisão de Cadastro e Inventário;

Em 01 de março de 2001, é nomeado em regime de substituição, Chefe de Divisão de Cadastro e Inventário, na Direção Regional do Património, Secretaria Regional do Plano e Finanças;

Em 01 de março de 2002, é nomeado em regime de substituição, Chefe de Divisão de Aquisições, na Direção Regional de Património, Secretaria Regional do Plano e Finanças;

Em 08 de agosto de 2002, é nomeado em comissão de serviço, Chefe de Divisão de Aquisições, na Direção Regional do Património, Secretaria Regional do Plano e Finanças;

Nomeado Técnico Superior Principal a partir de 11 de novembro de 2002;

Em 01 de setembro de 2005, foi requisitado pela Associação de Jovens Empresários da Madeira (AJEM) para exercer as funções de Secretário-Geral;

Em 01 de setembro de 2006, é nomeado em regime de substituição, Chefe de Divisão de Aquisições da Direção Regional do Património, Secretaria Regional do Plano e Finanças;

4. Governo da Sociedade

Em 21 de fevereiro de 2007, é nomeado Chefe de Divisão de Gestão e Inventariação da Direção Regional do Património, Secretaria Regional do Plano e Finanças;

Em 16 de janeiro de 2009, é nomeado em regime de substituição, Chefe de Divisão de Aquisição de Imóveis, da Direção Regional do Património, Secretaria Regional do Plano e Finanças;

Em 01 de julho de 2009, é nomeado Chefe de Divisão de Informação e Formalidades, da Direção Regional do Património, Secretaria Regional do Plano e Finanças;

Em 27 de abril de 2012, foi autorizada a renovação da comissão de serviço, no cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Informação e Formalidades, da Direção Regional do Património, Secretaria Regional do Plano e Finanças;

Em 01 de outubro de 2012, transita para o cargo de direção intermédia de 2.º grau, Chefe de Divisão de Gestão Financeira, da Direção Regional do Património, Secretaria Regional do Plano e Finanças;

Em 01 de novembro de 2015, nomeado em regime de substituição em comissão de serviços, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património, na Direção de Serviços de Apoio à Gestão, dos Serviços do Gabinete do Secretário Regional da Economia, Turismo e Cultura;

Em 16 de setembro de 2016, na sequência de procedimento concurso, nomeado em regime de comissão de serviços, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património, na Direção de Serviços de Apoio à Gestão, dos Serviços do Gabinete do Secretário Regional da Economia, Turismo e Cultura;

Através do aviso n.º 276/2019, publicado no JORAM, II Série, n.º 118 de 17 de julho, foi renovada a comissão de serviço no cargo de Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Património, na Direção de Serviços de Apoio à Gestão, dos Serviços do Gabinete da Secretária Regional do Turismo e Cultura;

Em 11 de março de 2020, nomeado em regime de substituição em comissão de serviços, no cargo de Diretor de Serviços de Gestão Financeira e Património, nos Serviços do Gabinete do Secretário Regional de Turismo e Cultura.

4. Governo da Sociedade

A 01/10/2020, nomeado Vogal Não Executivo do Conselho de Administração da empresa de capitais exclusivamente públicos, APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

Formação e valorização:

Frequentou com aproveitamento o Programa de Formação em Gestão Pública (Forgep), entre setembro e dezembro de 2008;

Participação em cursos e ações de formação na área da contabilidade pública e da despesa pública.

4.6 Reuniões do Conselho de Administração e decisões mais relevantes

Durante o exercício económico de 2021, realizaram-se 405 deliberações.

De seguida, destacamos as principais deliberações:

Governo da Sociedade:

Submeter à Vice-Presidência do Governo Regional, a proposta de reprogramação do contrato-programa celebrado entre a RAM e a APRAM, S.A., em 13/10/2020.

Submeter à Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira, a proposta de contrato-programa a celebrar entre a RAM e a APRAM, S.A., no montante máximo de €1 382 681,04 (um milhão, trezentos e oitenta e dois mil, seiscentos e oitenta e um euros e quatro cêntimos), para a comparticipação financeira dos projetos 51791 e 51794;

Submeter à Vice-Presidência do Governo Regional, a proposta de reprogramação do contrato-programa celebrado entre a RAM e a APRAM, S.A., em 18/02/2019, alterado em 24/09/2019 e em 29/05/2020;

Submeter à Vice-Presidência do Governo Regional, a proposta de reprogramação do contrato-programa celebrado entre a RAM e a APRAM, S.A., em 15/09/2020;

Solicitar à Vice-Presidência do Governo Regional, autorização para a celebração de um contrato de empréstimo entre a Região Autónoma da Madeira e a APRAM, S.A., até ao

PCR.
JF
Am.

4. Governo da Sociedade

montante de € 19.166.503,00 (dezanove milhões, cento e sessenta e seis mil, quinhentos e três euros) e submeter à aprovação da Assembleia Geral.

Submeter à Vice-Presidência do Governo Regional, a minuta para a celebração de contrato-programa para o financiamento dos investimentos da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., para o ano económico de 2021, e de acordo com os projetos aprovados no âmbito do PIDDAR – Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira para 2021;

Criação de um grupo de trabalho com a missão de análise, estudo e apresentação de alterações a introduzir no Regulamento de Exploração da APRAM – Administração da Região Autónoma da Madeira, SA, composto por Maria Lígia Ferreira Correia, a presidir o grupo de trabalho, José Miguel Neves Fernandes, Célia Andreia Nóbrega Quintal, Patrícia Alexandra Fernandes Bairrada Amaro e Ana Guida Barros, com a indicação da proposta ser entregue até à última semana de abril de 2021.

Alterar o n.º 4 da deliberação n.º 283, exarada na ata n.º 48 de 11.02.2020, passando a ter a seguinte redação: “4 – O direito de uso é concedido pelo prazo de um ano, com início a 1 de dezembro de 2020 e termo a 30.11.2021”;

Atribuir a favor da Junta de Freguesia de Gaula o direito de extrair, por meios manuais, 150 calhaus rolados, em área do domínio público marítimo sob jurisdição da APRAM, para enriquecer o património, restauração de casa de água e fontenários, a ser titulado por licença, válida para o período compreendido entre 22 de março e 30 de abril de 2021;

Ratificar a decisão da Presidente do Conselho e Administração, exarada no email de 16 de março de 2021, que autorizou o pedido da Repsol Portuguesa, Lda. constante no email de 15 de março de 2021, no qual solicita autorização especial e temporária para abastecimento de navios de pesca (Gás Verde) na Zona Internacional do Porto do Funchal;

PCF
IF
Kau
Law



4. Governo da Sociedade

Alterar o traçado dos limites de expansão do Parque Terminal de contentores do Porto do Caniçal, retirando do âmbito do “Projeto de Reabilitação e Requalificação do Estaleiro Naval para expansão do parque terminal de contentores do Porto do Caniçal – área 2”, o edifício (denominado armazém da MEC), implantado na área do denominado “Estaleiro Naval” e uma área a descoberto, circundante ao edifício passando a área de expansão para 20.427m²;

Aprovar e submeter o projeto de “Regulamento do Cais de Recreio do Porto do Funchal”, a consulta pública, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar da data de publicação do projeto de regulamento na II Série do Jornal Oficial da Região Autónoma da Madeira;

Aprovar o novo PPRCIC – Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, do Plano Plurianual e Investimentos 2021/2023 e do Plano de Atividade e Orçamento de 2020 da APRAM;

Submeter à Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira, a proposta de reprogramação do contrato-programa celebrado entre a RAM e a APRAM, S.A. em 18.02.2019 e alterado em 24.09.2019, 29.05.2020 e 23.03.2021, devido ao facto dos projetos a financiar e as regras da contratação pública obrigarem determinados procedimentos contratuais que se revelam morosas e incompatíveis com a calendarização inicialmente prevista, encontrando-se essa programação desajustada da execução física e financeira para os anos de 2021 e 2022 (4ª alteração ao contrato programa 2019);

Submeter o Relatório de Gestão e Contas do Exercício do ano económico de 2020, à apreciação e aprovação da Assembleia Geral;

Submeter à Vice-Presidência do Governo Regional proposta de protocolo para a atribuição de uma indemnização compensatória, garantindo a sustentabilidade e continuidade da empresa e o cumprimento dos seus compromissos e obrigações respeitantes aos custos de exploração e de investimentos, resultantes da obrigação específicas de serviço público, inerentes aos serviços de interesse geral prestados pela ASPRAM, S.A.;

PCR,
IF
JLL
C.M.

4. Governo da Sociedade

Submeter à Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira, a minuta da 4ª alteração ao contrato-programa celebrado entre a RAM e a APRAM, S.A. em 11 de setembro de 2017 e alterado em 18 de dezembro de 2018, 19 de agosto de 2019 e em 20 de julho de 2020;

Renovar os Certificados de Isenção do Serviço de Pilotagem do C.te do N/M “Lobo Marinho”, José Miguel Alves Carreira e do C.te Paulo Araújo Batista, válidos para o Porto Funchal e Porto Santo, pelo prazo de um ano, com efeitos a partir de 13.09.2021 e 10.10.2021, respetivamente;

Autorizar até ao dia 1 de dezembro de 2021, a afixação de mensagens publicitárias no Porto do Funchal, a todos os clientes que pretendem continuar co exercício desta atividade no Porto do Funchal, nos mesmos termos e condições das autorizações que lhes foram inicialmente concedidas;

Submeter à Secretaria Regional da Economia a minuta da 1ª alteração do contrato-programa celebrado entre a RAM e a APRAM, S.A., a 23 de março 2021;

Submeter à Secretaria Regional da Economia a minuta da 2ª alteração do contrato-programa celebrado entre a RAM e a APRAM, S.A., a 15 de setembro de 2020 e alterado a 23 de março de 2021, relativo ao projeto 52339;

Aprovar e submeter a minuta do Contrato Programa, referente ao apoio financeiro ao Secretário Regional de Economia, pelo montante de 3.419.831,13€ (três milhões quatrocentos e dezanove mil e oitocentos e trinta e um euros e treze cêntimos);

Aprovar proposta de Edital Cervejolândia, Lda.;

Atribuir tolerância de ponto nos dias 23 de tarde, 24 e 31 de dezembro de 2021, aos trabalhadores da APRAM, S.A.;

Nomear a Dra. Maria Lígia Ferreira Correia gestora do “Contrato de Concessão do direito de utilização privativa de uma parcela de domínio público sob a jurisdição da APRAM, S.A., correspondente a um troço do “Caminho real” adjacente ao Forte São José, no

4. Governo da Sociedade

Funchal e à área que integra a implantação do prédio situado à entrada do Porto do Funchal”;

Apreciar o pedido de atribuição, mediante concessão, do direito de utilização privativa de uma parcela de domínio público (parte do cais norte do Porto do Caniçal), formulado pela OPERTRNS II – Reparação e Manutenção, Lda.;

Adjudicação de estudos, projetos e concursos por prévia qualificação e outros:

Adjudicar a empreitada no âmbito do “Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a Execução da Empreitada de Reabilitação do Cais do Paul do Mar”, ao agrupamento constituído pelas empresas TECNOVIA MADEIRA – Sociedade de Empreitadas, S.A. e TECNOVIA AÇORES- Sociedade de Empreitadas, S.A. e nomear o Eng.º Ricardo Emanuel Quaresma Nunes, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa Atlanticand Consulting, Lda., a prestação de serviços de elaboração da prospeção geofísica por sísmica de reflexão e levantamentos, topo-hidrográficos de alta resolução” e nomear a Eng.ª Paula Freitas Menezes, gestora do contrato;

Adjudicar à empresa KPLANO – Engenharia e Projetos, Lda., a revisão do projeto de reabilitação e requalificação do estaleiro naval para expansão do parque terminal de contentores do porto do Caniçal e projetos complementares – Área 1 e nomear o Eng.º António Nelson Pestana Silva, gestor do contrato;

Autorizar a cessão da posição contratual de que é titular a sociedade MARGINAL PROFILE, Lda., no âmbito do contrato relativo à “Aquisição de Serviços para a Elaboração do Projeto de Requalificação do Edifício e Espaços Exteriores da Marina do Funchal”, para a sociedade RIGOR GEOMÉTRICO – Arquitetura e Planeamento, Lda.;

Adjudicar à empresa PROMAN – Centro de Estudos e Projetos, S.A. (FUTURE PROMAN SA), no âmbito do “Concurso público para a prestação de serviços para a elaboração dos projetos de execução e peças processuais para as empreitadas de abertura e fecho da Marina do Funchal”, os seguintes lotes: Lote 1 – Projeto de execução e peças processuais da empreitada de abertura e fecho da Marina do Funchal; Lote 2 - Projeto de execução

+PCH.
-TF
+LRL
+Am.

4. Governo da Sociedade

e peças processuais da empreitada de execução do esporão da Marina do Funchal e Lote 3 - Projeto de execução e peças processuais da empreitada de reabilitação do Cais do Seixal;

Adjudicar à NRV Madeira – Consultores de Engenharia, S.A., a “Prestação de Serviços relativa à divisão em duas fases do projeto de execução e peças processuais para a empreitada de reabilitação do Cais de Santa Cruz” e nomear o Eng.º Ricardo Emanuel Quaresma Nunes, gestor do contrato;

Adjudicar a aquisição de serviços à empresa PCG – Consulplano Viatunel Engenharia, no âmbito do “Concurso Público para a prestação de serviços relativa à elaboração do Projeto de Execução e Peças Processuais para a Empreitada de Consolidação da Escarpa e Redefinição da Rampa Varadouro do Cais da Ribeira Brava” e nomear o Eng.º Ricardo Emanuel Quaresma Nunes, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa Métodos B – Engenharia Unipessoal, Lda. a “Prestação de Serviços para a elaboração do projeto de execução para a empreitada de reabilitação do túnel do forte de Nossa Senhora da Conceição no Porto do Funchal”

Adjudicações no âmbito dos sistemas de informação:

Destaque para as principais deliberações de adjudicação efetuadas:

Adjudicar à MCC Computadores, S.A., a “Prestação de Serviços de Manutenção, Consultoria, Apoio e Outros, para os Sistema de Informação da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.- Bolsa de Horas” e nomear o colaborador Duarte Filipe Pestana Santos, gestor do contrato;

Não dar provimento à impugnação apresentada pela ACIN - iCloud Solutions, Lda. e manter a decisão de adjudicação da proposta apresentada pela Vortal, com base nos fundamentos invocados pelo júri nos relatórios que elaborou e na exposição acima mencionada apresentada pela VORTAL – Comércio Eletrónico, Consultoria e Multimédia, S.A., os quais se dão aqui por integralmente reproduzidos, a que acrescem

4. Governo da Sociedade

os seguintes fundamentos relativamente às razões apontadas pela ACIN - iCloud Solutions, Lda.;

Adjudicar à empresa ACIN - iCloud Solutions, Lda. a prestação de Serviços relativa à implementação da Fatura Eletrónica na APRAM, S.A. e Transação de Documentos” e nomear a Eng.^a Cecília Maria Ribeiro Silva Correia, gestora do contrato;

Adjudicar à empresa ACIN-iCloud Solutions, Lda., a locação/aluguer de um sistema de gestão documental e nomear o colaborador Duarte Filipe Pestana Santos, gestor do contrato;

Adjudicar à MCC Computadores, S.A., a prestação de serviços de exportação de dados do sistema de gestão documental denominado corresp, e nomear o Eng.^o Rui Miguel Bragança Ferreira, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa MCC – Computadores S.A., o fornecimento de licenciamento de Office 365 e nomear o colaborador Duarte Filipe Pestana Santos, gestor do contrato;

Empreitadas e aquisição de bens e serviços:

Adjudicar à empresa METALUBRAVA – Indústria Metalúrgica e Naval da Madeira, Lda., a execução da empreitada de reparação dos pontões do centro Náutico de São Lázaro e nomear o Eng.^o António Nelson Pestana da Silva, gestor do contrato;

Adjudicar à ETERMAR – Engenharia e Construções, S.A., a execução da empreitada de instalação de grua hidráulica no Cais do Seixal e nomear o Eng.^o António Acácio Ramos dos Santos, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa ISMS – Integrate Security Management Systems, Unipessoal, Lda., a empreitada de reposicionamento de cablagem, infraestruturas e equipamentos;

Adjudicar à empresa Gaudêncio & Gouveia, Canalizações e Serralharia, Lda., a empreitada de canalizações de águas proveniente das nascentes para o Centro Náutico de São Lázaro (CNCL) e Cais de Recreio do Porto do Funchal (CRPF) e nomear Marco Silva, gestor do contrato;

4. Governo da Sociedade

Adjudicar à empresa TECNOVIA MADEIRA – Sociedade de Empreitadas, S.A., a execução da empreitada de desmonte e estabilização de dois blocos rochosos na escarpa sobranceira do Cais da Ribeira Brava e nomear o Eng.º Ricardo Emanuel Quaresma Nunes, gestor do contrato.

Adjudicar à empresa SICAPREP (Madeira) – Montagens de Materiais Elétricos, Eletrónicos e Telecomunicações, Lda., no âmbito do Procedimento “Consulta Prévia adotada para o fornecimento e instalação de um sistema de contagem de pessoas para o Cais da Ponta do Sol” e nomear o Eng.º António Nelson Pestana Silva, gestor do contrato.

Adjudicar à empresa TECNOVIA MADEIRA – Sociedade de Empreitadas, S.A., a aquisição de duas defensas para o porto do Funchal, no âmbito da denominada “Consulta prévia para a celebração do contrato relativo à aquisição de duas defensas para o porto do Funchal” e nomear o Eng.º Ricardo Emanuel Quaresma Nunes, gestor do contrato.

Adjudicar o “Fornecimento e montagem de um Portaló de 11 m e respetiva estrutura de adaptação a terra para o porto do Porto Santo” e nomear o Eng.º José Miguel Neves Fernandes, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa RIM – Engenharia e Construções, S.A., a execução da empreitada de reabilitação das fachadas nascentes e norte do Forte de Nossa Senhora da Conceição do Porto do Funchal e nomear o Eng.º António Nelson Pestana Silva, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa VAPOR ILHAS - Montagens Técnicas Industriais, Lda. a execução da empreitada de demolição da cobertura metálica da portaria do porto do Caniçal e nomear o Eng.º António Nelson Pestana Silva, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa J. Garraio & Cª, Lda., o fornecimento de uma defesa para o porto do Funchal e nomear o Eng.º José Miguel Neves Fernandes, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa JB – Fornecimentos Industriais, Lda., no âmbito do “Concurso Público para a aquisição de material necessário à reparação de defensas “o material levado a concurso e nomear o Eng.º José Miguel Neves Fernandes, gestor do contrato;

4. Governo da Sociedade

Adjudica à empresa Pavão de Sousa, Lda., no âmbito da “Consulta prévia adotada para a celebração do contrato relativo à aquisição de postes com fita retrátil e suportes de informação/porta cartaz e nomear o Eng.º José Miguel Neves Fernandes, gestor do contrato;

Delegar poderes no Eng.º Ricardo Emanuel Quaresma Nunes, para em representação da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., proceder à vistoria bem como outorga do auto de receção provisória da “Empreitada de Reabilitação das Infraestruturas Viárias do Terraplano Nascente do Porto do Caniçal”.

Ratificar a autorização da suspensão da execução dos trabalhos da “Empreitada de Dragagem entre o cais número seis e o cais número oito no Porto do Funchal”, a partir das 00.00 horas do dia 31 de maio de 2020, formalizada através de auto de suspensão outorgado naquela mesma data entre, por um lado, a Eng.ª Paula Freitas Menezes, em representação da APRAM, S.A. e, por outro lado, o Eng.º Luís Manuel Matias de Matos Damião, em representação do empreiteiro;

Ratificar a autorização de prorrogação do prazo de apresentação de propostas, do procedimento de “Consulta Prévia para a celebração de contrato de fornecimento de uma defesa para o Porto do Funchal”, passando o mesmo para as 18.00 horas do dia 5 de março de 2021 e notificar todos os interessados;

Delegar poderes no Eng.º António Nelson Pestana Silva, para proceder à vistoria à obra no âmbito da “Empreitada de substituição de cabeços existentes nos cais 2 e 3 do porto do Funchal”, para efeitos de receção provisória;

Adjudicar à empresa Gradualparallel – Unipessoal, Lda. (GP Soluções), no âmbito da “Consulta Prévia adotado para o fornecimento de instalação de uma porta de correr de quatro folhas de vidro laminado temperado incolor na Gare Marítima da Madeira”, o fornecimento e instalação e nomear o Eng.º José Miguel Neves Fernandes, gestor do contrato;

DCR.
IF
Frey
CWS.

PCR.
JF
JL
CW.

4. Governo da Sociedade

Adjudicar à empresa 2Ab – Comércio e Serviços de Equipamentos, Lda., no âmbito da “Consulta prévia para a celebração de contrato de fornecimento de uma varredora mecânica com cabine para a APRAM, S.A. e nomear o Eng.º José Miguel Neves Fernandes, gestor do contrato;

Adjudicar à MICROSEGUIR – Soluções de Engenharia, Unipessoal, Lda., a “Locação/Aluguer de Equipamento de Equipamento de Raio X de Bagagem de Porão” e nomear o Eng.º Rui Humberto Coelho Lopes, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa MAXIMA DINÂMICA – Reparações e Construções, Lda., a empreitada de execução dos novos gabinetes do SEF e nomear o Eng.º Ricardo Emanuel Quaresma Nunes, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa RIM – Engenharia e Construções, S.A., a execução da empreitada de Impermeabilização da Cobertura da Gare Marítima do Porto do Funchal e nomear Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, gestor do contrato;

Adjudicar à ETERMAR – Engenharia e Construção, S.A., a prestação de serviços no âmbito do procedimento denominado “Concurso Público para a realização de ensaios de cargas e emissão de certificação de dezasseis (16) passadiços dos portos do Funchal e Caniçal de acordo com norma ISSO 7061:1993€ e nomear Eng.º Dinarte João Vieira Abreu, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa Cunha Vaz & Associados Consultores em Comunicações, S.A., a prestação de serviços de apoio e consultoria técnica para a comunicação, promoção e RP da APRAM, S.A., no âmbito da sua marca Portos da Madeira e nomear a Dra. Patrícia Alexandra Fernandes Bairrada Amaro de Jesus, gestora do contrato;

Adjudicar a empreitada a Pedro Nicolau de Almeida Barbosa, no âmbito do procedimento denominado “Concurso Público para a Execução da Empreitada Reparação da Marina do porto do Porto Santo – 1.ª Fase” e nomear Eng.º Alcides José Velosa Correia;

4. Governo da Sociedade

Substituir o Gestor do Contrato da “Empreitada de Construção do Edifício de Apoio do Cais 6 do Porto do Funchal e Reabilitação da sua Envolvente”, Eng.º António Nelson Pestana Silva, nomeado pela deliberação n.º 270, de 26 de novembro de 2020, pelo Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, com efeito a 04.03.2021;

Delegar poderes ao Eng.º António Nelson Pestana Silva, para proceder à vistoria da “Empreitada relativa à reparação e reabilitação ao do Heliporto do Porto Moniz” para efeitos de receção provisória;

Adjudicar à empresa SEMAX – Sistemas Eletrónicos e manutenção Lda., a “Empreitada de substituição do sistema de AVAC – Restaurante do porto do Caniçal”

Adjudicar à empresa BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. a “Aquisição de óleos para a APRAM, S.A.” e nomear o Eng.º Dinarte João Vieira Abreu, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa SOCIOCORREIA – Engenharia, S.A., a execução da empreitada de Reabilitação do Edifício da Portaria do Porto do Funchal, e nomear o Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa GRADUALPARALLEL – Unipessoal, Lda. (GP Soluções), no âmbito da “Consulta prévia para a celebração do contrato de empreitada relativo à instalação de vedações e alargamento do arruamento junto às instalações da Repsol” e nomear o colaborador Pedro António Faria de Gouveia, gestor do contrato;

Adjudicar o fornecimento e instalação à empresa AHLERS LINDLEY, Lda., no âmbito da “Consulta prévia adotada para a celebração do contrato relativo ao fornecimento e instalação de ponte de acesso aos passadiços do Centro Náutico de São Lázaro “e nomear o Eng.º António Acácio Ramos dos Santos coordenador de segurança da empreitada;

Delegar poderes no colaborador Pedro António Faria de Gouveia para proceder à vistoria à obra no âmbito da “Empreitada de reparação da cobertura da Gare Marítima no Porto do Funchal”, da “Empreitada de reparação do cais da cidade de Câmara de

PCF.
IF
Bela
Lam

4. Governo da Sociedade

Lobos” e da “Empreitada de diversas reparações na Marina do Funchal”, para efeitos da receção definitiva e de libertação das cauções;

Adjudicar à empresa Jardins da Tabua, Lda., a prestação de serviços resultante do “Concurso Público pra a Prestação de serviços de conservação/manutenção de espaços verdes no porto do Funchal” e nomear a Dra. Ana Maria Gouveia Rodrigues, gestora do contrato;

Delegar poderes ao Eng.º António Nelson Pestana Silva, para proceder à vistoria da “Empreitada relativa à recarga do manto de tetrápodes do molhe principal da Marina do Funchal” para efeitos de libertação da caução;

Delegar poderes ao Eng.º António Nelson Pestana Silva, para proceder à vistoria da “Empreitada de demolição da cobertura metálica do edifício da portaria do Porto do Caniçal”, para efeitos de receção provisória da empreitada;

Resolver o contrato de empreitada relativo à “Redefinição da Entrada da marina do Funchal”, celebrado com a ETERMAR – Engenharia e Construção, S.A., em 17 de maio de 2019, e promover a libertação de todas as cauções prestadas para esse fim;

Adjudicar à sociedade EDIMADE – Edificadora da Madeira, S.A. a execução da empreitada de Remodelação dos Balneários da Marina do Porto de Abrigo do Porto Santo e nomear o Eng.º Alcides José Correia Velosa, gestor do contrato;

Adjudicar à sociedade FARROBO – Sociedade de Construções, S.A., a execução da Empreitada de Instalação de Passadiço Flutuante no Cais do Contra-Molhe do Porto do Porto Santo e nomear o Eng.º Alcides José Correia Velosa, gestor do contrato;

Adjudicar à sociedade RIM- Engenharia e Construções, S.A. a execução da empreitada de Instalação de Passadiço Flutuante no Cais de Câmara de Lobos e nomear Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa MÁXIMA DINÂMICA – Reparções e Construções, Lda., a execução da empreitada de Reabilitação do Cais da Madalena do Mar e nomear o Eng.º Ricardo Emanuel Quaresma Nunes gestor do contrato;

PCM.
IF
P
C



4. Governo da Sociedade

Adjudicar à sociedade SOCIOCORREIA – Engenharia, S.A., a execução da “Empreitada de reabilitação do Edifício da Portaria do Porto do Funchal – 2ª Fase” e nomear o Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa NAVALTAGUS – Reparação e Construção Naval, S.A., a Prestação de Serviços de Docagem do Rebocador “Ponta do Pargo” e “Rebocador “Boqueirão” e à Empresa BP PORTUGAL – Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. a “Aquisição de óleos” e nomear o Eng.º Dinarte João Vieira Abreu, gestor do contrato;

Adjudicar à sociedade METALURGICA – Indústria Metalúrgica e Naval da Madeira, Lda. a execução da empreitada de “Tratamento Superficial, Pintura e reforço das Ancoragens das Estruturas Metálicas do Cais de Recreio do Porto do Funchal e Montagens de Passadiço no Centro Náutico de São Lázaro” e nomear o Eng.º Nelson Pestana, gestor do contrato;

Adjudicar a prestação de serviços de reabilitação de Travelift do Porto Santo, à sociedade UNILIFT – Manutenção e Aluguer de Máquinas Unipessoal, Lda. e nomear o Eng.º Ilídio Sena, gestor do contrato;

Adjudicar à sociedade MICROSEGUR – Soluções de Engenharia, Unipessoal, Lda., o “Fornecimento de Equipamento de Raio X para a Gare marítima do Cais 6” e nomear o Eng.º Rui Humberto Coelho Lopes, gestor do contrato;

Adjudicar à sociedade RIM – Engenharia e Construções, S.A. a execução da empreitada de Reestruturação do Fundeadouro da Marina do Porto Santo e nomear o Eng.º Alcides José Velosa Correia, gestor do contrato;

Delegar poderes no Eng.º Ricardo Emanuel Quaresma Nunes para proceder à vistoria da “Empreitada de desmonte e estabilização de dois blocos rochosos na escarpa sobranceira do Cais da Ribeira Brava”, para efeitos de receção provisória da empreitada;

Adjudicar à sociedade INDUTORA ENERGIA, Unipessoal, Lda. a empreitada de remodelação do sistema de iluminação e redes associadas do porto do Porto Santo e nomear o Eng.º Dinarte João Vieira Abreu, gestor do contrato;

RF.
IF
Be
am

4. Governo da Sociedade

Adjudicar à sociedade Gaudência & Gouveia – Canalização e Serralharia, Lda. a empreitada de Reparação e Manutenção da rede de abastecimento de águas do Porto do Funchal e nomear o Eng.º Luís Manuel de Teixeira de Ornelas, gestor do contrato;

Adjudicar à sociedade RIM – Engenharia e Construções, S.A. a execução da empreitada Construção de Reservatório de Combustíveis para o Cais do Porto Moniz e nomear o colaborador Pedro António Faria Gouveia, gestor do contrato;

Delegar poderes no Eng.º Alcides José Velosa Correia para proceder à vistoria da “Empreitada de Construção dos Edifícios das Autoridades do porto do Porto Santo” e da “Empreitada relativa à execução de trabalhos complementares nos Edifícios das Autoridades do porto do Porto Santo”, para efeitos de receção definitiva das empreitadas;

Adjudicar à sociedade ETERMAR – Engenharia e Construções, S.A., a execução da empreitada de Reabilitação da área Envolvente do Cais 6, Espaços do Acesso Vertical à Avenida Sá carneiro e nomear o Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, gestor do contrato;

Delegar poderes no colaborador Pedro António Faria de Gouveia, para proceder à vistoria da “Empreitada relativa à instalação de vedações e alargamento do arruamento junto às instalações da Repsol”, para efeitos de receção provisória da empreitada;

Delegar poderes nos Eng.ºs António Santos e Alcides Correia para, em representação da APRAM, S.A., procederem à outorga dos autos de receção provisória da “Empreitada de Instalação de Passadiço Flutuante no Cais de Câmara de Lobos” e da “Empreitada de Instalação doe Passadiço Flutuante no Contra Molhe do Porto do Porto Santo”, respetivamente;

Adjudicar à sociedade RIM – Engenharia e Construções, S.A. a execução da “Empreitada de reabilitação do Cais de Santa Cruz – 1ª Fase e nomear o Eng.º Ricardo Emanuel Quaresma Nunes, gestor do contrato;

4. Governo da Sociedade

Adjudicar à sociedade MICROSEGUR – Soluções de Engenharia, Unipessoal, Lda., o “Fornecimento de Equipamento de Raio X para a Gare marítima da Madeira” e nomear o Eng.º Rui Humberto Coelho Lopes, gestor do contrato;

Adjudica à empresa ETERMAR – Engenharia e Construções, S.A. a “Empreitada de proteção dos equipamentos hidráulicos e elétricos da grua do cais do Seixal”;

Delegar poderes no Eng.º Ricardo Emanuela Quaresma Nunes para proceder à vistoria da “Empreitada de Reabilitação do Cais da Ribeira Brava”;

Delegar poderes no Eng.º Ricardo Emanuel Quaresma Nunes, para proceder à vistoria e outorga do auto de receção provisória da “Empreitada de execução dos novos gabinetes do SEF”;

Adjudicar à empresa Aerofabril – Indústria de Equipamentos Aeroportuários, Lda. o fornecimento de 6 carros articulados para transporte de bagagem para o cais 6 do Porto do Funchal e nomear o Eng.º José Manuel Neves Fernandes, gestor do contrato;

Delegar poderes no Eng.º António Acácio Santos para em representação da APRAM, S.A. proceder à vistoria e outorga do auto de recção provisória da “Empreitada de Reabilitação do Edifício da Portaria do Porto do Funchal”;

Delegar poderes no Eng.º António Acácio Santos para em representação da APRAM, S.A. proceder à vistoria e outorga do auto de receção provisória da “Empreitada de Construção do Edifício de Apoio do Cais 6 do Porto do Funchal e Reabilitação da sua Envolvente”;

Adjudicar à empresa LOBOSTEEL – Construções Metálicas, Unipessoal, Lda., a “Empreitada de remoção das duas escadas de ferro e montagem de seis escadas em aço inox para o porto do Porto Santo;

Adjudicar a empreitada, no âmbito do procedimento denominado “Concurso Público para a Execução da Empreitada de Reparação da Marina do porto do Porto Santo – Fase 1”, à AHLERS LINDLEY, Lda. e nomear o Eng.º Alcides José Velosa Correia, gestor do contrato;

4. Governo da Sociedade

Delegar poderes no Eng.º António Acácio Santos para em representação da APRAM, S.A. proceder à vistoria e outorga do auto de receção provisória da “Empreitada de Reabilitação do Edifício da Portaria do Porto do Funchal – 2ª Fase”;

Adjudicar a “Empreitada de reabilitação do Cais de Santa Cruz – Fase 1” à RIM – Engenharia e Construções, S.A. e nomear o Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, gestor do contrato;

Adjudicar à empresa MZBIKE Miguel Humberto Faria Zacarias Soc. Unip. Lda., o fornecimento de um quadriciclo 4x4;

Delegar poderes no Eng.º António Santos para em representação da APRAM proceder à outorga do auto de receção provisórias da “Empreitada de Impermeabilização da Cobertura da Gare Marítima do Porto do Funchal” e da “Empreitada de Instalação de Grua Hidráulica no Cais do Seixal;

Autorizar a suspensão dos trabalhos da “Empreitada de Reabilitação do Cais da Madalena do Mar” nos dias 16 e 17 de dezembro de 2021 e delegar poderes no Eng.º Ricardo Emanuel Quaresma Nunes para outorga do auto de suspensão;

Deferir o pedido de prorrogação do prazo para a conclusão dos serviços objeto do Contrato celebrado no âmbito do concurso público para a prestação de serviços de reabilitação do Travelift do Porto Santo, por 60 dias, formulado pela UNILIF – Manutenção e Aluguer de Máquinas Unipessoal, Lda., devendo estar concluído impreterivelmente até 18 de fevereiro de 2022;

Aprovação de Planos de segurança:

Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada de Reparação e Reabilitação do Heliporto do Porto Moniz” e nomear o Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, coordenador de segurança da empreitada.

Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada de estabilização de dois blocos rochosos da escarpa sobranceira do cais da Ribeira Brava” e nomear o Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, coordenador de segurança da empreitada.

PCR
IF
Sey
Cm.



4. Governo da Sociedade

Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada de Reabilitação das Fachadas Nascente e Norte do Forte de Nossa Senhora da Conceição no porto do Funchal” e nomear o Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, coordenador de segurança da empreitada;

Ratificar a aprovação do Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada de reabilitação do Edifício da Portaria do Porto do Funchal” e ratificar a nomeação do Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, coordenador de segurança da empreitada;

Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada de Reabilitação do Cais do Paul do Mar” e nomear Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, coordenador de segurança da empreitada;

Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada de Impermeabilização da Cobertura da Gare Marítima do Porto do Funchal” e nomear Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, coordenador de segurança da empreitada;

Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada de Remodelação dos Balneários da Marina do Porto de Abrigo do Porto Santo” e nomear Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, coordenador de segurança da empreitada;

Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada Tratamento Superficial, Pintura e reforço das Ancoragens das Estruturas Metálicas do Cais de Receio do porto do Funchal e Fabrico e Montagem de Passadiço no Centro Náutico de São Lázaro” e nomear Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, coordenador de segurança da empreitada;

Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada de Remodelação do Sistema de Iluminação e redes Associadas do Porto do Porto Santo” e nomear o Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, coordenador de segurança da empreitada;

Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada de Reabilitação da Área Envolvente do cais 6 e Espaços do Acesso Vertical à Avenida Sá Carneiro”;

4. Governo da Sociedade

Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada de Reabilitação do Cais da Madalena do Mar” e nomear o Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, coordenador de segurança da empreitada;

Aprovar o Plano de Segurança e Saúde da “Empreitada de Construção de Reservatório de Combustíveis para o Cais do Porto Moniz” e nomear o Eng.º António Acácio Ramos dos Santos, coordenador de segurança da empreitada;

Atribuição de licenças/concessões

Atribuir à Secretaria Regional da Inclusão e Cidadania, uma licença para ocupação do Hangar C6, localizado no Centro Náutico de São Lázaro, destinado à instalação e ao funcionamento do Centro Comunitário Regional, na dependência da Direção Regional dos Assuntos Sociais, pelo prazo de um ano, com isenção do pagamento de taxa;

Atribuir ao Senhor João Paulo Ribeiro Palhas e VECTORGRAVITY, Unipessoal, Lda. licença para utilização privativa de parcela dominial, com 5m² cada, localizadas no porto do Porto Santo junto à rampa do Lobo Marinho, para instalação de um espaço para aluguer de bicicletas;

Autorizar a atribuição de licença à ECM – Empresa de Cervejas da Madeira, Sociedade Unipessoal, Lda., para utilização de um espaço na fachada do edifício localização à entrada do porto do Funchal, destinada à afixação de publicidade, através da colocação de uma lona;

Autorizar a prorrogação do “Contrato Administrativo de Concessão de Uso Privativo de uma Parcela de Terreno no Porto do Porto Santo, da Construção para Armazém e um Posto de Venda de Gasóleo à Navegação”, celebrado entre a APRAM, S.A. e a Sociedade GALP Madeira – Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, Limitada, pelo prazo estritamente necessário até à conclusão do concurso público para a atribuição de um novo contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no porto do Porto Santo para armazém e um posto de venda de gasóleo à navegação, o qual nunca poderá exceder os 5 anos, com efeitos reportados

PCH.
TF
JL
CW.



4. Governo da Sociedade

ao dia 3 de novembro de 2019 e com uma redução de taxa mensal de 50% desde essa data;

Autorizar a atribuição de licença à TSM – Perfurações e Sondagens Subaquáticas da Madeira, Lda., para ocupação e utilização da loja A no Edifício de Autoridades de Porto do Caniçal, destinada a instalações técnicas no âmbito do exercício da atividade de mergulho profissional exercida pelas TSM Perfurações e Sondagens Subaquáticas da Madeira, Lda. A licença é atribuída pelo prazo de um ano com efeitos reportados ao dia 1 de fevereiro de 2021 e término a 31 de janeiro de 2022;

Autoriza a atribuição de licença à Transinsular (Madeira) – Transportes Marítimos Insulares, Lda., para a contagem e desacostagem da embarcação MY Jaruco, com o registo n.º 748046, no posto de atracação n.º 20 do cais de recreio do Porto do Funchal, exclusivamente para as operações de embarque e desembarque de passageiros;

Autorizar a “Concessão do direito de utilização privativa de uma parcela de domínio público sob jurisdição da APRAM, S.A., correspondente a um troço do “Caminho Real” adjacente ao Forte de São José, no Funchal, e a área que integra a implantação do prédio situado à entrada do Porto do Funchal”, convite aos interessados;

Autorizar a cessão parcial da posição contratual de que é titular a sociedade BP PORTUGAL– Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A., no âmbito do contrato relativo a “Aquisição de combustíveis para as viaturas, máquinas e embarcações da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.” -Lotes 1A e 1B, para a sociedade B2 MOBILITY, GMBH;

Atribuir uma “Licença Precária de Ocupação e Utilização de Espaço destinado ao Exercício das Atividade de Restaurante no Edifício de Autoridades do porto do Caniçal”, resultante do “Concurso Público para a atribuição de uma Licença Precária de Ocupação e Utilização de Espaço destinado ao Exercício das Atividade de Restaurante no Edifício de Autoridades do porto do Caniçal”;

4. Governo da Sociedade

Indeferir o pedido da sociedade RECMAD – Recriações Turísticas, Lda. para atribuição de “...um lugar no Cais 8 do Porto do Funchal”, leia-se “Cais de Recreio do Porto do Funchal, para utilização da embarcação Le Reve”...para alojamento Local permitindo estadias na mesma”;

Atribuir à empresa Experimentagora, Lda. uma licença de ocupação e utilização de espaços destinados ao exercício e/ou apoio à atividade marítimo-turística no cais de Câmara de Lobos;

Atribuir a favor da Sociedade Amazinganchor, Lda., o direito de uso de atracação n.º 35 do cais de Recreio do Porto do Funchal, para estacionamento da embarcação “Lourenço”, compreendendo a tomada e largada de passageiros, pelo prazo de um ano;

Adjudicar a “Concessão do direito de utilização privativa de uma parcela de domínio público sob jurisdição da APRAM, S.A., correspondente a um troço do “Caminho Real” adjacente ao Forte de São José, no Funchal, e a área que integra a implantação do prédio situado à entrada do Porto do Funchal”, à TREMEL INVESTMENTS LLC;

Indeferir o pedido apresentado pela Sociedade Ocean Limit, Lda. para atribuição de um posto de amarração no Cais de recreio do Porto do Funchal, destinado à embarcação Margarit Sunset;

Atribuir à Macedos Pirotécnica, Lda. “Licença para ocupação e utilização de terreno do domínio público marítimo no Molhe da Pontinha, porto do Funchal” no âmbito da realização do evento pirotécnico do final de ano;

Atribuir dez licenças para estacionamento de embarcações, no Cais de Recreio do Porto do Funchal, mais bem identificadas no ponto 7. deste relatório;

Atribuir sete licenças para estacionamento de embarcações no Varadouro do Cais de Câmara de Lobos, mais bem identificadas no ponto 7. deste relatório;

Prorrogar e atribuir vinte e sete licenças para estacionamento de veículos na área de jurisdição da APRAM, S.A., nomeadamente, doca de estacionamento localizada na

PCP.
IF
deu
cum.



4. Governo da Sociedade

avenida Sá Carneiro e outras, bem como para desenvolvimento de atividades de animação turística, mais bem identificadas no ponto 7. deste relatório.

Área Financeira/Execução do orçamento/Acordos de Regularização de Dívida:

Atribuir um Fundo de Maneio de quinhentos euros, aos colaboradores Joaquim José Martins Abreu, Helena Rita Freitas Silva Matos, Rosa Maria da Silva Abreu Vieira e José João Oliveira Andrade e de duzentos e cinquenta euros para o colaborador Clemente José Sousa Vital. Igualmente, decidir constituir um Fundo Fixo de Caixa, no montante de trezentos euros;

Aplicar a taxa mensal de 1€ por metro quadrado, acrescido de iva à taxa em vigor, para a utilização do terraplano do Estaleiro do Caniçal para a varagem dos catamarans “Natureza do Mar” e “Prazer do Mar”, para execução de trabalhos de manutenção /reparação;

Aplicar uma redução na taxa aplicável à estadia da embarcação “Prazer do Mar”, correspondente a 4 meses de faturação, referente à fatura FTD 424 de 16.04.2021;

Proceder à venda de matérias de sucata á empresa Madeira Cartão – Sociedade de Triagem de Resíduos Sólidos, Lda.;

Promover a cobrança coerciva dos valores em dívida dos clientes: Carlos Alberto de Araújo Quinze; Gonçalo Ferreira Barbosa e Armando Nunes Santos; Morna, Mendonça e Shmit, Lda. e Majestiksense, S.A.; Destination Serviços – LUSO DS;

Isenta as taxas portuárias da atracação da Nau Santa Maria no Porto Santo, entre os dias 6 e 10 de outubro, no âmbito do festival de Colombo 2021;

Proceder à alienação das viaturas constantes da resolução n.º 875/2021, publicada no Jornal Oficial da região Autónoma da Madeira (JORAM), I Série, n.º 173, de 23 de setembro;

Adota as medidas determinadas pelo Governo Regional da Madeira nos pontos 2 a 5 da Resolução do Conselho do Governo n.º 676/2021, de 19 de julho (isenções);

4. Governo da Sociedade

Promover a cobrança coerciva dos valores em dívida para com a APRAM, S.A., dos clientes: Paulo Miguel Freitas Abreu, José Duarte Franco Teixeira, Duarte Miguel Caldeira de Freitas; António Florentino Franco Figueira;

Adjudicar ao Senhor Carlos Bruno França de Vasconcelos a venda da viatura “AUDI A3”, na sequência da hasta pública de alienação de viaturas da APRAM, S.A.;

Proceder à anulação da fatura emitida à CITY BUBBLES – Animação Turística, Unipessoal, Lda., referente ao mês de outubro de 2021, por não ter sido possível usufruir do espaço que lhe foi atribuído;

Alienar, por hasta pública, à sociedade Madeira Cartão Sociedade de Triagem Lda., as seguintes viaturas: viatura Renault Clio, com a matrícula 46-QB-03; Viatura Hyundai H1, com a matrícula 52-qB-66, e ao senhor Elvino Nicolau de Gouveia e Sousa a viatura Peugeot 407, com a matrícula 92-85-ZJ;

Proceder à dedução do valor da fatura a pagar ao fornecedor no âmbito do Concurso Público para a “Aquisição de Material Necessário à Reparação de defensas”;

Aprovar e submeter à tutela, vinte e quatro alterações orçamentais ao orçamento privativo da APRAM – Administração dos Portos da Madeira, S.A., durante o ano 2021.

Recursos humanos:

Celebrar contrato de trabalho a termo certo com o Eng.º Alcides José Velosa Correia, pelo prazo de 12 meses, com efeitos a partir do dia quinze de janeiro de dois mil e vinte um;

Celebrar contrato de trabalho por tempo indeterminado para Auxiliar de Serviços, Marco Assunção Rodrigues da Silva;

Autorizar a prorrogação da licença sem remuneração ao colaborador Carlos Nóbrega Teixeira, de 1 de março de 2021 a 28 de fevereiro de 2022;

Celebrar contrato de trabalho, em regime de comissão de serviço, para o exercício do cargo de Chefe do Departamento de Recursos Humanos e Administrativos, S.A., a

PCh.
IF
Feli
Cm.



4. Governo da Sociedade

licenciada Cláudia Cristina Camacho Coelho Ferreira de Freitas e atribuir o regime de Isenção de Horário de trabalho;

Autorizar o regresso à APRAM, S.A. do colaborador José António Castro;

Homologar o Relatório Preliminar e Final produzidos pelo júri do processo de recrutamento encetado para a admissão de um cantoneiro de limpeza, e, celebrar contrato de trabalho por tempo indeterminado com Emanuel da Conceição Sousa Costa, com início a 15 de abril de 2021;

Autorizar a progressão na carreira dos colaboradores: Pedro Macedo Oliveira Camacho; Joaquim José Martins Abreu; João Manuel Sá Lopes Alves dos Santos, Orlando Rodrigues Figueiredo; António Acácio Ramos Santos;

Autorizar a celebração de um Acordo de Teletrabalho com a colaboradora Priscila Maria Martins Candelária, com feitos reportados a 03.05.2021;

Autorizar a celebração de um Acordo de Teletrabalho com colaborador Alexandre França Pitão Abreu Fernandes, com feitos reportados a 03.05.2021;

Autorizar a contratação da apólice de seguro de vida grupo à Una Seguros de Vida, S.A., na sequência do Concurso Público n.º APP 01/2019 – AQUISIÇÃO DE SEGURO DE VIDA GRUPO, para o pessoal técnico de pilotagem e as tripulações;

Celebrar o contrato de trabalho por tempo indeterminado com Maria Inês Tomás Gomes dos Santos Pinto de Freitas Pita, com início a 1 de junho de 2021, para o exercício das funções inerentes à carreira de Consultor Jurídico;

Celebrar o contrato de trabalho a termo incerto com Bruno Miguel Macedo Ferreira, com início a 1 de junho de 2021, para o exercício das funções inerentes à carreira de Técnico Superior – grupo profissional 1;

Autorizar a celebração de 6 Acordos de Conversão de Contratos de Trabalho a Termo Certo em Contratos de Trabalho por Termo Indeterminado com os colaboradores João Maurício Jesus Sousa, José Manuel Sousa Alves, José Xavier Coelho Carvalho; Pedro Miguel Luís da Silva; Carlos Renato Andrade Lume e Nuno Filipe Sá dos Santos;

FCR
JF
Pau
am.

4. Governo da Sociedade

Autorizar o exercício de outras atividades privadas pela colaboradora Maria Inês Tomás Gomes dos Santos Pinto de Freitas Pita, nos termos e nas condições requeridas;

Celebrar Contrato de Trabalho por Termo Indeterminado com Bárbara Raquel da Costa Vieira, com início a 1 de julho de 2021, para o exercício de funções inerentes à carreira de Técnico Superior – grupo 1;

Ratificar a ordenação final dos candidatos, constante da lista de candidatos admitidos e Excluídos anexo ao Relatório Preliminar, no âmbito do processo de recrutamento para o preenchimento de 2 vagas de agentes de exploração, em regime de Contrato se Trabalho por Termo Indeterminado;

Celebrar Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado com Sérgio Bruno Freitas Capelo e Bruno Miguel Rodrigues Cruz, com início a 05.07.2021 e 16.07.2021, respetivamente;

Celebrar Contrato de Trabalho por Termo Indeterminado com José Ilídio Velosa de Sena, com início a 12 de julho de 2021, para o exercício de funções inerentes à carreira de Técnico Superior – grupo 1;

Autorizar a progressão na carreira dos colaboradores Fernando José Fernandes Ferreira e Nelson Ricardo Branco Silva; João Maurício Jesus Sousa; José Xavier Coelho Carvalho; Marco Aurélio Paiva Silva; Pedro Miguel Luís da Silva; José Manuel Sousa Alves; Susana Merícia Vieira Jesus;

Autorizar a mudança de carreira do colaborador António Nelson Pestana Silva para a carreira de Técnico Superior com efeitos a partir de 1 de setembro de 2021;

Ratificar a celebração e um Acordo de Cedência de Interesse Público com o Instituto de Emprego da Madeira, IP-RAM, com a licenciada em direito, Carolina Teixeira de Aguiar Fontes, para o desempenho das funções inerentes à carreira de Consultor Jurídico;

Aprovar, com efeitos a 01.11.2021, a transferência do colaborar Fernando José Fernandes Ferreira para o quadro de pessoal da APA, S.A. com o enquadramento

4. Governo da Sociedade

profissional que o trabalhador apresenta na APRAM, S.A. (Carreira de agente de exploração);

Admitir, pelo período de 3 anos, com início a 01.10.2021 e término em 30.09.2024, Fábio Rafael de Sousa Bento, em regime de Comissão Especial de Serviço, para o desempenho de funções inerentes à Carreira de Agente de Exploração;

Admitir com efeitos a partir de 10.10.2021, Rodrigo Marques Palhares através do mecanismo da transferência, tendo em vista o desempenho das funções inerentes à Carreira de Agente de Exploração;

Solicitar autorização do membro Governo Regional responsável pelo sector de atividade da APRAM, S.A. e do Secretário Regional das Finanças, para que se proceda à integração no quadro de pessoal desta empresa do trabalhador José Miguel Neves Fernandes, na carreira de Técnico Superior, contabilizando o tempo de chefia decorrido desde 08.10.2018, para efeitos de evolução na carreira profissional e antiguidade;

Mandar os colaboradores a seguir indicados para autorizarem a prestação de trabalho suplementar, devidamente fundamentado e nos termos legalmente admissíveis, José Miguel Neves Fernandes; Miguel Ângelo Gonçalves Faria; Paula Freitas Menezes; Cláudia Cristina Camacho Coelho Ferreira de Freitas; Rui Humberto Coelho Lopes e Marco Aurélio Paiva Silva;

Reconverter o colaborador Paulo Alexandre Azevedo Ferreira à carreira de Mestre de Tráfego Local, do grupo profissional 4, com efeitos a partir de 01.11.2021;

Autorizar a progressão na carreira dos trabalhadores Dinarte João Vieira Abreu e Rui Miguel Bragança Ferreira;

Celebrar Contrato de trabalho por tempo Indeterminado com Bernardo de Jesus Pereira Fernandes, com início a 11.11.2021, para o exercício das funções inerentes à carreira de Pessoal Técnico de Pilotagem;

Autorizar o exercício de outras atividades privadas pela trabalhadora Cláudia Cristina Camacho Coelho Ferreira de Freitas e pelo trabalhador Alcides José Velosa Correia;

PCB
TF
du
aw.

4. Governo da Sociedade

Cessar o exercício de funções do trabalhador Sérgio Bruno Freitas Capelo em regime de turnos e celebrar um Acordo de Isenção de Horário de Trabalho a partir de 01.12.2021;

Autorizar que, com efeitos imediatos, a trabalhadora Carolina Teixeira de Aguiar Fontes, passe a desempenhar funções em regime de horário flexível;

Autorizar a progressão na carreira dos trabalhadores Ana Maria Gouveia Rodrigues; António Luís Rodrigues Vieira; Duarte Filipe Pestana Santos e Rui Silvestre Gomes Aguiar, com efeitos reportados a 30.12.2021; 19.12.2021; 30.12.2021 e 19.12.2021, respetivamente;

Indeferir o pedido formalizado pela trabalhadora Armanda Madalena Santos Marques pelo período de ausência ter tido uma duração inferir a 30 dias seguidos e indeferir os pedidos dos trabalhadores Judite Abreu Aguiar e Martinho Jorge Figueira Abreu Mestre, para que lhes fosse abonada uma compensação correspondente à remuneração perdida durante os respetivos períodos de ausência por doença;

Autorizar a celebração de um acordo de Renovação do Contrato de Trabalho a Termo Certo vigente com o trabalhador Alcides José Velosa Correia, pelo período adicional de 12 meses, com início a 15.01.2022 e termo a 14.01.2023;

Autorizar a conversão do Contrato por Tempo Indeterminado vigente com o trabalhador José Justino de Ornelas em Contrato a Termo após reforma por velhice, com efeitos e nos termos previsto no artigo 348º do CT;

Homologar a Avaliação de desempenho do ano 2020;

Participação da APRAM, S.A. em feiras/organizações do setor:

Autorizar a participação da APRAM no evento “Seatrade Cruise Global 2021”, na cidade de Miami, Estados Unidos da América, entre 17 e 30 de setembro, no âmbito da parceria entre os Portos de Las Palmas, Tenerife, Madeira e Cabo Verde, através da Associação “Cruises Atlantis Islands” e nomear a Presidente do Conselho de Administração e a Dra. Patrícia Alexandra Fernandes Bairrada Amaro de Jesus, para representarem a APRAM, S.A. no referido evento;

PCP.
IF
cu
cw.

PCP
IF
fili
am.



4. Governo da Sociedade

Contencioso:

Delegar poderes na sua Presidente, Eng.ª Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva, para a assinaturas da Procuração Forense na qual a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira ,S.A. constitui seus bastantes procuradores a Senhora Dra. Ana Moutinho Nascimento, sócia da Sérvulo & Associados- Sociedade de Advogados, RL, e a Senhora Dra. Patrícia Guerra Carvalho, advogadas, a quem, com os de substabelecer, confere os mais amplos poderes forenses em Direito permitidos, para representar a APRAM , no âmbito do Processo de Impugnação n.º 294/20.5BEFUN, que corre os seus termos junto da Unidade Orgânica, do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal;

Adjudicar ao Dr. David Gomes Nunes a “Aquisição de Serviços Jurídicos” a prestar no âmbito da Ação de Processo Comum n.º 711/21.7T8FNC, do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira – Juízo do Trabalho do Funchal, interposta por Diva Manuela Lourenço, Duarte Miguel da Silva Drumond e Maria Lúcia de Melim, contra a APRAM,S.A. e, até trânsito em julgado da sentença a proferir no âmbito do respetivo processo, ainda que em instâncias superiores e com a necessidade de elaboração de eventuais alegações ou contra-alegações de recurso, conforme termos e demais condições constantes da proposta apresentada e nomear a Dra. Cláudia Camacho Coelho, gestora do contrato;

Constituir seus bastantes procuradores a Senhora Dra. Ana Moutinho Nascimento, sócia da Sérvulo & Associados- Sociedade de Advogados, RL e a Senhora Dra. Patrícia Guerra Carvalho, advogadas, a quem, com os de substabelecer, confere os mais amplos poderes forenses em Direito permitidos, para representar a APRAM, no âmbito do Processo de Impugnação n.º 294/20.5BEFUN, que corre os seus termos junto da Unidade Orgânica, do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal;

Outorgar a Procuração à Dra. Cláudia Cristina Camacho Coelho Ferreira de Freitas, a quem confere poderes para representação a empresa na Tentativa de Conciliação agendada para o dia 27.05.2021, no âmbito de Processo n.º 1229720.2T8FNC/

4. Governo da Sociedade

Procuradoria do Juízo, podendo confessar ou transigir, nos termos que entender convenientes;

Outorgar a favor de Inês Santos Pinto uma Procuração, conferindo todos os poderes necessários para, em nome e em representação da APRAM, proceder à atualização dos dados referentes à composição do Conselho de Administração, de acordo com as deliberações constantes das atas n.ºs 75 e 78 da Assembleia Geral, respetivamente, de 18.10.2019 e 30.09.2020;

Constituir seus bastantes procuradores os senhores Dr. Diogo Feio e Dra. Ana Moutinho Nascimento, sócios da Sérvulo & Associados – Sociedade de Advogados RL, a quem, com os de substabelecer, confere os amplos poderes forenses em Direito permitidos, para representar a referida APRAM, S.A., no âmbito do Processo de Impugnação n.º 88/21.OBEFUN, que corre os seus termos junto da Unidade Orgânica, do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal;

Delegar poderes na Presidente, Eng.ª Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva, para a assinatura da Procuração Forense na qual a APRAM, S.A. constitui seus bastantes procuradores os senhores Dr. Mark Kirkby e Dra. Francisca Mendes da Costa, sócios da Sérvulo & Associados – Sociedade de Advogados, RL, todos advogados, a quem, com os de substabelecer, confere os mais amplos poderes forenses em Direito permitidos, incluindo os poderes especiais de confessar, transigir e desistir, para representar a APRAM no âmbito do procedimento arbitral desencadeado pela sociedade CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A., através de carta datada de 4 de junho de 2021, tendo por objeto o diferendo que opõe as duas entidades, emergente do Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um terminal Marítimo de Combustíveis no Caniçal, celebrado em 3 de janeiro de 2005;

Delegar poderes na Presidente, Eng.ª Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva, para a assinatura da Procuração Forense na qual a APRAM, S.A. constitui seus bastantes procuradores a Dra. Ana Moutinho Nascimento, sócia da Sérvulo & Associados – Sociedade de Advogados RL, e Dra. Patrícia Guerra Carvalhal;

4. Governo da Sociedade

Delegar poderes na Presidente, Eng.ª Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva, para a assinatura da Procuração Forense no âmbito do Processo de Intimação para a prestação de Informações e Passagem de Certidões n.º 209/21.3BEFUN, que corre os seus termos junto da Unidade;

Adjudicar ao Dr. David Gomes Nunes a “Aquisição de Serviços Jurídicos-Forenses” a prestar no âmbito de Ação Administrativa (Proc. n.º 235/21.2 BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal – Unidade Orgânica), interposta por Bruna Rosana Ponte dos Santos contra a APRAM,S.A. e até trânsito em julgado da sentença a proferir no âmbito do respetivo processo, ainda a que em instâncias superiores e com necessidade de elaboração de eventuais alegações ou contra-alegações de recurso, conforme termos e demais condições constantes da proposta apresentada,

Delegar poderes na Presidente, Eng.ª Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva, para a assinatura da Procuração Forense na qual a APRAM,S.A. constitui seus bastante procuradores a senhora Dra. Ana Moutinho Nascimento, sócia da Sérvulo & Associados – Sociedade de Advogados, RL e a senhora Dra. Patrícia Guerra Carvalhas, a quem, com os de substabelecer, confere os mais amplos poderes forenses em direito permitidos, para representar a APRAM no âmbito do Processo de Impugnação n.º 229/21.8BEFUNm, que corre os seus termos junto da Unidade Orgânica, do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com ratificação do processado;

Atividades filantrópicas/responsabilidade social da APRAM, S.A.

Autorizar a ACIF – Associação Comercial e Industrial do Funchal, a utilizar espaço sob a jurisdição da APRAM, S.A. (área ajardinada junto ao Cais 8) para realizar a feira de automóveis, denominada “Mercado de Usados” de 24 a 31 de maio de 2021;

Autorizar a organização do Rali Vinho Madeira, edição 2021, a ocupar espaços sob jurisdição da APRAM, S.A., entre os dias 28 de julho e 10 de agosto;

PCJ.
IF
fey
aw.

4. Governo da Sociedade

Deferir o pedido de patrocínio do Clube Naval do Funchal para apoio da X Edição da regata Internacional Transquadra na Madeira, com chegada marcada de 19 a 28 de agosto de 201 e largada entre 20 e 29 de janeiro de 2022;

Autorizar a ACIF – Câmara de Comércio e Indústria a ocupar um espaço no estacionamento do cais 8 e arredores para a realização da feira de automóveis, denominada de “Mercados de usados” no período de 02 a 11 de agosto de 2011;

Autorizar o Club Sport Madeira no âmbito da realização do Rally Madeira Legend, a ocupar toda a extensão do Cais 8 e respetivo estacionamento para Parque de Assistência e Reabastecimento do referido Rally de 28 a 31 de outubro;

Atribuir à Red Bull Portugal, Unipessoal, Lda., “Licença para a ocupação e utilização o terreno do domínio público marítimo no Centro Náutico de São Lázaro” para a realização do evento #Red Bull Madeira Shooting Stars;

4.7 Exercício de Poderes de Autoridade, por parte da APRAM, S.A.

Nos termos das alíneas a) a g) do número 2 do artigo 3.º dos Estatutos da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., aprovado em anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, a APRAM, S.A. exerce os seguintes poderes de:

Atribuição de usos privativos e definição do respetivo interesse público para efeitos de concessão relativamente aos bens do domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;

Licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado ou concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;

4. Governo da Sociedade

Expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;

Administração do domínio público na área que lhe está afeta;

Fixação de taxas e tarifas a cobrar pela utilização dos portos, terminais, cais e Marinas, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;

Proteção das suas instalações e do seu pessoal;

Uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização.

4.8 Entidades Encarregadas de Auditoria Externa

Grant Thornton & Associados - SROC, Limitada;

Inspeção Regional de Finanças;

Inspeção Geral de Finanças;

Tribunal de Contas;

Tribunal de Contas Europeu;

Instituto de Desenvolvimento Regional;

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP;

Outras que, no âmbito de projetos cofinanciados, sejam indicadas pelas respetivas Entidades Encarregadas de Auditoria Externa.

4.9 Remunerações dos Membros dos Órgãos Sociais

Assembleia Geral

A remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral, sob a forma de senhas de presença, fixada por Deliberação da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., encontra-se discriminada no quadro seguinte:

pcn.
IF
pcc
CW.

PCP,
IF
pu
cur.

4. Governo da Sociedade

Quadro 1 – Remuneração auferida pelos membros da Assembleia Geral

Valores auferidos membros da Assembleia Geral	Senhas de Presença	TOTAL
Célia Quintal	600,00 €	600,00 €
Miguel Faria	500,00 €	500,00 €
Patrícia Bairrada	500,00 €	500,00 €
TOTAL	1.600,00 €	1.600,00 €

Fonte: APRAM, S.A.

Fiscal Único

A remuneração auferida pelo Fiscal Único, Sociedade Grant Thornton & Associados - SROC, Limitada, durante o ano de 2021, foi de 14.566,80 euros, acrescidos de IVA.

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração auferiram as remunerações e demais regalias sociais fixadas por Deliberação da Assembleia Geral da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. indicadas nos quadros infra:

Quadro 2 - Remunerações e demais regalias sociais do Conselho de Administração – período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2021

DESCRIÇÃO	Membros executivos		Membro não executivo	TOTAL
	Paula Cabaço	Isabel Figueiroa	João Francisco	
Remuneração base	38.108,40 €	31.732,80 €	8.350,80	78.192,00 €
Subsídio de férias/Natal	6.351,40 €	5.288,80 €		11.640,20 €
Subsídio de alimentação	1.159,11 €	1.106,64 €		2.265,75 €
Despesas representação	16.045,20 €	13.361,04 €		29.406,24 €
Ajudas de custo	682,15			682,15 €
CGA/S.S.	14.369,94 €	11.965,98 €	1.983,36 €	28.319,28 €
Seguros de acidentes de trabalho	1.373,46 €	1.143,66 €		2.517,12 €

4. Governo da Sociedade

DESCRIÇÃO	Membros executivos		Membro não executivo	TOTAL
	Paula Cabaço	Isabel Figueiroa	João Francisco	
SUB-TOTAL SALÁRIOS	78.089,66 €	64.598,92 €	10.334,16 €	153.022,74 €
Passagens	4.757,96 €			4.757,96 €
Estadias e outras despesas (representação do serviço)	6.525,09 €			6.525,09 €
Despesas com viatura	2.421,61 €			2.421,61 €
IUC	147,21 €			147,21 €
Seguro Viatura	148,89 €			148,89 €
Gasolina/Gasóleo	1.850,59 €	1.549,51 €		3.400,10 €
Comunicações	111,96 €	68,31 €		180,27 €
SUB-TOTAL	15.963,31 €	1.617,82 €	0,00 €	17.581,13 €
TOTAL	94.052,97 €	66.216,74 €	10.334,16 €	170.603,87 €

Fonte: APRAM, S.A.

Todos os Administradores estão inscritos e descontam para a Caixa Geral de Aposentações, Segurança Social e ADSE, consoante a situação aplicável.

Não existem planos complementares de reforma.

Não foram atribuídos prémios de gestão.

4.10 Certificação legal de contas

A Certificação Legal de contas, emitida pelo Revisor Oficial de Contas, encontra-se em anexo ao presente relatório.

PCR.
IF
Jey
Car.

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

PCP.
IF
ou
cur.

5. RECLASSIFICAÇÃO E ORÇAMENTO DA APRAM, S.A.

Apesar da reclassificação da APRAM, S.A. produzir efeitos desde 2012, só em 2014 é integrada na administração pública regional. Esta situação introduziu alterações significativas nas suas obrigações, de que se destacam:

A integração da APRAM, S.A. no orçamento da RAM, concorrendo para todos os limites à despesa e não podendo ultrapassar as dotações orçamentais atribuídas;

O cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso;

A obrigatoriedade de efetuar o reporte regular da informação financeira e do número de trabalhadores;

A obrigatoriedade de cumprir com a regra da unidade de tesouraria, movimentando todos os fluxos financeiros exclusivamente em contas abertas no IGCP, encerrando as demais contas bancárias.

O orçamento inicial da APRAM, S.A. para o ano económico de 2021, elaborado na ótica da contabilidade pública, era de 45.275.998 €.

A repartição entre as receitas e despesas (correntes e de capital) foi a seguinte (ver quadro infra):

Quadro 3 – Orçamento inicial da APRAM, S.A.

Un.: Euros

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO	
1. Receitas correntes	12 526 895	28%
2. Receitas de capital	32 749 103	72%
TOTAL DAS RECEITAS	45 275 998	100%
1. Despesas correntes	15 784 054	35%
2. Despesas de capital	29 491 944	65%
TOTAL DAS DESPESAS	45 275 998	100%

Ao longo do ano 2021, a APRAM, S.A. realizou 24 alterações orçamentais, sendo que estas alterações foram decorrentes do seguinte:

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

1.ª Alteração orçamental – A partir do ano 2021, passou a haver a divisão dos projetos por Concelho, sendo que esta alteração teve por base esta nova divisão, o que levou à necessidade de transferir verbas dentro do mesmo projeto (52027), do Concelho de Santa Cruz para o Concelho da Calheta a fim de se adjudicar a empreitada de reabilitação do cais do Paul do Mar;

2.ª Alteração orçamental – Registo das rubricas TT – encargos transitados, para fazer face a pagamentos do ano anterior, devidamente contratualizados e comprometidos;

3.ª Alteração orçamental – Transferência de verbas entre rubricas de receita própria a fim de dar andamento aos procedimentos concursais para a locação/aluguer de um sistema de gestão documental, bem como a prestação de serviços de transferência dos dados do sistema atual para o novo;

4.ª Alteração orçamental - Procedeu-se ao registo do saldo da gerência anterior (crédito especial), o qual foi canalizado para a compensação dos valores das despesas pagas em 2021 e referentes a compromissos assumidos em 2020 (pagamentos de anos anteriores - TT's), bem como pela inscrição das verbas necessárias, a fim de permitir a abertura dos procedimentos concursais para a docagem dos rebocadores "Ponta do Pargo" e "Boqueirão". Nesta alteração orçamental, também se realizou um reforço da medida 034 - COVID-19 - atendendo à necessidade de aquisição de luvas, máscaras, desinfetantes e material de limpeza, bem como o reforço da prestação de serviços de limpeza a fim de prevenir e conter esta pandemia. Houve um reforço de verbas para a aquisição de material informático a fim de dotar a empresa de melhores valências para o teletrabalho, bem como a realização de melhorias do seu equipamento marítimo portuário, através de grandes reparações de alguns equipamentos;

5.ª Alteração orçamental – Nesta alteração houve a necessidade de reforçar alguns projetos contemplados no contrato programa de investimento do ano 2020, associado ao Fundo de Coesão Nacional, havendo a compensação entre projetos dentro do mesmo contrato programa, nomeadamente o projeto de reparação e manutenção da marina

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

PCH.
IF
per
aw.

do porto do Porto Santo e o projeto de requalificação do edifício da portaria e o edifício do gabinete de gestão de recursos e ambiente do porto do Funchal;

6.^a Alteração orçamental – Registo de um crédito especial na sequência da receção de verbas no âmbito da devolução da caução decorrente de um processo judicial, bem como pela estimativa do valor a receber no âmbito da venda de bens inutilizados, nomeadamente de cabeços e demais material que se encontra obsoleto/inutilizado.

Com esta alteração também registou-se as verbas necessárias no âmbito do projeto de execução da Lei de Meios, no intuito de se dar início à abertura dos procedimentos concursais e continuidade a outros que já estão em curso, nomeadamente: a Empreitada de Redefinição da Entrada da Marina do Funchal (Prolongamento em 30 metros do molhe principal da Marina); os Estudos e Projetos de Recuperação dos Edifícios da Marina do Funchal; os Estudos e Projetos para o Prolongamento da Pontinha e do Cais 8; os Estudos e Projeto de Redefinição da Entrada da marina do Funchal (Prolongamento em 30 metros do molhe principal da Marina); a Empreitada de Recuperação dos Edifícios da Marina do Funchal e a Empreitada de Construção do Edifício de Apoio ao Cais 6, Acessos, Elevador e Repavimentação;

Na base da 7.^a alteração orçamental, esteve a necessidade de proceder à devolução de verbas do valor recebido em excesso associado ao Protocolo celebrado entre a Região Autónoma da Madeira e a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., com vista à atribuição de uma indemnização compensatória em 2020;

Na 8.^a alteração orçamental houve a necessidade inscrever o Concelho da Ponta do Sol, associado ao projeto 52027 a fim de se dar início à empreitada de reabilitação do cais da Madalena do Mar, havendo a compensação entre as rúbricas orçamentais;

Pela 9.^a alteração orçamental registou-se um crédito especial, na sequência da solicitação da APRAM, S.A. à Autoridade Tributária, do reembolso dos pagamentos especiais por conta, que tinham sido pagos em anos anteriores e não tinham sido ainda deduzidos;

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

A 10.ª alteração orçamental teve lugar a fim de se registar a decisão do acionista para a realização de prestações acessórias a fim da APRAM, S.A. dispor das verbas necessárias para o integral pagamento do serviço da dívida do ano 2021;

Houve a necessidade de realizar transferências entre rubricas orçamentais de receita, a fim de se assegurar o recebimento da devolução de uma caução prestada anteriormente, bem como para o reforço orçamental referente à venda de bens obsoletos/inutilizados. Por outro lado, no que se refere à despesa, houve a necessidade de reforçar a rubrica de alugueres/locações a fim de dotar a empresa com o equipamento de raio X para apoio à operação portuária. Estas alterações foram compensadas entre rubricas orçamentais e foram formalizadas pelo registo da 11.ª alteração orçamental;

12.ª alteração orçamental – Em aditamento à 4.ª alteração orçamental registou-se um crédito especial a fim de integrar nas contas do ano 2021, o saldo de gerência remanescente, referente ao exercício económico de 2020;

Pela 13.ª alteração orçamental, houve a necessidade de ajustar as rubricas de pessoal, havendo a compensação entre as rubricas orçamentais, não resultando deste modo qualquer acréscimo global da despesa;

A 14.ª alteração orçamental foi registada pela necessidade de reforçar o projeto do edifício da portaria do porto do Funchal, atendendo a que no decurso da execução da empreitada verificou-se a existência de problemas estruturais após alguns trabalhos de demolição que era necessário resolver, bem como pela necessidade de reforçar o projeto de substituição da rede de abastecimento de água e da rede de esgotos do porto do Funchal, a fim de corrigir algumas situações anómalas e contrárias à legislação ambiental, atualmente em vigor;

Pela 15.ª alteração orçamental, registou-se a redução do valor associado ao projeto 52027 – Reparação e requalificação de pequenos portos e cais (Concelho de Santa Cruz), em resultado da última reprogramação deste projeto, bem como pela necessidade de a

PCP
IF
Bela
/am

PCh.
JF
for
cm.

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Vice-Presidência poder atribuir estas verbas para a reforma do projeto de apoio aos municípios;

A 16.ª e 17.ª alterações orçamentais, tiveram como base a necessidade de ajustar as rubricas associadas à atividade corrente da empresa, nomeadamente as rubricas de pessoal, aquisição e bens e serviços, entre outras, havendo a compensação entre as rubricas orçamentais e, não resultando deste modo qualquer acréscimo global da despesa;

A 18.ª alteração orçamental foi registada, no intuito de proceder à aquisição de equipamento de raio X, de forma a dotar a Gare Marítima da Madeira com as condições necessárias para o embarque e desembarque de passageiros, tripulantes, bem como para dar cumprimento às normas de segurança internacionais (ISPS);

Pela 19.ª alteração orçamental, reforçou-se das verbas associadas à PSP para o acompanhamento da operação de raio x, bem como as verbas associadas a conservação e reparação, uma vez que estavam a decorrer as docagens dos rebocadores N/M "Boqueirão" e N/M "Ponta do Pargo";

Atendendo ao início da atividade de cruzeiros (retoma gradual) e ao aumento do preço dos combustíveis, houve a necessidade de ajustar o orçamento para fazer face a estas despesas. Por outro lado, na sequência da comunicação por parte da CGA houve a necessidade de reforçar as rubricas associadas a esta classificação económica, visto que a APRAM, S.A. passou a assumir um encargo com uma pensão vitalícia, na sequência de um acidente em serviço de um antigo trabalhador e que resultou em incapacidade permanente parcial. Estas correções foram materializadas pela inscrição da 20.ª Alteração orçamental;

Na base da 21.ª alteração orçamental, está a insuficiência de estimativa decorrente do pagamento do serviço da dívida da APRAM, S.A. para o ano 2021, uma vez que o valor pago foi superior ao valor estimado aquando da proposta e orçamento aprovado para este ano;

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Pela 22.^a alteração orçamental, procedeu-se ao reforço dos montantes associados a transferências correntes, atendendo à necessidade de devolver à RAM o valor recebido em excesso no âmbito do cumprimento do disposto no n.º 3 da Cláusula Quarta do Contrato Programa (perda de receita na sequência da pandemia da doença COVID-19), celebrado em 23 de outubro de 2020;

Na base da 23.^a e 24.^a alterações orçamentais, registaram-se os acertos finais de ano, no intuito de adequar as verbas recebidas e pagas ao orçamento da APRAM, S.A., nomeadamente no que se refere às necessidades operacionais da empresa. Verificou-se a compensação entre as diferentes rubricas orçamentais, não resultando nenhum acréscimo global, quer no que se refere às receitas, quer no que se refere às despesas.

A variação global do orçamento corrigido, face ao orçamento inicial foi no valor de 4.850.806 € (quatro milhões, oitocentos e cinquenta mil, oitocentos e seis euros), e resulta essencialmente dos créditos especiais descritos nos parágrafos anteriores.

A APRAM, S.A. apresentou este ano, receitas globais no valor de 39.676 M€, a que corresponde uma taxa de execução orçamental de 79% (receitas correntes – 89%; receitas de capital – 76%), conforme se pode constatar pelo mapa infra:

Quadro 4 – Evolução do Orçamento das Receitas da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2021	ORÇAMENTO CORRIGIDO 31.12.2021	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 31.12.2021	VARIAÇÃO	
				VALOR	%
RECEITAS CORRENTES					
04 - Taxas, multas e outras penalidades					
04 01 - Taxas	2 917 087	2 647 087	2 269 813,84	377 273,16	86%
04 02 - Multas e outras penalidades	10 000	10 000	5 709,58	4 290,42	57%
05 - Rendimentos da propriedade					
05 10 - Rendas	1 251 323	1 451 323	1 311 994,67	139 328,33	90%
06 – Transferências correntes					
06 04 – Administração regional	8 298 485	8 298 485	7 415 592,09	882 892,91	89%
07 - Venda de bens e serviços correntes					
07 01 - Venda de bens		21 000	6 219,40	14 780,60	30%
08 - Outras receitas correntes					

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

ACP.
TF
ou
um

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2021	ORÇAMENTO CORRIGIDO 31.12.2021	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 31.12.2021	VARIAÇÃO	
				VALOR	%
RECEITAS CORRENTES					
08 01 - Outras	50 000	339 543	312 374,61	27 168,39	92%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES (1)	12 526 895	12 767 438	11 321 704,19	1 445 733,81	89%
RECEITAS DE CAPITAL					
10 - Transferências de capital					
10 04 - Administração regional	13 460 918	13 815 161	4 911 351,16	8 903 809,84	36%
10 09 - Resto do mundo	81 682	81 682		81 682,00	
11 - Ativos financeiros					
11 05 – Outros ativos financeiros		19 166 503	19 166 502,34	0,66	100%
12 - Passivos financeiros					
12 06 - Empréstimos a médio e longo prazo	19 166 503				
13 - Outras receitas de capital					
13 01 - Outras	40 000	40 000	21 077,02	18 922,98	53%
16 – Saldo da gerência anterior					
16 01 – Na posse do serviço		4 256 020	4 256 019,17	0,83	100%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL (2)	32 749 103	37 359 366	28 354 949,69	9 004 416,31	76%
TOTAL DAS RECEITAS = (1) + (2)	45 275 998	50 126 804	39 676 653,88	10 450 150,12	79%

Na parte das receitas correntes:

Capítulo “04 – Taxas, multas e outras penalidades” – este capítulo está diretamente relacionado com a atividade da empresa. Apresenta atualmente 86% das receitas face ao orçamento corrigido, sendo estas provenientes das taxas portuárias relacionadas sobretudo com o tráfego de navios de carga que garantem o abastecimento à RAM (TUP navio, pilotagem, amarração, reboques...).

Tal como no ano 2019, este ano e por via da entrada em vigor da Portaria n.º 11/2019, de 8 de janeiro, que eliminou a TUP/Carga, procedeu-se ao registo de indemnizações compensatórias para colmatar esta situação.

Neste capítulo, sobretudo até ao 3.º trimestre, verificou-se uma quebra nas receitas da APRAM, S.A., em virtude do encerramento do porto do Funchal na sequência do estado de emergência decretado devido à pandemia COVID-19, o que levou a que as companhias de cruzeiro cancelassem as suas escalas, sobretudo a partir de março de

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

2020 e que estavam previstas para aquele ano. Esta situação teve repercussões ainda este ano (2021), apesar da abertura dos portos da RAM, foram muito pouco os navios de cruzeiro que continuaram sem escalar os portos até ao fim de setembro de 2021, havendo uma retoma desta atividade a partir de outubro de 2021 (4.º trimestre);

Capítulo “05 – Rendimentos da propriedade”, com 90% de execução, onde se inclui a receita proveniente das licenças e concessões devidas pela exploração, ocupação e utilização de terrenos, terraplenos e edificações nas áreas sob jurisdição da APRAM, S.A..

A par do ano anterior, este ano foram decretadas isenções às empresas que dependem essencialmente do turismo, na sequência do estado de emergência decretado devido à pandemia COVID-19, de modo a minimizar os prejuízos para as empresas que operam em toda a área do porto do Funchal assim como no Porto do Porto Santo (nomeadamente empresas de restauração, lojas da Marina, doca de estacionamento, etc..), bem como empresas ligadas ao setor da atividade de animação turística e marítimo turística. Estas isenções, provocaram uma quebra significativa nas receitas próprias da APRAM, S.A., sendo que foi celebrado de um contrato programa com o Governo Regional da Madeira, a fim de colmatar esta situação;

Capítulo “06 – Transferências correntes”, com 89% de execução, onde se contempla a celebração do “Protocolo de Indemnizações Compensatórias”, decorrentes da quebra de receitas referente à eliminação TUP Carga (entrada em vigor da Portaria n.º 11/2019, de 8 de janeiro), bem como a celebração de um “Contrato Programa” a fim de esbater os efeitos da pandemia COVID-19 (ausência de cruzeiros e isenções de rendas);

Capítulo “08 – Outras receitas correntes”, com 92% de execução, onde se inclui a receita proveniente de outras receitas correntes sem enquadramento nos capítulos anteriores, como por exemplo, reembolsos de passagens, devoluções e reembolsos de verbas.

Nas receitas de capital da APRAM, S.A. destaque-se o:

Capítulo “10 – Transferências de capital”, com 36% de execução, onde se registam as transferências do Governo Regional da Madeira, para fazer face à execução dos projetos

PCB.
IF
F
Cm.

PCP.
TF
per
Cw.

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

contratualizados no âmbito do Fundo de Coesão Nacional, da Lei de Meios e a comparticipação do Governo Regional da Madeira.

Neste capítulo também são registados os projetos cofinanciados pela Comunidade Europeia;

Capítulo “11 – Ativos financeiros”, com 100% de execução, onde se inclui as receitas provenientes da injeção de capital para a cobertura de prejuízos, cujos montantes são destinados ao pagamento do serviço da dívida da APRAM, S.A., referente a este ano;

Capítulo “16 – Saldo da gerência anterior”, com 100% de execução, onde se registou a utilização/integração do saldo da gerência do ano 2020, no valor de 4.256.019 €. Este valor teve particular importância nos primeiros meses do ano, uma vez que a empresa utilizou este montante para fazer face aos pagamentos da sua atividade corrente, dado que, não apresentava saldos a receber dos seus clientes, fruto da suspensão da atividade em 2020 (isenções de taxas e ausência de navios de cruzeiro), devido à pandemia da doença COVID-19.

Pela análise ao mapa infra e no que se refere aos recebimentos, facilmente depreende-se o peso que o serviço da dívida (“Ativos financeiros”) representa nas contas da APRAM, S.A., uma vez que apresenta um peso na ordem dos 48%, seguindo-se as “Transferência correntes e de capital” com 19% e 12%, respetivamente, e a inscrição do “Saldo da gerência anterior” com 11%.

As principais receitas associadas à atividade corrente da APRAM, S.A. com um peso inferior a 10%, são provenientes essencialmente das “Taxas, multas e outras penalidades” e dos “Rendimentos da propriedade” e, representam atualmente 6% e 3%, respetivamente.

No quadro infra constatamos o peso de cada capítulo face ao orçamento global:

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Quadro 5 – Distribuição da Execução Orçamental das Receitas

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 31.12.2021	PESO %
RECEITAS CORRENTES		
04 – Taxas, multas e outras penalidades	2 275 523,42	6%
05 – Rendimentos da propriedade	1 311 994,67	3%
06 – Transferências correntes	7 415 592,09	19%
07 – Venda de bens e serviços correntes	6 219,40	
08 – Outras receitas correntes	312 374,61	1%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES (1)	11 321 704,19	
RECEITAS DE CAPITAL		
10 – Transferências de capital	4 911 351,16	12%
11 – Ativos financeiros	19 166 502,34	48%
13 – Outras receitas de capital	21 077,02	
16 – Saldo da gestão anterior	4 256 019,17	11%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL (2)	28 354 949,69	
TOTAL DAS RECEITAS = (1) + (2)	39 676 653,88	100%

A APRAM, S.A. apresentou em 2021, despesas globais no valor de 36.959 M€, com uma taxa de execução global do orçamento de 74% (despesas correntes: 80%; despesas de capital: 69%).

As principais rubricas do orçamento com execução, ocorreram nos seguintes agrupamentos:

“01 – Despesas com o pessoal”: 76% de execução, resultante dos processamentos de salários de 2021, onde se incluí o subsídio de férias pago em junho e o subsídio de Natal pago em novembro;

“02 – Aquisição de serviços”: 65% de execução face ao orçamento corrigido – resultante da atividade operacional da empresa. Despesas associadas nomeadamente: a vigilância e segurança; seguros marítimos, automóveis e responsabilidade civil; aquisição de combustíveis para as embarcações, viaturas e máquinas de apoio à operação portuária; limpeza e higiene das instalações; trabalhos especializados onde se incluem os

PG&P
TF
pela
C.M.

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

honorários dos advogados; água; eletricidade; conservação e reparação das embarcações e máquinas, bem como das instalações, entre outras despesas de carácter corrente;

“03 – Juros e outros encargos”: 100% de execução – verbas despendidas essencialmente com os juros bancários associados ao serviço da dívida (empréstimos bancários de médio e longo prazo, bem como os respetivos *swaps* de taxa de juro);

“04 – Transferências correntes”: 100% de execução – verbas despendidas com a devolução de verbas do valor recebido em excesso no ano 2020 face às quantidades estimadas inicialmente e as que vieram a ocorrer, estando este montante associado ao Protocolo celebrado entre a Região Autónoma da Madeira e a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., com vista à atribuição de uma indemnização compensatória no ano 2020.

No final do ano, a APRAM, S.A. procedeu à devolução/acerto à RAM, do montante recebido em 2020, em cumprimento do disposto no n.º 3 da Cláusula Quarta do Contrato Programa celebrado em 23 de outubro de 2020, no âmbito da pandemia da doença COVID-19;

“06 – Outras despesas correntes”, com uma taxa de execução de 76% – pagamento dos demais impostos, nomeadamente: IVA, PEC, IMI, Taxas de: resíduos sólidos; aval do Estado e da RAM; justiça; emolumentos, entre outras;

“07 – Aquisição de bens de capital”. Neste agrupamento verifica-se uma taxa de execução na ordem dos 36%, onde são registados todos os projetos de carácter duradouro (superiores a um ano) e que à partida integrarão o ativo não corrente da empresa, nomeadamente os estudos, projetos e as empreitadas que são realizadas nos diversos portos, cais, marinas e demais espaços sob a jurisdição da APRAM, S.A., bem como os equipamentos de apoio à operação, como por exemplo, os investimentos de grande valor e as aquisições de rebocadores, lanchas, máquinas, equipamentos e viaturas que servem de apoio à operação portuária;

PC&L
 IF
 per
 Cam



Relatório de Gestão e Contas - Ano 2021

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

“10 – Passivos financeiros”, com 100% de execução – neste agrupamento está refletido o valor das amortizações de capital, decorrentes dos empréstimos bancários de médio e longo prazo.

Quadro 6 – Evolução do Orçamento das Despesas da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2021	ORÇAMENTO CORRIGIDO 31.12.2021	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 31.12.2021	VARIAÇÃO	
				VALOR	%
DESPESAS CORRENTES					
01 - Despesas com o pessoal					
01 01 - Remunerações certas e permanentes	4 979 214	6 286 179	4 782 817,96	1 503 361,04	76%
01 02 - Abonos variáveis ou eventuais	1 508 373	1 981 373	1 470 114,02	511 258,98	74%
01 03 - Segurança social	1 681 022	2 442 730	1 889 553,07	555 149,93	77%
02 - Aquisição de serviços					
02 01 - Aquisição de bens	406 350	564 350	234 301,65	330 048,35	42%
02 02 - Aquisição de serviços	3 147 380	3 463 976	2 375 975,04	1 088 000,96	69%
03 - Juros e outros encargos					
03 01 - Juros da dívida pública	3 490 899	3 631 290	3 631 287,85	2,15	100%
03 05 - Outros (Juros e encargos tributários, compensatórios, etc.)	500	497	14,84	482,16	3%
04 – Transferências correntes					
04 04 – Transferências correntes – Administração Regional		1 702 214	1 702 213,21	0,79	100%
06 - Outras despesas correntes					
06 02 - Diversas	570 316	280 757	212 136,94	68 620,06	76%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES (1)	15 784 054	20 353 339	16 298 414,58	4 054 924,42	80%
DESPESAS DE CAPITAL					
07 - Aquisição de bens de capital					

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL 2021	ORÇAMENTO CORRIGIDO 31.12.2021	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 31.12.2021	VARIAÇÃO	
				VALOR	%
07 01 - Aquisição de bens de capital	935 238	1 112 516	598 147,29	514 368,71	54%
07 03 - Bens do domínio público	12 949 918	13 054 161	4 456 216,01	8 597 944,99	34%
10 - Passivos financeiros					
10 06 – Empréstimos a médio e longo prazo	15 606 788	15 606 788	15 606 787,34	0,66	100%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (2)	29 491 944	29 773 465	20 661 150,64	9 112 314,36	69%
TOTAL DAS DESPESAS = (1) + (2)	45 275 998	50 126 804	36 959 565,22	13 167 238,78	74%

No que diz respeito às despesas, os agrupamentos com maior peso no orçamento são:

“01 – Despesas com o pessoal” com 22%: Neste agrupamento reflete-se os gastos com todos os trabalhadores da APRAM, S.A.;

“02 – Aquisição de serviços”, com 7%, onde se incluem os gastos correntes da atividade da empresa;

“03 – Juros e outros encargos”, com 10%, onde se inclui os valores pagos por conta do serviço da dívida;

“04 – Transferências correntes”, com 5%, onde se inclui as verbas transferidas para o Governo Regional da Madeira;

“07 – Aquisição de bens de capital”, com 14%: Neste agrupamento registam-se os investimentos com carácter duradouro e que passarão a integrar o ativo fixo da empresa;

“10 – Passivos financeiros”, com 42%, onde se inclui as amortizações de capital dos empréstimos bancários (serviço da dívida).

5. Reclassificação e Orçamento da APRAM, S.A.

Quadro 7 – Distribuição da Execução Orçamental das Despesas

DESIGNAÇÃO	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 31.12.2021	PESO %
DESPESAS CORRENTES		
01 - Despesas com o pessoal	8 142 485,05	22%
02 - Aquisição de serviços	2 610 276,69	7%
03 - Juros e outros encargos	3 631 302,69	10%
04 – Transferências correntes	1 702 213,21	5%
06 - Outras despesas correntes	212 136,94	1%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES (1)	16 298 414,58	
DESPESAS DE CAPITAL		
07 - Aquisição de bens de capital	5 054 363,30	14%
10 – Passivos financeiros	15 606 787,34	42%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL (2)	20 661 150,64	
TOTAL DAS DESPESAS = (1) + (2)	36 959 565,22	100%

Verifica-se deste modo que os encargos com o serviço da dívida (considerando o agrupamento “03 – Juros e outros encargos” e o agrupamento “10 – Passivos financeiros”), correspondem a 52% do valor total dos gastos da APRAM, S.A., ficando deste modo demonstrado o elevado peso que representa nas contas da empresa.

Por fim, importa referir que existe um saldo positivo entre o total das receitas e o total das despesas no valor de 2.717 M€, o qual deverá ser acrescido das receitas extra-orçamentais, no valor de 0,378 M€, totalizando o valor de 3.095 M€.

Este ano ainda não foi possível apresentar todos os mapas decorrentes da norma de contabilidade pública (NCP) 26 no âmbito da implementação do SNC-AP e das instruções do Tribunal de Contas, nomeadamente o ponto 1.4..

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

6. INVESTIMENTOS E PROJETOS COFINANCIADOS

Durante o ano de 2021 foram executadas diversas empreitadas, fornecimentos e prestações de serviços, das quais destacamos as mais relevantes:

6.1 EMPREITADAS

6.1.1 REABILITAÇÃO DO CAIS DO PAUL DO MAR

O Cais do Paul do Mar permite a acostagem das embarcações numa extensão de aproximadamente 190m de comprimento, possuindo no seu interior uma rampa varadouro e a lota do Paul do Mar.

O referido cais apresentava alguns danos em resultado da ação dos agentes naturais, nomeadamente da agitação marítima, que precisavam de ser corrigidos de forma que a operacionalidade do porto não viesse a ser comprometida pela ocorrência de danos mais significativos. A empreitada foi iniciada em 2021 e está ainda a ser executada.

As intervenções previstas nesta empreitada, são as seguintes:

- Demolição do muro cortina danificado e reconstrução de um novo muro-cortina numa extensão de 150 m;
- Reperfilamento do manto de proteção marítima do cais com os atuais Antiferes de 20 toneladas, ao longo dos aproximadamente 150 m de desenvolvimento;
- Reforço do manto de proteção marítima do cais com a construção e colocação de 477 novos Antiferes de 30 toneladas, ao longo dos aproximadamente 150 m de desenvolvimento;
- Reparação da superestrutura das aduelas na cabeça do molhe;
- Reparação do betão com sinais de desgaste ou deterioração nas seguintes estruturas: escadas de acesso ao cais, superestrutura do cais e muro-cortina no troço que não vai ser demolido;
- Substituição dos cabeços de amarração;

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

- Substituição das tampas metálicas das caixas de visita da rede elétrica e enchimento e selagem das restantes caixas de visita;
- Colocação de guardas metálicas no perímetro das escadas de acesso ao cais, onde já não existe ou está danificada.



A obra foi adjudicada ao consorcio TECNOVIA MADEIRA/TECNOVIA AÇORES - Sociedade de Empreitadas, S.A. pelo valor de 1 838 000,00 €, tendo-se iniciado a 09/07/2021, com um prazo de execução de 300 dias. A conclusão da obra está prevista para a primeira semana de maio de 2022.

6.1.2 REABILITAÇÃO DO CAIS DA MADALENA DO MAR

Iniciada em 2021 e atualmente ainda a decorrer, a empreitada de Reabilitação e Requalificação do Cais da Madalena do Mar pretende reabilitar o cais e consolidar a escarpa sobranceira ao mesmo, garantindo a preservação e durabilidade estrutural e melhorando as condições e características existentes face às necessidades atuais.

Os trabalhos abrangidos consistem nos seguintes:

- Revestimento e proteção dos taludes sobranceiros à Plataforma do Cais da Madalena do Mar;

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

- Reparação e reabilitação da estrutura do cais, com o preenchimento das locas submersas existentes, na camada do afloramento rochoso (com uma espessura variável entre 2 e 2,50 m), com betão submerso;
- Reparação do pavimento e muro poente do cais;
- Reparação dos degraus da escada de acesso a embarcações;
- Substituição dos cabeços de amarração existentes e colocação de defensas verticais para proteção da acostagem das embarcações;
- Substituição dos guarda-corpos existentes parcialmente, e em elevado estado de deterioração por novos guarda-corpos, ao longo da frente cais;
- Limpeza da frente de cais;
- Dragagem da zona de acostagem;
- Colocação de iluminação pública ao longo do túnel de acesso e no cais, com luminárias fixadas a rocha e esteira de cabos exterior.



DC&L
IF
fly
aw.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

A obra foi adjudicada à empresa Máxima Dinâmica - Reparações e Construções, Lda., pelo valor de 457 743,50 €, tendo-se iniciado a 26/11/2021, com um prazo de execução de 240 dias. A conclusão está prevista para o final de julho de 2022.

6.1.3 EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DE APOIO DO CAIS 6 DO PORTO DO FUNCHAL E REABILITAÇÃO DA SUA ENVOLVENTE

A execução desta empreitada teve como principal objetivo dotar o cais 6 de um edifício com condições de trabalho para todas as entidades envolvidas na operação dos navios de cruzeiros, cumprindo os mínimos exigidos nos regulamentos e normas internacionais respeitantes à movimentação de passageiros de cruzeiros.

A construção deste edifício permitiu:

- A criação de corredores para o embarque e desembarque;
- A criação de condições para uma maior eficiência e eficácia no exercício das ações de fiscalização e controlo de todas as autoridades envolvidas na operação, nomeadamente a Alfândega e SEF.

A empreitada requalificou toda a área envolvente do novo edifício, com a pavimentação e respetiva sinalização, na ótica da reorganização do parque de estacionamento, dotando o Cais 6 de melhores condições operacionais.



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

A obra foi adjudicada à empresa ETERMAR – Engenharia e Construção, S.A., pelo valor de 639.388,00 €, tendo-se iniciado a 11/12/2020, com um prazo de execução de 304 dias. Concluiu-se em outubro de 2021.

6.1.4 EMPREITADA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA COBERTURA DA GARE MARÍTIMA DO PORTO DO FUNCHAL

A Gare Marítima do Porto do Funchal foi, ao longo dos anos de existência, fustigada fortemente pelas intempéries que provocaram danos significativos na sua cobertura, provocando infiltrações.

A empreitada de impermeabilização da cobertura, eliminou infiltrações futuras e permitiu avançar com as reparações no interior do edifício, maioritariamente consequência das infiltrações antes da intervenção.



A obra foi adjudicada à empresa RIM – Engenharia e Construções, S.A., pelo valor de 175.000,00 €, tendo-se iniciado a 08/07/2021, com um prazo de execução de 90 dias. Concluiu-se em outubro de 2021.

PCP
TF
des
des

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

6.1.5 EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA PORTARIA DO PORTO DO FUNCHAL

A empreitada consistiu em reabilitar o edifício da portaria do Porto do Funchal com o objetivo de proporcionar melhores condições de trabalho, bem como melhorar o seu aspeto visual uma vez que é uma das principais “portas de entrada” de turistas na Região.

O edifício apresentava graves problemas ao nível estrutural, especificamente, perdas significativas de armadura e elevada corrosão. Além disso, evidenciava sinais de infiltrações ao nível da cobertura e toda a sua infraestrutura técnica estava degradada, concretamente a rede elétrica e a rede de águas.

Assim, a empreitada resumiu-se, essencialmente, nas seguintes intervenções:

- Reforço estrutural do edifício;
- Reabilitação das fachadas;
- Impermeabilização da cobertura;
- Reparação de todas as infraestruturas técnicas, concretamente na rede elétrica, nas redes de águas (potável e residuais) e nas telecomunicações;
- Reabilitação dos pavimentos e paredes.



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

A obra foi adjudicada à empresa SOCICORREIA - Engenharia, S.A., pelo valor de 200.250,00 €, tendo-se iniciada a 16/06/2021, com um prazo de execução de 180 dias. Concluída em dezembro de 2021.

6.1.6 EMPREITADA DE INSTALAÇÃO DE GRUA HIDRÁULICA NO CAIS DO SEIXAL

A empreitada consistiu essencialmente na substituição da grua existente, devido ao seu mau estado de conservação e, na sua realocação, por forma a proporcionar aos seus utilizadores boas condições de segurança durante a utilização da mesma.



A obra foi adjudicada à empresa ETERMAR – Engenharia e Construção, S.A., pelo valor de 70.424,70 €, tendo-se iniciado a 15/02/2021, com um prazo de execução de 90 dias. Devido a constrangimentos relacionados com os fornecedores e com o Covid, concluiu-se apenas em outubro de 2021.

6.1.7 EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DOS BALNEÁRIOS DA MARINA DO PORTO DE ABRIGO DO PORTO SANTO

Atendendo ao estado em que se encontrava o edifício dos balneários da Marina do Porto Santo, foi necessário executar uma remodelação geral de forma a o equipar com as condições mínimas de qualidade que os utentes merecem.

PCP.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

A obra em questão consistiu em:

- Ampliação e criação de uma nova zona de entrada dos balneários;
- Demolição de paredes e fecho de outras e remoção dos revestimentos existentes;
- Remoção de redes existentes e execução de novas redes de abastecimento de água, de eletricidade e de esgotos;
- Aplicação de novos revestimentos e equipamentos;
- Remodelação da zona técnica com colocação de uma Bomba de Calor de forma a abastecer as necessidades de águas quentes;
- Demolição de duas Instalações Sanitárias e execução de uma nova Instalação Sanitária para pessoas de mobilidade reduzida;
- Limpeza e arranjos exteriores;
- Remodelação de duas Instalações Sanitárias no molhe principal do porto.



A obra foi adjudicada à empresa EDIMADE - Edificadora da Madeira, S.A., pelo valor de 155.193,03 €, tendo-se iniciado a 20/08/2021, com um prazo de execução de 120 dias, concluído em março de 2022.

Rd.
IF
per
am-

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

6.1.8 OUTRAS EMPREITADAS

6.1.8.1 Empreitada de Reestruturação do Fundeadouro da Marina do Porto Santo

Devido ao atual estado de degradação da marina, provocada pelos frequentes regimes de agitação desfavoráveis, o espaço disponível para acostagem de embarcações vinha se reduzindo a níveis incompatíveis com o normal funcionamento e procura da mesma, pelo que foi necessário criar alternativas no sentido de aumentar a oferta de lugares no fundeadouro. Esta empreitada consistiu na colocação de poitas, cabos de amarração e respetivas boias.



A Empreitada foi adjudicada à empresa RIM - Engenharia e Construções, S.A., correu dentro do prazo estabelecido de 20 dias e teve um custo de 42.204,08€.

6.1.8.2 Tratamento Superficial, Pintura e Reforço das Ancoragens das Estruturas Metálicas do Cais de Recreio do Porto do Funchal e Fabrico e Montagem de Passadiço no Centro Náutico de São Lázaro

Os trabalhos consistiram na manutenção das estruturas metálicas (tirantes, pontes de acesso e portas de acesso) do cais de Recreio do Porto do Funchal, que incluiu a sua decapagem e pintura com um esquema de pintura C5-M. Adicionalmente, foram reforçadas algumas das ancoragens dos tirantes, de forma a garantir maior estabilidade e resistência aos fenómenos de agitação marítima.

DGE.
IF
pela
Cm.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados



Os trabalhos decorreram a cargo da empresa METALUBRAVA - Indústria Metalúrgica e Naval da Madeira, Sociedade Unipessoal, Lda., no montante de 27.950,00 € e pelo prazo de 75 dias.

6.1.8.3 Empreitada de Reparação e Reabilitação do Heliporto do Porto Moniz

A empreitada consistiu na remoção das guardas do heliporto do Porto Moniz e colocação de uma nova escada e rampa de acesso, assim como, a colocação de uma nova grade de vedação para o acesso a referida infraestrutura. Foi incluída a tapagem de toda a furação de fixação das guardas, de forma a evitar futuros problemas na estrutura de betão. Foi necessária a retirada das guardas do heliporto, devido ao elevado grau de deterioração produzido pela oxidação.



FCP
JF
em
com

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

A empreitada foi executada pela METALUBRAVA - Indústria Metalúrgica e Naval da Madeira, Sociedade Unipessoal, Lda., pelo montante de 11.180,00 € e no prazo de 30 dias.

6.1.8.4 Empreitada de Demolição da Cobertura Metálica da Portaria do Porto do Caniçal

Os trabalhos consistiram na demolição total da cobertura da entrada do Porto do Caniçal, cuja estrutura metálica se encontrava em muito mau estado (risco de colapso), pelo elevado grau de corrosão que a mesma apresentava. Os trabalhos foram realizados em duas fases:

- 1ª fase – Remoção das chapas de cobertura e retirada da estrutura metálica, em três peças de grandes dimensões;
- 2ª fase – Corte das três grandes em peças de menor dimensão para retirada posterior do local.

A empreitada foi adjudicada à VAPOR ILHAS - Montagens Técnicas e Industriais, Lda., pelo valor de 16.898,69 €, com o prazo de 15 dias.

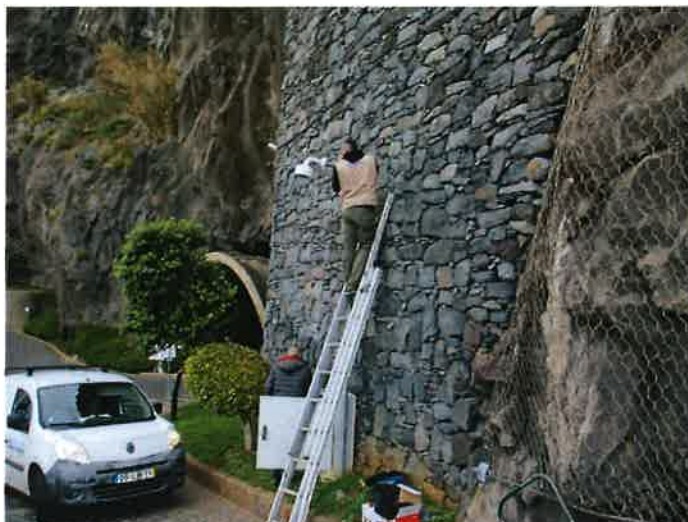
6.1.8.5 Fornecimento e instalação de um sistema de contagem de pessoas para o cais Ponta do Sol

No seguimento da empreitada de Reabilitação do Cais da Ponta do Sol e da auditoria realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Regional (IDR) devido ao seu cofinanciamento no âmbito do PO Madeira 14-20 e com vista a cumprir com um dos critérios para a atribuição do financiamento do (número de visitantes ao cais), a APRAM viu-se na necessidade de instalar um sistema de contagem de pessoas, composto por uma câmara Flexidome IP Panorâmica 180º e uma interface tipo pendente, para exterior, incluindo uma plataforma inteligente.

PCH.
TF
des
cur.



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados



O fornecimento e instalação do sistema esteve a cargo da empresa SICAPREP (Madeira), pelo montante de 13.500,00 €.

6.1.8.6 Empreitada de Reparação dos Pontões do Centro de São Lázaro

Os trabalhos consistiram na reparação dos pontões localizados no Centro Náutico de São Lázaro, que se encontravam em muito mau estado e inoperacionais, pelo que foi necessário a reparação das estruturas metálicas e tratamento anticorrosivo composto por metalização e esquema de pintura C-5 M, tratamento do deck em madeira e colocação do deck em falta, assim como o tratamento da madeira. O deck foi fixado com parafusos em inox e os pernos e todos os elementos de fixação foram substituídos.



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

O montante do contrato foi de 21.000,00 € e a empreitada esteve a cargo da METALUBRAVA - Indústria Metalúrgica e Naval da Madeira, Sociedade Unipessoal, Lda..

6.1.8.7 Empreitadas de Instalação de Passadiços Flutuantes nos Cais de Câmara de Lobos e do Porto Santo

As empreitadas consistiram na colocação de passadiços nos supramencionados cais, de modo a proporcionar boas condições de operacionalidade às embarcações marítimo-turísticas, concretamente no que diz respeito ao embarque e desembarque de passageiros.



As empresas adjudicatárias foram a RIM e a Farrobo, cujos valores rodaram os 25.000 € cada.

6.1.8.8 Empreitada de Reabilitação e Reparação de Escadas do Contra Molhe do Porto de Abrigo – Porto Santo

Procedeu-se à reparação e reabilitação de dois lanços de escadas no contra-molhe do Porto do Porto Santo, cujo estado avançado de degradação não permitia aportar segurança aos seus utentes. Os trabalhos limitaram-se à decapagem do betão danificado e colocação de novo revestimento, igualmente em betão, e de duas novas guardas em aço inox.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados



A obra dentro do prazo de 30 dias e teve um custo de 4.987,11€.

6.1.8.9 Empreitada de Reparação e Manutenção da Rede de Abastecimento de Águas do Porto do Funchal

A empreitada consistiu na substituição dos suportes da tubagem principal de abastecimento de água, uma vez que grande parte destes suportes estavam a ponto de colapsar e deixar a instalação portuária sem fornecimento de água potável.

Para que a rede de abastecimento de água do Porto do Funchal não fosse afetada pelas elevadas pressões da rede pública foi instalado um sistema de válvulas de pressão.

Também foram reparadas algumas tomadas de abastecimento de águas aos navios que se encontravam em mau estado, já que está havendo perdas de água importantes.

A área de intervenção encontra-se assinalada, a verde, na foto infra.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

PCP,
IF
fcm
cmw



A obra foi adjudicada à Gaudêncio & Gouveia, Lda. Concluída em 2021.

O montante do contrato foi de 40.330,38 €.

6.1.8.10 Empreitada de Execução dos Novos Gabinetes do SEF

A empreitada consistiu na construção de novos gabinetes para os serviços do SEF no piso 0 da Gare Marítima do Porto do Funchal, uma vez que os antigos gabinetes estavam mal localizados e necessitando uma reabilitação. Os novos gabinetes foram construídos numa área que se encontrava subaproveitada.

Os trabalhos consistiram na demolição total de umas instalações sanitárias e parcial de uns gabinetes antigos; abertura e colocação de vãos em aço inox semelhantes ao existentes para a fachada norte da Gare; carpintarias (portas dos gabinetes); revestimento em pedra de cantaria nas zonas dos vãos igual ao existente; aplicação de betonilha no pavimento e acabamento em linóleo; revestimento do corredor de chegada dos passageiros em pedra Lioz; revestimento em reboco e pintura das paredes dos gabinetes; tetos falsos em pladur; instalações elétricas (tomadas e iluminação); telecomunicações (telefone e internet) e sistema de AVAC.

A obra foi adjudicada à MÁXIMA DINÂMICA - Reparações e Construções, Lda..

PCP.
IF
2021
C.M.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados



A obra foi adjudicada à MÁXIMA DINÂMICA - Reparações e Construções, Lda..

O montante da empreitada foi de 63.480,00 €.

6.1.8.11 Empreitada de Reabilitação das Fachadas Nascente e Norte do Forte de Nossa Senhora da Conceição no Porto do Funchal

A empreitada consistiu na reabilitação das fachadas nascente e norte em alvenarias de pedra do Forte localizado no acesso ao Cais 2 e Cais 3.

Nas fachadas em alvenaria de pedra, foram executados os trabalhos de desmatação e remoção de matéria vegetal, para posteriormente proceder com os trabalhos de reparação e reabilitação das juntas entre pedras mediante o seu preenchimento com argamassa apropriada para tal fim, de modo a evitar os problemas de queda de pedras dos elementos que formam parte da referida alvenaria, conseguindo preservar um elemento importante que forma parte integral da edificação, assim como, garantir a segurança dos utentes do Porto do Funchal.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados



A empreitada foi adjudicada à RIM- Engenharia e Construções, S.A., pelo valor global de 58.700,00€. A empreitada ficou concluída em 2021.

6.2 ESTUDOS E PROJETOS

6.2.1 Elaboração do Projeto de Execução e Peças Processuais para a Empreitada de Reabilitação do Cais da Madalena do Mar

O projeto contemplou o estudo da melhor solução geológico-geotécnico do talude sobranceiro ao Cais da Madalena do Mar, assim como, a reparação e restituição de guardas, cabeços de amarração, dragagem e restituição da base do cais mediante o preenchimento com betão submerso.



O projeto foi realizado pela empresa PCG CONSULPLANO – VIATÚNEL, Engenharia, S.A., por um montante de 43.800,00 €.

DCE.
IF
pela
CVR.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

6.2.2 Elaboração do Projeto de Requalificação do Edifício e Espaços exteriores da Marina do Funchal

A Marina do Funchal encontra-se num estado de degradação avançado para além de totalmente desajustado de toda a Frente Mar do Funchal, intervencionada há poucos anos.

Pretende-se, desde há largos anos, a requalificação do Edifício e Espaços Exteriores da Marina do Funchal, em alinhamento com toda essa intervenção.

O projeto, que se encontra em fase de conclusão, consiste na demolição total do edifício existente, que se encontra em muito mau estado de conservação, e na construção de um novo edifício, incluindo a requalificação dos arranjos dos espaços exteriores, especificamente na zona de cobertura, dando continuidade ao passeio da Avenida Sá Carneiro e integrando com a Avenida do Mar, assim como a reconstrução total dos espaços exteriores ao nível da Marina.

O novo edifício manterá a quantidade de espaços comerciais, sendo distribuídos da seguinte forma:

- **Área poente** – Rampas de acesso ao edifício, áreas técnicas, área de restauração e bares, incluindo zonas de esplanada.
- **Área central** – Área para os serviços administrativos da Marina Funchal, instalações sanitárias públicas, balneários e lavandaria.
- **Área nascente** – Espaços comerciais, espaço para as autoridades (GNR) e compartimentos para bilheteiras das empresas marítimo-turísticas.



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

Houve uma cessão contratual da empresa MARGINAL PROFILE para empresa RIGOR GEOMÉTRICO (RH+), no valor restante do contrato inicial, de 88.000,00 €, que se refletiu nos 32.208,00 €.

6.2.3 Revisão do projeto de Reabilitação e Requalificação do Estaleiro Naval para Expansão do Parque Terminal de Contentores do Porto Caniçal – Área 1

Em 2021 foi realizado um contrato para a revisão do projeto de Reabilitação e requalificação do espaço para o armazenamento de contentores no Porto do Caniçal (com formação de pendentes para escoamento de águas e pavimentação), construção de uma nova cobertura na portaria, reparação e substituição do equipamento portuário (cabeços, defensas, etc.), intervenção nas redes técnicas, principalmente substituição da rede de abastecimento de água potável para os navios, uma vez que a tubagem e os demais elementos integrantes da rede apresentam graves problemas e substituição dos cabos da rede elétrica, assim como, alguns postes de iluminação.

A revisão do projeto e conceção das especialidades que não estavam contempladas no projeto inicial, realizado pela empresa PROENGEL, encontra-se em fase de conclusão por parte da KPLANO. O preço contratual é de 60.000,00 € e concluir-se-á em março de 2022.



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

6.2.4 Projeto de Execução para a Empreitada de Substituição dos Cabeços de Amarração do Cais 1 e Rampa RO-RO no Porto do Funchal

O projeto consistiu em dar seguimento ao trabalho já efetuado pela APRAM, S.A. aquando da execução da empreitada de “Substituição dos Cabeços de Amarração nos Cais 2 e 3 do Porto do Funchal”, mas neste caso para o Cais 1.

Os cabeços de amarração já apresentavam um elevado grau de deterioração e uma reduzida capacidade de carga, o que podia comprometer seriamente a operação nesse cais, concretamente a ligação marítima entre Madeira e Porto Santo. Complementarmente o pavimento do terraplino do cais já apresentava graves problemas estruturais.

De forma sucinta, as intervenções preconizadas neste projeto foram:

- Substituição dos cabeços de amarração;
- Reabilitação do pavimento;
- Reabilitação das tomadas de água existentes.

O projeto de execução foi adjudicado à empresa MÉTODOS B – Unipessoal, Lda., pelo preço contratual de 6.730,00 € e por um prazo de 30 dias, tendo se iniciado em 28/10/2021.

6.2.5 Projeto de Execução para a Empreitada de Reabilitação da Área Envolvente do Cais 6 e Espaços do Acesso Vertical á Avenida Sá Carneiro

Este projeto teve como principal objetivo a criação de um acesso vertical para os cruzeiristas que embarcam/desembarcam no Cais 6 por forma a criar condições para as pessoas com mobilidade reduzida e ao mesmo dignificar os espaços adjacentes a esse acesso vertical.

Sumariamente, as intervenções deste projeto foram as seguintes:

- Reabilitação dos espaços existentes;
- Fornecimento de elevador;
- Redes elétricas;
- Redes de águas, sistema CCTV.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

O projeto de execução foi adjudicado à empresa MASSA CINZENTA – Gabinete de Projetos, Lda., pelo preço contratual de 6.750,00 € e por um prazo de 30 dias, tendo se iniciado em 23/04/2021.

6.2.6 Projeto de Execução para a Empreitada de Reabilitação do Cais do Seixal

As inúmeras intempéries que assolaram o cais do Seixal deixaram-no com graves problemas ao nível do manto de proteção (assentamentos) e deslocamentos do último troço do cais. O prolongamento do tempo para a intervenção neste referido cais pode comprometer drasticamente a infraestrutura, sendo os custos dessa reparação incomportáveis ou então irreparáveis.

Assim, surgiu a necessidade de proceder ao lançamento do procedimento concursal para a elaboração do projeto de execução para o cais do Seixal.

O âmbito do projeto de execução para a empreitada de “Reabilitação do Cais do Seixal” passa, maioritariamente pelas seguintes intervenções:

- Reforço/reperfilamento do manto de proteção;
- Dragagem da bacia portuária;
- Reabilitação/reparação do muro cortina;
- Tratamento e reparação de juntas;
- Reabilitação das escadas de acesso ao mar;
- Reabilitação/substituição do apetrechamento portuário (cabeços, defensas e guardas metálicas, caixas de visita, etc).

O projeto de execução foi adjudicado à empresa PROMAN – Centro de Estudos e Projetos, S.A., pelo preço contratual de 38.570,00 € e por um prazo de 60 dias, tendo se iniciado em 19/07/2021.

6.2.7 Projeto de Execução para a Empreitada de Construção de Reservatório de Combustível para o Cais do Porto Moniz

O projeto para a construção de um reservatório de combustível no Porto Moniz surgiu devido à crescente presença de embarcações marítimo-turísticas que la criaram roteiros

PCF.
IF
fu
cum.



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

marítimos. Com vista ao aumento do mercado marítimo-turístico naquele cais, bem como a frota piscatória que lá descarrega.

Este forte aumento de embarcações naquele cais, e considerando que na costa Norte não existia nenhum posto de combustível, a APRAM, S.A. mandou elaborar o referido projeto de execução tendo em contas as seguintes intervenções:

- Construção de um reservatório enterrado com capacidade para 20.000,00 litros, especificamente 15.000,00 litros de gasóleo e 5.000,00 litros de gasolina;
- Construção de um posto de abastecimento, incluindo todas as redes técnicas e sinalização.

O projeto de execução foi adjudicado à empresa GPFA – Projetos e Coordenação, Lda., pelo preço contratual de 3.400,00 € e por um prazo de 30 dias, tendo se iniciado em 26/04/2021.

6.2.8 Projeto de Execução para a Empreitada de Reabilitação do Túnel do Forte de Nossa Senhora da Conceição

O túnel do Forte de Nossa Senhora da Conceição é uma das principais “portas de entrada” de turista na Região, pelo que a sua aparência importa realçar. Assim, e com o intuito de dotar este acesso com melhores condições de acessibilidade e segurança, a APRAM, S.A. mandou elaborar o projeto de execução para a reabilitação desta infraestrutura que integra as seguintes ações:

- Definição da solução para o tratamento das infiltrações na abóbada do túnel;
- Reabilitação do betão e pinturas da abóbada do túnel;
- Redefinição dos passeios, concretamente a anulação do passeio sul e aumento do passeio norte, permitindo a passagem de duas cadeiras de rodas em simultâneo;
- Reabilitação e reparação da rede de iluminação;
- Colocação de novas guardas metálicas;
- Colocação de sinalética informativa e orientadora;
- Rede de drenagem.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

O projeto de execução foi adjudicado à empresa MÉTODOS B – Unipessoal, Lda., pelo preço contratual de 6.690,00 € e por um prazo de 35 dias, tendo se iniciado em 29/10/2021.

6.2.9 Projeto de Execução para a Empreitada de Abertura e Fecho da Marina do Funchal

Com o projeto de ampliação do molhe da Pontina em curso, e por forma a adaptar a Marina do Funchal à futura operacionalidade do porto após a ampliação, a APRAM, S.A. elaborou o projeto que redefine a entrada da marina atual, prevendo o fecho na atual entrada e a futura entrada junto à cabeça do Cais da Cidade.

Para este projeto foram consideradas as seguintes ações:

- Definição da solução construtiva para o fecho da atual entrada da Marina, incluindo todos os trabalhos acessórios;
- Definição da solução construtiva para a nova abertura da entrada da Marina, concretamente junto ao Cais da Cidade;
- Redefinição das infraestruturas de cais existentes, nomeadamente da rede elétrica, de abastecimento de água e combustível.

O projeto de execução foi adjudicado à empresa PROMAN – Centro de Estudos e Projetos, S.A., pelo preço contratual de 45.220,00 € e por um prazo de 60 dias, tendo se iniciado em 18/06/2021.

6.2.10. Projeto de Execução para a Empreitada de Execução do Esporão de Proteção à Entrada da Marina

A Marina do Funchal aquando das intempéries, e principalmente com a ondulação de sudeste, apresenta uma forte agitação marítima no seu interior provocando danos nas embarcações de recreio, pelo que o projeto acima mencionado consiste na redução desta agitação.

O projeto consistiu no seguinte:

- Definição da solução construtiva para a construção do esporão de proteção à entrada da Marina do Funchal, incluindo o reforço do enrocamento adjacente

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

existente no intradorso do contra-molhe/margem esquerda da Ribeira de São João e todos os trabalhos acessórios;

- Reabilitação dos acessórios de cais e do pavimento do cais da marina existente.

O projeto de execução foi adjudicado à empresa PROMAN – Centro de Estudos e Projetos, S.A., pelo preço contratual de 27.225,00 € e por um prazo de 45 dias, tendo se iniciado em 17/09/2021.

6.2.11. Projeto de Execução para a Empreitada de Consolidação da Escarpa e Redefinição da Rampa Varadouro do Cais da Ribeira Brava

O Cais de Ribeira Brava é uma infraestrutura portuária com grande atividade, tanto a nível piscatório como a nível marítimo-turístico.

É um cais muito visitado, pelo que importa salvaguardar o bem-estar de todos aqueles que o visitam. Desta forma, tornou-se crucial elaborar o projeto de contenção e consolidação da escarpa sobranceira ao cais da Ribeira Brava de forma a garantir a total segurança dos transeuntes e aquelas que lá trabalham.

Assim, o projeto de execução contemplou as seguintes intervenções:

- Definição da solução construtiva para a consolidação e contenção da escarpa sobranceira ao cais da Ribeira Brava;
- Estudo e definição da nova rampa varadouro, prevendo uma orientação este-oeste e demolição da existente;
- Demolição do edifício sob a escarpa e requalificação da área no sopé da referida escarpa.



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

O projeto de execução foi adjudicado à empresa PCG – Consulplano Viatunel Engenharia, S.A., pelo preço contratual de 48.190,00 € e por um prazo de 60 dias, tendo se iniciado em 07/12/2020.

O referido projeto de execução iniciou-se no ano de 2020 terminando no ano de 2022.

6.2.12. Projeto de Execução para a Empreitada de Reabilitação do Cais de Santa Cruz

O Cais de Santa Cruz desde que foi construído que tem sido assolado frequentemente por intempéries, principalmente pela ondulação de sul. As referidas intempéries destruíram o muro do terraplino do cais.

Além disso, o efeito da erosão na orla costeira deixou a estrada de acesso ao cais em risco de colapso, tendo havia a queda parcial de um muro.

Assim, tornou-se imprescindível a execução de um projeto de execução que contemplasse a reabilitação do cais, bem como a contenção da estrada de acesso.

Resumidamente, o projeto considerou as seguintes intervenções:

- Reforço do manto de proteção;
- Definição da solução construtiva para a reabilitação do muro cortina;
- Reabilitação do terraplino;
- Reabilitação/reconstrução da estrada de acesso ao cais;
- Definição da solução construtiva para a contenção e consolidação da falésia adjacente à estrada de acesso.



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

O projeto de execução foi adjudicado à empresa NORVIA MADEIRA – Consultores de Engenharia, S.A., pelo preço contratual de 95.750,00 € e por um prazo de 90 dias, tendo se iniciado em 13/11/2021.

O referido projeto de execução iniciou-se no ano de 2020 terminando no ano de 2022.

6.2.13. Projeto de Execução para a Empreitada de Reparação da Marina do Porto do Porto Santo – 1ª Fase

A Marina do Porto de Abrigo do Porto Santo, devido à forte agitação marítima que se faz sentir no interior do porto aquando ondulação de sudoeste, apresenta danos severos nos seus fingers.

Com intuito de garantir a operacionalidade da marina e mantê-la como marina de refúgio para embarcações de recreio, lançou-se o projeto para a sua reparação.

Em suma, o projeto para a reparação da marina contemplou os seguintes trabalhos:

- Dimensionamento das estacas que suportam os fingers;
- Reparação das infraestruturas técnicas, concretamente água e eletricidade;
- Substituição de apetrechamento portuário.



O projeto de execução foi adjudicado à empresa KPLANO – Engenharia e Projetos, Lda., pelo preço contratual de 6.000,00 € e por um prazo de 30 dias, tendo se iniciado em 12/08/2021.

PCP,
IF
Kell
Amc

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

6.3 PROJETOS COFINANCIADOS

ECOMARPORTS

Programa de Cooperação Espanha-Portugal (MAC 2014-2020)/COOPERAÇÃO, que tem por objetivo promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, desenvolvimento de redes e sinergias entre empresas, centros de I & D e ensino superior, especialmente no desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação aberta através da especialização inteligente, apoio à investigação tecnológica e aplicada, linhas piloto, ações de validação antecipada de produtos, capacidades avançadas de fabricação e primeira produção em tecnologias facilitadoras essenciais e disseminação de tecnologias multiuso. A participação da APRAM, S.A. visa a aquisição de sensores que permitam a monitorização da bacia do porto do Funchal em diversos parâmetros que serão depois coordenados com a ARDITI.

A APRAM executou financeiramente 100% do projeto até 2020. Contudo, foi prorrogado o prazo de execução do mesmo por mais um ano, para dar oportunidade de execução aos restantes parceiros.

Em novembro de 2021, foi realizado na R.A.M. um workshop - Reunião final do projeto Ecomarports, com a presença física de todos os parceiros. Ao longo dos 3 dias em que decorreu o workshop, foram apresentados os trabalhos realizados no âmbito deste projeto. No final ficou a intenção de continuar a parceria entre as diversas entidades da macaronésia que participaram no Ecomarports

O projeto terminou em dezembro de 2021.

ATLANTIC BLUE PORTS

Projeto de cooperação transnacional com 28 parceiros (Espanha, Holanda, França, Reino Unido, Irlanda, Portugal), integrado no Interreg Atlantic Area – European Regional Development Fund. Tem por objetivo a avaliação do risco ambiental e da qualidade, designadamente nas áreas portuárias, serviços de localização e reservas, bem como o

PCV
IF
per
cur.



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

tratamento de águas de lastro de navios em porto para evitar a contaminação das águas por espécies invasivas.

No ano de 2019, a APRAM participou em duas reuniões tendo concluído que não se justificava a sua participação na demonstração do equipamento móvel de tratamento de águas de lastro. Tal conclusão prende-se com o facto de que nos portos da Região Autónoma da Madeira, não se verificarem grandes quantidade de trocas de água de lastro. No entanto, poderia a APRAM utilizar a verba disponível (70.000,00€) para efetuar a monitorização da qualidade das águas dos seus portos, em particular no que diz respeito à introdução de espécie invasivas oriundas das trocas de águas de lastro efetuadas esporadicamente. Devido à pandemia em 2020 nada foi feito.

Em 2021, igualmente, devido à pandemia não se verificou qualquer execução do projeto, tendo apenas sido realizadas algumas reuniões online para discussão de eventual prorrogação do prazo de execução do projeto, tendo o mesmo sido prorrogado para agosto de 2022.

PCV 2021

A APRAM apresentou pelo quarto ano consecutivo uma candidatura ao Plano de Comercialização e Venda (PCV), da responsabilidade do Turismo de Portugal e coordenado na RAM pela Associação de Promoção da Madeira.

A aprovação do PCV foi no valor parcial de €49.989,22 (quarenta e nove mil novecentos e oitenta e nove euros e vinte e dois cêntimos). A APM optou, no ano de 2021, por fazer um adiantamento para ajuda às empresas do sector do Turismo na Região, no montante de €19.995,69 (dezanove mil novecentos e noventa e cinco euros e sessenta e nove cêntimos), correspondente a 40% do apoio total aprovado para o PCV 011/2021.

Foram aprovados todos os projetos propostos a PCV pela APRAM, S.A., mas não foram concretizados na sua plenitude, por terem sido cancelados alguns dos eventos e iniciativas na sua forma presencial, a nível mundial. O PCV 2021, foi concretizado em 76,4%.

PCde
IF
see
cm.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

4PORTS

O projeto 4p0rt trabalhará na estratégia do Ports 4.0, para preparar a comunidade portuária da Macaronésia e da África Ocidental para as mudanças que ocorrem nos processos de digitalização e o surgimento disruptivo de novas tecnologias, a fim de superar os novos desafios apresentados nos portos nos próximos anos como eixo-chave do comércio mundial.

O orçamento previsto para a APRAM neste projeto é de 66.641,95€.

Este projeto sofreu uma alteração no planeamento de execução, devido ao COVID, passando a execução para 2022. Para o efeito e no âmbito do esforço de transformação digital que tem vindo a se verificar na APRAM está a decorrer a *Consulta prévia para a celebração de Contrato de Fornecimento de Aplicação de Gestão Integrada de Processos Portuários de suporte à Atividade Operacional e Dominial*, no sentido de melhorar e automatizar os processos de negócio nomeadamente no que se refere à gestão do espaço e à gestão do tráfego portuário.

OCEANLIT

OCEANLIT – Gestão de espaços naturais protegidos costeiros dos arquipélagos insulares afetados por lixo marinho, é um projeto de cooperação territorial entre as regiões dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo verde, que tem como objetivo, reduzir os resíduos marinhos através da criação de conhecimento, da melhoria da gestão de resíduos e sensibilização do público em geral, favorecendo a conservação e recuperação dos espaços naturais protegidos costeiros e marinhos nos arquipélagos.

O Projeto OCEANLIT foi aprovado em setembro de 2019, na segunda convocatória do programa de Cooperação Territorial INTERREG V-A MAC (Madeira-Açores-Canárias) 2014-2020, financiado pelo fundo FEDER. Este programa INTERREG MAC é o principal instrumento com o que contam as RUPs de Espanha e Portugal para oferecer uma resposta eficaz aos desafios comuns dos que se enfrentam em matéria da inovação, competitividade, internacionalização e desenvolvimento sustentável.

PC&L.
IF
pcc
com.



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

OCEANLIT está a ser coordenado por Gran Canária e participam 14 parceiros das regiões dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo verde.

Para a consecução dos objetivos, o projeto estrutura-se em torno de 3 objetivos específicos:

Conhecimento: Gerar conhecimento sobre a problemática e as soluções para favorecer a tomada de decisão de forma a conseguir a redução do lixo marinho e o seu impacto;

Gestão de resíduos: Planear e implementar melhorias no sistema de gestão de resíduos insulares que incorpore o lixo marinho em todas as fases do sistema: Recolha, seleção, tratamento e reciclagem;

Sensibilização: Aumentar a divulgação sobre o problema e transmitir conhecimento e boas práticas de gestão que ajudem a minimizar o lixo marinho mediante a sensibilização dos utilizadores, dos profissionais do mar e do público em geral.

A APRAM, S.A. tem uma verba disponível para aquisição de equipamento de combate à poluição e recolha de lixo marinho de 35.473,79€, com a seguinte distribuição, previsível na candidatura:

2020 (17.146,79€); 2021 (12.300,00€) e 2022 (6.027,00€).

Devido à pandemia, ainda nada foi feito.

A verba de 2020 e 2021 transitou para 2022. Em 2022 prevê-se efetuar a compra de equipamento para recolha automática de lixo que se encontra à superfície da água, no Porto do Funchal, Cais de Recreio do Porto do Funchal e Marina de Porto Santo.

6.4 EQUIPAMENTOS E VIATURAS

6.4.1. Aquisição de equipamento COVID-19

Conjugando o interesse público regional em conter e mitigar a pandemia COVID-19, com o objetivo de se proceder à reabertura dos portos e marinas da RAM, com a devida atenção e prudência, foi necessário preparar e dotar as infraestruturas portuárias de equipamentos e meios com a finalidade de serem implementadas medidas e ações

PC&
IF
pau
Am.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

conducentes à retoma gradual da economia, com a garantia da segurança sanitária, em obediência às linhas orientadores do Governo Regional, na salvaguarda da saúde pública.

Analisada as necessidades específicas das infraestruturas da APRAM e em cumprimento das orientações governamentais, procedeu-se, no exercício económico de 2020, à aquisição de equipamentos no valor global de 287.740,73 euros.

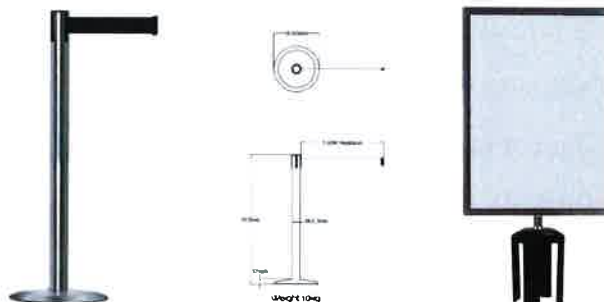
Dando continuidade ao cumprimento das orientações governamentais, no sentido de mitigar os efeitos da pandemia COVID-19, no decurso do exercício económico de 2021, procedeu-se à aquisição de equipamentos no valor global de de 90.058,54 euros, conforme abaixo discriminados:

- Postes com fita para segregar fluxos de passageiros dos navios de cruzeiros que atracam no Porto do Funchal;
- Porta de correr de 4 folhas para segregar fluxos de passageiros dos navios de cruzeiros que atracam no Porto do Funchal entra a sala de RX e os WC's;
- Equipamento de varrer e de desinfetar mecânico com cabine.

6.4.1.1 Postes com fita para segregar fluxos de passageiros dos navios de cruzeiros que atracam no Porto do Funchal

Para permitir a segregação de fluxos entre passageiros dos navios de cruzeiro que atracam no Porto do Funchal, foram adquiridos 30 postes com fita e 15 Suportes de informação/porta cartaz.

O investimento global foi de 6.180,75 euros.



6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

6.4.1.2 Porta de correr de 4 folhas para segregar fluxos de passageiros dos navios de cruzeiros que atracam no Porto do Funchal entra a sala de RX e os WC's

De forma a ser possível segregar os fluxos de passageiros dos navios de cruzeiros que atracam no Porto do Funchal entra a sala de RX e os WC's foi adquirida uma porta de de correr de quatro folhas de vidro laminado temperado incolor na Gare Marítima da Madeira.

O investimento global foi de 16.350,79 euros.



6.4.1.3 Equipamento de varrer e de desinfetar mecânico com cabine

Considerando que a APRAM-SA tem a obrigação de manter as condições de salubridade adequadas no exterior dos edifícios dentro da sua área de jurisdição e por essas áreas exteriores serem elevadas, considerando a situação de pandemia da COVID19 vivida e tendo em consideração que a APRAM-SA tem a obrigação de manter exterior dos edifícios na sua área de jurisdição, na medida do possível, higienizada com a ausência de vírus, a APRAM-SA adquiriu uma varredora mecânica com cabine equipada com um sistema de lavagem a água à pressão e desinfetante com enrolador para a mangueira, montado na parte frontal da cabine e com a possibilidade de utilização de líquido

PCP.
IF
por
em!

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

desinfetante para desinfeção covid 19 e tubo de aspiração manual para poder aspirar em pavimentos irregulares onde as escovas não chegam;

Este equipamento além de permitir varrer e aspirar uma extensa área num curto espaço de tempo, também permite manter toda a área exterior higienizada permitindo assim maior contenção do vírus.

O investimento global foi de 67.527,00 euros.



6.4.2 Aquisição de defesa

Dentro da estratégia definida pela APRAM, S.A., atenta à imprescindibilidade de garantir a operacionalidade com equipamento mínimos, deu-se início à aquisição de defensas cilíndricas.

Procedeu-se à aquisição de uma defesa Yokohama 2.54 x 5.5 High Protection para o Porto do Funchal.

O valor de aquisição da defesa foi de 26.814,00 euros.



PC&A.
JF
JLW
BW.

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

6.4.3 Aquisição de um portaló

Para manter os níveis de qualidade e segurança na operação com navios de cruzeiros de grande porte e em particular dando resposta às solicitações dos operadores dos navios, a APRAM,SA adquiriu um portaló de 11m adaptável e adequado às operações para embarque e desembarque de passageiros com cadeiras de rodas em Porto Santo.

O investimento global foi de 26.937,00 euros.



6.4.4 Aquisição de RX

6.4.4.1 Gare Marítima do Madeira

Dois raios X destinados a efetuar a verificação e inspeção de objetos, volumes bagagens de mão, relativamente à presença de objetos potencialmente perigosos.

Estes equipamentos são capazes de satisfazer os critérios de deteção, adequados a discriminar os volumes que sejam potencialmente portadores de objetos perigosos,

PDF
TF
José
Am

6. Investimentos e Projetos Cofinanciados

nomeadamente, no âmbito da deteção de armas de qualquer tipo, bem como explosivos e respetivos manufaturas

O valor do equipamento é de 144 519,45€ (cento e quarenta e quatro mil quinhentos e dezanove euros e quarenta e cinco cêntimos), ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor.



6.4.4.2 Gare Marítima – Cais 6

Um raio X para bagagens de mão e outro para bagagens de porão, destinados a efetuar a verificação e inspeção de objetos, volumes, bagagem de mão e de porão (sem recurso à respetiva abertura), relativamente à presença de objetos potencialmente perigosos. Trata-se, igualmente, de um equipamento adequado a detetar e discriminar os volumes que sejam potencialmente portadores de objetos perigosos, nomeadamente, armas de qualquer tipo, bem como explosivos e respetivas manufaturas.

O valor do equipamento é de 88 910,06€ (oitenta e oito mil novecentos e dez euros e seis cêntimos), ao qual acresce o lva à taxa legal em vigor.



DCR.
IF
fol
CWF.



7. Concessões/Licenças

7. CONCESSÕES/LICENÇAS

Neste capítulo são enumerados os contratos de concessão e licenças em vigor a 31 de dezembro de 2021, de acordo com a sua área de localização geográfica.

7.1 Licenças

Licença para o exercício de atividade de Empresa de Trabalho Portuário:

Alvará n.º 1, de 14 de outubro de 2008, atribuído à ETP - RAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Lda.;

Alvará n.º 2, de 19 de junho de 2019, atribuído à ETPMAR- Empresa de Trabalho Portuário - ETP, Lda.

Licença para o exercício de atividade de operador portuário:

Licença atribuída à OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.⁷

Licença para o exercício de atividade de Agentes de Navegação:

Blatas, Lda.;

Funchal Marítima – Agentes de Navegação, Lda.;

J.M. Ferraz Simões, Lda.;

JFM Shipping, Lda.;

João Silvério Pires, Lda.;

Marfrete – Transitários e Navegação, Lda.;

PMAR – Navegação, Lda.;

Portmar – Agência de Navegação, Lda.;

⁷ Pela Resolução n.º 270/2017, foi revogada a Resolução n.º 509/2008, na qual foi reconhecido o interesse estratégico para a economia regional na aplicação do regime de licenciamento nos Portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo. A Resolução n.º 284/2017, “Determina que se proceda à notificação da sociedade denominada OPM - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, para, querendo, se pronunciar, por escrito, no prazo de 10 dias, relativamente ao teor do Projeto de Decisão de revogação da licença emitida”, situação que ocorreu. A OPM interpôs uma ação no Tribunal Administrativo e Fiscal, que corre os seus trâmites.

PCd.
 IF
 fca
 am.

7. Concessões/Licenças

Transinsular (Madeira) – Transportes Marítimos Insulares, Lda..

7.2 Concessões e licenças diversas por área de jurisdição da APRAM, S.A.

FUNCHAL

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença para instalação de um quiosque com esplanada destinado a cafetaria e gelataria nos pontões das fozes da ribeira de Santa Luzia e de João Gomes	MLE – Madeira Leisure Entertainment, Restauração e Animação, Lda.	Quiosques nos pontões das ribeiras
Licença precária para o exercício de atividade dentro da área de jurisdição da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A. - Porto do Funchal (Prorrogação)	Carristur – Inovação em Transportes Urbanos e Regionais, Sociedade Unipessoal, Lda.	Hop on Hop Off
Licença precária para o exercício de atividade dentro da área de jurisdição da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A. - Porto do Funchal (Prorrogação)	Welcome Madeira- Transportes, Turismo, Restauração, Lda.	Hop on Hop Off
Contrato de concessão de prédio localizado na Avenida Sá Carneiro, n.º 3, Funchal, exploração de todo o edifício para a atividade de bar-discoteca e snack-bar	Rebelos & Camacho, Lda.	Discoteca "Vespas"
Contrato de concessão de exploração dos pipelines e respetivos tanques para abastecimento de combustíveis à navegação no Porto do Funchal	Repsol portuguesa, S.A.	Abastecimento de combustíveis à navegação no Porto do Funchal
Licença de Ocupação colocação e exploração de Mupis no Porto do Funchal)	Netcriações - Publicidade e Internet, Lda.	Mupis - Porto do Funchal
Licença de Ocupação a oeste do Forte de Nossa Senhora da Conceição instalação de uma estação telefónica celular	Vodafone Portugal, Comunicações Pessoais, S.A.	Antena Telecel - Forte Nossa Senhora da Conceição

POK.
 IF
 Alen
 Cum



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de Ocupação de uma área e fachada do "Forte de Nossa Senhora da Conceição", instalação de uma Estação Base de Telecomunicações Móveis da TMN	OMTEL, Estruturas de Comunicações, S.A.	Antena MEO - Forte Nossa Senhora Conceição
Licença Precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao estacionamento de 1 veículo pesado de passageiros no âmbito do exercício da atividade de animação turística	Welcome Madeira – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Lote 1 - Estacionamento Welcome Madeira
Licença Precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao estacionamento de 1 veículo pesado de passageiros no âmbito do exercício da atividade de animação turística	Welcome Madeira – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Lote 2 - Estacionamento Welcome Madeira
Licença de área destinada a estacionamento, no máximo 4 veículos motorizados, movidos unicamente por fontes não poluentes, utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação	City Bubbles – Animação Turística, Unipessoal, Lda.	Lote 3- Estacionamento City Bubbles
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a estacionamento de veículos motorizados de combustão utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação turística	Welcome Madeira – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Lote 4 - Estacionamento City Bubbles
Autorização para instalação de um armário NOS, junto ao atual posto da PSP, localizado à entrada do Porto do Funchal	NOS Madeira Comunicações S.A.	Armário "NOS"
Licença de ocupação e utilização do forte de Nossa Senhora da Conceição para núcleo cultural/museológico e espaço de restauração	NINI - Design Center, Lda.	Design Center
		10 lugares de estacionamento
Contrato de concessão de uso privativo para construção e exploração de um espaço de exposições e museológico, reperfilamento da praça do mar e integração de PT	MUSSARA - Gestão de Espaços e Eventos, Lda.	Museu Praça do Mar (Praça CR7)

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de ocupação da parcela de terreno localizada no passeio a sul da Avenida Sá Carneiro, Praça do Mar (Praça CR7)	Abreu Gouveia & Gouveia Similares Hotelaria, Lda.	Destina-se exclusiv. à esplanada do "Sete Mares".
Licença de ocupação da parcela de terreno localizada no passeio a sul da Avenida Sá Carneiro, Praça do Mar (Praça CR7)	Pestana CR7 - Madeira Hotel Investimentos Turísticos, S.A.	Destina-se exclusivamente à esplanada do Hotel "Pestana CR7".
Licença de ocupação da parcela de terreno destinada à instalação de um reservatório de gás e respetiva conduta junto à rampa do parque de estacionamento na praça do mar	Pestana CR7 - Madeira Hotel Investimentos Turísticos, S.A.	Reservatório de gás - Pestana CR7
Licença precária para ocupação e utilização de terraplano com 39 m ² , localizado no porto do Funchal, para centro de testagem rápida do novo coronavírus (sars-Cov-2).	Adequada Vanguarda, Lda. (Centro Médico do Atlântico)	Colocação de 2 contentores no terraplano no porto do Funchal - Centro de testagem rápida (SARS-COV-2)
Licença precária para ocupação e utilização de terraplano com 25 m ² , localizada à entrada do cais da cidade do Funchal, para centro de testagem rápida do novo coronavírus (sars-Cov-2).	IPRO Clinic, Lda.	Colocação de tenda à entrada do cais da cidade do Funchal - Centro de testagem rápida (SARS-COV-2)
Contrato de concessão do direito de utilização privativo de uma parcela de domínio público sob jurisdição da APRAM S.A., correspondente a um troço do "Caminho Real" adjacente ao forte de S. José no Funchal e a área que integra a implementação do prédio situado à entrada do porto do Funchal	TREMEL Investment, LLC	Contrato de Concessão - Requalificação do Forte de São José
Licença para ocupação e utilização de terreno do domínio público marítimo no molhe da pontinha, destinado à montagem de uma estrutura para colocação de uma grua de grande porte	Macedos Pirotecnia, Lda.	Colocação de uma grua de grande porte, no âmbito da realização do

IF
per
lw.

PCJ.



Relatório de Gestão e Contas - Ano 2021

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
		evento do espetáculo pirotécnico do final do ano no Funchal
Licença de uso de uma parcela de terreno do domínio público marítimo destinado à passagem de um cabo de fibra ótica	NOS Madeira Comunicações, S.A.	Porto do Funchal - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar C3 no CNSL	Sanas Madeira - Associação Madeirense para Socorro no Mar	Hangar C3 - CNSL
Licença precária para ocupação e utilização do Hangar A1 no Centro Náutico São Lázaro	Associação Náutica da Madeira	Hangar A1 - CNSL
Licença precária para ocupação e utilização do Hangar A2 no Centro Náutico São Lázaro	Centro de Treino Mar	Hangar A2 - CNSL
Licença precária para ocupação e utilização do Hangar A3 no Centro Náutico São Lázaro	Clube Naval do Funchal	Hangar A3 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A4 e área descoberta no CNSL destinado às atividades náuticas	Associação Regional de Canoagem da Madeira	Hangar A4 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A8 e área descoberta no CNSL destinado ao exercício de atividades náuticas	Associação Náutica da Madeira	Hangar A8 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A5 e área descoberta no CNSL destinado ao exercício de atividades náuticas	Associação Regional de Vela	Hangar A5 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A7 e área descoberta no CNSL e destinado ao exercício de atividades náuticas	Clube Força 5	Hangar A7 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A10 e área descoberta no CNSL destinado ao exercício de atividades náuticas	Clube Naval do Funchal	Hangar A10 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do hangar A9 e área descoberta no CNSL destinado ao exercício de atividades náuticas	Centro de Treino Mar dos Escuteiros Marítimos	Hangar A9 - CNSL

PCR
IF
S
am

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de ocupação e utilização do hangar A6 e área descoberta no CNSL destinado ao exercício de atividades náuticas (Escuteiros Marítimos)	Corpo Nacional de Escutas - Junta Regional da Madeira	Hangar A6 - CNSL
Licença de uso de uma parcela de terreno do cais 6 para a realização do evento V Madeira Cross Games	Clube Naval do Funchal	Porto do Funchal
Licença de ocupação e utilização dos hangares C1 e C2 no CNSL	Marinha - Direcção-Geral da Autoridade Marítima	Hangares C1 e C2 - CNSL
Licença Centro Náutico São Lázaro	Associação MarinaFunchal	Armazém oficina
Licença precária para ocupação e utilização do Hangar C5 no Centro Náutico São Lázaro	Associação Regional de Jet Ski e Motonáutica da Madeira	Hangar C5 - CNSL
Licença de ocupação e utilização do Hangar C6 destinado ao armazenamento de material de consumo clínico	Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira EPERAM	Hangar C6 - CNSL
Licença de Ocupação e Utilização do Hangar C6 no CNSL para Instalação e funcionamento de um "Centro Comunitário Regional"	Secretaria Regional de Inclusão Social e Cidadania	Hangar C6 - CNSL
Licença de ocupação e utilização de espaço com 125 m ² , destinado à instalação e funcionamento do centro de operações de mar para as atividades do Observatório Oceânico da Madeira (OOM)	Arditi-Agência Regional para o Desenvolvimento Investigação, Tecnologia e Inovação	Ocupação de espaço com 125m ² - Observatório Oceânico da Madeira (OOM)
Licença para ocupação e utilização de terreno do domínio público marítimo no Centro Náutico de São Lázaro	Red Bull Portugal, Unipessoal, Lda.	Realização do evento "RED BULL MADEIRA SHOOTING STARS"
Licença de ocupação e utilização de 1 lugar de estacionamento destinado a veículos pesados de passageiros utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação turística novo cais de cruzeiros do Funchal	WELCOME MADEIRA – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Estacionamento de 1 veículo pesado no novo cais (Lote 1)

PCA.
IF
Fem
Cuv.



Relatório de Gestão e Contas - Ano 2021

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de ocupação e utilização de 1 lugar de estacionamento destinado a veículos pesados de passageiros utilizados no âmbito do exercício da atividade de animação turística localizado na zona de acesso ao novo cais de cruzeiros do Funchal	WELCOME MADEIRA – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Estacionamento de 1 veículo pesado no novo cais (Lote 2)
Licença de ocupação e utilização de 2 lugares de estacionamento destinados a triciclos no âmbito do exercício da atividade de animação turística localizados no novo cais de cruzeiros do Funchal	WELCOME MADEIRA – Transportes Turismo Restauração, Lda.	Estacionamento de 2 triciclos no novo cais (Lote 6)
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a venda de street food localizado na praça do povo	Irene Cristina Barreto Gouveia	Triciclo para venda de Street Food de produtos da marca Milkshakes and More Madeira – Lote 1
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a venda de street food localizado na praça do povo	Paulo Jorge de Sousa Marques	Triciclo para venda de Street Food dos seguintes produtos: café e vinhos regionais. – Lote 2
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a venda de street food localizado na praça do povo	SUNDAY IMPACT, LDA.	Triciclo para venda de Street Food dos seguintes produtos: bebidas alcoólicas (cocktails) Lote 4
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado a venda de street food localizado na praça do povo	Abstract Relax - Unipessoal, Lda.	Triciclo para venda de Street Food (crepes e fruta de palito, gelados tipo "lambeca" sumo de laranja natural e águas) Lote 5
Licença para venda de castanhas localizada na Praça do Povo [na zona em frente à capitania]	José Francisco de Vasconcelos	Venda de Castanhas Assadas – Praça do Povo

7. Concessões/Licenças

PDF
IF
see
amr.

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença precária para venda de castanhas na Praça do Povo	Paulo Alexandre Rodrigues Gaivotas	Venda de Castanhas Assadas – Praça do Povo
Licença Precária para venda de castanhas assadas, junto ao acesso do estacionamento do Cais 8 do porto do Funchal	Jéssica Marisa da Silva Jesus	Venda de Castanhas Assadas – Praça do Povo
Licença precária para ocupação e utilização de terreno no domínio público marítimo anexo ao cais 8 do porto do Funchal para a atividade de parque de diversões	Circo Mundial Mariani e a Rui Alberto Araújo Carvalho	Parque de diversões no Cais 8 do Porto do Funchal
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Aléxis Freitas, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 4 metros lineares - Lote 1 – n.º 2
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Splendidepisode, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 1– n.º 4
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Tukxi Madeira-Turismo, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 4 metros lineares - Lote 1– n.º 5
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	David Henrique Quintal Castro da Fonseca	Ocupação de 4 metros lineares - Lote 1– n.º 6
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Fátima & Aléxio, Lda.	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 1 – n.º 9
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	CITY BUBBLES – Animação Turística, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 1 - n.º 10

PCF.
IF
fuz
Car.



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Rui Filipe Sousa, Unipessoal, Lda.	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 2 – C
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Bruno José Ornelas da Costa	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 2 – D
Licença precária de ocupação e utilização de espaço de estacionamento na doca de estacionamento localizada na avenida Sá Carneiro	Fátima & Aléxio, Lda.	Ocupação de 2 metros lineares - Lote 2 – E
Licença precária de utilização de 2 estacionamentos na doca da avenida Sá Carneiro para instalação e operação de um ponto público de carregamento de veículos elétricos	EMACOM - Telecomunicações da Madeira Unipessoal, Lda.	Ponto público de carregamento para veículos elétricos
Autorização para colocação no muro de cortina do Porto do Funchal de 1 lona com publicidade do "La Vie"	CentroNovoFunchal, S.A.	Painel de publicitário "La Vie"
Autorização para colocação no muro de depósito de combustível à entrada do porto de 1 painel com publicidade aos Teleféricos da Madeira	Teleféricos da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Teleféricos da Madeira"
Autorização para colocação de 1 lona no muro de cortina do Porto do Funchal com publicidade aos Teleféricos da Madeira	Teleféricos da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Teleféricos da Madeira"
Autorização para colocação de 2 painéis na parede do elevador da Av. Sá Carneiro	Teleféricos da Madeira, S.A.	2 Painéis publicitários "Teleféricos da Madeira"
Autorização para colocação de 1 lona com publicidade do " Museu CR7" no muro de cortina do Porto do Funchal	Museu CR7	Lona "Museu CR7"

PCP.
TF
em

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Autorização para colocação de uma lona com publicidade da marca "David Rosas"	David Rosas, Lda.	Lona "David Rosas"
Licença Precária para colocação de uma lona publicitária de 40m2, no muro de cortina do cais Sul do porto do Funchal	HPM-Hospital Particular da Madeira	Lona publicitária no muro de cortina do cais sul do porto do Funchal
Licença Precária para colocação de uma lona publicitária de 40m2, no muro de cortina do cais Sul do porto do Funchal	HPM-Hospital Particular da Madeira	Lona publicitária de 64m2, na fachada do edifício localizado à entrada do porto do Funchal
Licença Precária para afixação de publicidade no muro de cortina do porto do Funchal	S.C.H. - Sociedade Clínica Hospitalar, S.A.	Lona publicitária de 24 m2, no muro de cortina do porto do Funchal
Autorização para colocação de 2 painéis na parede do elevador da Av. Sá Carneiro	Rent-Car do Futuro - Carros de Aluguer sem Condutor, Lda.	2 Painéis publicitários na parede do elevador da Av. Sá Carneiro

GARE MARÍTIMA DA MADEIRA

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença Precária para afixação de publicidade 2.ª coluna (nascente) da Gare Marítima da Madeira	HPM-Hospital Particular da Madeira	Publicidade na 2.ª coluna (nascente) da Gare Marítima da Madeira
Licença de Ocupação e Utilização de lojas na Gare Marítima da Madeira destinadas ao Clube de Entusiastas de Navios	Clube de Entusiastas de Navios	Loja n.º 3 e 4 CEN

PCM.
IF
per
Cam.



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Autorização para colocação de 1 painel publicitário no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade ao "Casino da Madeira"	ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Casino da Madeira"
Autorização para colocação de 1 painel publicitário na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira com publicidade ao "Casino da Madeira"	ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Casino da Madeira"
Autorização para colocação de 1 painel Publicitário na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira com publicidade ao "Casino da Madeira"	ITI - Sociedade de Investimentos Turísticos da Ilha da Madeira, S.A.	Painel Publicitário "Casino da Madeira"
Autorização para colocação de 1 painel publicitário na coluna exterior da Gare Marítima da Madeira com publicidade dos "Teleféricos da Madeira"	Teleféricos da Madeira, S.A.	Painel "Teleféricos da Madeira"
Autorização para colocação de 1 painel publicitário no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade da "Carristur"	Carristur Portugal, Lda.	Painel "Carristur"
Autorização para colocação de 1 balcão no exterior da Gare Marítima da Madeira para venda de bilhetes da "Carristur"	Carristur Portugal, Lda.	Balcão "Carristur"
Autorização para colocação de 1 balcão no exterior da Gare Marítima da Madeira para venda de bilhetes da "Douro Acima"	Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.	Balcão "Douro Acima"
Autorização para colocação de 1 painel publicitário no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade da "Douro Acima"	Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.	1 Painel " Douro Acima"
Autorização para colocação de 2 painéis publicitários na coluna exterior da Gare	Douro Acima - Transportes de Turismo e Restauração, Lda.	2 Painéis " Douro Acima"

FCP.
IF
see
am!

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Marítima da Madeira com publicidade da "Douro Acima"		
Autorização para colocação de 1 painel no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade da "Multiópticas"	Grand Vision Portugal Unipessoal, Lda.	Painel publicitário "Multiópticas"
Autorização para colocação de 1 painel no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade dos "Carreiros do Monte"	Carreiros do Monte	Painel publicitário "Carreiros do Monte"
Autorização para colocação de 1 painel no interior da Gare Marítima da Madeira com publicidade do "Instituto do Vinho"	Instituto do vinho, bordado e do artesanato da Madeira, I.P.	Afixação de painel publicitário na GMM
Autorização para a colocação de um painel publicitário, amovível, no interior da Gare Marítima da Madeira da "Horários do Funchal"	Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.	1 Painel publicitário "Horários do Funchal"
Autorização para colocação no interior da Gare de máquina dispensadora de moedas com imagens do Porto do Funchal	National Tokens Madeira	Máquina dispensadora de moedas
Ao abrigo do Protocolo entre Horários do Funchal e APRAM	Horários do Funchal - Transportes Públicos, S.A.	Lona publicitária de 27 m2, no muro de cortina à entrada do porto do Funchal
Autorização para colocação de painel de publicidade no muro de cortina do Cais Sul do porto do Funchal	Netcriações - Publicidade e Internet, Lda.	Painel publicitário no muro de cortina do cais Sul do porto do Funchal
Licença precária para afixação de publicidade na fachada do edifício localizado à entrada do porto do Funchal	ECM – Empresa de Cervejas da Madeira, Soc. Unipessoal, Lda.	Lona publicitária sob uma das marcas da ECM

PCR
IF
JCS
Am.



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação

LOJAS NA MARINA DO FUNCHAL:

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade de Snack Bar e Restaurante	Caldeira, Pestana & Almeida, Lda.	Loja n.ºs 1 e 2 - "Marina Terrace"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade de promoção e venda de atividades turísticas	Santa Maria – Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Loja n.º 3 "Santa Maria"
Licença de ocupação de loja destinada à exploração de um Restaurante/Bar	Gouveia, Neto e Freitas, Lda.	Loja n.º 4 - "Solar da Santola"
Licença de ocupação de loja destinada a atividade marítimo-turística e/ou outras atividades comerciais ligadas à náutica e/ou marítima	João Filipe Saldanha Cardoso	Loja n.º 5 - "Marítimo-turística"
Licença de ocupação de loja destinada a atividade marítimo-turística e/ou outras atividades comerciais ligadas à náutica e/ou marítima	Blue Adventure - Unipessoal, Lda.	Loja n.º 6 - "Marítimo-turística"
Licença de ocupação de lojas destinadas a "Loja de Conveniência"	Mastersecret - Unipessoal, Lda.	Loja n.ºs 7 e 8 - "Loja de Conveniência"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade marítimo-turística	Bom Farol - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Loja n.º 9 - "Prazer do Mar"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade marítimo-turística	Horizonte do Atlântico - Animação Turística, Unipessoal, Lda.	Loja n.º 10 - "Ventura do Mar"

DCR.
TF
DCC
CMM

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade de Restaurante	Chaves e Martins, Lda.	Loja n.º 11 - "Mar Azul"
Cedência de loja para instalação da sede social da Associação Náutica da Madeira	Associação Náutica da Madeira	Loja n.º 12 - "Associação Náutica"
Licença de ocupação de Lojas destinadas a: náutica e souvenir shop; Bar/snack-bar; venda de bilhetes no âmbito do exercício da atividade marítimo-turística; restaurante/ take away/fast food)	Visões Aquadélicas - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Loja n.º 13 - "náutica, souvenirs, snack-bar, venda bilhetes"
		Loja n.º 14 - "Restaurante/Take-away/Fast food"
Licença de ocupação de loja destinada ao exercício da atividade de Cafeteria	Marla Sofia Pestana Barros	Loja n.º 17 - "Cafeteria"
Licença de ocupação loja destinada a venda de bebidas e petiscos regionais	O Barrilinho - Sociedade de Exploração de Restaurantes, Lda.	Loja n.º 20 - "Barrilinho"
Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno para instalação de um posto de venda de combustível líquido à Navegação	Repsol portuguesa, S.A.	Loja n.º 24- "Repsol"
Autorização para ocupação de espaço para atuação musical no terraço da Marina do Funchal em frente ao estabelecimento denominado "Vermelhinho"	João Lino Pereira Gonçalves, Lda.	Espaço para atuação musical - "Vermelhinho"
Contrato de Concessão de Exploração da Marina do Funchal	Associação MARINAFUNCHAL	Concessão Marina do Funchal
Ocupação de uma área destinada à colocação de armários, e espaço destinado à instalação de um mastro de suporte a antenas e respetivas	OMTEL, Estruturas de Comunicações, S.A.	Antena MEO na marina do Funchal

PCH.
IF
ky
Cm.



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
cablagens de interligação, localizada na Marina do Funchal		
Alvará de Licença para o exercício da atividade de restauração e similares bem como para a fabricação de cerveja	Cervejolândia, Lda.	Restaurante "Beer House"
		Esplanada

QUIOSQUES NA MARINA DO FUNCHAL

Tipo de contrato e objeto	Titular	Quiosque/ Designação
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Albatroz do Mar - Atividades de Animação Turística, Unip., Lda.	Quiosque n.º 3 Embarcação "Margarita"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Nautisantos - Actividades Desportivas, Lda.	Quiosque n.º 4 - Embarcações "Seaborn", "Seaborn II" e "Lara Jade"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Gavião - Viagens Turísticas, Lda.	Quiosque n.º 5 - Embarcação "Gavião"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Madeira Big Game Fishing - Atividades Náuticas, Lda.	Quiosque n.º 6 - Embarcação "Our Mary"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Horizonte do Atlântico - Animação Turística, Lda.	Quiosque n.º 7 - Embarcações "Ventura do Mar" e "Tiger"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Oceano Pioneiro Unipessoal, Lda.	Quiosque n.º 9 - Embarcação "Seaborn Júnior"
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Ema de Freitas & Can, Lda.	Quiosque n.º 10 - Embarcação "Bonita da Madeira"

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Quiosque/ Designação
Licença precária de ocupação e utilização de quiosque localizado na Marina do Funchal	Câmara Municipal do Funchal	Quiosque na entrada do Cais CMF

QUIOSQUES NO CAIS DE RECREIO DO PORTO DO FUNCHAL

Tipo de contrato e objeto	Titular	Quiosque/ Designação
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	Santa Maria - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Quiosque n.º 1 "Nau Santa Maria" e "Manuela"
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	Santa Maria - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Quiosque n.º 2 "Nau Santa Maria" e "Manuela"
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	MW MADEIRA WATERSPORTS, Unipessoal, Lda.	Quiosque n.º 3 "Madeira Watersports "
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	MAGICDOLPHIN - Atividades Marítimas, Lda.	Quiosque n.º 4 "Golfinho Mágico" e "Sea Safaris"
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	MAGICDOLPHIN - Atividades Marítimas, Lda.	Quiosque n.º 5 "Golfinho Mágico" e "Sea Safaris"
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	PRAZER DO MAR – Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	Quiosque n.º 6 "Sea The Best", "Sea Pleasure", "Sea Nature" e "Wahoo"
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	Nautisantos - Atividades Desportivas, Lda.	Quiosque n.º 7 CELTUS "Seaborn 2"

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Quiosque/ Designação
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	Oceano Pioneiro Unipessoal, Lda.	Quiosque n.º 9 "ULTIMATE"
Licença de ocupação de quiosque localizado no cais de recreio do porto Funchal	GOGOAWAY	Quiosque n.º 10 "Atlantic Pearl"

ESTACIONAMENTO DE EMBARCAÇÕES NO CAIS DE RECREIO DO PORTO DO FUNCHAL

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
Licença para uso do posto de atracação junto às primeiras escadas sul/norte do Cais da Cidade, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Ema de Freitas & Can, Lda.	"Bonita da Madeira"
Licença para uso do posto de atracação n.º 19 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Santa Maria - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Nau Santa Maria de Colombo"
Licença para uso do posto de atracação n.º 20 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Recmad - Recreação Turística, Lda.	"LE REVE"
Licença para uso do posto de atracação n.º 21 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da	MW Madeira Watersport, Unipessoal, Lda.	"Madeira Watersport"

PCH.
IF
fey
am

PCR.
TF
Bee
am

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
atividade marítimo turística e no exercício desta.		
Licença para uso do posto de atracação n.º 22 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Magic Dolphin Atividades, Lda. (Bruce Hobley)	"Golfinho Mágico"
Licença para uso do posto de atracação n.º 23 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Nautisantos - Atividades Desportivas, Lda.	"Celtus"
Licença para uso do posto de atracação n.º 24 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Prazer do Mar - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Melhor do Mar II"
Licença para uso do posto de atracação n.º 25 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Prazer do Mar - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Prazer do Mar"
Licença para uso do posto de atracação n.º 26 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Prazer do Mar - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Natureza do Mar"

DCR
IF
JLM
AW



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
Licença para uso do posto de atracação n.º 28 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Investivários, S.A.	"S. PICA"
Licença para uso do posto de atracação n.º 31 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Prazer do Mar - Actividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Wahoo I"
Licença para uso do posto de atracação n.º 27 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Gogoaway, Lda.	"Atlantic Pearl"
Licença para uso do posto de atracação n.º 29 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Douro Acima-Transportes Turismo e Restauração, Lda.	"Alexandra Manuela"
Licença para uso do posto de atracação n.º 30 do Cais de Recreio do Porto do Funchal compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Fundoceano - Observação Submarina, Sociedade Unipessoal, Lda.	"ADA REBIKOFF"
Licença para uso do posto de atracação n.º 32 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e	MW Madeira Waterasport, Unipessoal, Lda.	"Parasail"

PCR.
JF
ber
am

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.		
Licença para uso do posto de atracação n.º 33 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Magic Dolphin Actividades, Lda. (Bruce Hobley)	"Magic Dolphin Sea Safaris"
Licença para uso do posto de atracação n.º 34 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	NOMADFUTURE – Unipessoal, Lda.	"Madeiraexperience"
Licença para uso do posto de atracação n.º 35 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	AMAZINGANCHOR, Lda.	"LOURENÇO"
Licença para uso do posto de atracação n.º 36 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Rima, Boat Tours, Lda.	"O Sardinha"
Licença para uso do posto de atracação n.º 37 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Ricardo Quintal Calisto Gouveia	"Chelasmarr"

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
Licença para uso do posto de atracação n.º 41 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Oceano Pioneiro- Unipessoal, Lda.	"Ultimate"
Licença para uso do posto de atracação n.º 40 do Cais de Recreio do Porto do Funchal, compreendendo a tomada e largada de passageiros e o abrigo da embarcação afeta ao exercício da atividade marítimo turística e no exercício desta.	Santa Maria - Atividades Marítimo Turísticas, Lda.	"Manuela"

FUNDEADOURO

Tipo de contrato e objeto	Titular	Embarcação
Autorização para fundear - Funchal	Maria Zita França, Unipessoal, Lda.	"Tamisa"

CANIÇAL

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença para utilização de Loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal com o fim de dar apoio administrativo à atividade desenvolvida pelo titular	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Loja n.º 1
Licença para ocupação de loja no edifício de autoridades do porto do Caniçal	Daniel Freitas Alves e Filhos, Lda.	Escritório n.º 2
Licença para ocupação de loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal	Reboques Avelino, Lda.	Loja n.º 4

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença para ocupação de loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal	GSLines – Transportes Marítimos Lda.	Loja n.º 5
Licença para ocupação de loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal	Freitas & Caires, Lda.	Loja n.º 9
Licença para ocupação de loja para instalações técnicas no âmbito do exercício da atividade de mergulho profissional exercida pelo titular	TSM – Perfurações e Sondagens Subaquáticas da Madeira, Lda.	Loja A - instalações técnicas da TSM
Licença para ocupação de loja no edifício G do edifício de autoridades do porto do Caniçal Sindicato nacional dos estivadores, trabalhadores do tráfego, conferentes marítimos e outros	Sindicato Nacional dos Estivadores, Trabalhadores do Tráfego, Conferentes Marítimos e Outros	Edifício G - Sede da delegação regional do SEAL
Licença ocupação de loja no Edifício de Autoridades do Porto do Caniçal	MARINHA - Direcção-Geral da Autoridade Marítima	Loja F
Licença de ocupação de espaço destinado ao exercício da atividade de restauração no edifício de autoridades do porto do Caniçal	Joaquim de Sousa Coelho,	Restaurante Caniçal
Licença Precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao exercício da atividade de restauração no edifício de autoridades do porto do Caniçal	Desertaolongo, Unipessoal, Lda.	Restaurante Caniçal
Contrato de Concessão de Exploração do Estaleiro Naval para Embarcações em Madeira do Caniçal	J. S. Vieira & Gouveia, Lda.	Estaleiro Naval de Embarcações
Contrato Administrativo Concessão de uma parcela de terreno no Porto de Pesca para construção/instalação de posto de gasóleo abastecimento a embarcações de pesca	Repsol portuguesa, S.A.	Repsol - Porto de Pesca - Caniçal
Licença Precária para Ocupação e Utilização do Terraplano localizado no Porto do Caniçal, para armazenagem de contentores de GNL	Gaslink - Gás Natural, S. A	Ocupação de terreno na entrada à esquerda do contramolhe do Porto do Caniçal

PCM.
IF
Eles
RW



Relatório de Gestão e Contas - Ano 2021

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um Terminal Marítimo de Combustíveis no Caniçal	CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	CLCM - Terminal Marítimo de Combustíveis
Alvará de Licença destinado à utilização de instalações amovíveis, destinadas, provisoriamente ao controlo de entrada e saída de mercadorias do Terminal de Carga	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Quiosque - Controlo de entrada e saída de viaturas
Alvará de Licença destinado à colocação de instalações amovíveis destinadas à oficina provisória da OPM	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Zona C - Oficina provisória
Alvará de licença destinada à utilização da Zona A para colocação de cinco estruturas para ligação de contentores frigoríficos à energia elétrica, a ser fornecida a partir do PT instalado na Zona B	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Zona A Colocação contentores frigoríficos
Alvará de licença destinada à utilização da Zona B para implantação de um posto de transformação (PT) - alimentar contentores frigoríficos da Zona A e gruas	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Zona B - Contentores frigoríficos
Alvará de licença destinada à utilização da Zona C para os cabos de passagem de energia elétrica para alimentar as gruas e os contentores frigoríficos da Zona A	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	Zona C - cabos de passagem de energia elétrica
Licença de ocupação de terrapleno no porto do caniçal para criação de zona de lavagem de equipamentos portuários	O.P.M. - Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda.	OPM - Lavagem de equipamentos portuários
Licença de ocupação de instalações fixas que se destinam ao exercício da atividade desenvolvida pela ETP	ETPRAM - Empresa de Trabalho Portuário ETP, Lda.	Escritórios ETP
Ocupação de parcela dominial destinada a 1 conduta subterrânea para (des)carga de cimento no porto do Caniçal	Cimentos Europa	Conduta subterrânea
Ocupação de parcela dominial destinada a 1 conduta subterrânea para carga de asfalto no porto do Caniçal	Varela & C.ª, Lda.	Conduta subterrânea

PCP
IF
pcc
aw

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Ocupação de parcela dominial destinada a um tapete rolante subterrâneo para (des)carga de cereais no porto do Caniçal	Silomad – Silos da Madeira, S.A.	Tapete rolante subterrâneo
Ocupação de parcela dominial destinada a 2 condutas subterrâneas para fornecimento de vapor no porto do Caniçal	Atlantic Island Electricity, S.A.	2 condutas subterrâneas
Ocupação de parcela dominial destinada a 1 conduta subterrânea para (des)carga de asfalto no porto do Caniçal	AECO - Asfalto, Emulsões e combustíveis, Lda.	Conduta subterrânea
Licença precária para colocação de uma roulotte para venda de comes e bebes na entrada à esquerda do contramolhe do porto do Caniçal.	Salfresco, Unipessoal, Lda.	Roulotte à entrada do contramolhe do porto do Caniçal

ZAL – ZONA DE APOIO LOGÍSTICO

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença para ocupação de plataforma localizada na zona de apoio logístico do Porto Novo	Hipersucata, Lda.	Plataforma n.º 1 - ZAL
Licença de utilização de plataforma destinada ao apoio logístico no âmbito da atividade exercida pela titular e ocupação das instalações fixas existentes na plataforma n.º 1	Tecnovia Madeira, Sociedade de Empreitadas, S.A.	Plataforma n.º 2 - ZAL
Licença de utilização de plataforma destinada à armazenagem de contentores e ao estacionamento de veículos no âmbito do exercício da atividade exercida pela titular	Daniel Freitas Alves & Filhos, Lda.	Plataforma n.º 3 - ZAL
Licença de utilização de plataforma destinada à armazenagem de contentores e estacionamento de viaturas	LOGISLINK - Terminal de Logística, Lda.	Plataforma n.º 4 - ZAL

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença de utilização de plataforma destinada ao estacionamento de viaturas e contentores no âmbito da atividade exercida pelo titular	Reboques Avelino, Lda.	Plataforma n.º 4 - ZAL
Licença de utilização de plataforma destinada ao apoio logístico no âmbito da atividade exercida pelo titular	ARINERTE - Sociedade de Exploração e Comercialização de Inertes da Madeira, Lda.	Plataforma n.º 5 - ZAL
Licença para construção e manutenção de um edifício, para o exercício da atividade de Centro de Inspeções Automóveis	MADINSP - Inspeção de Veículos, S.A.	Plataforma n.º 6 - ZAL - Centro de Inspeções
Ocupação de área no Porto Novo	AFAVIAS - Engenharia & Construções, S.A.	Rebocador "AFAMAR" e Pontão "Ponta do Paul"
Licença para extração, por meios manuais de 150 calhaus rolados no Terminal Marítimo do Porto Novo	Junta de freguesia de Gaula	Extração manual de calhau rolado no Porto Novo

PEQUENOS PORTOS: Câmara de Lobos, Socorridos, Praia Formosa, Machico, Seixal e Ribeira Brava

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Licença ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo, localizada na Zona C do varadouro do cais de Câmara de Lobos.	João Martinho Ferreira	Embarcação ALICE NUNES
Contrato de concessão de uso privativo de parcelas do domínio público sob jurisdição da APRAM, S.A.	Cimentos Madeira, Lda.	Terminal dos Socorridos - Cimentos Madeira
Contrato de Concessão do direito de uso privativo de uma parcela do domínio público marítimo afeto à APRAM, para	EMACOM-Telecomunicações da Madeira Unipessoal, Lda.	Praia Formosa – Funchal

PCP
 IF
 per
 cur

PCF,
IF
du
am

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
instalação de um cabo submarino (ELLALINK Segmento 10)		
Contrato de concessão de exploração do Porto de Recreio de Machico	Município de Machico	Porto de Recreio de Machico
Protocolo relativo à utilização, manutenção e exploração do guincho de elevação instalado no cais do Seixal e do barracão existente no mesmo	Clube Naval do Seixal	Serviços de carga e descarga de embarcações (todos os potenciais utilizadores)
Protocolo relativo à utilização, manutenção e exploração do guincho de elevação instalado no cais da Ribeira Brava	Aquailha – Aquacultura, Lda.	Guincho no Cais da Ribeira Brava
Licença de uso privativo de 1 parcela dominial, localizada no terraplano do Cais da Ribeira Brava (inclui a ocupação das instalações existentes) para apoio à atividade de aquacultura desenvolvida pelo titular da Licença.	Aquabaía- Sociedade de Aquacultura das Ilhas Lda.	Parcela dominial no terraplano do Cais da Ribeira Brava
Licença Precária para Ocupação e Utilização de Terreno localizado no Cais da Ribeira Brava	Márcio Anacleto Freitas Fernandes	Colocação de 1 contentor de 10' para apoio logístico à atividade marítimo turística
Licença ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo, localizada na Zona C do varadouro do cais de Câmara de Lobos.	José Márcio Barros Andrade	Embarcação Bora Bora
Licença ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo, localizada na Zona C do varadouro do cais de Câmara de Lobos.	Francisco Sérgio dos Santos	Embarcação Crifrágio
Licença ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo,	Emanuel Dinarte Calisto Correia	Embarcação N.S.Monte

PCIF
IF
fcl
am.



7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
localizada na Zona C do varadouro do cais de Câmara de Lobos.		
Licença ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo, localizada na Zona C do varadouro do cais de Câmara de Lobos.	Igor Fabiano Gomes Ferreira	Embarcação Arlindo
Licença ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo, localizada na Zona C do varadouro do cais de Câmara de Lobos.	João Fernando Ferreira	Embarcação Eliana
Licença ocupação da parcela de terreno integrada no domínio público marítimo, localizada na Zona C do varadouro do cais de Câmara de Lobos.	João Pereira Roque	Embarcação Conceição Roque

PORTO SANTO

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
Alvará de Licença destinado à manutenção de uma cabine de alumínio para venda de bilhetes de transportes públicos	MOINHO - Rent-a-Car, Lda.	Quiosque no porto
Alvará de Licença destinado à manutenção do "Entrepasto Cimenteiro" para realização de operação de descarga e movimentação de cimento a granel do navio atracado para o estabelecimento	Cimentos Madeira, Lda.	Cimentos Madeira, Lda.
Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no porto do Porto Santo da construção para armazenagem e um posto de venda de gasóleo à navegação	GALP MADEIRA - Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A.	GALP -Porto Santo
Licença precária de ocupação e utilização de espaço destinado ao exercício da	José Oliveira Gomes de Sousa	Restaurante

7. Concessões/Licenças

Tipo de contrato e objeto	Titular	Loja/Designação
atividade de restaurante no porto do Porto Santo		
Licença de utilização privativa de parcela dominial para o apoio à atividade de mergulho e guarda dos respetivos equipamentos	Rhea Dive – Atividades Marítimo Turísticas – Sociedade Unipessoal, Lda.	Rhea Dive
Alvará de Licença de uma área de terreno no porto do Porto Santo para implantação de uma unidade de produção de biocombustível a partir do cultivo e transformação termoquímica de microalgas marinhas	EEM & BFS - Energy, S.A. (faturado à Empresa Eletricidade da Madeira, S.A.)	Implantação de uma unidade de produção de biocombustível
Utilização de espaço no porto do Porto Santo	Auto Acessórios Colombo - Unipessoal, Lda.	Rent-a-car
Licença de uso de uma parcela de terreno do domínio público marítimo destinado à passagem de um cabo de fibra ótica.	NOS Madeira Comunicações, S.A.	Porto do Porto Santo
Licença para instalação de espaços para aluguer de bicicletas no terra-pleno do porto do Porto Santo.	VECTORGRAVITY-UNIPessoal, Lda.	Ocupação de 8 m2 de espaço no terra-pleno do porto do Porto Santo, para aluguer de bicicletas
Licença para colocação de trotinetes elétricas no porto do Porto Santo	João Paulo Ribeiro Palhas	Ocupação de espaço para aluguer de trotinetes elétricas

For
IF
for
Gm.

8. Proteção

8. PROTEÇÃO

8.1 ISPS (International Ship and Port Facility Code)

O Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15 de novembro definiu a estrutura básica da organização interna de segurança dos portos face às ameaças e ações ilícitas intencionais.

De modo a ser possível dar cumprimento ao estipulado no referido diploma, no ano de 2021 foi dada continuidade à implementação e monitorização de diversas medidas na área da proteção marítima e patrimonial para que a APRAM, S.A. mantivesse a certificação dos seus portos, obtida em 2009 e emitida pela Autoridade Nacional, de acordo com as regras do Código ISPS (International Ships and Ports Security).

As principais ações neste contexto, foram:

Implementação dos Planos de Proteção nos termos da certificação ISPS (International Ships and Ports Security) e respetiva monitorização, com destaque especial a implementação do controlo por Raios X do acesso de passageiros e respetiva bagagem ao navio lona e aos navios com turnaround;

Avaliação de proteção pela DGRM;

Adaptação e arranque do terminal do cais 6 cumprindo todos os preceitos ISPS e COVID.

Adaptação temporária do cais de Recreio do Funchal para a operação de fim de ano por forma a dar cumprimento de todos os preceitos ISPS e COVID

Adequação das estruturas necessárias ao cumprimento dos Planos de Proteção, designadamente com a revisão e melhoria dos procedimentos de proteção das instalações e do aperfeiçoamento do controlo de acessos às áreas restritas dos Portos;

Continuação da formação do pessoal afeto ao controlo das instalações portuárias nos portos do Funchal, Caniçal e Porto Santo;

PCF.
IF
fem
Am.

PCLP.
IF
Joaquim
C.M.V.

8. Proteção

Articulação da atuação com as restantes Autoridades, através do Centro Coordenador de Proteção do Porto nomeadamente com a Capitania, as restantes forças e serviços de Segurança, o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros da Madeira e a Autoridade Regional de Saúde, designadamente através da realização de exercícios conjuntos entre as entidades envolvidas;

Especial articulação com o SEF - Serviço de Estrangeiros e Fronteiras para implementação de procedimentos que permitam cumprir as obrigações Frontex (Agência que gere as fronteiras externas da EU), incluindo a alteração do posicionamento das boxes;

Contratação e monitorização dos serviços da empresa de vigilância, que, conjuntamente com a requisição de serviços à PSP, agentes da Polícia Marítima e da Guarda Nacional Republicana – Brigada Fiscal e os Oficiais de Proteção, asseguram a proteção portuária, a todo o tempo;

Participação na aplicação das novas Diretrizes e matriz nacional para os Planos de Proteção;

Implementação da metodologia de processamento dos registos de acessos para permitir uma maior eficiência na faturação;

Desenvolvimento e implementação do novo sistema de informação de aberturas de portas para as diversas autoridades;

Participação no grupo de trabalho da MedCruise, para a abordagem e estudo da implementação de LNG, OPS e energias alternativas nos portos;

Participação no grupo de trabalho da IMT/APP, para a abordagem, estudo e desenvolvimento de um regulamento para a implementação de LNG, nos portos;

Desenvolvimento dos planos de contingência e de gestão dos portos para a pandemia Covid;

Desenvolvimento de ações de formação COVID;

8. Proteção

Desenvolvimento de metodologia de monitorização COVID;

Desenvolvimento e aprovação da sinalização COVID;

Assessoria e teste aos equipamentos COVID instalados para controlo de fluxos;

Implementação das medidas COVID, com especial ênfase no desenvolvimento dos percursos que garantiam a separação de fluxos no embarque e desembarque dos navios de cruzeiro;

Articulação com a autoridade de Saúde na análise das Declarações Marítimas de Saúde e na testagem de tripulantes;

Coordenação das operações de testagem na APRAM, bem como do processo de rastreamento de contactos e isolamento de pessoal;

Desenvolvimento e implementação do novo sistema de escalas de táxis;

Desenvolvimento e implementação do sistema Shorex do cais 6;

Gestão dos contratos de vigilância e de controlo de pragas;

Assessoria técnica á implementação do novo sistema de controlo de viaturas no cais 8.

Segurança Portuária (Raio X – Gare Marítima do Cais 6)



9. Marketing e Relações Públicas

9. MARKETING E RELAÇÕES-PÚBLICAS

9.1 Ações de Promoção - Área Comercial

O ano de 2021 trouxe novos desafios para a retoma da atividade comercial da APRAM, S.A., nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento de estratégias para impulsionar a reativação dos segmentos cruzeiro e mega-iates.

Embora pese o facto de permanecermos ao longo de todo o ano num ambiente pandémico, a indústria de cruzeiros começava a dar sinais para a retoma da sua atividade no “Corredor Atlântico”, numa primeira fase e fruto do desafio lançado pela APRAM, SA à Administração Portuária dos Açores, num propósito de desenvolver um itinerário envolvendo, unicamente, as ilhas dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira e, uma segunda fase, abrindo o itinerário a Canárias e demais portos na costa portuguesa e espanhola.

Este desafio de abril, permitiu conjugar esforços e estabelecer procedimentos comuns, possibilitando trabalhar no imediato e no sentido de criar uma parceria com o foco na retoma do Turismo de Cruzeiro em ambas as regiões autónomas portuguesas, enquanto Canárias não tinha permissão do Governo Central para trabalhar com a Madeira e outros portos não espanhóis.

O operador Mystic Cruises aceitou o desafio proposto, tendo-se iniciado no Porto do Funchal as primeiras operações de cruzeiros, com registo da primeira a 9 de junho de 2021, seguindo-se as restantes três operações do “World Voyager” em *turnaround* (i. é, em embarque e desembarque efetivo de passageiros na RAM). Lembra-se que a reabertura oficial dos Portos da Madeira, ocorreu a 16 de outubro de 2020.

Esta operação revestiu-se de especial importância, dando a Madeira um sinal à indústria mundial de que estava pronta para operar.

Em finais de setembro de 2021, a Autoridade de Saúde Regional dá o seu aval para a receção de navios de cruzeiro em grande escala, permitindo que o sistema passe a responder diretamente aos pedidos de vindas a terra, bem como de embarque e de

9. Marketing e Relações Públicas

desembarque na Região. Simultaneamente, Canárias recebe do seu Governo o tão esperado aval para operar com cruzeiros que escalem outras regiões fora de Espanha.

A 1 de outubro, oficialmente, os Portos da Madeira abriam a sua época de cruzeiros, com o navio “Amera” (do operador Phoenix Reisen) e com muito boas previsões de reservas até ao final do ano, para o Funchal e o Porto Santo. Culminou com um final do ano com 11 navios a escalarem a RAM, com uma boa resposta dos armadores, dos agentes de navegação e demais operadores envolvidos.

Ainda no âmbito da sua estratégia e visão comercial, a APRAM, S.A. sentiu a necessidade de renovar a forma como estava a comunicar com os seus clientes. Ao mesmo tempo que acertava as pontas para retomar a atividade nos seus cais, reformulava a sua imagem, apostando no *rebranding* da marca Portos da Madeira, com uma nova assinatura que gerasse confiança e segurança para aqueles que escolhem escalar a Madeira.

Em outubro, a acompanhar o início de uma nova época de cruzeiros, a APRAM, S.A. lança a nova assinatura “Madeira Ports – Your Safe Port”, juntando novos elementos como merchandising diverso, um vídeo promocional e brochura institucional (em português, inglês e alemão).

Este foi também o ano em que a APRAM, S.A. se aproximou da CLIA – Cruise Lines International Association, em reuniões constantes online e trazendo os seus representantes à Madeira, em duas ocasiões distintas, para que as companhias tivessem a noção da forma como os Portos da Madeira estavam a operar e que serviços e equipamentos podiam ser disponibilizados.

Reiniciando a época oficial de cruzeiros a APRAM, S.A. foi desafiada para montar uma operação de *turnaround* pela MSC Cruises, com embarque e desembarque de locais. Esta operação traduziu-se numa Gare Marítima da Madeira transformada num centro massivo de testagem de passageiros a embarcar no navio MSC Splendida. Um conjunto de reuniões prévias à operação de outubro/novembro de 2021, com todos os envolvidos na operação, e o acompanhamento presencial da operação de um navio daquela

PCSP,
IF
per
ans

9. Marketing e Relações Públicas

companhia em Lisboa (com as mesmas características), levaram a APRAM, S.A. a redesenhar a operação e os fluxos de pessoas no interior e no exterior do terminal, com a possibilidade de movimentar até 200 pessoas ao mesmo tempo em testagem.

O modelo criado para transformar a Gare Marítima da Madeira em espaço de testagem foi sendo adaptado às especificidades de cada operação, criando-se condições para operar turnaround de outras companhias.

A 21 de outubro, pela primeira vez, o navio “Hanseatic Nature” aporta o Porto do Funchal com uma operação turnaround.

Atividades com participação direta da APRAM, S.A.:

- Reuniões periódicas no âmbito da parceria de promoção conjunta do turismo de cruzeiros com as Ilhas Canárias, parceiros da Cruise Atlantic Islands (CAI);
- Reuniões periódicas no âmbito da parceria de promoção conjunta do turismo de cruzeiros com as autoridades portuárias portuguesas, sob a marca “Cruise Portugal”;
- Reunião APP/ AICEP, sendo realizadas um conjunto de reuniões prévias entre os representantes das diferentes Administrações Portuárias com o objetivo de criar um documento que reúna um conjunto de ideias a apresentar ao AICEP, para a promoção conjunta dos portos portugueses nos mercados internacionais, seja na sua vertente de carga, seja na sua vertente de turismo de cruzeiros. Nomeadamente, com a criação de um vídeo promocional comum e com o patrocínio daquele organismo público para a participação em eventos e iniciativas internacionais;
- “Reuniões: Projeto SEXTANTE” - representantes do sector (APRAM para o turismo de cruzeiros) deram continuidade a um conjunto de reuniões durante 2020 e 2021 para fazer projeções constantes sobre a evolução do Turismo em Portugal, nos seus diferentes segmentos de negócio e transmitir informação à Secretaria de Estado do Turismo, organização CTP – Confederação do Turismo de Portugal;

PCH.
TF
per
CW.



9. Marketing e Relações Públicas

- Participação nas 58.^a (online) e 59.^a (presencial) Assembleias-Gerais da MedCruise. Em ambas com um dia dedicado às B2B meetings, a última em Barcelona para proceder à eleição do novo BoD;
- Participação em três reuniões de trabalho da MedCruise, no âmbito do grupo de trabalho “Post COVID-19: Committee of Experts”, para o qual os Portos da Madeira foram convidados para participar na partilha de informação entre autoridades portuárias e desenvolvimento de estratégias comuns nos procedimentos portuárias, de acordo com a realidade pandémica e para o pós-pandemia.
- Eventos do Turismo online com a presença de stand virtual dos Portos da Madeira: “Seatrade Cruise Virtual Expedition Event 2021”, “ITB Berlin 2021 Virtual” e “Seatrade Cruise Global 2021”;
- Participação presencial na ICS – International Cruise Summit 2021, organização Cruise News Media Group, que reúne anualmente em Madrid os *stakeholders* e *trade* do turismo de cruzeiro. Pelo segundo ano consecutivo a marca “Discover Madeira” esteve presente, como patrocinador do evento, sendo promovido em área própria dedicada à APRAM, S.A. e ao destino, bem como nos materiais e painéis do evento;
- “CLIA: Cruises restart | Madeira and Azores” e “CLIA: Alinhamento Canárias – Madeira”, numa constante aproximação com os representantes das companhias de cruzeiro mantivemos reuniões e diálogo com interesse para a retoma da atividade dos cruzeiros no Corredor Atlântico;
- Convite e participação da APRAM, S.A. como orador da “1.^a Conferência da Macarronésia – Projeto INTEGRA”, organização do Governo dos Açores em conjunto com a “Portos dos Açores”;
- Convite e participação da APRAM, S.A. como orador da “Conferência CLIA/ WTTC for Portugal”;

FCM.
IF
Pela
CW

9. Marketing e Relações Públicas

- Convite e participação da APRAM, S.A. como orador da "Shaping the best competitive ports in EU islands", organização CPMR ISLANDS COMMISSION;
- Receção e reunião com a Cônsul Honorária de Miami;
- Receção e reunião com o Head of Spain, Portugal & Andorra do operador mundial TUI;
- Reunião com representantes de Canárias/ ACIF, no âmbito do projeto Blue TEC, na sede da APRAM, S.A.;
- Participação online em duas AG Ordinárias da APM – Associação de Promoção da Madeira.

Participação em alguns *webinars* que passamos a enumerar:

- "Public health emergency contingency plan at ports", organização EU Healthy Gateways;
- "À Conversa com...", neste caso com o Professor Pedro Simas, virologista e investigador principal do Instituto de Medicina Molecular (IMM), sob o mote "Há luz ao fundo do Túnel", organização APAVT;
- Três edições do "Webinar MedPorts "The impact of the COVID-19 on the cruise, ferries and cargo ports", organização MedCruise em parceria com a associação MEDPorts;
- "MedCruise: "Morning Coffe with Laura & Nicky" - Sobre a temática dos desafios, responsáveis de portos partilharam a sua experiência, onde a retoma foi possível no Mediterrâneo. "MedCruise: 2nd Morning Coffee gathering" desta vez com convidados das companhias Saga Cruise Line e MSC Cruises, "MedCruise: 3rd Morning Coffee gathering" e "MedCruise: 4th Morning Coffee gathering", ambos para discutir as tendências do Turismo e dificuldades que o *shorex* tem encontrado nesta nova realidade, organização MedCruise;
- Também organizado pela MedCruise, a iniciativa online "Green Solutions for Ports";

PCSP.
IF
pau
Cm.



9. Marketing e Relações Públicas

- "Webinar Invitation - TUI Cruises' Healthy Return to Service", organização do operador de cruzeiros TUI Cruises, com quem estivemos em reuniões constantes e com o seu representante na Madeira para a tentativa de realizar itinerários entre a Madeira e os Açores, antes da abertura dos portos canários a operações com outros portos não espanhóis;
- "A new opportunity | EU Healthy Gateways in cooperation with CLIA Webinar", "CLIA-EU Healthy Gateways Joint Action" e "MedCruise discusses with CLIA Europe", organização CLIA em parceria com a EU Healthy Gateways e MedCruise, respetivamente;
- Dentro da iniciativa regional "Madeira Tourism Talks: Tendências mercado UK" e "Madeira Tourism Talks: Mercado Alemão", bem como no dedicado "Webinar Marca Madeira: Porquê uma nova marca?", organização APM;
- No âmbito da "Seatrade Cruise Talks" a APRAM, S.A. também participou online em seminários como "Health & Safety: Maintaining the Bubble", "Cruise Operations Resumption Update – Where Are We Now?" e "Business Rebound & Recovery in the New "Enchantment Economy";
- Pela parceria CAI, que mantemos com o nosso congénere em Cabo Verde, participámos online no "Cabo Verde Shipping Fórum".
- "2021 Global Scientific Summit on COVID-19", promovido pela Carnival Co e WTTC (EUA);
- "Posidonia SeaTourism Forum", organização CLIA, MedCruise e entidades do Turismo da Grécia;
- "Fórum de Alto Nível para um Turismo Sustentável", organização do Turismo de Portugal.

PCh.
IF
bu
am

9. Marketing e Relações Públicas

Outras ações que ocorreram durante o ano de 2021:

- Acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos e em conjunto com entidades oficiais, marinas, agentes de navegação e de *shorex*, para a retoma da atividade em outubro de 2021;
- Revisão constante do “Plano de Gestão dos portos do Funchal e do Porto Santo, no âmbito da COVID-19” e transmissão de informação aos parceiros;
- Promoção e acompanhamento das visitas aos portos do Funchal e Porto Santo, no âmbito da Certificação SGS para as “Boas Práticas na Gestão de Riscos Biológicos RAM, associados ao SARS-COV-2”;
- Participação na Exposição com o título “Peixe-Pato”, dos artistas Laetitia Morais e Mattia Denisse, promovido pela Porta 33, que levou a exposição três peças do núcleo museológico da APRAM, S.A. naquele espaço de galeria no Funchal;
- Montagem de *lettering* e monograma sob a nova imagem da marca “Madeira”, respetivamente na Praça do Povo e no Passeio do Cais Sul, para dar visibilidade aquela, ao turista que visita a Região.
- Abordagem a novos armadores de navios de cruzeiro e à Administração Portuária de Port Everglades, num convite expresso para convidá-los a conhecer a Madeira e procurar futuros negócios e parcerias;
- Acompanhamento às primeiras escalas, de navios de cruzeiro como o “Norwegian Breakaway”, especificamente em escala técnica, e aos navios:
 - “World Navigator” e “Vasco da Gama”
 - “Seaventure”
 - “Borealis” e “Bolette”
 - “IONA”
 - “Sea Cloud Spirit”

DCA.
IF
para
C.A.



9. Marketing e Relações Públicas

- “Seabourn Ovation”
- “AidaMar”
- “Viking Jupiter”

Promovendo ações de promoção junto dos passageiros e tripulantes com entrega de informação e ofertas.

9.2 Coordenação dos espaços sob jurisdição da APRAM, S.A.

Dinamização e cedência dos espaços na Praça do Povo e arredores para eventos, em 2021, continuou a ser na sua maioria, apenas para entidades públicas, uma vez que houve a preocupação de só autorizar os eventos que não provocassem grandes ajuntamentos;

Destaque para a Exposição de Recursos da Proteção Civil, juntando várias entidades, além das festas do calendário turístico, adaptado aos tempos de pandemia;

Também o Rali Vinho Madeira utilizou os espaços da APRAM, mediante as taxas definidas pelo CA;

Igualmente, as clínicas contratadas pelo governo para fazer os testes COVID utilizaram os espaços da APRAM, mediante taxa fixada pelo CA;

A APRAM tentou rentabilizar os seus espaços e nesse sentido, houve duas exposições designadas por mercados de usados, no estacionamento do Cais 8;

Continuação de autorizações e coordenação de pareceres dos serviços da APRAM sobre os pedidos de associações e clubes para competições náuticas;

Apoio e parceria a provas náuticas internacionais, nacionais e regionais como a X Edição da Regata Transquadra, Madeira Island SUP Challenge, Madeira Ocean Challenge, Regata Naval do Funchal, Regata Canárias e Provas do Campeonato da Madeira de Vela Ligeira;

9. Marketing e Relações Públicas

9.3 Atividades na Gare Marítima da Madeira

Devido à pandemia, não foram realizados os habituais eventos do “Dia do porto” e do Natal.

Em contrapartida, tivemos webinars, transmitidos on line, em várias plataformas sobre “Pensar o futuro”, “Os Novos Empregos e a transição Ecológica” e uma das chamadas “Conferências do Ambiente e Ação Climática”, promovidas por diferentes entidades.

A cerimónia de atribuição dos certificados ao Porto do Funchal e ao Porto do Porto Santo “pela Boas Práticas de Gestão de Riscos Biológicos” foi das poucas atividades que decorreu na Gare, mesmo assim, reunindo um número mínimo de pessoas, mas importante para destacar todo o planeamento e preparação do porto para receber navios de cruzeiro, mesmo num quadro ainda pandémico.

Outro dos momentos foi a apresentação da nova assinatura da APRAM, com o respetivo material de promoção. “Your Safe Port” decorre precisamente, do contexto pandémico e de todo o investimento feito pela APRAM, no sentido de garantir segurança a quem nos visita.

Continuação da catalogação e recolha de espólio documental para o núcleo histórico dos portos, situado na gare.

Devido à pandemia e ao Plano de Contingência da empresa, as visitas de estudo estiveram suspensas desde março de 2020.

9.4 Comunicação

No ano de 2021, a pandemia esteve presente nos três primeiros trimestres do ano. Com os portos reabertos em outubro de 2020, os navios continuavam ausentes e a comunicação social colocava várias interrogações.

O desafio lançado pela APRAM e aceite pelo armador Mário Ferreira para a criação de um novo produto, um cruzeiro pelas ilhas portuguesas, foi um dos temas que mais despertou o interesse dos jornalistas.

9. Marketing e Relações Públicas

O quarto trimestre marcou o arranque do mercado de cruzeiros na Madeira e isso refletiu-se na Comunicação institucional da APRAM, SA, devido à procura dos media e à necessidade de muitas vezes antecipar notícias:

A atualização da comunicação institucional, no site, na página do Facebook, newsletter e boletins das associações que a APRAM, integra, nomeadamente a Associação dos Portos de Portugal, APP, foi constante;

A página do Facebook continuou a ser a principal plataforma de interação nas redes sociais, em estreita ligação com o trabalho editorial concretizado na newsletter e no site. A página tem 9 500 seguidores;

A atuação nas redes sociais, sobretudo no Facebook, tem sido uma forma de aproximação aos principais grupos de interesse, não só da comunidade portuária como do público, em geral, dentro e fora da Madeira;

O objetivo editorial é não só divulgar as estatísticas, os contextos, as conjunturas e a evolução dos diferentes setores portuários, como também dar visibilidade às histórias de quem trabalha ou trabalhou nos portos e a sua relação próxima com estas infraestruturas e o mar, num conceito de storytelling;

Cumprindo o Plano de Comunicação delineado para a APRAM, além dos contactos normais, num contexto de bom relacionamento com os media, foram enviados press releases sempre que se justificou;

Fizemos recolha de dados, elaboração de textos e assessoria, algumas vezes, em colaboração com os serviços homólogos da tutela;

Propusemo-nos garantir, por intermédio das relações-públicas, a formação da identidade da APRAM, S.A., a nível interno e externo.

Em suma, durante o ano de 2021, a Comunicação passou muito pela resposta aos órgãos de comunicação social que frequentemente procuraram os serviços de Comunicação da APRAM, SA, à procura de informação sobre a atividade da empresa/ reflexos da pandemia e previsão de retoma da indústria de cruzeiros.

PCSP.
TF
per
aw.

9. Marketing e Relações Públicas

Além da resposta aos órgãos de comunicação social, foram antecipadas algumas notícias divulgadas nos instrumentos de comunicação da APRAM ou mesmo dadas em primeira mão a um meio de comunicação social previamente definido.

Foram sempre asseguradas todas as ferramentas de comunicação institucional: relações-públicas, protocolo, assessoria de imprensa, edição editorial, identidade corporativa, marketing público.

FCR.
JF
Rosa
Amf

10. CLCM – CENTRO LOGÍSTICO DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA

A APRAM, S.A. vem dirimindo desde 2007 com a CLCM um diferendo na interpretação de cláusulas do contrato celebrado com aquela empresa, com vista à exploração do centro de logística de combustíveis da Madeira, implantado parcialmente em área sob jurisdição da APRAM, S.A.

Por via dessa ocupação, foi celebrado o referido contrato que previa o pagamento de uma taxa mensal pela ocupação de área dominial sob a jurisdição da APRAM, S.A..



Imagem terminal CLCM Caniçal (imagem site oficial Ordem dos Engenheiros)

Após 33 meses de cumprimento regular e, conseqüente do contrato celebrado, a CLCM deixou de pagar as taxas mensais previstas no contrato. A APRAM, S.A. tem vindo a pugnar desde sempre pela periodicidade mensal das referidas taxas, faturando-as nessa mesma periodicidade à CLCM, tendo procurado seguir as vias contratualmente previstas para a resolução de litígios de interpretação do contrato: a tentativa de conciliação, que terminou sem acordo, e a constituição de um tribunal arbitral, que avaliou as posições

PCd.
TF
per
dm

de ambas as partes, ouviu testemunhas e peritos e, após audiência de julgamento, proferiu a sua decisão em Julho de 2014, decisão essa que foi favorável às pretensões da APRAM, S.A..

Na verdade, o referido tribunal arbitral concluiu que a periodicidade da taxa era mensal, tendo condenado a CLCM ao pagamento das taxas devidas desde 2007, acrescidas de juros de mora e demais custos fixados no Regulamento de Tarifas.

Interpelada para pagamento no cumprimento dos ditames da sentença arbitral, retorquiu a CLCM com a interposição de um recurso nos tribunais comuns da decisão arbitral, o que impediu que a decisão arbitral tivesse transitado em julgado.

A APRAM, S.A., porque estava munida de uma sentença arbitral, a cujo eventual recurso havia sido apenas atribuído efeito devolutivo, emitiu certidão de dívida que remeteu à Repartição de Finanças de Machico para que esta procedesse à cobrança coerciva da dívida através de processo de execução fiscal.

A CLCM deduziu oposição à referida execução, resguardando-se no facto de não existir ainda trânsito em julgado da decisão arbitral.

A APRAM, S.A. continua a emitir mensalmente as faturas que entende serem devidas, do mesmo modo que periodicamente atualiza o montante que considera ser devido em sede de cobrança coerciva, emitindo certidões de dívida adicionais.

Processo corre os seus trâmites nas instâncias judiciais.

PCh.
IF
feu
CWR



11. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Em 2021 a APRAM, S.A. apresentou um EBITDA positivo de 2,595 M€, o que representa uma margem bruta de 17%.

Para a formação deste resultado não foram consideradas as imparidades, bem como os aumentos/reduções de justo valor. No entanto, foram consideradas as verbas recebidas a título de indemnizações compensatórias, decorrentes da entrada em vigor da Portaria n.º 11/2019, de 8 de janeiro, que eliminou a TUP/Carga e que se traduziu numa redução substancial da receita da APRAM, S.A, indispensável ao seu normal funcionamento, bem como as receitas decorrentes do financiamento do défice de exploração da APRAM, S.A. decorrentes da perda de receitas motivadas pelo Estado de Emergência decretado na sequência da pandemia da doença COVID-19.

Resumidamente os Rendimentos e Gastos de Exploração são os constantes do mapa infra, obtendo-se uma margem bruta de exploração de 2 595 678,32€, correspondendo a 17% dos rendimentos de exploração.

Quadro 8 – Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)

Descrição	Exercícios	
	2021	2020
Rendimentos de exploração	15 497 507,22	16 043 242,12
Gastos de exploração	12 901 828,90	10 101 536,67
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)	2 595 678,32	5 941 705,45
Margem EBITDA (%)	17%	37%

Fonte: APRAM, S.A.

O Ativo Líquido atingiu os 269,946 M€ e registou uma diminuição de 10,459 M€ face ao ano anterior.

Rel.
IF
per
aw.

Esta diminuição diz respeito sobretudo ao efeito das depreciações do ativo na ordem dos 14,096 M€, que anualmente refletem nas contas de resultados o desgaste dos bens do ativo fixo tangível e intangível da empresa.

Para além da diminuição expressa no ponto anterior, verificou-se também uma redução no saldo e caixa e bancos, atendendo a que este saldo é maioritariamente composto pelas verbas recebidas em dezembro de 2021, do contrato programa associado à pandemia da doença COVID-19 e que para este ano o subsídio foi inferior ao ano 2020.

No que se refere às dívidas dos clientes, das outras contas a receber, verifica-se um acréscimo pois apesar dos apoios concedidos do Governo Regional da Madeira, nomeadamente pelas isenções aos clientes cujas atividades estão diretamente ligadas ao mercado de cruzeiros, bem como pela ausência de navios de cruzeiro nos portos da RAM, tem tido dificuldades no pagamento das suas dívidas, uma vez que a atividade dessas empresas ainda não recuperou para os valores que vinha apresentado antes da pandemia da doença COVID-19 (anterior ao ano 2020).

Fazem parte destas dívidas de clientes, os valores faturados à CLCM que apresenta um ponto neste relatório onde se explicita mais detalhadamente o teor do aumento destas dívidas (ponto 10).

Desde 1999, ano em que a APRAM, S.A. se constituiu como sociedade anónima, abandonando o estatuto de instituto público, o ativo líquido tem vindo a crescer fruto dos elevados investimentos em infraestruturas e equipamentos portuários, pese embora, e conforme já explanado, a tendência será a oposta: o ativo líquido a decrescer porque o investimento já está consolidado e o efeito das amortizações contribuirão para o seu decréscimo, como se constatou este ano.

No entanto, a médio e longo prazo o ativo líquido poderá vir a decrescer menos e mesmo vir a aumentar, devido à possibilidade de receção de verbas de candidaturas de fundos comunitários (POVT), do Fundo de Coesão Nacional, da Lei de Meios, do Governo Regional da Madeira, que se constituem medidas de apoio ao investimento, tendo em

vista a recuperação ou reabilitação de infraestruturas portuárias que sofrem danos significativos em períodos de condições meteo oceanográficas desfavoráveis e ondulação excessivas.

O Resultado Líquido do Exercício registou um prejuízo de 13 399 563,18 euros

No ano de 2021 o Passivo Corrente atingiu os 21,307 M€, registando-se assim um decréscimo de 0,946 M€. Esta diminuição respeita à redução do valor de mercado associado aos Swaps de taxa de juro.

O capital realizado da APRAM, S.A. é de 103 551 570,00€, representado por 20 710 314 ações de valor nominal de 5,00 € cada, encontrando-se totalmente subscrito e realizado pelo seu acionista único (Região Autónoma da Madeira).

As dívidas a fornecedores de conta corrente apresentam um ligeiro aumento, que atualmente nas contas da APRAM, S.A. quase não tem expressão, uma vez que a empresa tem feito um esforço no sentido de não deixar valores em dívida no final do ano económico, o que se pode verificar pelas dívidas a fornecedores de investimentos que apresentam um valor muito reduzido.

Como já referido anteriormente, os passivos financeiros detidos para negociação, onde são registados os valores de mercado das operações de cobertura de taxa de juro, apresentam também uma redução, que vai tendencialmente diminuindo, na “proporção” da amortização dos empréstimos bancários a que estão associados.

Resultados antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos

Os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos, são positivos, atingindo o valor de 4,331 M€. Este facto deve-se ao registo do impacto financeiro nas contas das operações de cobertura de risco de taxa de juro, onde se registou em 2021, tal como em 2020, uma variação positiva.

Contribuí também para este resultado os subsídios à exploração, nomeadamente as indemnizações compensatórias para compensar a isenção da TUP/Carga e o contrato

PCP.
JF
CWW.

programa para compensar a redução de receitas no âmbito da doença COVID-19, tendo em conta a diminuição da operação portuária.

A empresa continua a reconhecer anualmente nos seus resultados o valor dos subsídios ao investimento na mesma proporção das amortizações do exercício, resultando deste modo numa melhoria dos resultados da empresa.

Até o ano 2018, uma das premissas de gestão da APRAM, S.A. era conseguir anualmente ganhos com a sua atividade operacional, ou seja, os rendimentos da sua atividade normal, serem superiores aos gastos com a mesma (sem o efeito das amortizações do exercício).

As orientações do acionista que originaram uma quebra de receita efetiva, plasmadas na Portaria n.º 141/2014, de 14 de agosto, que aboliu a TUP carga na exportação de mercadorias e a emissão de certificados de isenção de pilotagem aos comandantes dos navios da linha regular que operam nos portos do Caniçal e Porto Santo e sobretudo desde o ano 2019, com a entrada em vigor da isenção da TUP/Carga, levaram a que tal desiderato deixasse de ser possível, ficando no presente exercício económico, tal como no ano 2020 mais comprometido, face à acentuada quebra de receitas, decorrente da pandemia da doença COVID-19, o que levou a uma maior dependência da empresa, face ao seu acionista (Governo Regional da Madeira).

Rendimentos de Exploração

Os rendimentos de exploração decresceram globalmente 3%, sendo este resultado influenciado sobretudo pela diminuição dos subsídios à exploração que este ano foi inferior ao valor atribuído em 2020, uma vez que o recomeço da atividade de cruzeiros a partir de outubro de 2021 e a diminuição paulatina das isenções associadas às empresas que prestam serviços a esta atividade contribuiu para um ligeiro incremento na rubrica de “Impostos, contribuições e taxas”, face ao ano 2020. No entanto, este valor ainda está muito aquém dos valores apresentados em 2019 que eram na ordem dos 1,877M € por oposição ao apresentado este ano que ronda os 1,256 M€.

11 Análise Económica e Financeira

De salientar que no âmbito do SNC-AP haver a necessidade de separar as rubricas de impostos, contribuições e taxas das prestações de serviços, sendo que até ao ano 2017 estes valores estão agregados na última rubrica.

Tal como já explicado nos parágrafos anteriores a grande diminuição nestas rubricas corresponde à rúbrica de “Subsídios à exploração” onde se regista os subsídios recebidos do Governo Regional da Madeira e estão diretamente relacionados com as isenções no pagamento de taxas e rendas concedidas pelo Governo Regional, com o objetivo de minimizar o impacto económico-financeiro provocado pela pandemia da doença COVID-19, onde se adotou um conjunto de medidas temporárias e excecionais de apoio aos vários agentes económicos, sendo que algumas delas tiveram por destinatários as entidades que operam em áreas sob a jurisdição da APRAM, S.A.. A par destas isenções, em matéria de acessibilidade marítima à Região, foi determinada a partir de meados de março de 2020 a suspensão das autorizações para a atracação de navios de cruzeiro e iates nos portos e marinas da RAM, salvo algumas exceções devidamente justificadas, com várias prorrogações e alterações.

Mais tarde, por força do estipulado na Resolução do Conselho do Governo n.º 772/2020, de 16 de outubro, foi autorizada a acostagem e o fundeadouro de navios de cruzeiro nos portos da Região, embora condicionada ao parecer favorável da Autoridade de Saúde e às demais condições definidas na referida Resolução, sendo que o efeito prático desta medida não teve o melhor colhimento, pois a APRAM, S.A. só começou a receber navios de cruzeiro a partir de outubro de 2021.

Quadro 9 - Rendimentos de Exploração

Un.: Euros

Rubricas	Exercícios		Variação	
	2021	2020	%	Valor
Impostos, contribuições e taxas	1 256 365,24	989 285,31	27%	267 079,93
Prestações de serviços	2 974 700,66	2 991 891,22	-1%	-17 190,56
Subsídios à exploração	7 814 908,18	8 959 980,60	-13%	-1 145 072,42
Outros rendimentos e ganhos	3 451 533,14	3 102 084,99	11%	349 448,15
Total	15 497 507,22	16 043 242,12	-3%	-545 734,90

Fonte: APRAM, S.A.

FCF
IF
A
C.M.

Gastos de Exploração

Verifica-se este ano que o total das rubricas de exploração da empresa, tiveram um acréscimo de gastos na ordem dos 28% (2,800 M €), sendo as principais rubricas os fornecimentos e serviços externos e os outros gastos e perdas. Note-se que:

Os fornecimentos e serviços externos apresentaram um acréscimo significativo de mais 0,725 M€, sendo que quase todas as contas associadas a esta rubrica apresentaram aumentos, em virtude da retoma da atividade corrente da empresa, onde se inclui a docagem dos rebocadores, e o seu abastecimento.

Por outro lado, neste ano realizou-se a transição do sistema de gestão documental, bem como a pernoita de navios de cruzeiro contribuiu para o aumento dos gastos com a vigilância e segurança.

Acresce informar que os maiores gastos desta rubrica, prendem-se com a conservação e reparação de equipamentos marítimo portuários e infraestruturas portuárias, a limpeza, higiene e conforto (recolha de resíduos a navios), com o combustível para as embarcações, viaturas e máquinas de apoio à operação portuária, com a energia elétrica e a água que também é abastecida aos navios que demandam os portos da RAM, com a vigilância e segurança, com os trabalhos especializados, nomeadamente com os gastos com os honorários de advogados, associados aos processos judiciais em curso.

Excecionalmente, a outra rubrica de gastos de exploração que apresentou um acréscimo significativo foi a de "Outros gastos e perdas" e justificasse essencialmente pela devolução de verbas ao Governo Regional, na ordem dos 1,702 M€ e que decorrem da evolução do excesso atribuído em 2020 e o valor apurado para a quantidade de serviços prestados, nos termos do disposto do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, adaptado à RAM pelo DLR n.º 11/2014/M, de 20 de agosto (Protocolo de Indemnizações Compensatórias) e da devolução/acerto do montante atribuído em 2020, em cumprimento do disposto no n.º 3 da Cláusula Quarta do Contrato Programa celebrado em 23 de outubro de 2020 (Pandemia da doença COVID-19).

PCF.
IF
fey
law.



11 Análise Económica e Financeira

Por norma na rubrica “Outros gastos e perdas” estão refletidos os gastos com os resíduos sólidos, e demais impostos, uma vez que alguns gastos associados a esta rubrica têm correspondência nas receitas da APRAM, S.A., pois estão diretamente ligados à atividade da empresa.

Quadro 10 - Gastos de Exploração

Rubricas	Exercícios		Variação	
	2021	2020	%	Valor
Fornecimentos e serviços externos	2 648 372,67	1 923 315,74	38%	725 056,93
Gastos com pessoal	8 152 151,15	7 874 038,34	4%	278 112,81
Outros gastos e perdas	2 101 305,08	304 182,43	591%	1 797 122,49
Total	12 901 828,90	10 101 536,51	28%	2 800 292,23

Fonte: APRAM, S.A.

Estrutura dos Gastos de Exploração

Na estrutura de gastos de exploração da empresa, o maior peso continua a centrar-se nos “Gastos com o pessoal”, com 63,19%, seguindo-se os “Fornecimentos e serviços externos”, com 20,53% e os “Outros gastos e perdas”, com 16,29%.

Quadro 11 - Estrutura dos Gastos de Exploração

Rubricas	Exercícios	
	2021	2020
Fornecimentos e serviços externos	20,53%	19,04%
Gastos com pessoal	63,19%	77,95%
Outros gastos e perdas	16,29%	3,01%
Total	100,00%	100,00%

Fonte: APRAM, S.A.

Fundos Libertos

A cobertura do investimento por autofinanciamento apresenta-se positiva devido ao valor dos “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” serem suficientes para cobrir o resultado líquido negativo, gerando fundos libertos.

Red.
IF
pu
aw.

Quadro 12 - Fundos Libertos

Rubricas	Exercícios	
	2021	2020
Resultado líquido do exercício	(13 399 563,18)	(10 489 672,78)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14 096 213,15	14 000 113,02
Provisões do exercício	(5 000,01)	275 501,60
Fundos Libertos	691 649,96	3 785 941,84
Investimento	4 451 043,60	5 901 167,77
Cobertura do investimento por autofinanciamento	0.015,54%	0.064,16%

Fonte: APRAM, S.A.

Situação Financeira e Patrimonial

O quadro que se segue evidência a evolução da situação patrimonial no período de 2021/2020.

Do lado das aplicações de fundos destaca-se, em termos absolutos, a manutenção do imobilizado líquido, com valores na ordem dos 97,85% do ativo líquido total, sendo a parcela com maior representatividade nas contas da APRAM, S.A., o que reflete o volume de investimento efetuado, de acordo com as orientações de gestão do acionista.

Em relação ao ativo corrente, verifica-se um decréscimo de 0,815 M€, que representou no exercício económico de 2021, apenas 2,15% do ativo líquido total.

Este decréscimo é justificado essencialmente pela diminuição da rubrica de caixa e bancos, atendendo ao valor de verbas recebidas no final do ano de 2021 referente ao valor contratualizado com o Governo Regional da Madeira, para fazer face à perda de receitas que a APRAM, S.A. sofreu em virtude da pandemia da doença COVID-19, ser inferior ao rececionado em dezembro de 2020.

Este ano verifica-se um incremento significativo das dívidas de clientes, que por um lado reflete as dificuldades dos clientes, da retoma das suas atividades pós pandemia da doença COVID-19 e por outro, a APRAM, S.A. continua a faturar à CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A. uma renda mensal, que esta recusa-se a pagar, procedendo recorrentemente à sua contestação nas instâncias próprias. Acresce ainda aqui informar que, mesmo tendo sido condenada em sede de tribunal arbitral, recusou-se ao pagamento

PCF.
JF
pau
Cun.



das quantias devidas à APRAM, S.A. e interpôs recurso jurisdicional da decisão do tribunal arbitral que segue os seus trâmites.

Quadro 13 – Situação Financeira e Patrimonial (1)

ATIVO	EXERCÍCIOS		
	31-12-2021	31-12-2020	%
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	264 150 229,72	273 792 388,80	-3,52%
Ativos intangíveis	2 832,22	4 389,56	-35,48%
Total do ativo não corrente	264 153 061,94	273 796 778,36	-3,52%
ATIVO CORRENTE			
Inventários	10 000,00	10 000,00	0,00%
Clientes	2 208 664,62	1 592 169,00	38,72%
Estado e outros entes públicos	227 453,85	132 755,46	71,33%
Outras contas a receber	118 968,67	61 973,24	91,97%
Diferimentos	133 635,38	245 585,17	-45,58%
Caixa e depósitos bancários	3 095 094,92	4 566 706,26	-32,22%
Total do ativo corrente	5 793 817,44	6 609 189,13	-12,34%
TOTAL DO ACTIVO	269 946 879,38	280 405 967,49	-3,73%

Fonte: APRAM, S.A.

Em termos de rubricas de origens de fundos, verifica-se um acréscimo no Património Líquido, influenciado pela entrada de capital através de prestações acessórias, no montante de 19 166 502,34€, associado ao pagamento do serviço da dívida deste ano.

Outra variação positiva no património líquido, respeita aos subsídios ao investimento que se encontram contratualizados com o Governo Regional da Madeira, no âmbito do Fundo de Coesão Nacional e da Lei de Meios e que vão sendo registados nos respetivos projetos de investimento à medida que vão sendo recebidos.

Estes aumentos, contribuem para uma maior solidez da empresa em virtude da diminuição significativa do seu passivo corrente, bem como da melhoria do património líquido, uma vez que veio esbater o efeito dos Resultado líquidos que tem sido negativos (cobertura de prejuízos), bem como o decréscimo a médio e longo prazo das “Outras variações no património líquido”, que vai diminuindo à medida que vai sendo imputado

parte do valor dos subsídios ao investimento na proporção das depreciações do exercício.

Considerando os avultados prejuízos fiscais, sobre os quais a APRAM, S.A. considera, nesta data, não existir a capacidade de dedução a lucros tributáveis futuros, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza, tendo sido apenas reconhecidos impostos diferidos passivos sobre os subsídios ao investimento.

No que diz respeito aos Capitais Permanentes, verifica-se um decréscimo (menos 3,68%), que decorre essencialmente da diminuição do “Passivo Não Corrente” em virtude da amortização do capital das dívidas de “Financiamentos obtidos” de médio e longo prazo.

No que respeita ao “Passivo Corrente”, os “Financiamentos obtidos” de curto prazo, apresentam um acréscimo, na ordem de 1,112 M€ e representa 6,19% do Património Líquido e Passivo. Nesta rubrica estão expressos os valores a reembolsar em 2022 e referentes a empréstimos contraídos junto do BEI, Commerzbank, Déxia Crédit Local, bem como o valor a amortizar ao Governo Regional da Madeira (acionista), decorrente do contrato de mútuo celebrado em 2019.

Tal como no ano anterior, procedeu-se ao registo do valor de mercado das operações de cobertura de risco de taxa de juro, contemplado na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação”. Este valor influenciou este ano, significativamente a diminuição do passivo corrente. A expectativa da empresa é que este valor venha a ser tendencialmente menor, em função da amortização dos empréstimos bancários a que as operações de *Swap* de taxa de juro estão associadas.

Quadro 14 – Situação Financeira e Patrimonial (2)

PATIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	EXERCÍCIOS		
	31-12-2021	31-12-2020	%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património / Capital	103 551 570,00	103 551 570,00	0,00%
Outros instrumentos de capital	60 057 369,56	40 890 867,22	46,87%
Reservas	3 458 448,87	3 458 448,87	0,00%

PCSP.
IF
fey
Law.



PATIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO	EXERCÍCIOS		
	31-12-2021	31-12-2020	%
Outras variações no património líquido	83 592 871,97	82 418 284,81	1,43%
Resultados transitados	(74 582 012,57)	(64 092 339,79)	16,37%
Resultado líquido do exercício	(13 399 563,18)	(10 489 672,78)	27,74%
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	162 678 684,65	155 737 158,33	4,46%
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	432 608,63	437 608,64	-1,14%
Financiamentos obtidos	70 723 531,71	87 442 601,04	-19,12%
Passivos por impostos diferidos	14 419 643,79	14 217 223,73	1,42%
Outras contas a pagar	384 586,63	317 267,46	21,22%
Total do passivo não corrente	85 960 370,76	102 414 700,87	-16,07%
Capitais permanentes	248 639 055,41	258 151 859,20	-3,68%
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	89 971,76	22 517,82	299,56%
Estado e outros entes públicos	335 851,09	310 799,58	8,06%
Financiamentos obtidos	16 719 069,33	15 606 787,33	7,13%
Fornecedores de investimentos	20 827,86		
Outras contas a pagar	1 106 064,59	1 183 317,58	-6,53%
Diferimentos	459,04		
Passivos financeiros detidos para negociação	3 035 580,31	5 130 685,98	-40,83%
Total do passivo corrente	21 307 823,97	22 254 108,29	-4,25%
TOTAL DO PASSIVO	107 268 194,73	124 668 809,16	-13,96%
TOTAL DO PATRIM. LÍQUIDO + PASSIVO	269 946 879,38	280 405 967,49	-3,73%

Fonte: APRAM, S.A.

Fundo de Maneio

O fundo de maneio apresenta-se positivo (2,107 M€), pelo que as dívidas de clientes e os inventários são suficientes para fazer face às obrigações correntes (fornecedores) da empresa, numa ótica de curto prazo.

Contudo, de salientar, neste exercício económico, o aumento das dívidas de clientes e das dívidas a fornecedores, na ordem dos 0,616 M€ e 0,088 M€, respetivamente.

FCR
-IF
fll
lmm.

Quadro 15 – Fundo de Maneio

Rubricas	Exercícios		Variação
	2021	2020	%
Dívidas de clientes + Inventários (1)	2 218 664,62	1 602 169,00	38,48%
Fornecedores (2)	110 799,62	22 517,82	392,05%
Fundo de maneio (3) = (1) - (2)	2 107 865,00	1 579 651,18	33,44%

Fonte: APRAM, S.A.

Rácios de Natureza Económica

Atendendo ao peso do Resultado Líquido (mais negativo) e ao desempenho das prestações de serviços obtidas no exercício, os indicadores económicos da APRAM, S.A. em 2021 apresentam-se piores face aos do ano anterior, pelo facto de não terem sido considerados os subsídios à exploração no cálculo destes rácios, o que veio prejudicar estes indicadores.

A rentabilidade das prestações de serviços decresceu (mais negativa), pois acompanha os Resultados de Exploração da empresa, que foram manifestamente inferiores aos do ano transato, apesar da melhoria na rubrica de impostos, contribuições e taxas.

A rentabilidade do Património Líquido piorou ligeiramente, atendendo ao Resultado líquido mais negativo.

Quadro 16 – Rácios de Natureza Económica

Rubricas	Exercícios	
	2021	2020
Vendas e prestações de serviços / Ponto crítico (1)	0,28	0,31
Rentabilidade das prestações de serviços (2)	-3,28	-2,36
Rendibilidade do ativo (ROI) (3)	-0,05	-0,04
Rendibilidade do património líquido (ROE) (4)	-0,08	-0,07

Fonte: APRAM, S.A.

- Notas: (1) Ponto crítico = Gastos variáveis (CMVMC + FSE) + Gastos de estrutura (GCP)
 (2) Resultados operacionais / Prestações de serviços
 (3) Resultados líquidos / Ativo total líquido
 (4) Resultados líquidos / Património líquido

PCF.
TF
pau
ans.



Rácios de Natureza Financeira

De um modo geral, os indicadores financeiros vão-se mantendo, apesar do resultado líquido e dos resultados transitados continuarem a ser negativos que, paulatinamente, vão “consumindo” o património líquido da empresa.

Os aumentos no Património/Capital, que ocorreram em anos anteriores, bem como o aumento de capital através de prestações acessórias que ocorreu este ano, vieram contribuir para uma maior solidificação do património líquido da empresa, a par da diminuição das dívidas de “Financiamentos obtidos” de médio e longo prazo.

No caso da Liquidez Geral, a evolução foi negativa, passando de 30% para 27%.

Quanto à Autonomia Financeira e à Solvabilidade, verifica-se um ligeiro aumento, sendo evidenciados, deste modo, pelos factos acima expostos (Aumento de capital/património, aumento dos outros instrumentos de capital e das outras variações no património líquido e diminuição das dívidas de “Financiamentos obtidos” de médio e longo prazo, apesar do aumento dos resultados transitados negativos).

O prazo médio de cobrança neste exercício foi de 191 dias e o prazo médio de pagamento foi de 12 dias. No entanto de salientar que estes prazos são meramente indicativos em função dos saldos apresentados no final do ano 2021 e que não tem grande expressão, tendo em conta que a prática corrente de crédito/pagamentos a fornecedores, estes rondam em média os 45 dias.

Quadro 17 – Rácios de Natureza Financeira

Rubricas	Exercícios	
	2021	2020
Liquidez Geral (1)	0,27	0,30
Autonomia Financeira (2)	0,60	0,56
Solvabilidade (3)	1,52	1,25
Cobertura do imobilizado/investimento (4)	0,94	0,94
Capacidade de endividamento (5)	2,89	2,52
Debt-to-equity (6)	0,54	0,66

PCF /
IF
de
Cm.

Rubricas	Exercícios	
	2021	2020
Prazo médio de recebimentos (dias) (7)	191	146
Prazo médio de pagamentos (dias) (8)	12	4

Fonte: APRAM, S.A.

- Notas:
- (1) Ativo corrente / Passivo corrente
 - (2) Património líquido/Ativo total líquido
 - (3) Património líquido/Passivo total
 - (4) Capitais permanentes/Investimentos líquidos
 - (5) Capitais permanentes/Passivos não correntes
 - (6) Passivo financeiro/ Património líquido
 - (7) $(\text{Saldo de clientes C/C} * 365 \text{ dias}) / \text{Vendas} + \text{Prestação de serviços}$
 - (8) $(\text{Saldo de fornecedores C/C} * 365 \text{ dias}) / \text{Fornecimentos e serviços externos} + \text{Compras}$

Proposta de Aplicação de Resultados

Os resultados líquidos do exercício foram negativos no montante de 13 399 563,18 euros, propondo-se que este valor seja levado à conta de Resultados Transitados.

Situação Perante a Segurança Social e o Sector Público Estatal

A APRAM, S.A. tem a sua situação regularizada perante a Autoridade Tributária, o Centro de Segurança Social da Madeira e demais entidades públicas.

Perspetivas Futuras

Para os próximos exercícios económicos, de acordo com as orientações de gestão e com o plano de atividades e orçamento, prevê-se a execução de investimentos em algumas obras, designadamente:

Aquisição de mais equipamentos de raio X para o porto do Funchal;

Otimização da frente de proteção marítima do depósito de inertes, criada a nascente do cais da cidade do Funchal;

Reparação do porto do Porto Santo;

Reparação e requalificação de pequenos portos e cais;

11 Análise Económica e Financeira

Reparação das mangas de embarque e desembarque de passageiros do porto do Funchal;

Reparação de defensas e fornecimento de defesa para o porto do Funchal;

Substituição da rede de abastecimento de águas e reparação da rede de esgotos do porto do Funchal;

Reparação e reabilitação do edifício do gabinete de recursos e ambiente no porto do Funchal;

Reabilitação e requalificação do forte de Nossa Senhora da Conceição;

Reparação e manutenção da marina do porto do Porto Santo;

Consolidação da falésia e construção da rampa varadouro do cais da Ribeira Brava;

Empreitada de reabilitação do terraplano do porto do Caniçal;

Substituição dos cabeços dos Portos da RAM;

Recuperação e dinamização dos pequenos portos pela:

Reabilitação do Cais do Seixal;

Reabilitação do cais da Boaventura (Santa Cruz);

Ampliação da marina do Porto Santo e reabilitação do cais;

Reestruturação do fundeadouro de Câmara de Lobos;

Criação de PCS - Port Community System;

Reabilitação do cais de Santa Cruz – Fase 2.

Ao nível do financiamento, prevê-se que este possa ser efetuado através do recurso a verbas provenientes do Fundo de Coesão Nacional, da Lei de Meios, receitas gerais do Governo Regional da Madeira, contratualizadas através de contratos programa de investimentos com o Governo Regional, indemnizações compensatórias pelas obrigações de serviço público cometidas à APRAM, S.A., receitas de operações de financiamento/contração de empréstimos no sistema bancário externo e cofinanciamento

11 Análise Económica e Financeira

DCIF 2
IF
for
dwr.

através de fundos comunitários, garantindo o necessário e imprescindível equilíbrio económico e financeiro da empresa.

Nesta fase, e face à conjuntura económica e financeira, continua a ser necessária a assunção pelo acionista dos valores a pagar por conta do serviço da dívida, no sentido de desonerar a APRAM, S.A. desse encargo, libertando assim os fundos da empresa para a sua atividade de exploração/corrente, facto que ocorreu ao longo do ano de 2021 e que permitiu salvaguardar e melhorar a tesouraria da empresa.

Em 2019 foi celebrado um contrato de mútuo de curto prazo, para o pagamento do serviço da dívida, cujo montante ascendeu no exercício a 16.684.230,00 €, vencendo-se as primeiras prestações em 2022.

De salientar que desde janeiro de 2014, a APRAM, S.A. está obrigada ao cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, o que obriga a que a gestão da tesouraria e as decisões que envolvem a contração de despesa sejam ainda mais criteriosas.

Só se se mantiver esta tendência, poderá a APRAM, S.A. a médio prazo conseguir fazer face aos compromissos com os fornecedores e manter uma atividade saudável e viável, pois, a não acontecer, as dívidas a fornecedores/contas a pagar, tenderão a crescer significativamente no futuro, com as inerentes responsabilidades.

A APRAM, S.A. não tem operações, transações e/ou qualquer outro tipo de relacionamento com entidades sancionadas, nomeadamente a Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, pelo que, não se espera no quadro económico atual e com base nos elementos de que dispomos atualmente, impactos significativos para a empresa.

APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., aos 4 de abril de 2021

O Conselho de Administração

A Presidente,

Paula Cristina de Araújo
Dias Cabaço da Silva

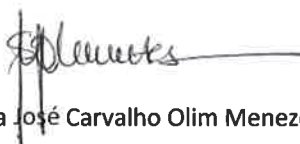
(Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva)

A Vogal,

Isabel Alexandra Vieira de
Brito Figueiroa

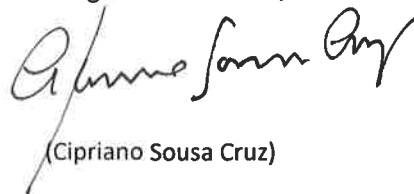
(Isabel Alexandra Vieira de Brito Figueiroa)

A Vogal Não Executiva,



(Sónia José Carvalho Olim Menezes)

O Vogal Não Executivo,



(Cipriano Sousa Cruz)

PCJ
-IF
pcc
Q
am!

12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

DE 01.01.2021 A 31.12.2021

12.1 Balanço Individual em 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3	264 150 229,72	273 792 388,80
Ativos intangíveis	5	2 832,22	4 389,56
		264 153 061,94	273 796 778,36
Ativo corrente			
Inventários	7	10 000,00	10 000,00
Clientes, contribuintes e utentes	11.1	2 208 664,62	1 592 169,00
Estado e outros entes públicos	15	227 453,85	132 755,46
Outras contas a receber	11.2	118 968,67	61 973,24
Diferimentos	11.3	133 635,38	245 585,17
Caixa e depósitos bancários	13	3 095 094,92	4 566 706,26
		5 793 817,44	6 609 189,13
Total do ativo		269 946 879,38	280 405 967,49
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/ Capital	11.4	103 551 570,00	103 551 570,00
Outros instrumentos de capital próprio	11.4	60 057 369,56	40 890 867,22
Reservas	11.4.1	3 458 448,87	3 458 448,87
Resultados transitados	11.4.1	(74 582 012,57)	(64 092 339,79)
Outras variações no Património Líquido	9	83 592 871,97	82 418 284,81
Resultado líquido do período		(13 399 563,18)	(10 489 672,78)
Total do Património Líquido		162 678 684,65	155 737 158,33
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	10	432 608,63	437 608,64
Financiamentos obtidos	11.5	70 723 531,71	87 442 601,04
Passivos por impostos diferidos	11.6	14 419 643,79	14 217 223,73
Outras contas a pagar	11.7.1	384 586,63	317 267,46
		85 960 370,76	102 414 700,87
Passivo corrente			
Fornecedores		89 971,76	22 517,82
Estado e outros entes públicos	15	335 851,09	310 799,58
Financiamentos obtidos	11.5	16 719 069,32	15 606 787,33
Fornecedores de investimentos		20 827,86	-
Outras contas a pagar	11.7.2	1 106 064,59	1 183 317,58
Diferimentos		459,04	
Passivos financeiros detidos para negociação	11.5	3 035 580,31	5 130 685,98
		21 307 823,97	22 254 108,29
Total do passivo		107 268 194,73	124 668 809,16
Total do Património Líquido e Passivo		269 946 879,38	280 405 967,49

12.2 Demonstração individual de resultados por naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
Impostos e taxas	8	1 256 365,24	989 285,31
Vendas e serviços prestados	8	2 974 700,66	2 991 891,22
Transferência correntes e subsídios à exploração obtidos	8	7 814 908,18	8 959 980,60
Fornecimentos e serviços externos	14	(2 648 372,67)	(1 923 315,74)
Gastos com o pessoal	12	(8 152 151,15)	(7 874 038,34)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.5.1	(364 391,55)	(271 644,19)
Provisões (aumentos/reduções)	10	5 000,01	(275 501,60)
Aumentos/reduções de justo valor	11.5	2 095 105,67	1 557 502,18
Outros rendimentos e ganhos	8	3 451 533,14	3 102 084,99
Outros gastos e perdas		(2 101 305,08)	(304 182,59)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 331 392,45	6 952 061,84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3 e 5	(14 096 213,15)	(14 000 113,02)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(9 764 820,70)	(7 048 051,18)
Juros e rendimentos similares obtidos	8	13 644,56	11 291,16
Juros e gastos similares suportados	6	(3 628 702,97)	(4 038 572,51)
Resultado antes de impostos		(13 379 879,11)	(11 075 332,53)
Imposto sobre o rendimento do período	15	(19 684,07)	585 659,75
Resultado líquido do período		(13 399 563,18)	(10 489 672,78)

D
pmf
Am
IF
PM

12.3 Demonstração das alterações do Património Líquido

Demonstração das Alterações do Património Líquido no período 2020

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL							
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DO CAPITAL PRÓPRIO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIACÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2020 (1)		103 551 570,00	0,00	3 458 448,87	(50 451 077,88)	74 428 262,54	(13 042 872,22)	117 944 331,31	117 944 331,31
ALTERAÇÕES NO ANO 2020									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações								0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos					(598 389,69)	4 409 916,70		3 811 527,01	3 811 527,01
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido					(13 042 872,22)	3 508 105,57	13 042 872,22	3 580 105,57	3 580 105,57
(2)		0,00	0,00	0,00	(13 641 261,91)	7 990 022,27	13 042 872,22	7 391 632,58	7 391 632,58
RESULTADO LÍQUIDO DO ANO 2020 (3)							(10 489 672,78)	(10 489 672,78)	(10 489 672,78)
RESULTADO INTEGRAL (4) = (2) + (3)		0,00	0,00	0,00	(13 641 261,91)	7 990 022,27	2 553 199,44	(3 098 040,20)	(3 098 040,20)

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL							
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DO CAPITAL PRÓPRIO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
OPERAÇÕES COM DETENTORES DO CAPITAL NO ANO 2020									
Realizações de capital								0,00	0,00
Realizações de prémios de emissão								0,00	0,00
Distribuições								0,00	0,00
Entradas para cobertura de perdas	12.1		40 890 867,22					40 890 897,22	40 890 897,22
Outras operações								0,00	0,00
(5)		0,00	40 890 867,22	0,00	0,00	0,00	0,00	40 890 867,22	40 890 867,22
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2020		103 551 570,00	40 890 867,22	3 458 448,87	(64 092 339,79)	82 418 284,81	(10 489 672,62)	155 737 158,49	155 737 158,49
(6) = (1) + (2) + (3) + (5)									

[Handwritten signatures and initials]




Handwritten notes:
PCR.
IF
Am.
pau

Demonstração das Alterações do Património Líquido no período 2021

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL							
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DO CAPITAL PRÓPRIO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIACÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
POSIÇÃO NO INÍCIO DO ANO 2021 (1)		103 551 570,00	40 890 867,22	3 458 448,87	(64 092 339,79)	82 418 284,81	(10 489 672,78)	155 737 158,33	155 737 158,33
ALTERAÇÕES NO ANO 2021									
Primeira adoção de novo referencial contabilístico								0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas								0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis								0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações								0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos						(202 420,06)		(202 420,06)	(202 420,06)
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido					(10 489 672,78)	1 377 007,22	10 489 672,78	1 377 007,22	1 377 007,22
(2)		0,00	0,00	0,00	(10 489 672,78)	1 174 587,16	10 489 672,78	1 174 587,16	1 174 587,16
RESULTADO LÍQUIDO DO ANO 2021 (3)							(13 399 563,18)	(13 399 563,18)	(13 399 563,18)
RESULTADO INTEGRAL (4) = (2) + (3)		0,00	0,00	0,00	(10 489 672,78)	1 174 587,16	(2 909 890,40)	(12 224 976,02)	(12 224 976,02)

12 Demonstrações Financeiras e Anexos

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL							
		CAPITAL/ PATRIMÓNIO REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DO CAPITAL PRÓPRIO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	OUTRAS VARIÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL	TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO
OPERAÇÕES COM DETENTORES DO CAPITAL NO ANO 2021	12.4								
Realizações de capital									
Realizações de prémios de emissão									
Distribuições									
Entradas para cobertura de perdas									
Outras operações			19 166 502,34					19 166 502,34	19 166 502,34
(5)		0,00	19 166 502,34	0,00	0,00	0,00	0,00	19 166 502,34	19 166 502,34
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021		103 551 570,00	60 057 369,56	3 458 448,87	(74 582 012,57)	83 592 871,97	(13 399 563,18)	162 678 684,65	162 678 684,65
(6) = (1) + (2) + (3) + (5)									

Handwritten signatures and initials:




12.4 Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 591 865,50	4 741 914,11
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		7 814 908,18	8 959 980,60
Pagamentos a fornecedores		(3 099 348,32)	(2 609 082,51)
Pagamentos ao pessoal		(7 908 389,38)	(7 662 641,94)
Caixa gerada pelas operações		399 035,98	3 430 170,26
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		90 631,26	(6 814,12)
Outros recebimentos / pagamentos		(1 463 107,46)	(262 347,20)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		(973 440,22)	3 161 008,94
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(4 834 629,36)	(6 523 343,39)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1 871,99	
Subsídios ao investimento		4 477 915,20	6 572 054,01
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(354 842,17)	48 710,62
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital		19 166 502,34	
Cobertura de prejuízos			19 745 353,88
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(15 606 787,34)	(15 606 787,34)
Juros e gastos similares		(3 703 043,95)	(4 138 566,54)
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		(143 328,95)	-
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)			
		(1 471 611,34)	3 209 719,56
Caixa e seus equivalentes no início do período		4 566 706,26	1 356 986,70
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3 095 094,92	4 566 706,26

O Conselho de Administração,

A Presidente,

*Paula Cristina de Araújo Dias
Cabaço da Silva*

(Paula Cristina de Araújo Dias Cabaço da Silva)

A Vogal,

*Isabel Alexandra Vieira
de Brito Figueiroa*

(Isabel Alexandra Vieira de Brito Figueiroa)

A Vogal Não Executiva,

Sónia José Carvalho Olim Menezes

(Sónia José Carvalho Olim Menezes)

O Vogal Não Executivo,

Cipriano Sousa Cruz

(Cipriano Sousa Cruz)

A Contabilista Certificada

Priscila Martins Candelária

(Priscila Maria Martins Candelária)

13. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Identificação da Entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Identificação da entidade:

- (a) **Designação da entidade:** APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A.
- (b) **Endereço:** Gare Marítima da Madeira – Molhe da Pontinha – Porto do Funchal, 9004-518 Funchal.
- (c) **Código da classificação orgânica:** 5055 - APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S. A.; CAE: 52220-R3; NIPC: 511 137 753
- (d) **Tutela:** Vice-Presidência da Região Autónoma da Madeira e Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares.
- (e) **Legislação que criou a APRAM, S.A. e principal legislação aplicável:** Decreto Legislativo Regional n.º 19/99/M, de 1 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 25/2003/M de 23 de agosto; Decreto-Lei n.º 298/93, de 28/08, adaptado à RAM pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/94/M, de 22/9; Decreto-Lei n.º 324/94, de 30/12; Decreto-Lei n.º 165/2003, de 24/07; Decreto-Lei n.º 180/2004, de 27/07; Decreto-Lei n.º 46/2002, de 2/03; Decreto-Lei n.º 226/2006, de 15/11; Lei n.º 58/2005, de 29/12; Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05; Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5/08; Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31/10; Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2/06; Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31/08; Orçamentos de Estado e da Região Autónoma da Madeira.
- (f) **Natureza da Atividade:** A APRAM, S.A., é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que integra o SERAM com obrigações de serviço público e dedica-se à prestação de serviços inerentes à atividade portuária, bem como à gestão e fiscalização dos espaços dominiais sob a sua jurisdição, na Região Autónoma da Madeira.

POK
IF
fall
Q
Cw.

- (g) Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em euros.

1.2 Referencial Contabilístico e Demonstrações Financeiras

- (a) **Indicação que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC - AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, regulamentado pela portaria n.º 218/2016, de 9 de agosto, aplicando-se, ainda, o nível de normalização contabilística correspondente às 27 normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo aviso n.º 15 655/2009, de 7 de setembro, com as consequentes adaptações em função da necessidade de relato financeiro da empresa, nomeadamente a republicação efetuada pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 02 de Junho. Foi tida, ainda, em consideração a Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho que altera os Decretos-Leis n.º 158/2009, de 13 de julho e 36-A/2011, de 9 de março.

Justificação das disposições do SNC-AP que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade: Não existem casos excecionais que impliquem a derrogação de qualquer disposição do SNC-AP.

Os valores referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2021, incluídos nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2020.

2. Principais Políticas Contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

- PCM.
TF
CW.
Q
- (a) **Ativos fixos tangíveis:** Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações. O custo de aquisição inclui todas as despesas atribuíveis à aquisição do bem.

Os ativos fixos tangíveis, encontram-se contabilizados ao custo de aquisição, com exceção dos bens próprios e do domínio público, que foram inventariados e avaliados em 1999, por avaliadores independentes e integrados nas contas da APRAM, S.A. no exercício de 2000. O efeito líquido das avaliações que estava reconhecido nos “Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis” foi transferido para “Resultados transitados”.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, sendo registadas por duodécimos, de forma a reintegrarem o valor dos bens durante a vida útil esperada.

A partir do ano 2011, passaram a ser utilizadas as taxas mínimas para todos os bens, previstas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, de 14 de setembro de 2009, No entanto, de realçar que no ano 2007 foram alteradas as taxas de amortização das infraestruturas marítimo-portuárias para a taxa mínima, em virtude de se ter considerado que a taxa utilizada (taxa máxima), não era a que melhor evidenciava a durabilidade deste tipo de infraestruturas, aplicando-se uma taxa de 2,5%, em vez da que estava a ser até então aplicada (5%).

Em 2018, os bens passaram a ser classificados de acordo com o classificador complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-lei n.º 192/2015, de 11 de setembro.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos que ainda não se encontram em condições de funcionamento/utilização, pelo que passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso ou nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela empresa.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico, na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas respetivas “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

As despesas correntes com a reparação e manutenção do ativo fixo tangível são escrituradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de valor significativo, que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas, de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

- (b) **Acordos de concessão de serviços: Concedente.** Nos acordos de concessão de serviços é utilizado o modelo de atribuição de um direito onde a APRAM, S.A. concede a terceiros o direito de obter rendimentos pelo uso do ativo.
- (c) **Ativos intangíveis:** Os ativos fixos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sociedade, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor. As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.
- (d) **Custos dos empréstimos obtidos:** Os custos dos empréstimos obtidos são reconhecidos no período em que são incorridos, numa base de acréscimo.
- (e) **Inventários:** As mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo estão valorizadas ao custo de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois o que for mais baixo.

PCB,
IF
full
O
CW:

(f) Rendimento de transações com contraprestação: Os rendimentos com contraprestação resultam da prestação de serviços a terceiros.

Os rendimentos são reconhecidos quando cumprem as seguintes condições:

- A quantia de rendimento pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluirão para a APRAM, S.A.;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade;
- Os custos suportados com a transação e os custos totais para completar a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rendimento associado às prestações de serviços é reconhecido nos resultados operacionais do período a que diz respeito, não obstante poder ser recebido em períodos diferentes, de acordo com o regime de acréscimo.

As prestações de serviços são apresentadas líquidas de devoluções e de descontos comerciais.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo e de acordo com a taxa de juro aplicável.

(g) Rendimento de transações sem contraprestação: Os rendimentos de transações sem contraprestação recebidos pela APRAM, S.A. são subsídios.

Os subsídios ao investimento a fundo perdido, contratualizados com o Governo Regional através de Contratos Programa e por conta de verbas provenientes do Fundo de Coesão Nacional, destinados ao financiamento de investimentos em ativos fixos, são reconhecidos anualmente na Demonstração de Resultados, proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis que foram objeto de financiamento. São registados na rubrica “Outras variações no capital próprio”.

PCB
TF
Kau
eh.
J

(h) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes: As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação legal como resultado de um acontecimento passado e que seja provável que a APRAM, S.A. tenha de pagar essa obrigação, podendo ser feita uma estimativa fiável da quantia da mesma.

As provisões referem-se a processos judiciais em curso, e foram constituídas de acordo com as análises de risco feitas pela APRAM, S.A. e pelos seus consultores legais.

A APRAM, S.A. não reconhece passivos nem ativos contingentes.

(i) Acontecimentos após a data de relato: Os eventos ocorridos após a data de relato que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do relato que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço, quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

(j) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros, encontram-se mensurados, em cada data de relato, ao custo menos qualquer perda por imparidade.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade, isto é, perde benefícios económicos futuros, sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

Em cada data de relato é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

DCH.
TF
feu
emr.



Para os ativos que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

- (k) Benefícios de empregados:** As obrigações decorrentes dos benefícios de empregados são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o seu pagamento.

De acordo com a legislação vigente, o direito a férias e ao correspondente subsídio é adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Assim, o valor das férias, do subsídio de férias e respetivos encargos a pagar são contabilizados nos gastos do exercício a que dizem respeito, independentemente da data do respetivo pagamento.

- (l) Imposto sobre o rendimento:** A APRAM encontra-se sujeita ao Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 14,7%.

Nos termos da legislação em vigor a entidade encontra-se, ainda, sujeita, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas legalmente previstas.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da entidade estão sujeitas a revisão e correção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

entidade, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados, quando aplicável, e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de virem a existir lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Não foram reconhecidos impostos diferidos ativos de qualquer natureza e tendo sido apenas reconhecidos impostos diferidos passivos sobre subsídios ao investimento.

2.2 Outras políticas contabilísticas relevantes: Não aplicável.

2.3 Julgamentos que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras: Na preparação das Demonstrações Financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro: As Demonstrações Financeiras anexas foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa.

DCH?
IF
per
Q
cur.

PCh.
IF
am.
Q



3. Ativos intangíveis

RUBRICAS	SALDO INICIAL 2020	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL 31-12-2020
ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	95 317,00	1 381,75			96 698,75
Depreciações acumuladas do ativo fixo intangível	(88 424,57)	(3 884,62)			(92 309,19)
	6 892,43	(2 502,87)	0,00	0,00	4 389,56

RUBRICAS	SALDO INICIAL 2021	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL 31-12-2021
ACTIVOS FIXOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	96 698,75	3 365,31			100 064,06
Depreciações acumuladas do ativo fixo intangível	(92 309,19)	(4 922,65)			(97 231,84)
	4 389,56	(1 557,34)	0,00	0,00	2 832,22

4. Acordos de concessão de serviços: Concedente

(a) Descrição do contrato	(b) Período (início – fim)
Contrato de concessão de prédio localizado na Avenida Sá Carneiro, n.º 3, freguesia da Sé, Concelho do Funchal, constituído por 2 pisos - exploração de todo o edifício para a atividade de bar-discoteca e snack-bar	07/02/2013 - 31/12/2042
Contrato de concessão de exploração dos pipelines e respetivos tanques para abastecimento de combustíveis à navegação no Porto do Funchal	30/04/2014 – 31/03/2024
Contrato de concessão de uma parcela de terreno localizada no porto de Pesca no Terminal Marítimo do Caniçal destinada à construção de uma instalação de gasóleo para abastecimento a embarcações de pesca	01/08/2002 - 31/07/2022
Contrato de Concessão de Exploração da Marina do Funchal	03/06/2015 – 02/06/2025
Contrato de Concessão de Exploração do Estaleiro Naval para Embarcações em Madeira do Caniçal	17/01/2013 – 16/01/2023

Handwritten notes: "JCF", "TF", "peu", "Q", "em"

(a) Descrição do contrato	(b) Período (início – fim)
Contrato Administrativo de Concessão de Exploração de um Terminal Marítimo de Combustíveis no Caniçal	03/01/2005 - 02/01/2035
Contrato de concessão de uso privativo de parcelas do domínio público sob jurisdição da APRAM.	01/01/1997 - 31/12/2031
Contrato de concessão de exploração do Porto de Recreio de Machico	05/09/2004 - 04/09/2024
Contrato administrativo de concessão de uso privativo de uma parcela de terreno no porto do Porto Santo da construção para armazenagem e um posto de venda de gasóleo à navegação	02/01/2000 – 03/11/2024
Contrato de concessão de uso privativo de parcela de terreno dominial localizada a nascente da praça do mar	21/09/2015 - 20/09/2045
Contrato de concessão de uso privativo de uma parcela do domínio público marítimo afeto à APRAM, para instalação de um cabo submarino (ELLALINK Segmento 10)	01/06/2020 - 31/05/2045
Concessão do direito de utilização privativa de uma parcela de domínio público sob jurisdição da APRAM, S.A., correspondente a um troço do «Caminho Real» adjacente ao Forte de São José, no Funchal, e à área que integra a implantação do prédio situado à entrada do Porto do Funchal"	01/11/2021 – 31/10/2061

5. Ativos Fixos Tangíveis

RUBRICAS	SALDO INICIAL 2020	AUMENTOS	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL 31-12-2020
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	2 280 144,21			2 280 144,21
Edifícios e outras construções	529 618 278,27	21 150,13	9 867 288,82	539 506 717,22
Equipamento básico	29 798 746,48	1 431,64	5 844,00	29 806 022,12
Equipamento de transporte	639 796,74	101 556,98		741 353,72
Equipamento administrativo	2 451 689,41	13 544,34		2 465 233,75
Outros ativos fixos tangíveis	1 176 722,51	229 265,60	6 700,00	1 412 688,11
Ativos fixos tangíveis em curso	4 400 354,09	6 225 275,76	(9 925 331,72)	700 298,13
Ativo tangível bruto	570 365 731,71	6 592 224,45	(45 498,90)	576 912 457,26
Depreciações acumuladas do ativo fixo tangível	(289 123 840,06)	(13 996 228,40)		(303 120 068,46)
Total do ativo fixo tangível líquido	281 241 891,65	(7 404 003,95)	(45 498,90)	273 792 388,80

RUBRICAS	SALDO INICIAL 2021	AUMENTOS	TRANSFER. E ABATES	SALDO FINAL 31-12-2021
ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	2 280 144,21			2 280 144,21
Edifícios e outras construções	539 506 717,22	143 464,94	3 393 688,53	543 043 870,69
Equipamento básico	29 806 022,12	510 773,29	(4 539,05)	30 312 256,36
Equipamento de transporte	741 353,72		(33 629,29)	707 724,43
Equipamento administrativo	2 465 233,75	36 887,86		2 502 121,61
Outros ativos fixos tangíveis	1 412 688,11			1 412 688,11
Ativos fixos tangíveis em curso	700 298,13	3 758 005,33	(3 393 688,53)	1 064 614,93
Adiantamentos por conta de investimentos				
Ativo tangível bruto	576 912 457,26	4 449 131,42	(38 168,34)	581 323 420,34
Depreciações acumuladas do ativo fixo tangível	(303 120 068,46)	(14 091 290,50)	38 168,34	(317 173 190,62)
Perdas por imparidade e reversões acumuladas				0,00
Total do ativo fixo tangível líquido	273 792 388,80	(9 642 159,08)	0,00	264 150 229,72

No decorrer do ano de 2021, foram executados os projetos de investimento aprovados no Plano e Orçamento, focando-se na conservação e reparação do património já construído em anos anteriores e em estudos necessários para uma futura expansão do porto do Funchal. Destacamos assim, a alteração das áreas das diversas entidades e a impermeabilização/cobertura da Gare Marítima, a empreitada de reabilitação do edifício da Portaria do Porto do Funchal e a conclusão da reparação e requalificação de pequenos portos, entre eles, o cais do Paúl do Mar, contabilizados na rubrica ativos fixos tangíveis em curso.

No final do ano, a maioria desses ativos foram transferidos para a rubrica do ativo fixo “edifícios e outras construções”, ficando registado essencialmente a redefinição e recuperação da Marina do Funchal e do edifício apoio Cais 6 (acessos, elevador e repavimentação), o prolongamento da Pontinha e do Cais 8 e a reparação do porto e da marina do Porto Santo.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

Foram adquiridos alguns ativos necessários à atividade, tais como, uma varredora mecânica, uma grua hidráulica, defensas, equipamento de rx e um portaló em alumínio, verificando-se assim um acréscimo no ativo tangível bruto.

Em relação ao ativo fixo tangível líquido, confirma-se um decréscimo na ordem dos 3%, para o qual contribuiu o efeito das amortizações dos investimentos em infraestruturas e equipamentos portuários, realizados em anos anteriores, e que em 2021 já se encontram consolidados.

6. Custo dos Empréstimos Obtidos

- (a) **Política contabilística adotada nos custos dos empréstimos obtidos:** De um modo geral, os custos dos empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.
- (b) **Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período:** No decorrer do exercício de 2021, a APRAM, S.A. suportou 3.628.702,97 € de juros e gastos similares, respeitantes a empréstimos obtidos.
- (c) **Taxa de capitalização usada para determinar a quantia do custo dos empréstimos obtidos elegíveis para capitalização:** A taxa de juro utilizada para o cálculo dos juros bancários, está de acordo com os valores efetivamente cobrados pelas respetivas entidades bancárias. Na maior parte dos casos, está a ser indexada à taxa de juro Euribor a 6 meses, acrescida de um spread bancário.

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS			
Juros suportados de empréstimos bancários	3 572 497,92	3 982 800,32	-10,30%
Outros gastos e perdas de financiamento	56 205,05	55 772,19	0,78%
TOTAL DE JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	3 628 702,97	4 038 572,51	-10,15%

PCfe.
IF
Em.
Q



7. Inventários

As mercadorias e os materiais de consumo encontram-se valorizados ao custo de aquisição.

O valor do Inventário apresentado é de 10.000 euros, sendo que o valor bruto de aquisição é de 104.480,88 €, com uma perda por imparidade associada no valor de 94.480,88 euros.

Em 31 de Dezembro de 2021 os valores registados na contabilidade são os seguintes:

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATERIAIS DE CONSUMO
Saldo inicial		10.000,00
Saldo Final	0,00	10.000,00

8. Rendimento de transações com contraprestação

Quantia de cada categoria significativa de rendimentos de transações com contraprestação reconhecida durante o período, incluindo o rendimento proveniente de:

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
IMPOSTOS E TAXAS			
Concessões e alugueres diversos	1 256 365,24	989 285,31	27,00%
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS			
TUP Navio	715 080,33	623 458,81	14,70%
Amarração/ Desamarração	313 424,33	262 951,00	19,19%
TUP Carga Geral	294,00	196,00	50,00%
Armazenamento de contentores	168 929,32	352 978,37	-52,14%
Serviços Diversos	11 232,16	11 392,31	-1,41%
Serviço de reboques	406 912,24	327 132,83	24,39%
Serviço de lancha	15 556,26	7 670,00	102,82%
Serviço de pilotagem	438 185,21	381 228,46	14,94%
Serviço de báscula / pesagem	10 371,46	10 166,15	2,02%
Fornecimento de mão-de-obra	72 998,24	70 617,91	3,37%
Serviço de guindagem	37 392,50	32 709,34	14,32%
Fornecimento de água	36 487,24	72 300,67	-49,53%
Fornecimento de energia elétrica	43 755,97	41 608,52	5,16%

PCFP. TF
Pole
Q
Cw.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
TUP granéis sólidos	87 702,12	83 070,68	5,58%
TUP granéis líquidos	112 628,45	125 844,94	-10,50%
TUP contentores	33 968,17	24 881,03	36,52%
TUP veículos	50,00	-	
Tráfego de passageiros	261 855,47	394 215,62	-33,58%
Taxa de resíduos	179 328,50	121 286,88	47,85%
Taxa de ISPS	28 548,69	48 181,70	-40,75%
TOTAL DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	2 974 700,66	2 991 891,22	-0,57%
TOTAL DOS IMPOSTOS E TAXAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	4 231 065,90	3 981 176,53	6,28%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS			
Subsídios	399 316,09	159 267,72	150,72%
Contrato - Programa COVID 19	3 419 831,13	4 477 022,06	-23,61%
Indemnizações compensatórias	3 995 760,96	4 323 690,82	-7,58%
TOTAL DAS TRANSERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS	7 814 908,18	8 959 980,60	-12,78%
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS			
Correções relativas a exercícios anteriores	287 552,22	62 988,29	356,52%
Subsídios para investimentos	3 100 907,98	2 991 948,44	3,64%
Outros rendimentos e ganhos	63 072,94	47 148,26	33,78%
TOTAL DOS OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	3 451 533,14	3 102 084,99	11,26%
JUROS			
Outros juros	13 644,56	11 291,16	20,84%
TOTAL DOS JUROS	13 644,56	11 291,16	20,84%
TOTAL	15 511 151,78	16 054 533,28	-3,38%

As medidas implementadas em 2020 relativas à situação epidemiológica do novo Coronavírus, como isenções e alargamento de prazos de pagamentos foram prorrogadas até setembro de 2021. Assim, no último trimestre do ano, a faturação emitida não teve qualquer isenção aplicada, contribuindo para o acréscimo da rubrica “concessões e alugueres diversos”.

Os valores faturados na rubrica “prestações de serviços” também aumentaram consideravelmente quando comparados com o ano transato, devido à ausência de escalas de navios de passageiros no porto do Funchal após o primeiro trimestre de 2020 e, em consequência, a inexistência de faturação de todos os serviços associados à navegação, tais como, TUP navio, amarração e desamarração, pilotagem, tráfego de passageiros e taxa de resíduos. Em 2021, os navios de passageiros voltaram a escalar o nosso porto, retomando aos poucos, a faturação relativa aos navios de passageiros. Por outro lado, a eliminação da TUP carga (portaria n.º 11/2019, de 8 de janeiro) e redução das taxas variáveis contratos indexados TUP carga (resolução n.º 295/2018, de 16 de maio) foi compensada através do recebimento de indemnizações compensatórias no montante de 3.995.760,96 euros.

Nas transferências correntes e subsídios à exploração obtidos também podemos observar que foi celebrado um contrato-programa, no valor de 3.419.831,13 euros, entre a APRAM, S.A. e a Região Autónoma da Madeira, que teve por objeto a definição do processo de cooperação financeira entre as partes outorgantes para o financiamento à APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., por parte da primeira outorgante, face à perda de receita própria, na sequência da pandemia COVID-19.

9. Rendimento de transações sem contraprestação

Os subsídios atribuídos à APRAM, S. A., a fundo perdido, a coberto da outorga de Contratos-Programa entre a empresa e o Governo Regional da Madeira, para financiamento de investimentos, são registados como outras variações no património

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

líquido, e reconhecidos anualmente na demonstração de resultados, proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Manteve-se em 2021 o critério adotado em anos anteriores acerca da valorização e avaliação da natureza dos subsídios existentes na empresa e pelo historial dos mesmos, foi efetuada uma alteração ao critério de registo dos mesmos, passando os mesmos a serem registados pelo recebimento e não pela sua atribuição, uma vez que não é possível garantir com exatidão os valores a receber em cada período.

Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a empresa por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados no período em que ocorrem os gastos associados.

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	-80 299,17	(80 299,17)	0,00%
Sub-total (1)	-80 299,17	(80 299,17)	0,00%
Molhe exterior do porto do Caniçal	29 057 232,07	29 864 880,55	-2,70%
Remate nascente da plataforma marítima	159 589,02	167 412,06	-4,67%
Molhe exterior da pontinha	599 397,40	634 875,76	-5,59%
Apoio náutico do Porto Santo	353 494,51	372 099,67	-5,00%
Ampliação do cais de Machico	205 754,48	224 459,36	-8,33%
Ampliação do cais da Calheta	280 457,30	295 218,14	-5,00%
Berço de estacionamento de navios	109 874,55	128 156,55	-14,27%
Estaleiro naval do porto de pesca	362 500,65	383 824,29	-5,56%
Sistema de guiamento de embarcações	92 402,66	97 265,90	-5,00%
Embarcações de madeira	165 850,77	174 579,69	-5,00%
Ampliação do cais do Paúl do Mar	1 347 583,37	1 405 878,05	-4,15%
Aquisição de rebocador polivalente	159,30	14 404,98	-98,89%
Ampliação do cais do Porto Moniz	5 474 204,37	5 702 296,17	-4,00%
Fundo de coesão do porto do Funchal	7 772 478,23	8 090 687,51	-3,93%
POVT do porto do Porto Santo	13 541 919,09	13 996 220,49	-3,25%
Contrato programa de investimentos	1 258 231,20	1 334 834,52	-5,74%
POVT - Zona acostável norte do porto do Funchal	19 217 119,19	19 787 381,27	-2,88%
Contrato programa - Fundo coesão do Porto do Caniçal	1 645 805,16	1 695 678,00	-2,94%

PCB.
 JF
 Am.
 1



13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
51461 - Reforço manto proteção molhe sul Porto do Funchal	4 245 039,21	4 355 751,57	-2,54%
51463 - Reparação do porto do Porto Santo	12 785,60	12 785,60	0,00%
51466 - Reparação danos temporal 10 dezembro 2013 cais Machico	1 812 407,92	1 860 031,60	-2,56%
51568 - Apetrechamento marina leste cais cidade	60 169,39	60 169,39	0,00%
51805 - Reparação terminal de contentores Porto do Caniçal	69 061,79	70 879,19	-2,56%
51800 - Requalificação e reabilitação do cais da Ponta do Sol	693 558,67	710 335,96	-2,36%
51553 - Otimização frente de proteção marítima depósito inertes criada a nascente do cais Funchal	691 122,41	597 424,26	15,68%
51903 - Reparação dos cabeços nos portos da RAM	917 822,57	941 809,01	-2,55%
51796 - Aquisição de equipamento de movimentação e veículos	137 240,07	160 455,51	-14,47%
51799 - Reconstrução do cais da Ribeira Brava	1 543 664,88	1 583 996,40	-2,55%
51806 - Diversas ações manutenção porto Caniçal	142 078,70	145 817,66	-2,56%
52027 - Reparação e requalificação de pequenos portos e cais	1 832 203,93	76 128,30	2306,73%
51553 - Const. Edifício Cais 6 porto do Funchal	738 912,22		
51807 - Reforço do manto de proteção do terraplano nascente do Porto do Caniçal	1 227 300,10	1 257 718,54	-2,42%
52233 - arruamento ligação entre a praça CR7 e a rampa RO-RO porto Funchal	190 587,95	195 505,91	-2,52%
52339 Aqui. equipamentos de medição de temperatura e desinfeção passageiros para os portos da RAM	321 153,26	310 145,85	3,55%
51794 - Reparação do porto do Porto Santo	178 827,95	6 700,00	2569,07%
52238 - Empreitada de reabilitação do terraplano do porto do Caniçal	46 075,03		
Defensa para o porto do Funchal	135 299,51		
52228 - Empreitada de alteração das áreas diversas entidades e impermeabilização/cobertura da Gare M	274 957,33		
52237-Consolidação da falésia e construção da rampa varadouro cais da Ribeira Brava	114 517,23		
52236 - Reparação da Marina do Porto do Porto Santo	125 363,31		
52226 - Reabilitação e requalificação do Forte da Nossa Senhora da Conceição	52 562,52		
Portaló em Alumínio	25 534,03		
52222 - Canalização de águas p/ São Lazaro e Cais Recreio do Porto do Funchal	52 305,88		
52225 - Empreitada de Reabilitação do Edifício da Portaria do Porto do Funchal	233 868,79		
51553 - Prolongamento Pontinha e do Cais 8	231 037,50		
52562 - Passadiço Flutuante Cais de Câmara de Lobos	27 367,05		

+PCR
 IF
 per
 Q
 ew.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
51457 - Aquisição de equipamentos de raio X para o porto do Funchal	176 047,44		
51553 - Ponte de acesso aos passadiços do Centro Náutico de São Lázaro	30 530,00		
51553 - Equipamentos de Raio X para Gare Marítima Cais 6	109 359,37		
Sub-total (2)	98 092 814,93	96 715 807,71	1,42%
Impostos Diferidos	(14 419 643,79)	(14 217 223,73)	1,42%
	83 592 871,97	82 418 284,81	1,43%

Para além dos subsídios anteriores (ao investimento), a APRAM, S.A. participa num conjunto de projetos transnacionais ou outros, comparticipados pela Comunidade Europeia, designadamente:

- Ecomarports;
- JUL – Janela Única Logística;
- GAINN - LNG Green CID;
- INTERREG - Atlantic Blue Port.

10. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Provisões	437 608,63		(5 000,00)	432 608,63
Provisões para riscos e encargos	437 608,63		(5 000,00)	432 608,63

A anulação da provisão para riscos e encargos refere-se ao seguinte processo:

• **Processo n.º 5831/15.4T8FNC – Tribunal Judicial da Comarca da Madeira – Juízo do Trabalho do Funchal**

Autor: Marco Assunção Rodrigues da Silva

Espécie: Ação de Processo Comum

Valor: € 5 000,01

Data de Autuação: 19.10.2015

Descrição Sumária: Ação interposta contra a APRAM, S.A. e contra a sociedade TRINTA E TRÊS BARRA DEZASSEIS – Assistência Náutica, S.A., por Marco Assunção Rodrigues da Silva, em que este, em síntese e entre o mais, pede a reintegração do seu posto de trabalho na APRAM, S.A., em consequência da cessação do “Contrato de Conceção, Construção, e Exploração de Infraestruturas de Apoio a Atividades Náuticas de Recreio, no Terraplano do Porto do Porto Santo” e do “Contrato Relativo à Concessão de Exploração da Marina do Porto Santo”.

Além disso, estão em curso processos judiciais, em que a APRAM, S.A. é parte e que a seguir se enumeram:

• **Processo n.º 291/09.1TCFUN-A Tribunal Judicial da Comarca da Madeira Juízo Central Cível do Funchal – Juiz 3**

Tipo de Processo: Processo de Liquidação

Autor: António Carlos Fragoso Martins Soares.

Réu: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

Descrição do litígio: Trata-se de um Processo de Liquidação de Sentença proferida no processo principal, interposto por António Carlos Fragoso Martins Soares e em que este pede a condenação da APRAM, S.A. a pagar-lhe “50% da quantia de 197.097,55 euros, acrescida de juros comerciais vencidos, os quais ascendiam, em 31.12.2018, ao montante de € 440 155,65 e ainda nos juros vincendos, à taxa máxima legal para as transações comerciais e até integral pagamento”.

PDF
IF
F
Q
ant.

Em 29.12.2021, foi proferida Sentença que julgou parcialmente procedente o presente incidente de Liquidação de Sentença e, em consequência, liquidou em €180.000,00 a quantia que a APRAM, S.A., foi condenada a pagar à “Madeira Engineering Company, Lda., acrescida de juros de mora à taxa comercial, a contar do trânsito da Sentença, e reconheceu ao Requerente António Carlos Fragoso Martins Soares o direito a receber 50% daquela quantia liquidada [i.e, € 90 000,00].

Desta Sentença, a APRAM, S.A. apresentará Recurso de Apelação.

• **Processo n.º 271/15.8BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Impugnante: MADMAR – Movimentação e Comercialização de Inertes, Lda.

Ré: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

Descrição do litígio: Impugnação Judicial de Ato de Indeferimento de Revisão Oficiosa de Atos de Liquidação de Taxas

Valor: € 396.681,51

• **Processo n.º 11752/14, 2.0 Juízo — 1.ª Secção (Contencioso Administrativo) Tribunal Central Administrativo Sul**

Impugnante: CLCM — COMPANHIA LOGÍSTICA DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA, S.A.

Ré: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

Descrição do litígio: A APRAM, S.A. deu início a uma ação arbitral contra a ("CLCM"), relativa à cláusula 4-ª do contrato administrativo de concessão do uso privativo de uma parcela localizada no domínio público marítimo, celebrado entre aquelas sociedades em 3 de janeiro de 2004, tendo esta como objeto saber se a taxa prevista na referida cláusula é devida pela CLCM tinha uma periodicidade mensal ou anual. A CLCM interpôs recurso do Acórdão proferido pelo Tribunal Arbitral em 15 de julho de 2014, que deu razão à APRAM, S.A..

• **Impugnações Judiciais contra liquidações de taxas efetuadas pela APRAM, S.A.**

N.º de Processo: 267/14.7BEFUN

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal de Funchal (ex-Tribunal Tributário de Lisboa)



13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

Objeto da ação: Liquidação de taxas efetuada pela APRAM, S.A. no montante de € 2.308.952,06, correspondente às faturas Bol. Faturas com referência aos meses de outubro de 2007 a julho de 2014.

Posição processual da APRAM, S.A.: Impugnada

Contraparte: CLCM – COMPANHIA LOGÍSTICA DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA, SA

Valor da ação: € 2.308.952,06

Estado do processo: A sociedade CLCM — COMPANHIA LOGÍSTICA DE COMBUSTÍVEIS DA MADEIRA, SA deduziu impugnação judicial contra a liquidação de taxas efetuada pela APRAM, S.A., no montante de € 2.308.952,06, correspondente ao valor da certidão de dívida extraída para efeitos de promoção de execução fiscal e que determinou a instauração do Processo de Execução Fiscal n.º 2828201401070681, pelo Serviço de Finanças de Machico.

- Por despacho judicial de 27 de outubro de 2017, o juiz do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal determinou a apensação aos presentes autos dos processos de impugnação n.ºs 320/14.7BEFUN, 342/15.0BEFUN, 57/15.0BEFUN, 123/16.4BEFUN, 470/15.2BEFUN, 286/15.6BEFUN, 235/16.4BEFUN e 313/16.0BEFUN.

Para além destes existem, com o mesmo objeto, os processos com os números 21/17.4BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 165/17.2BEFUN (Valor da ação 76.172,70), 278/17.0BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 348/17.5BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 40/18.3BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 163/18.9BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 348/18.8BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 434/18.4 BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 53/19.8 BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 162/19.3 BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 256/19.5 BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 349/19.9 BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 63/20.2 BEFUN (Valor da ação: € 76.172,70), 121/20.3 BEFUN (Valor da ação: € 25.390,90).

- **Oposições às execuções tributárias de taxas liquidadas pela APRAM, S.A.**

Processo n.º: 286/14.3BEFUN.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

Rel. IF
C.M.

Tribunal: Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal

Objeto da ação: Oposição à execução fiscal instaurada para cobrança das taxas liquidadas pela APRAM, S.A.

Posição processual da APRAM, S.A.: Entidade emitente da certidão de dívida

Contraparte: CLCM — Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.

Com o mesmo objeto, nomeadamente os Processos n.ºs 337/15.4BEFUN, 106/16.4BEFUN, 136/17.9BEFUN, 3/18.9BEFUN, 166/18.3BEFUN, 138/19.0 BEFUN, 161/19.5 BEFUN, 335/19.9 BEFUN, 225/20.2 BEFUN.

- **Proc. n.º 1857/09.5BELSB, 1.ª UO do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa**

Autoras: AAMC – Associação de Armadores da Marinha de Comércio, VIEIRA & SILVEIRA – Transportes Marítimos, S.A. e BOX LINES – Navegação, S.A..

Espécie: 3.ª Espécie - Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Atos Administrativos – Impugnação de Atos Administrativos [processo principal apenso ao cautelar findo, que correu termos pelo mesmo Tribunal e UO, sob o n.º 1436/09.7BELSB].

Valor: € 30 000,01.

Data de Autuação: 11.09.2009.

- **Processo n.º 391/15.9BEFUN do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Autora: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO MADEIRENSE, Lda.

Espécie: Ação Administrativa Comum

Valor: € 53 982,03

Data de Autuação: 21.10.2015

Estado em 31.12.2018: Pendente [fase de articulados]

Descrição Sumária: Ação interposta pela sociedade EMPRESA DE NAVEGAÇÃO MADEIRENSE, Lda., através da qual esta pede a condenação da APRAM, S.A. no pagamento de uma indemnização do valor de € 53 982,03, acrescido de juros de mora calculados à taxa legal desde a data da citação até integral pagamento, por danos

alegadamente sofridos no navio "FUNCHALENSE 5", no dia 10.12.2013, pelas 15:00 horas, no porto do Caniçal.

- **Processo n.º 5771/17.2T8FNC do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira - Juízo Central Cível do Funchal – Juiz 2**

Autora: Inês Sousa dos Reis

Espécie: Ação de Processo Comum

Valor: € 629 515,52

Data de Autuação: 09.11.2017

Descrição Sumária: Ação interposta por Inês Sousa dos Reis, contra Duarte Vieira Dias, ETPRAM – Empresa de Trabalho Portuário, ETP, Lda., OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda., e FIDELIDADE - Companhia de Seguros, S.A., tendo sido admitida a Intervenção Acessória da APRAM, S.A., como auxiliar dos Réus, em virtude do eventual direito de regresso que estes poderão ter contra aquela, e em que a Autora pede que os Réus sejam condenados no pagamento duma indemnização do valor global de € 629 515,52, acrescido de juros à taxa legal até pagamento, custas e procuradoria, pelos alegados danos por si sofridos em consequência do acidente ocorrido no dia 24.03.2014, no porto do Caniçal, de que foi vítima. Em 04.05.2018, a APRAM, S.A., apresentou contestação, na qual, entre o mais, requereu a Intervenção Acessória provocada da LUSITÂNIA - Companhia de Seguros, S.A., por ter transferido para esta seguradora a responsabilidade pelos prejuízos em causa, intervenção que já foi deferida.

- **N.º de Proc.: 235/21.2BEFUN – Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Tipo de Processo: Ação Administrativa

Autor: Bruna Rosana Ponte dos Santos.

Réu: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A (APRAM, S.A.).

PCFP.
IF
pau
Q
am.

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

Descrição do litígio: Trata-se de uma ação interposta contra APRAM, S.A., por Bruna Rosana Ponte dos Santos, e em que esta pede “a anulação do ato administrativo que foi objeto de notificação à Autora no dia 21 de junho de 2021, externalizado no relatório final datado também de 21 de junho de 2021, proferido no âmbito do Recrutamento e Seleção de 2 (dois) Agentes de Exploração.

• **N.º de Proc.: 711/21.7T8FNC – Tribunal Judicial da Comarca da Madeira – Juízo do Trabalho do Funchal**

Tipo de Processo: Ação de Processo Comum

Autor: Diva Manuela Lourenço, Duarte Miguel da Silva Drumond e Maria Lúcia de Melim

Réu: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A (APRAM, S.A.).

Descrição do litígio: Trata-se de uma Ação interposta contra a APRAM, S.A., por Diva Manuela Lourenço, Duarte Miguel da Silva Drumond e Maria Lúcia de Melim, e em que estes pedem a condenação da APRAM, S.A. “1) a reintegrar os Autores, na estrutura empresarial da Ré, nos postos de trabalho, com categoria, antiguidade e progressão na carreira, desde a data do despedimento, 09 de setembro de 2015; 2) a pagar-lhes todas as retribuições vencidas

Foram concluídos os seguintes processos:

• **Proc.: 360/18.7BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Tipo de Processo: Processo de contencioso pré-contratual

Autor: TECNOVIA MADEIRA – Sociedade de Empreitadas, S.A.

Réu: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

Contrainteressados: NAVALTAGUS – Reparação e Construção Naval, S.A. e ENP – Estaleiros Navais de Peniche, S.A.

Descrição do litígio: Trata-se de uma ação de contencioso pré-contratual que tem por objeto a impugnação do ato de adjudicação do lote 2 praticado no Concurso Público

DCh.
IF
Ew.



para Prestação de Serviços de Docagem das embarcações da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., “Boqueirão”, “Ilhéu de Cima” e “Comandante Valério de Andrade”.

- **N.º de Proc.: 395/18.0BEFUN - Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Tipo de Processo: Processo de contencioso pré-contratual

Autor: ENP – Estaleiros Navais de Peniche, S.A (ENP).

Réu: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A (APRAM, S.A.).

Contrainteressados: NAVALTAGUS – Reparação e Construção Naval, S.A. (NAVALTAGUS) e TECNOVIA MADEIRA – Sociedade de Empreitadas, S.A (TECNOVIA MADEIRA).

Descrição do litígio: Trata-se de uma ação de contencioso pré-contratual que tem por objeto a impugnação do ato de adjudicação do lote 1 praticado no Concurso Público para Prestação de Serviços de Docagem das embarcações da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., “Boqueirão”, “Ilhéu de Cima” e “Comandante Valério de Andrade”.

- **Processo de injunção n.º 53051/18.8YIPRT**

Requerimento de injunção apresentado pelo Advogado David Gomes Nunes para cobrança de honorários no montante de 67.375,00 € por serviços prestados no âmbito do Processo n.º 234/11.2TCFUN, que correu os seus termos no Tribunal da Comarca da Madeira, Funchal – Inst. Central – Secção Cível – J1 (inicialmente 1.ª Secção das Varas de Competência Mista do Funchal).

- **Processo n.º 5154/15.9T8FNC – Tribunal Judicial da Comarca da Madeira – Juízo do Trabalho do Funchal [atualmente Proc. n.º 6577/15.9T8FNC-A]**

Requerentes: Diva Manuela Lourenço, Duarte Miguel da Silva Drumond e Maria Lúcia Melim.

RF. IF
per
Q
CW-

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

Espécie: Procedimento Cautelar de Suspensão de Despedimento convolado em Procedimento Cautelar Comum

Valor: € 30 000,01

Data de Autuação: 16.09.2015

Descrição Sumária: Procedimento cautelar em que os Autores pedem, entre outras coisas, o reconhecimento cautelar da APRAM, S.A. como sua entidade empregadora, em consequência da resolução levada a cabo por esta entidade do “Contrato de Concessão, Construção, e Exploração de Infraestruturas de Apoio a Atividades Náuticas de Recreio, no Terrapleno do Porto do Porto Santo” e do “Contrato Relativo à Concessão de Exploração da Marina do Porto Santo”.

Este Procedimento Cautelar foi apensado ao Proc. N.º 6577/15.9T8FNC, apenso cautelar que passou a tramitar sob Proc. N.º 6577/15.9T8FNC-A.

A requerida providência cautelar convolada foi decretada, por Sentença já transitada em julgado.

- **Processo Executivo n.º 6577/15.9T8FNC.1 e Proc. de Embargos de Executado n.º 6577/15.9T8FNC-C, do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira - Juízo do Trabalho do Funchal**

Exequentes/Embargados: Diva Manuela Lourenço, Maria Lúcia de Melim e Duarte Miguel da Silva Drumond.

Espécie: Ação Executiva e correspondentes Embargos de Executado.

Valor: € 136 180,61

Data de Autuação: 28.09.2018

Descrição Sumária: Processo Executivo tendo por título a Sentença proferida no âmbito do Proc. N.º 6577/15.9T8FNC, do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira – Juízo do Trabalho do Funchal, e através do qual os Exequentes pedem a sua reintegração coerciva na APRAM, S.A. [Executada/Embargante], bem como o pagamento coercivo da importância de € 136 180,61, a título das retribuições que

psl.
TF
em.



13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

deixaram de auferir desde o seu despedimento, em 09.09.2015, até o trânsito em julgado da decisão que declarou a ilicitude daquele despedimento.

- **Processo n.º 4052/18.9T8FNC do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira - Juízo Central Cível do Funchal – Juiz 2**

Autora: LUSITÂNIA – Companhia de Seguros, S.A.

Espécie: Ação de Processo Comum

Valor: € 120 943,07

Data de Autuação: 08.08.2018

Descrição Sumária: Ação instaurada por LUSITÂNIA – Companhia de Seguros, S.A., contra a APRAM, S.A., OPM – Sociedade de Operações Portuárias da Madeira, Lda., ETPRAM – Empresa de Trabalho Portuário, Lda., Duarte Vieira Dias, e a FIDELIDADE - Companhia de Seguros, S.A., e em que pede que os Réus sejam solidariamente condenados a pagar à Autora a quantia de € 120.943,07, acrescida dos juros de mora vincendos bem como de outras quantias que venham a ser liquidadas e por conta da Trabalhadora Inês Sousa dos Reis em data posterior à data da entrada da presente ação, a liquidar em execução da sentença.

- **Processo n.º 179/13.1BEFUN – Tribunal Administrativo do Funchal**

Autor: Pedro Anselmo Silva

Espécie: Ação Administrativa Especial de Pretensão Conexa com Actos Administrativos

Valor: € 30 000,01

Data de Autuação: 26.06.2013

Descrição Sumária: Ação interposta por Pedro Anselmo Silva contra a APRAM, S.A. e a CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES, na qual se encontram formulados, no que concerne à APRAM, S.A. e entre outros, vários pedidos, designadamente a condenação da Ré APRAM a pagar ao Autor a quantia já vencida de € 9.664,20 (nove mil, seiscentos e sessenta e quatro euros e vinte cêntimos) a título de valores salariais devidos referentes ao vencimento base do Autor, acrescida de juros legais, vencidos e

PCP /
TF
Im.
P

vincendos, desde a data do vencimento de cada uma das prestações retributivas até efetivo e integral pagamento”.

- **N.º de Proc.: 167/20.1 BEFUN- Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Tipo de Processo: Processo de contencioso pré-contratual

Autor: Tecnovia/Farrobo.

Réu: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A (APRAM, S.A.).

Contrainteressado: AFAVIAS - Engenharia e Construções, S.A..

Descrição do litígio: Trata-se de uma ação de contencioso pré-contratual que tem por objeto a impugnação do ato de adjudicação à Afavias da empreitada de reabilitação do molhe principal do porto do Porto Santo.

- **N.º de Proc.: 94/19.5 BEFUN- Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal**

Tipo de Processo: Execução para cobrança de honorários com base em requerimento de injunção ao qual foi conferida força executiva

Autor: David Gomes Nunes.

Executada: APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A (APRAM, S.A.).

Descrição do litígio: Está em causa a cobrança de honorários por serviços de advocacia prestados na ação judicial que correu termos sob o Processo n.º 234/11.2TCFUN, no Tribunal da Comarca da Madeira, Funchal – Inst. Central – Secção Cível – J1.

Por força da invalidade do contrato, foi deduzida oposição.

Valor da execução: € 70.398.53.

11. Instrumentos financeiros

11.1 – Clientes

A APRAM apresenta um saldo de clientes no montante de 2.208.664,62 euros decomposto pela seguinte forma:

PCB.
TF
Am.
Q



13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

RUBRICAS	SALDO 2021	SALDO 2020
Clientes conta corrente	1 905 992,12	1 373 126,51
Clientes cobrança duvidosa	5 905 806,44	5 457 784,88
Perdas por imparidades acumuladas	(5 603 133,94)	(5 238 742,39)
TOTAL CLIENTES, CONTRIBUINTE E UTENTES	2 208 664,62	1 592 169,00

A 31 de dezembro de 2021, as dívidas de clientes ascendiam a 7.811.798,56 euros, sendo que as de clientes de cobrança duvidosa estavam provisionadas na ordem dos 95%, apresentando um valor líquido de 2.208.664,62, o que representa um aumento face ao período homólogo de 38,72%.

11.1.1 – Imparidade de clientes

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
CLIENTES COBRANÇA DUVIDOSA				
Clientes cobrança duvidosa	5 457 784,88	458 820,75	(10 799,19)	5 905 806,44
Perdas por imparidades acumuladas	(5 238 742,39)	(374 139,43)	9 747,88	(5 603 133,94)

O reforço da rubrica clientes cobrança duvidosa é composto essencialmente pela dívida do cliente CLCM — Companhia logística de combustíveis da Madeira, S.A..

11.2 – Outras contas a receber

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
Acréscimos de rendimentos	118 968,67	61 973,24	91,97%

FCH /
pela TF
am.
Q

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

Nesta rubrica encontra-se a faturação emitida em 2022, referente ao período de 2021. Podemos observar um acréscimo de 91% justificado pelo regresso dos navios de passageiros ao porto do Funchal e de todos os serviços associados a estas.

11.3. Diferimentos

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
<u>Diferimentos</u>			
Gastos a reconhecer	133 176,34	245 585,17	-45,77%

Foram diferidos gastos no montante de 133.176,34 euros representando um decréscimo na ordem dos 45% relativamente ao ano anterior. Estes gastos referem-se a diferimentos de seguros.

11.4 - Instrumentos financeiros de capital próprio

O capital social é de 103.551.570,00 euros, representado por 20.710.314 ações, no valor nominal de 5 euros por ação.

Aos dezanove dias de maio de 2021 foi autorizada realização de prestações acessórias de capital, no montante de 19.166.503,00 euros, com o intuito de assegurar o pagamento do serviço da dívida para o ano de 2021.

A APRAM tem obrigações de serviço público, os portos são um setor de interesse geral no transporte de mercadorias e mobilidade de pessoas e bens, a sua sobrevivência económico financeira não pode ser colocada em causa sob pena de estrangular toda a economia regional. A Portaria n.º 11/2019, de 8 de janeiro, que eliminou a TUP/Carga, traduziu uma redução substancial da receita da APRAM, S.A, indispensável ao seu normal funcionamento.

A atribuição das indemnizações compensatórias visaram compensar a empresa da perda de receita no âmbito da TUP/Carga.

O capital social foi subscrito e integralmente realizado pela Região Autónoma da Madeira, sendo as ações detidas pelo Governo Regional da Madeira.

A APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. é tutelada pela Secretaria Regional da Economia.

11.4.1 – Reservas e resultados transitados

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
Reservas	3 458 448,87	3 458 448,87	0,00%
Resultados transitados	(74 582 012,57)	(64 092 339,79)	16,37%

Na rubrica “Resultados Transitados” foi transferido o valor do resultado líquido apurado em 2020.

11.5. Financiamentos Obtidos e passivos financeiros detidos para negociação

Os financiamentos obtidos e passivos financeiros detidos para negociação que a APRAM, S.A. tem ao seu dispor, são os seguintes:

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
FINANCIAMENTOS OBTIDOS MLP			
Banco Europeu de Investimento	15 882 353,19	18 235 294,36	-12,90%
Barclays Bank, PLC / E. E. P. K.	14 600 000,00	20 400 000,00	-28,43%
Déxia Sabadell, S. A.	24 669 230,52	32 123 076,68	-23,20%
Região Autónoma da Madeira	15 571 948,00	16 684 230,00	-6,67%
Total dos financiamentos MLP	70 723 531,71	87 442 601,04	-19,12%
FINANCIAMENTOS OBTIDOS CP			
Banco Europeu de Investimento	2 352 941,16	2 352 941,17	0,00%
Barclays Bank, PLC / E. E. P. K.	5 800 000,00	5 800 000,00	0,00%
Déxia Sabadell, S. A.	7 453 846,16	7 453 846,16	0,00%
Região Autónoma da Madeira	1 112 282,00		
Total dos financiamentos CP	16 719 069,32	15 606 787,33	7,13%

FCR-
JF
ew.
P

DESCRIÇÃO	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO			
Outros passivos financeiros:			
Swap de taxa de juro Societe Generale - 63 ME	1 759 930,00	2 920 898,00	-39,75%
Swap de taxa de juro Societe Generale - 30 ME	746 135,00	1 263 918,00	-40,97%
Swap de taxa de juro Royal Bank of Scotland - 28 ME	529 515,31	945 869,98	-44,02%
Total dos passivos financeiros	3 035 580,31	5 130 685,98	-40,83%
TOTAL	90 478 181,34	108 180 074,35	-16,36%

No que se refere à rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação”, os valores apresentados nas demonstrações financeiras correspondem ao valor de mercado das operações de cobertura de taxa de juro, que foram negociadas pela APRAM, S.A., com o aval da Região Autónoma da Madeira, e que à luz do normativo (SNC), corresponde na prática ao valor que a empresa teria de suportar para fechar a operação junto das entidades credoras.

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
Aumentos/reduções de justo valor	2 095 105,67	1 557 502,18	34,52%

No ano 2021, obteve-se uma variação positiva de 34,52% relativa ao ano transato. Saliente-se que este valor oscila diariamente, na medida em que as taxas de juro do mercado são ajustadas, podendo atingir valores de cotação bastante positivos ou bastante negativos, consoante a conjuntura e comportamento dos mercados internacionais.

PCP.
IF
Am.
A



13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

Verificou-se na rubrica de financiamentos obtidos de médio e longo prazo uma variação negativa em relação ao ano anterior, justificada pela amortização dos empréstimos efetuada ao longo do ano.

A rubrica de financiamentos obtidos de curto prazo espelha os valores a pagar no próximo ano às instituições financeiras.

Início do contrato	Fim do contrato	Valor contratado	Banco	Avalista
19/11/2003	15/09/2028	30 000 000,00 €	BEI - Banco Europeu de Investimento	Governo Regional da Madeira e Estado
25/11/2005	25/11/2025	63 000 000,00 €	Dexia Crédit Local	Governo Regional da Madeira
19/07/2006	25/11/2025		Societe Generale - Swap taxa de juro do empréstimo de 63.000.000,00 €	Governo Regional da Madeira
27/05/2005	27/05/2025	30 000 000,00 €	Commerzbank, S.A. (contrato inicial ao Barclays Bank plc Frankfurt Branch)	Governo Regional da Madeira
17/11/2006	27/05/2025		Societe Generale - Swap taxa de juro do empréstimo de 30.000.000,00 €	Governo Regional da Madeira
10/12/2004	10/12/2024	28 000 000,00 €	Commerzbank, S.A. (contrato inicial ao Barclays Bank plc Frankfurt Branch)	Governo Regional da Madeira
28/11/2006	10/12/2024		Royal Bank of Scotland - swap taxa de juro do empréstimo de 28.000.000,00 €	Governo Regional da Madeira
19/01/2007	15/12/2031	10 000 000,00 €	BEI - Banco Europeu de Investimento	Governo Regional da Madeira e Estado
28/12/2007	28/12/2027	15 000 000,00 €	Dexia Crédit Local	Governo Regional da Madeira
TOTAL		176 000 000,00 €		

11.6. Passivos por impostos diferidos

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
Passivos por impostos diferidos	14 419 643,79	14 217 223,73	1,42%

PCSP =
IF
Amr.
J

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

Nos “passivos por impostos diferidos” foram reconhecidos o imposto diferido dos novos subsídios ao investimento e a reversão dos impostos diferidos dos subsídios imputados ao ano de 2021.

11.7. Outras contas a pagar

11.7.1. Outras contas a pagar – Passivo não corrente

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
Cauções	384 586,63	317 267,46	21,22%

Nesta rubrica, encontram-se registadas as cauções recebidas ou pagas relativas a contratos de aquisição e a concessões e licenças celebradas na área de jurisdição da APRAM. Verifica-se um acréscimo na ordem dos 21,22%, justificado essencialmente pelas retenções efetuadas nas faturas de fornecedores de investimento relativas a empreitadas.

11.7.2. Outras contas a pagar – Passivo corrente

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
Remunerações a liquidar	767 318,54	799 349,09	-4,01%
Juros a liquidar e outros gastos financeiros	286 358,62	347 883,65	-17,69%
Outros acréscimos de gastos	52 206,12	35 899,49	45,42%
Outros devedores e credores	181,31	185,35	-2,18%
Total de outras contas a pagar	1 106 064,59	1 183 317,58	-6,53%

Nesta rubrica destaca-se a variação positiva na ordem dos 45% de “outros acréscimos de gastos”. Estão registados, essencialmente, os acréscimos de gastos referentes a água, eletricidade, limpeza e higiene e conservação e reparação. Esta redução é justificada pela

PCP.
 IF
 Env.
 ①



13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

retoma da nossa atividade no porto do Funchal, voltando a fornecer água os navios, assim como outros serviços associados às escalas de navios de passageiros.

12. Benefícios dos empregados

No ano 2021, a APRAM, S.A. tinha ao seu serviço 170 pessoas. Os gastos com o pessoal foram os seguintes:

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
<u>GASTOS COM OS ÓRGÃOS SOCIAIS</u>			
Remunerações dos órgãos sociais	123 786,34	124 353,25	-0,46%
Encargos com as remunerações	28 319,28	28 319,28	0,00%
Total dos gastos com os órgãos sociais	152 105,62	152 672,53	-0,37%
<u>GASTOS COM O PESSOAL</u>			
Remunerações do pessoal	6 325 045,58	6 140 562,53	3,00%
Outros gastos com o pessoal	214 941,32	217 162,01	-1,02%
Encargos com as remunerações	1 460 058,63	1 363 641,27	7,07%
Total dos gastos com o pessoal	8 000 045,53	7 721 365,81	3,61%
TOTAL DOS BENEFÍCIOS COM EMPREGADOS	8 152 151,15	7 874 038,34	3,53%

O valor das senhas de presença pagas à mesa da Assembleia, foi inferior em 2021 ao ano anterior, contribuindo assim para um decréscimo na rubrica das remunerações dos órgãos sociais.

A rubrica “Outros gastos com o pessoal” inclui gastos com a medicina do trabalho, formação, seguro de saúde e seguro de acidentes de trabalho.

Verifica-se um acréscimo na ordem dos 3% no total dos benefícios com empregados justificado essencialmente por 15 admissões ao longo do ano.

PCP,
IF
cur.
f

13. Fluxos de Caixa

13.1 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e depósitos bancários.

Na divulgação dos fluxos de caixa, foi utilizado o método direto, que nos dá informação acerca das principais componentes dos recebimentos e dos pagamentos brutos, obtidos com base nos registos contabilísticos.

RUBRICAS	CONTA	VALOR
CAIXA 111 E 118:		
Caixa Funchal	11110100	299,64
Total de caixa (1)		299,64
DEPÓSITOS BANCÁRIOS 112:		
DO IGCP - Dep. Ordem	1210500	2 116 708,52
DO IGCP - Caniçal e Porto Santo	1210600	2 645,56
DO IGCP - Projetos de cooperação INTERREG/ MAC	1210900	269 724,94
DO IGCP - Marina do Porto Santo	1211100	57 397,51
DO IGCP - Projetos Lei de Meios	1211200	217 229,25
DO IGCP - Reforço caução de empreitadas	1211300	403 153,06
DO IGCP - Projeto Cais da Ponta do Sol	1212000	27 936,44
Total de depósitos bancários (2)		3 094 795,28
TOTAL DE CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS = (1) + (2)		3 095 094,92

14. Fornecimento e serviços externos

Rubrica	31/12/2021	31/12/2020	Variação
Serviços de transporte	2 496,12		
Trabalhos especializados	301 253,79	160 677,70	87,49%
Publicidade e propaganda	82 569,81	25 067,71	229,39%

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

Rubrica	31/12/2021	31/12/2020	Varição
Vigilância e segurança	320 897,56	213 255,53	50,48%
Conservação e reparação	961 828,87	704 227,79	36,58%
Materiais	59 335,33	61 852,96	-4,07%
Energia e fluidos	455 804,13	318 631,39	43,05%
Deslocações, estadas e transportes	37 763,95	37 451,78	0,83%
Rendas e alugueres	45 172,55	91 551,72	-50,66%
Comunicação	94 441,06	46 423,22	103,43%
Seguros	107 912,86	105 749,87	2,05%
Contencioso e notariado	17 661,17	39 845,42	-55,68%
Despesas de representação	3 783,36	646,43	485,27%
Limpeza, higiene e conforto	157 417,11	117 553,28	33,91%
Outros serviços	35,00	380,94	-90,81%
Total	2 648 372,67	1 923 315,74	37,70%

Tal como nos rendimentos, os gastos também tiveram um acréscimo ao longo do ano, resultado da retoma gradual da nossa atividade.

Verifica-se um aumento nos fornecimentos e serviços externos na ordem dos 38% em relação ao período homólogo.

Pode observar-se um acréscimo nos “trabalhos especializados”, essencialmente em pareceres jurídicos, certificações e gastos associados à substituição do sistema de correspondência da APRAM.

Na “publicidade e propaganda” também observamos um aumento nos gastos justificado essencialmente pelo aluguer do espaço de exposição e despesas com a manutenção do stand para futura participação presencial na feira Seatrade.

A rubrica “vigilância e segurança” está associada à atracação dos navios de cruzeiros. Assim, verifica-se um acréscimo nesta rubrica devido ao aumento de escalas efetuadas no porto do Funchal.

Também tivemos um incremento nas rubricas “conservação e reparação” e “limpeza, higiene e conforto”, justificado pelos gastos referentes a docagens e recolhas de resíduos efetuadas aos navios.

A rubrica “Energia e fluidos” teve um aumento na ordem dos 43%, justificado pelo acréscimo de abastecimentos de combustível das nossas embarcações e do consumo de água que é fornecida aos navios de cruzeiro.

Nas “rendas e alugueres” podemos encontrar a locação do equipamento de rx, das impressoras existentes nas instalações da APRAM, o aluguer de baterias para os veículos elétricos, de garrafas de oxigénio e de acetileno.

Verifica-se um decréscimo nesta rubrica, consequência da necessidade de alugar um batelão para a acostagem de um submarino em 2020, situação que não se prolongou em 2021.

No ano transato foi registado na rubrica “outros serviços” o gasto referente à monitorização ambiental (ecologia marinha), facto que não ocorreu este ano, resultando assim uma variação negativa.

15. Sector Público Estatal

RUBRICAS	31/12/2021	31/12/2020	VARIAÇÃO
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS			
Pagamento especial por conta		82 841,82	-100,00%
Imposto sobre o rendimento		82 841,82	-100,00%
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	227 453,85	62 643,58	263,09%
Subtotal	227 453,85	145 485,40	56,34%
Estimativa de imposto (IRC)	(19 684,07)	(12 729,94)	54,63%
Retenções de impostos sobre rendimentos (IRS)	(126 282,67)	(134 260,72)	-5,94%
Contribuições para a segurança social e outros sistemas complementares	(189 884,35)	(176 538,86)	7,56%
Subtotal	(335 851,09)	(323 529,52)	3,81%
TOTAL DOS ENCARGOS COM O ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (1) + (2)	(108 397,24)	(178 044,12)	39,12%

13 Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Exercício de 2021

16. Divulgações Exigidas por Diplomas Legais

O presente relatório contém os elementos que caracterizam a situação económica e financeira da APRAM, S.A. e demais informações a que se refere o artigo 14.º do Decreto Legislativo Regional n.º 13/2010/M, de 5 de agosto.

17. Honorários faturados pelo revisor oficial de contas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram faturados 14.566,80 euros, acrescidos de IVA, pelos serviços de revisão legal de contas.

APRAM – Administração dos Portos da Região da Madeira, S.A., aos 4 de abril de 2021

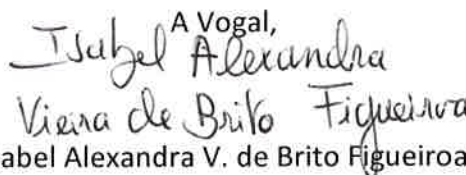
O Conselho de Administração,

A Presidente,



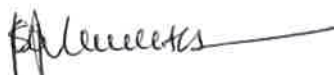
(Paula Cristina de A. Dias Cabaço da Silva)

A Vogal,



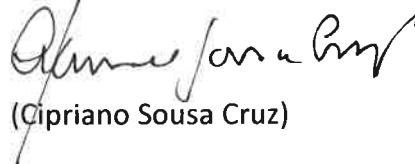
(Isabel Alexandra V. de Brito Figueiroa)

A Vogal,



(Sónia José Carvalho Olim)

O Vogal,



(Cipriano Sousa Cruz)

A Contabilista Certificada



(Priscila Maria Martins Candelária)

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

14. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS DE RELATO

DOR1. DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL

Em 2021 a APRAM, S.A. registou na sua Demonstração do Desempenho Orçamental um total de Recebimentos de 39 676 653,88 € (trinta e nove milhões, seiscentos e setenta e seis mil, seiscentos e cinquenta e três euros e oitenta e oito cêntimos) e um total de pagamentos no valor 36 959 565,22 (trinta e seis milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e cinco euros e vinte e dois cêntimos), sendo que o saldo inicial do desempenho orçamental (saldo de gerência 2020) fora de 4 566 706,26 € (quatro milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, setecentos e seis euros e vinte e seis cêntimos), cifrando-se o saldo final do desempenho orçamental (saldo de gerência 2021) no valor de 3 095 094,92 € (três milhões, noventa e cinco mil, noventa e quatro euros e noventa e dois cêntimos).

Rubrica/Recebimentos	Fontes de Financiamento (Período Atual)						Período Anterior
	RP	RG	UE	EMPR	Fundo Alheios	Total	
Saldos de gerência anterior	4 256 019,17	0,00	0,00	0,00	310 687,09	4 566 706,26	1 356 986,70
Operações orçamentais [1]	4 256 019,17	0,00	0,00	0,00	0,00	4 256 019,17	1 072 988,03
Restituição do saldo oper. orçamentais							
Operações de tesouraria [A]	0,00	0,00	0,00	0,00	310 687,09	310 687,09	283 998,67
R10 Outras receitas de capital	21 077,02	0,00	0,00	0,00	0,00	21 077,02	0,00
R3 Taxas, multas e outras penalidades	2 275 523,42	0,00	0,00	0,00	0,00	2 275 523,42	0,00
R4 Rendimentos de propriedade	1 311 994,67	0,00	0,00	0,00	0,00	1 311 994,67	0,00
R5.1.1.4 Administração Regional	0,00	3 995 760,96	0,00	3 419 831,13	0,00	7 415 592,09	0,00
R6 Venda de bens e serviços	6 219,40	0,00	0,00	0,00	0,00	6 219,40	0,00
R7 Outras receitas correntes	312 374,61	0,00	0,00	0,00	0,00	312 374,61	0,00
R9.1.1.4 Administração Regional	0,00	4 766 640,50	0,00	144 710,66	0,00	4 911 351,16	0,00
R9.1.2 Exterior - U E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita efetiva [2]	3 927 189,12	8 762 401,46	0,00	3 564 541,79	0,00	16 254 132,37	0,00
R12 Receita com ativos financeiros	0,00	3 559 715,00	0,00	15 606 787,34	0,00	19 166 502,34	0,00
Total receita não efetiva [3]	0,00	3 559 715,00	0,00	15 606 787,34	0,00	19 166 502,34	0,00
Soma [4]=[1]+[2]+[3]	8 183 208,29	12 322 116,46	0,00	19 171 329,13	0,00	39 676 653,88	1 072 988,03
Operações de tesouraria [B]	0,00	0,00	0,00	0,00	137 557,64	137 557,64	56 428,73

xll.
 JF
 Cnw.



Relatório de Gestão e Contas - Ano 2021

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Rubrica/Pagamentos	Fontes de Financiamento (Período Atual)						Período Anterior
	RP	RG	UE	EMPR	Fundo Alheios	Total	
Despesa efetiva							
D1.1 Remunerações certas e permanent	2 781 678,78	1 811 060,78	0,00	190 078,40	0,00	4 782 817,96	0,00
D1.2 Abonos variáveis ou eventuais	759 352,91	539 577,51	0,00	171 183,60	0,00	1 470 114,02	0,00
D1.3 Segurança social	1 086 598,11	747 739,20	0,00	55 215,76	0,00	1 889 553,07	0,00
D2 Aquisição de bens e serviços	2 254 342,72	215 687,58	0,00	140 246,39	0,00	2 610 276,69	0,00
D3 Juros e outros encargos	143 344,69	3 487 958,00	0,00	0,00	0,00	3 631 302,69	0,00
D4.1.1.4 Administração regional	399 178,64	0,00	0,00	1 303 034,57	0,00	1 702 213,21	0,00
D5 Outras despesas correntes	121 192,26	71 756,76	0,00	19 187,92	0,00	212 136,94	0,00
D6 Aquisição de bens de capital	112 728,62	4 796 924,02	0,00	144 710,66	0,00	5 054 363,30	0,00
Despesa efetiva [5]	7 658 416,73	11 670 703,85	0,00	2 023 657,30	0,00	21 352 777,88	0,00
Despesa não efetiva							
D10 Despesa com passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	15 606 787,34	0,00	15 606 787,34	0,00
Despesa não efetiva [6]	0,00	0,00	0,00	15 606 787,34	0,00	15 606 787,34	0,00
Soma [7]=[5]+[6]	7 658 416,73	11 670 703,85	0,00	17 630 444,64	0,00	36 959 565,22	0,00
Operações de tesouraria [C]	0,00	0,00	0,00	0,00	70 238,47	70 238,47	29 740,31
Saldo para gerência seguinte	524 791,56	651 412,61	0,00	1 540 884,49	378 006,26	3 095 094,92	1 383 675,12
Operações orçamentais [8]=[4]-[7]	524 791,56	651 412,61	0,00	1 540 884,49	0,00	2 717 088,66	1 072 988,03
Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]	0,00	0,00	0,00	0,00	378 006,26	378 006,26	310 687,09
Saldo global [2]-[5]	-3 731 227,61	-2 908 302,39	0,00	1 540 884,49	0,00	-5 098 645,51	0,00
Despesas primárias	7 515 072,04	8 182 745,85	0,00	2 023 657,30	0,00	17 721 475,19	0,00
Saldo corrente	-3 639 576,01	-2 878 018,87	0,00	1 540 884,49	0,00	-4 976 710,39	0,00
Saldo de capital	-91 651,60	-30 283,52	0,00	0,00	0,00	-121 935,12	0,00
Saldo primário	-3 587 882,92	579 655,61	0,00	1 540 884,49	0,00	-1 467 342,82	0,00
Receita total [1]+[2]+[3]	8 183 208,29	12 322 116,46	0,00	19 171 329,13	0,00	39 676 653,88	1 072 988,03
Despesa total [5]+[6]	7 658 416,73	11 670 703,85	0,00	17 630 444,64	0,00	36 959 565,22	0,00

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

DOR2. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

Classificações Orçamentais Detalhadas	Previsões Corrigidas (1)	Previsões por Liquidar (2)	Receita p/cobrar de períodos anteriores (3)	Receitas Liquidadas (4)	Liquidações Anuladas (5)	Receitas cobradas brutas (6)	Reembolsos e restituições	
							Emitidos (7)	Pagos (8)
Receita Corrente								
040113 01 78 Receitas próprias - Taxas d	2 647 087,00	-246 147,05	0,00	2,927,969.24	34 735,19	2 269 813,84	0,00	0,00
040201 01 78 Receitas próprias - Juros de	10 000,00	-2 760,45	0,00	13,119.11	358,66	5 709,58	0,00	0,00
051005 01 78 Rec. próprias - Bens de dom	1 451 323,00	-211 087,76	0,00	1,813,835.11	151 424,35	1 312 580,54	585,87	0,00
060402 11 00 Transferências correntes - R	5 926 731,00	539 857,91	0,00	5,386,873.09	0,00	5 386 873,09	0,00	0,00
060402 12 00 Transferências correntes - R	2 371 754,00	343 035,00	0,00	2,028,719.00	0,00	2 028 719,00	0,00	0,00
070105 01 78 Venda de bens inutilizados	21 000,00	14 780,60	0,00	11,499.40	5 280,00	6 219,40	0,00	0,00
080199 99 00 Outras receitas correntes	339 543,00	27 168,39	0,00	312,374.61	0,00	312 374,61	0,00	0,00
100402 20.22 52219 - Aquisição de um po	40 000,00	13 063,00	0,00	26,937.00	0,00	26 937,00	0,00	0,00
100402 20.26 52222 - Substituição da red	190 000,00	137 694,12	0,00	52,305.88	0,00	52 305,88	0,00	0,00
100402 20.28 52225 - Reparação e reabili	202 500,00	952,28	0,00	201,547.72	0,00	201 547,72	0,00	0,00
100402 20.29 52226 - Reabilitação e requ	177 500,00	124 937,48	0,00	52,562.52	0,00	52 562,52	0,00	0,00
100402 20.30 52228 - Empreitada alteraçã	275 000,00	42,67	0,00	274,957.33	0,00	274 957,33	0,00	0,00
100402 20.34 52236 - Reparação e manut	625 000,00	415 322,73	0,00	209,677.27	0,00	209 677,27	0,00	0,00
100402 20.35 52237 - Consolidação da fal	397 500,00	234 732,58	0,00	162,767.42	0,00	162 767,42	0,00	0,00
100903 20.02 52290 - Projeto OCEANLIT	25 031,00	25 031,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111105 10 00 Outros ativos financeiros - A	19 166 503,00	0,66	0,00	19,166,502.34	0,00	19 166 502,34	0,00	0,00
120605 10 00 Administração Pública Regi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Capital								
100402 20.01 51553 - Otimização da Fren	2 929 861,00	1 492 887,95	0,00	1,436,973.05	0,00	1 436 973,05	0,00	0,00

TF
PDR
AM

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Classificações Orçamentais Detalhadas	Previsões Corrigidas (1)	Previsões por Liquidar (2)	Receita p/cobrar de períodos anteriores (3)	Receitas Liquidadas (4)	Liquidações Anuladas (5)	Receitas cobradas brutas (6)	Reembolsos e restituições	
							Emitidos (7)	Pagos (8)
100402 20.04 51791 - Dragagem do porto	99 339,00	99 339,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.05 51794 - Reparação do porto	800 100,00	610 423,82	0,00	189,676.18	0,00	189 676,18	0,00	0,00
100402 20.13 52027 - Reparação e requal	3 924 861,00	2 161 727,11	0,00	1,763,133.89	0,00	1 763 133,89	0,00	0,00
100402 20.14 52028 - Reparação das man	40 000,00	40 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.15 51457 - Aquisição de equipa	250 000,00	72 099,43	0,00	177,900.57	0,00	177 900,57	0,00	0,00
100402 20.18 52217 - Reparação de defen	221 000,00	85 129,56	0,00	135,870.44	0,00	135 870,44	0,00	0,00
100402 20.36 52338 - Empreitada de reab	1 817 500,00	1 763 463,49	0,00	54,036.51	0,00	54 036,51	0,00	0,00
100402 20.37 52339 - Aquisição de equipa	250 000,00	105 289,34	0,00	144,710.66	0,00	144 710,66	0,00	0,00
100402 20.43 52550 - Substituição dos ca	200 000,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.52 52559 - Recuperação e Din	900 000,00	900 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.53 52560 - Recuperação e Din	75 000,00	75 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.54 52561 - Recuperação Dinam	150 000,00	150 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.55 52562 - Recuperação e Din	250 000,00	221 705,28	0,00	28,294.72	0,00	28 294,72	0,00	0,00
100903 20.01 52289 - Projeto 4PORT	56 651,00	56 651,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130101 03 00 Outras indemnizações	40 000,00	18 922,98	0,00	21,077.02	0,00	21 077,02	0,00	0,00
160103 01 78 Saldo de gerência na posse	4 256 020,00	0,83	0,00	4,256,019.17	0,00	4 256 019,17	0,00	0,00
Total Global :	50 126 804,00	9 469 262,95	0,00	40 849 339,25	191,798.20	39 677 239,75	585,87	0,00

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Classificações Orçamentais Detalhadas	Receitas Cobradas Líquidas			Recebimentos Diferidos (12)	Receitas p/cobrar no final do Período (13)	Liquidações de Períodos Futuros				
	Períodos Anteriores (9)	Período Corrente (10)	Total (9+10=11)			N+1 (14)	N+2 (15)	N+3 (16)	N+4 (17)	Períodos Seguintes (18)
Receita Corrente										
040113 01 78 Receitas próprias - Taxas d	923 744,60	1 346 069,24	2 269 813,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
040201 01 78 Receitas próprias - Juros de	1 965,10	3 744,48	5 709,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
051005 01 78 Rec. próprias - Bens de dom	108 879,50	1 203 701,04	1 312 580,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
060402 11 00 Transferências correntes - R	0,00	5 386 873,09	5 386 873,09	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
060402 12 00 Transferências correntes - R	0,00	2 028 719,00	2 028 719,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
070105 01 78 Venda de bens inutilizados	0,00	6 219,40	6 219,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
080199 99 00 Outras receitas correntes	0,00	312 374,61	312 374,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.22 52219 - Aquisição de um po	0,00	26 937,00	26 937,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.26 52222 - Substituição da red	0,00	52 305,88	52 305,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.28 52225 - Reparação e reabili	0,00	201 547,72	201 547,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.29 52226 - Reabilitação e requ	0,00	52 562,52	52 562,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.30 52228 - Empreitada alteraçã	0,00	274 957,33	274 957,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.34 52236 - Reparação e manut	0,00	209 677,27	209 677,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.35 52237 - Consolidação da fal	0,00	162 767,42	162 767,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100903 20.02 52290 - Projeto OCEANLIT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
111105 10 00 Outros ativos financeiros - A	0,00	19 166 502,34	19 166 502,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
120605 10 00 Administração Pública Regi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Capital										
100402 20.01 51553 - Otimização da Fren	0,00	1 436 973,05	1 436 973,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

am.
IF
PR

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Classificações Orçamentais Detalhadas	Receitas Cobradas Líquidas			Recebimentos Diferidos (12)	Receitas p/cobrar no final do Período (13)	Liquidações de Períodos Futuros				
	Períodos Anteriores (9)	Período Corrente (10)	Total (9+10=11)			N+1 (14)	N+2 (15)	N+3 (16)	N+4 (17)	Períodos Seguintes (18)
100402 20.04 51791 - Dragagem do porto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.05 51794 - Reparação do porto	0,00	189 676,18	189 676,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.13 52027 - Reparação e requal	0,00	1 763 133,89	1 763 133,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.14 52028 - Reparação das man	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.15 51457 - Aquisição de equipa	0,00	177 900,57	177 900,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.18 52217 - Reparação de defen	0,00	135 870,44	135 870,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.36 52338 - Empreitada de reab	0,00	54 036,51	54 036,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.37 52339 - Aquisição de equipa	0,00	144 710,66	144 710,66	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.43 52550 - Substituição dos ca	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.52 52559 - Recuperação e Din	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.53 52560 - Recuperação e Din	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.54 52561 - Recuperação Dinam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100402 20.55 52562 - Recuperação e Din	0,00	28 294,72	28 294,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
100903 20.01 52289 - Projeto 4PORT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
130101 03 00 Outras indemnizações	0,00	21 077,02	21 077,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
160103 01 78 Saldo de gerência na posse	0,00	4 256 019,17	4 256 019,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Global :	1,034,589.20	38,642,650.55	39,677,239.75	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

DOR3. DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

PCP, IF
ent

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

em.
ppl.
fui

Classificações orçamentais detalhadas	Despesas p/pagar períodos ant. [1]	Dotações corrigidas [2]	Cativos [3]	Descativos [4]	Dotações Disponíveis [5]	Cabimentos [6]	Compromissos [7]	Obrigações [8]	Despesas pagas brutas [9]	Reposições abatidas pagamentos		Despesas pagas líquidas		
										Emitidas [10]	Recebidas [11]	Períodos anteriores [12]	Período corrente [13]	Total [14]=[12]+[13]
Despesa Corrente														
010102 A0 00 Órgãos sociais	3 535,32	111 574,00	0,00	0,00	21 730,68	89 843,32	89 843,32	83 327,32	79 897,00	0,00	0,00	3 435,32	76 461,68	79 897,00
010103 00 00 Pessoal dos quadros - Regime de funcã	143 283,47	3 475 674,00	56 694,00	0,00	409 698,54	3 009 281,46	3 009 281,46	2 803 256,86	2 675 249,37	0,00	0,00	143 283,47	2 531 965,90	2 675 249,37
010104 00 00 Pessoal dos quadros - Regime de contr	39 649,44	1 148 477,00	0,00	0,00	197 903,08	950 573,92	950 573,92	874 573,92	827 151,88	0,00	0,00	39 649,44	787 502,44	827 151,88
010106 00 00 Pessoal contratado a termo	4 453,58	115 000,00	0,00	0,00	53 068,52	61 931,48	61 931,48	56 372,88	55 059,75	0,00	0,00	4 453,58	50 606,17	55 059,75
010108 00 00 Pessoal aguardando aposentação	0,00	10 000,00	0,00	0,00	7 522,53	2 477,47	2 477,47	2 477,47	2 477,47	0,00	0,00	0,00	2 477,47	2 477,47
010109 00 00 Pessoal em qualquer outra situação - C	118,64	25 000,00	0,00	0,00	18 605,83	6 394,17	6 394,17	5 303,87	5 303,87	0,00	0,00	118,64	5 185,23	5 303,87
010111 00 00 Representação - CA	0,00	52 767,00	0,00	0,00	18 984,78	33 782,22	33 782,22	31 232,74	31 232,74	0,00	0,00	0,00	31 232,74	31 232,74
010113 00 00 Subsídio de refeição	0,00	637 228,00	0,00	0,00	128 245,84	508 982,16	508 982,16	471 933,47	470 363,64	0,00	0,00	0,00	470 363,64	470 363,64
010114 SF 00 Subsídios de férias	0,00	355 212,00	0,00	0,00	37 554,79	317 657,21	317 657,21	317 657,21	317 118,94	0,00	0,00	0,00	317 118,94	317 118,94
010114 SN 00 Subsídios de natal	0,00	353 247,00	0,00	0,00	32 787,80	320 459,20	320 459,20	318 963,30	318 963,30	0,00	0,00	0,00	318 963,30	318 963,30
010115 A0 00 Remunerações por doença e maternida	0,00	2 000,00	0,00	0,00	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
010202 00 00 Horas extraordinárias	0,00	357 970,00	76 040,00	76 040,00	29 821,07	328 148,93	328 148,93	324 748,93	321 326,05	0,00	0,00	0,00	321 326,05	321 326,05
010204 00 00 Ajudas de custo	0,00	30 772,00	0,00	0,00	5 953,85	24 818,15	24 818,15	22 998,15	22 998,15	0,00	0,00	0,00	22 998,15	22 998,15
010205 00 00 Abono para falhas	0,00	9 069,00	0,00	0,00	2 197,50	6 871,50	6 871,50	6 400,95	6 400,95	0,00	0,00	0,00	6 400,95	6 400,95
010211 00 00 Subsídio de turno	0,00	155 163,00	0,00	0,00	13 802,77	141 360,23	141 360,23	140 996,44	140 260,66	0,00	0,00	0,00	140 260,66	140 260,66
010214 A0 00 Isenção de horário de trabalho e trabal	0,00	1 253 681,00	184 004,00	50 168,00	264 328,76	855 516,24	855 516,24	854 117,12	848 624,42	0,00	0,00	0,00	848 624,42	848 624,42
010214 B0 00 Subsídio de insularidade - Madeira	0,00	33 222,00	0,00	0,00	10 064,23	23 157,77	23 157,77	23 157,77	23 157,27	0,00	0,00	0,00	23 157,27	23 157,27
010214 C0 00 Subsídio de insularidade do Porto Sant	0,00	102 805,00	0,00	0,00	14 895,65	87 909,35	87 909,35	87 832,94	87 083,49	0,00	0,00	0,00	87 083,49	87 083,49
010214 Z0 00 Outros abonos em numerário ou espéci	0,00	38 691,00	7 255,00	2 418,00	10 917,20	22 936,80	22 936,80	20 263,03	20 263,03	0,00	0,00	0,00	20 263,03	20 263,03
010301 00 00 Encargos com a saúde	0,00	23 500,00	0,00	0,00	8 971,10	14 528,90	14 528,90	14 528,88	13 318,14	0,00	0,00	0,00	13 318,14	13 318,14
010304 00 00 Outras prestações familiares	0,00	6 169,00	0,00	0,00	1 183,57	4 985,43	4 985,43	4 985,43	4 985,43	0,00	0,00	0,00	4 985,43	4 985,43
010305 A0 AT Contribuicoes para a caixa geral de apo	93 641,59	93 642,00	0,00	0,00	0,41	93 641,59	93 641,59	93 641,59	93 641,59	0,00	0,00	93 641,59	0,00	93 641,59
010305 A0 A0 Contribuições para a caixa geral de apo	0,00	1 284 260,00	0,00	0,00	168 899,39	1 115 360,61	1 115 360,61	1 099 207,17	1 003 237,47	0,00	0,00	0,00	1 003 237,47	1 003 237,47
010305 A0 BT Contribuicoes para a segurança social	27 028,36	27 029,00	0,00	0,00	0,64	27 028,36	27 028,36	27 028,36	27 028,36	0,00	0,00	27 028,36	0,00	27 028,36
010305 A0 B0 Contribuições para a segurança social	0,00	470 010,00	0,00	0,00	82 591,85	387 418,15	387 418,15	360 023,69	326 729,82	0,00	0,00	0,00	326 729,82	326 729,82
010305 A0 C0 Contribuições para a segurança social	0,00	11 500,00	0,00	0,00	769,68	10 730,32	10 730,32	10 730,32	10 730,32	0,00	0,00	0,00	10 730,32	10 730,32
010305 A0 D0 Contribuições para a segurança social	0,00	1 500,00	0,00	0,00	629,96	870,04	870,04	870,04	870,04	0,00	0,00	0,00	870,04	870,04
010308 A0 00 Outras pensões	0,00	2 000,00	0,00	0,00	421,25	1 578,75	1 578,75	1 578,75	1 223,29	0,00	0,00	0,00	1 223,29	1 223,29
010309 00 00 Seguros	0,00	318 093,00	0,00	0,00	83 411,96	234 681,04	234 681,04	234 681,04	234 681,04	0,00	0,00	0,00	234 681,04	234 681,04
010310 AC 00 Acidentes de trabalho e doenças profis	0,00	53 000,00	0,00	0,00	11 819,95	41 180,05	41 180,05	39 754,35	39 754,35	0,00	0,00	0,00	39 754,35	39 754,35
010310 DO 00 Doença	0,00	152 000,00	0,00	0,00	15 486,78	136 513,22	136 513,22	133 353,22	133 353,22	0,00	0,00	0,00	133 353,22	133 353,22

IF

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Classificações orçamentais detalhadas	Despesas p/pagar períodos ant [1]	Dotações corrigidas [2]	Cativos [3]	Descativos [4]	Dotações Disponíveis [5]	Cabimentos [6]	Compromissos [7]	Obrigações [8]	Despesas pagas brutas [9]	Reposições abalizadas pagamentos		Despesas pagas líquidas		
										Emitidas [10]	Recebidas [11]	Períodos anteriores [12]	Período corrente [13]	Total [14]=[12]+[13]
020102 AS 00 Combustíveis e lubrificantes	0,00	240 000,00	0,00	0,00	86 839,77	153 160,23	153 160,23	153 034,09	113 408,21	0,00	0,00	0,00	113 408,21	113 408,21
020102 A0 00 Combustíveis e lubrificantes	0,00	81 000,00	2 500,00	2 500,00	18 903,00	62 097,00	62 097,00	62 097,00	62 097,00	0,00	0,00	0,00	62 097,00	62 097,00
020104 AS 00 Limpeza e higiene	0,00	5 600,00	0,00	0,00	118,11	5 481,89	5 481,89	5 481,88	5 481,88	0,00	0,00	0,00	5 481,88	5 481,88
020104 A0 00 Limpeza e higiene	0,00	39 000,00	2 500,00	2 500,00	28 122,12	10 877,88	10 877,88	10 877,87	10 877,87	0,00	0,00	0,00	10 877,87	10 877,87
020106 00 00 Alimentação - géneros para confecciona	0,00	1 800,00	450,00	450,00	397,10	1 402,90	1 402,90	1 402,90	1 402,90	0,00	0,00	0,00	1 402,90	1 402,90
020107 00 00 Vestuário e artigos pessoais	0,00	110 000,00	2 500,00	2 500,00	99 250,04	10 749,96	10 749,96	10 749,96	10 749,96	0,00	0,00	0,00	10 749,96	10 749,96
020108 A0 00 Papel	0,00	4 000,00	750,00	750,00	1 312,53	2 687,47	2 687,47	2 687,47	2 687,47	0,00	0,00	0,00	2 687,47	2 687,47
020108 B0 00 Consumíveis de impressão	0,00	3 500,00	1 125,00	1 125,00	2 268,16	1 231,84	1 231,84	1 231,84	1 231,84	0,00	0,00	0,00	1 231,84	1 231,84
020108 C0 00 Outros	0,00	3 500,00	625,00	625,00	264,11	3 235,89	3 235,89	3 235,89	3 235,89	0,00	0,00	0,00	3 235,89	3 235,89
020110 A0 00 Produtos vendidos nas farmácias	0,00	6 500,00	0,00	0,00	6 174,41	325,59	325,59	325,59	325,59	0,00	0,00	0,00	325,59	325,59
020112 00 00 Material de transporte - Peças	0,00	3 000,00	750,00	750,00	687,59	2 312,41	2 312,41	2 312,41	2 312,41	0,00	0,00	0,00	2 312,41	2 312,41
020114 00 00 Outro material - Peças	0,00	7 500,00	1 875,00	1 875,00	8,95	7 491,05	7 491,05	7 491,05	7 491,05	0,00	0,00	0,00	7 491,05	7 491,05
020115 00 00 Prémios, condecorações e ofertas	0,00	1 500,00	375,00	375,00	351,26	1 148,74	1 148,74	1 148,74	1 148,74	0,00	0,00	0,00	1 148,74	1 148,74
020117 00 00 Ferramentas e utensílios	0,00	36 450,00	8 613,00	2 355,00	24 831,63	5 360,37	5 360,37	5 360,37	5 360,37	0,00	0,00	0,00	5 360,37	5 360,37
020118 00 00 Livros e documentação técnica	24,75	2 000,00	500,00	500,00	944,32	1 055,68	1 055,68	1 055,68	1 055,68	0,00	0,00	24,75	1 030,93	1 055,68
020119 00 00 Artigos honoríficos e de decoração	0,00	6 000,00	1 500,00	1 500,00	2 193,00	3 807,00	3 807,00	3 807,00	3 807,00	0,00	0,00	0,00	3 807,00	3 807,00
020121 00 00 Outros bens	0,00	13 000,00	750,00	750,00	11 372,20	1 627,80	1 627,80	1 627,79	1 627,79	0,00	0,00	0,00	1 627,79	1 627,79
020201 A0 TT Água	33,96	34,00	0,00	0,00	0,04	33,96	33,96	33,96	33,96	0,00	0,00	33,96	0,00	33,96
020201 A0 00 Água	0,00	105 000,00	0,00	0,00	50 313,49	54 686,51	54 686,51	54 680,74	54 540,82	0,00	0,00	0,00	54 540,82	54 540,82
020201 B0 00 Electricidade	0,00	241 500,00	0,00	0,00	35 842,42	205 657,58	205 657,58	205 652,48	205 652,48	0,00	0,00	0,00	205 652,48	205 652,48
020202 AS 00 Limpeza e higiene	0,00	219 000,00	0,00	0,00	70 733,43	148 266,57	148 266,57	145 127,66	122 347,73	0,00	0,00	0,00	122 347,73	122 347,73
020202 A0 00 Limpeza e higiene	0,00	112 000,00	3 000,00	3 000,00	104 657,45	7 342,55	7 342,55	7 342,55	7 342,55	0,00	0,00	0,00	7 342,55	7 342,55
020203 OS 00 Conservação e manutenção de infraest	33,47	60 000,00	0,00	0,00	18 751,89	41 248,11	41 248,11	41 248,11	41 248,11	0,00	0,00	33,47	41 214,64	41 248,11
020203 O0 TT Conservação e manutenção de infraest	15 284,57	15 285,00	0,00	0,00	0,43	15 284,57	15 284,57	15 284,57	15 284,57	0,00	0,00	15 284,57	0,00	15 284,57
020203 O0 00 Conservação e manutenção de infraest	0,00	1 042 455,00	66 000,00	66 000,00	171 345,77	871 109,23	820 515,32	820 094,15	793 401,63	0,00	0,00	0,00	793 401,63	793 401,63
020205 S0 00 Locação de material de informática	0,00	16 000,00	0,00	0,00	1 257,00	14 743,00	11 656,40	11 656,40	11 656,40	0,00	0,00	0,00	11 656,40	11 656,40
020206 AS 00 Locação de material de transporte	0,00	10 000,00	0,00	0,00	10 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
020208 AS 00 Locação de outros bens	0,00	11 000,00	0,00	0,00	2 203,80	8 796,20	8 796,20	8 796,20	8 796,20	0,00	0,00	0,00	8 796,20	8 796,20
020208 A0 00 Locação de outros bens	0,00	47 500,00	3 750,00	3 750,00	8 873,37	38 626,63	37 833,63	37 047,78	37 047,78	0,00	0,00	0,00	37 047,78	37 047,78
020209 AS TT Acessos à internet	1 321,66	1 322,00	0,00	0,00	0,34	1 321,66	1 321,66	1 321,66	1 321,66	0,00	0,00	1 321,66	0,00	1 321,66

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Classificações orçamentais detalhadas	Despesas p/pagar períodos ant. [1]	Dotações corrigidas [2]	Cativos [3]	Descativos [4]	Dotações Disponíveis [5]	Cabimentos [6]	Compromissos [7]	Obrigações [8]	Despesas pagas brutas [9]	Reposições abatidas pagamentos		Despesas pagas líquidas		
										Emitidas [10]	Recebidas [11]	Períodos anteriores [12]	Período corrente [13]	Total [14]=[12]+[13]
020209 AS 00 Acessos à internet	0,00	21 600,00	0,00	0,00	1 400,81	20 199,19	20 199,19	20 199,19	20 199,19	0,00	0,00	0,00	20 199,19	20 199,19
020209 A0 00 Acessos à internet	0,00	17 000,00	0,00	0,00	220,60	16 779,40	9 697,33	9 697,33	9 697,33	0,00	0,00	0,00	9 697,33	9 697,33
020209 B0 00 Comunicações fixas de dados	0,00	2 500,00	0,00	0,00	403,51	2 096,49	2 096,49	2 096,49	2 096,49	0,00	0,00	0,00	2 096,49	2 096,49
020209 CS 00 Comunicações fixas de voz	0,00	19 000,00	0,00	0,00	0,00	19 000,00	19 000,00	18 999,99	18 999,99	0,00	0,00	0,00	18 999,99	18 999,99
020209 DS 00 Comunicações móveis	0,00	7 000,00	0,00	0,00	0,00	7 000,00	7 000,00	6 999,98	6 999,98	0,00	0,00	0,00	6 999,98	6 999,98
020209 D0 00 Comunicações móveis	0,00	1 000,00	0,00	0,00	340,00	660,00	660,00	660,00	660,00	0,00	0,00	0,00	660,00	660,00
020209 E0 00 Outros serviços de comunicações	0,00	2 000,00	0,00	0,00	848,39	1 151,61	1 151,61	1 151,61	1 151,61	0,00	0,00	0,00	1 151,61	1 151,61
020210 Z0 00 Transportes	0,00	1 500,00	375,00	375,00	1 345,65	154,35	154,35	154,35	154,35	0,00	0,00	0,00	154,35	154,35
020211 00 00 Representação dos serviços	0,00	1 500,00	375,00	375,00	247,79	1 252,21	1 252,21	1 252,21	1 252,21	0,00	0,00	0,00	1 252,21	1 252,21
020212 B0 00 Seguros - Outras - seguros não relacion	0,00	158 000,00	0,00	0,00	53 264,27	104 735,73	104 735,73	104 735,73	104 735,73	0,00	0,00	0,00	104 735,73	104 735,73
020213 A0 00 Deslocações e estadas - Outras	0,00	27 500,00	3 125,00	3 125,00	14 918,93	12 581,07	12 581,07	12 541,57	12 541,57	0,00	0,00	0,00	12 541,57	12 541,57
020213 V0 00 Deslocações e estadas - Viagens - SSM	0,00	27 500,00	1 875,00	1 875,00	4 162,36	23 337,64	23 337,64	23 332,63	23 332,63	0,00	0,00	0,00	23 332,63	23 332,63
020214 AS 00 Estudos, pareceres, projectos e consult	0,00	1 500,00	0,00	0,00	1 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
020214 A0 00 Estudos, pareceres, projectos e consult	125,00	129 780,00	36 663,00	36 663,00	96 863,43	32 916,57	32 916,57	32 595,33	32 428,66	0,00	0,00	125,00	32 303,66	32 428,66
020214 D0 00 Estudos, pareceres, projectos e consult	0,00	20 000,00	2 500,00	2 500,00	13 764,04	6 235,96	6 235,96	6 235,96	6 235,96	0,00	0,00	0,00	6 235,96	6 235,96
020215 A0 00 Formação - Tecnologias da Informação	0,00	5 000,00	1 250,00	1 250,00	2 610,00	2 390,00	2 390,00	2 390,00	2 390,00	0,00	0,00	0,00	2 390,00	2 390,00
020215 B0 00 Formação - Outras	0,00	10 000,00	2 500,00	2 500,00	6 243,00	3 757,00	3 757,00	3 757,00	3 757,00	0,00	0,00	0,00	3 757,00	3 757,00
020216 00 00 Seminários, exposições e similares	0,00	64 000,00	10 000,00	10 000,00	28 593,87	35 406,13	35 406,13	35 406,13	35 406,13	0,00	0,00	0,00	35 406,13	35 406,13
020217 A0 00 Publicidade obrigatória	0,00	7 500,00	1 875,00	1 875,00	2 498,83	5 001,17	4 501,17	4 501,15	4 501,15	0,00	0,00	0,00	4 501,15	4 501,15
020217 B0 A0 Publicidade - Em território nacional	0,00	7 500,00	1 875,00	1 875,00	4 302,42	3 197,58	3 197,58	3 197,58	3 197,58	0,00	0,00	0,00	3 197,58	3 197,58
020217 B0 B0 Publicidade - Estrangeiro	0,00	7 500,00	1 875,00	1 875,00	5 400,00	2 100,00	2 100,00	2 100,00	2 100,00	0,00	0,00	0,00	2 100,00	2 100,00
020217 C0 00 Publicidade - Outra	0,00	3 000,00	750,00	750,00	0,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00	3 000,00
020218 AS 00 Vigilância e segurança	0,00	265 500,00	0,00	0,00	38 930,21	226 569,79	226 569,79	226 569,79	226 569,79	0,00	0,00	0,00	226 569,79	226 569,79
020218 A0 00 Vigilância e segurança	0,00	237 500,00	10 563,00	10 563,00	23 119,21	214 380,79	214 380,79	214 380,77	214 380,77	0,00	0,00	0,00	214 380,77	214 380,77
020219 BS 00 Assistência técnica - Software informáti	0,00	22 500,00	0,00	0,00	10 269,83	12 230,17	8 950,22	8 950,22	8 950,22	0,00	0,00	0,00	8 950,22	8 950,22
020219 B0 00 Assistência técnica - Software inform	0,00	132 000,00	10 000,00	10 000,00	30 923,72	101 076,28	101 076,28	101 076,27	101 076,27	0,00	0,00	0,00	101 076,27	0,00
020219 CS 00 Assistência técnica - Outros	0,00	52 000,00	0,00	0,00	27 393,85	24 606,15	24 606,15	24 606,15	24 606,15	0,00	0,00	0,00	24 606,15	0,00
020220 BS 00 Outros trabalhos especializados - Patro	1 656,25	90 000,00	0,00	0,00	45 035,59	44 964,41	44 964,41	44 964,41	45 110,66	0,00	0,00	1 656,25	43 454,41	1 656,25
020220 B0 00 Outros trabalhos especializados - Patro	0,00	80 000,00	5 000,00	5 000,00	50 818,62	29 181,38	29 181,38	29 181,38	29 035,13	0,00	0,00	0,00	29 035,13	0,00
020220 CS 00 Outros trabalhos especializados - Outro	0,00	80 000,00	0,00	0,00	2 544,26	77 455,74	77 455,74	77 455,73	77 455,73	0,00	0,00	0,00	77 455,73	0,00

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Classificações orçamentais detalhadas	Despesas p/pagar períodos ant [1]	Dotações corrigidas [2]	Cativos [3]	Descalivos [4]	Dotações Disponíveis [5]	Cabimentos [6]	Compromissos [7]	Obrigações [8]	Despesas pagas brutas [9]	Reposições abatidas pagamentos		Despesas pagas liquidas		
										Emitidas [10]	Recebidas [11]	Períodos anteriores [12]	Período corrente [13]	Total [14]=[12]+[13]
020220 C0 00 Outros trabalhos especializados - Outro	0,00	51 500,00	750,00	750,00	17 340,07	34 159,93	34 159,93	34 159,93	34 159,93	0,00	0,00	0,00	34 159,93	0,00
020225 00 00 Outros serviços	0,00	30 000,00	5 000,00	5 000,00	7 120,55	22 879,45	21 118,95	21 118,94	21 118,94	0,00	0,00	0,00	21 118,94	0,00
030101 S0 00 Juros da dívida pública	0,00	3 631 290,00	0,00	0,00	2,15	3 631 287,85	3 631 287,85	3 631 287,85	3 631 287,85	0,00	0,00	0,00	3 631 287,85	0,00
030502 J0 00 Juros de Mora	0,00	497,00	0,00	0,00	482,16	14,84	14,84	14,84	14,84	0,00	0,00	0,00	14,84	0,00
040402 A0 00 Transferências correntes - Administração	0,00	1 702 214,00	0,00	0,00	0,79	1 702 213,21	1 702 213,21	1 702 213,21	1 702 213,21	0,00	0,00	0,00	1 702 213,21	0,00
060201 A0 00 Impostos e taxas	0,00	206 000,00	0,00	0,00	60 257,25	145 742,75	145 742,74	137 529,58	137 422,91	0,00	0,00	0,00	137 422,91	0,00
060203 00 00 Outras - serviços bancários etc.....	0,00	71 757,00	0,00	0,00	0,24	71 756,76	71 756,76	71 756,76	71 756,76	0,00	0,00	0,00	71 756,76	0,00
070107 C0 00 Equipamento de informática - Outros	0,00	3 000,00	0,00	0,00	42,73	2 957,27	2 957,27	2 957,27	2 957,27	0,00	0,00	0,00	2 957,27	0,00
070108 A0 00 Software informático - Software de com	0,00	105 000,00	21 250,00	21 250,00	17 710,47	87 289,53	52 384,52	52 079,52	52 079,52	0,00	0,00	0,00	52 079,52	0,00
070109 B0 00 Equipamento administrativo - Outros	0,00	85 909,00	57 310,00	57 310,00	68 147,15	17 761,85	13 814,00	13 814,00	13 814,00	0,00	0,00	0,00	13 814,00	0,00
070110 B0 00 Equipamento básico - Outros	0,00	5 000,00	1 250,00	1 250,00	517,79	4 482,21	4 482,21	4 482,21	4 482,21	0,00	0,00	0,00	4 482,21	0,00
070111 00 00 Modernização da ferramentaria marítima	0,00	911 000,00	25 000,00	25 000,00	236 307,44	674 692,56	526 293,15	526 293,15	526 293,15	0,00	0,00	0,00	526 293,15	0,00
070303 A0 00 Outras Construções e Infraestruturas	0,00	5 000,00	1 250,00	1 250,00	4 128,48	871,52	871,52	871,52	871,52	0,00	0,00	0,00	871,52	0,00
100603 S0 00 Amortização de empréstimos bancários	3 656,25	054 161,00	627 912,00	106 250,00	7 237 337,69	5 295 161,31	4 477 205,49	4 477 043,87	4 456 216,01	0,00	0,00	3 656,25	4 452 559,76	3 656,25
Despesa de Capital	0,00	606 788,00	0,00	0,00	0,66 15	606 787,34 15	606 787,34 15	606 787,34	15 606 787,34	0,00	0,00	0,00	15 606 787,34	0,00
070107 C0 TT Equipamento de informática - Outros	606,89	607,00	0,00	0,00	0,11	606,89	606,89	606,89	606,89	0,00	0,00	606,89	0,00	606,89
Total Global :	334 453,20	60 126 804,00	1 261 879,00	528 582,00 10	529 646,61	38 873 870,39	37 801 666,26	37 393 416,83	36 959 565,22	0,00	0,00	334 353,20	36 625 212,02	36 959 565,22

DOR4. DEMONSTRAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Em aditamento às presentes demonstrações orçamentais, consta do ponto 6 do Relatório de Gestão e Contas os investimentos e projetos cofinanciados que foram executados ao longo do ano 2021, bem como foi elaborado o Plano Plurianual de Investimentos para o triénio 2022-2024, onde constam todos os investimentos projetados de acordo com as orientações de gestão da tutela (Secretaria Regional de Economia da Madeira) e constantes do PIDDAR.

DOR5. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS

No decorrer do ano 2021, a APRAM, S.A. realizou 24 alterações orçamentais, sendo que a maior parte das alterações orçamentais constituíram meras transferências entre rubricas orçamentais.

A variação global do orçamento corrigido, face ao orçamento inicial foi no valor de 4.850.806 € e resulta da inscrição das verbas (créditos especiais) descritas nos pontos seguintes.

DOR5.1. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA RECEITA

As principais alterações que afetaram, sobretudo as rubricas de receitas respeitam à:

4.^a Alteração orçamental - Procedeu-se ao registo do saldo da gerência anterior (crédito especial), o qual foi canalizado para a compensação dos valores das despesas pagas em 2021 e referentes a compromissos assumidos em 2020 (pagamentos de anos anteriores - TT's), bem como pela inscrição das verbas necessárias, a fim de permitir a abertura dos procedimentos concursais para a docagem dos rebocadores "Ponta do Pargo" e "Boqueirão". Nesta alteração orçamental, também se realizou um reforço da medida 034 - COVID-19 - atendendo à necessidade de aquisição de luvas, máscaras, desinfetantes e material de limpeza, bem como o reforço da prestação de serviços de limpeza a fim de prevenir e conter esta pandemia. Houve um reforço de verbas para a aquisição de

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

material informático a fim de dotar a empresa de melhores valências para o teletrabalho, bem como a realização de melhorias do seu equipamento marítimo portuário, através de grandes reparações de alguns equipamentos;

5.ª Alteração orçamental – Nesta alteração houve a necessidade de reforçar alguns projetos contemplados no contrato programa de investimento do ano 2020, associado ao Fundo de Coesão Nacional, havendo a compensação entre projetos dentro do mesmo contrato programa, nomeadamente o projeto de reparação e manutenção da marina do porto do Porto Santo e o projeto de requalificação do edifício da portaria e o edifício do gabinete de gestão de recursos e ambiente do porto do Funchal;

6.ª Alteração orçamental – Registo de um crédito especial na sequência da receção de verbas no âmbito da devolução da caução decorrente de um processo judicial, bem como pela estimativa do valor a receber no âmbito da venda de bens inutilizados, nomeadamente de cabeços e demais material que se encontra obsoleto/inutilizado.

Com esta alteração também registou-se as verbas necessárias no âmbito do projeto de execução da Lei de Meios, no intuito de se dar início à abertura dos procedimentos concursais e continuidade a outros que já estão em curso, nomeadamente: a Empreitada de Redefinição da Entrada da Marina do Funchal (Prolongamento em 30 metros do molhe principal da Marina); os Estudos e Projetos de Recuperação dos Edifícios da Marina do Funchal; os Estudos e Projetos para o Prolongamento da Pontinha e do Cais 8; os Estudos e Projeto de Redefinição da Entrada da marina do Funchal (Prolongamento em 30 metros do molhe principal da Marina); a Empreitada de Recuperação dos Edifícios da Marina do Funchal e a Empreitada de Construção do Edifício de Apoio ao Cais 6, Acessos, Elevador e Repavimentação;

Na 8.ª alteração orçamental houve a necessidade inscrever o Concelho da Ponta do Sol, associado ao projeto 52027 a fim de se dar início à empreitada de reabilitação do cais da Madalena do Mar, havendo a compensação entre as rúbricas orçamentais;

720
IF
pela
Cm.

PCB.
Jey
CW.



14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Pela 9.ª alteração orçamental registou-se um crédito especial, na sequência da solicitação da APRAM, S.A. à Autoridade Tributária, do reembolso dos pagamentos especiais por conta, que tinham sido pagos em anos anteriores e não tinham sido ainda deduzidos;

A 10.ª alteração orçamental teve lugar a fim de se registar a decisão do acionista para a realização de prestações acessórias a fim da APRAM, S.A. dispor das verbas necessárias para o integral pagamento do serviço da dívida do ano 2021;

Houve a necessidade de realizar transferências entre rubricas orçamentais de receita, a fim de se assegurar o recebimento da devolução de uma caução prestada anteriormente, bem como para o reforço orçamental referente à venda de bens obsoletos/inutilizados. Por outro lado, no que se refere à despesa, houve a necessidade de reforçar a rubrica de alugueres/locações a fim de dotar a empresa com o equipamento de raio X para apoio à operação portuária. Estas alterações foram compensadas entre rubricas orçamentais e foram formalizadas pelo registo da 11.ª alteração orçamental;

12.ª alteração orçamental – Em aditamento à 4.ª alteração orçamental registou-se um crédito especial a fim de integrar nas contas do ano 2021, o saldo de gerência remanescente, referente ao exercício económico de 2020;

A 14.ª alteração orçamental foi registada pela necessidade de reforçar o projeto do edifício da portaria do porto do Funchal, atendendo a que no decurso da execução da empreitada verificou-se a existência de problemas estruturais após alguns trabalhos de demolição que era necessário resolver, bem como pela necessidade de reforçar o projeto de substituição da rede de abastecimento de água e da rede de esgotos do porto do Funchal, a fim de corrigir algumas situações anómalas e contrárias à legislação ambiental, atualmente em vigor;

Pela 15.ª alteração orçamental, registou-se a redução do valor associado ao projeto 52027 – Reparação e requalificação de pequenos portos e cais (Concelho de Santa Cruz), em

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

24.ª alteração orçamental, onde se registou os acertos finais de ano, no intuito de adequar as verbas recebidas ao orçamento da APRAM, S.A., nomeadamente no que se refere às necessidades operacionais da empresa. Verificou-se a compensação entre as diferentes rubricas orçamentais, não resultando nenhum acréscimo global, no que se refere às receitas.

Rubrica [1]	Tipo [2]	Receita					Previsões corrigidas [7] = [3] + [4] - [5] + [6]	Observações [8]
		Previsões iniciais [3]	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas		
			Inscrições / reforços [4]	Diminuições / anulações [5]	Créditos especiais [6]			
040113 01 78Receitas próprias - Taxas de portos	P	2 917 087,00	0,00	270 000,00	0,00	2 647 087,00		
040201 01 78Receitas próprias - Juros de mora		10 000,00	0,00	0,00	0,00	10 000,00		
051005 01 78Rec. próprias - Bens de domínio públ	M/P	1 251 323,00	343 329,00	143 329,00	0,00	1 451 323,00		
060402 11 00Transferências correntes - RAM - Fu	P	6 269 766,00	0,00	343 035,00	0,00	5 926 731,00		
060402 12 00Transferências correntes - RAM - Fu	P	2 028 719,00	343 035,00	0,00	0,00	2 371 754,00		
070105 01 78Venda de bens inutilizados	P	0,00	20 000,00	0,00	1 000,00	21 000,00		
080199 99 00Outras receitas correntes	P	50 000,00	50 000,00	0,00	239 543,00	339 543,00		
100402 20.0151553 - Otimização da Frente de Pro		1 738 833,00	0,00	0,00	1 191 028,00	2 929 861,00		
100402 20.0451791 - Dragagem do porto do Funch		99 339,00	0,00	0,00	0,00	99 339,00		
100402 20.0551794 - Reparação do porto do Porto		800 100,00	0,00	0,00	0,00	800 100,00		
100402 20.1352027 - Reparação e requalificação d	M	5 011 646,00	0,00	1 086 785,00	0,00	3 924 861,00		
100402 20.1452028 - Reparação das mangas de em		40 000,00	0,00	0,00	0,00	40 000,00		
100402 20.1551457 - Aquisição de equipamentos d	M	0,00	250 000,00	0,00	0,00	250 000,00		
100402 20.1852217 - Reparação de defensas e forn		221 000,00	0,00	0,00	0,00	221 000,00		
100402 20.2252219 - Aquisição de um portaló par		40 000,00	0,00	0,00	0,00	40 000,00		
100402 20.2652222 - Substituição da rede de abast	P	90 000,00	100 000,00	0,00	0,00	190 000,00		
100402 20.2852225 - Reparação e reabilitação de e	P	25 000,00	177 500,00	0,00	0,00	202 500,00		
100402 20.2952226 - Reabilitação e requalificação	P	320 000,00	0,00	142 500,00	0,00	177 500,00		
100402 20.3052228 - Empreitada alteração das ár		275 000,00	0,00	0,00	0,00	275 000,00		
100402 20.3452236 - Reparação e manutenção da	P	300 000,00	325 000,00	0,00	0,00	625 000,00		
100402 20.3552237 - Consolidação da falésia e co	P	675 000,00	0,00	277 500,00	0,00	397 500,00		
100402 20.3652338 - Empreitada de reabilitação d	P	2 000 000,00	0,00	182 500,00	0,00	1 817 500,00		
100402 20.3752339 - Aquisição de equipamentos d		250 000,00	0,00	0,00	0,00	250 000,00		
100402 20.4352550 - Substituição dos cabeços dos		200 000,00	0,00	0,00	0,00	200 000,00		
100402 20.5252559 - Recuperação e Dinamização		900 000,00	0,00	0,00	0,00	900 000,00		
100402 20.5352560 - Recuperação e Dinamização		75 000,00	0,00	0,00	0,00	75 000,00		
100402 20.5452561 - Recuperação Dinamiz. Peq.		150 000,00	0,00	0,00	0,00	150 000,00		
100402 20.5552562 - Recuperação e Dinamização		250 000,00	0,00	0,00	0,00	250 000,00		
100903 20.0152289 - Projeto 4PORT		56 651,00	0,00	0,00	0,00	56 651,00		
100903 20.0252290 - Projeto OCEANLIT		25 031,00	0,00	0,00	0,00	25 031,00		
111105 10 00Outros ativos financeiros - Administr	P	0,00	19 166 503,00	0,00	0,00	19 166 503,00		
120605 10 00Administração Pública Regional - Ad	P	19 166 503,00	0,00	19 166 503,00	0,00	0,00		
130101 03 00Outras indemnizações		40 000,00	0,00	0,00	0,00	40 000,00		
160103 01 78Saldo de gerência na posse do serviç		0,00	0,00	0,00	4 256 020,00	4 256 020,00		
TOTAIS		45 275 998,00	20 775 367,00	21 612 152,00	5 687 591,00	50 126 804,00		

[2] - P- alteração permutativa, M- alteração modificativa

[SNC-AP]

fol
lee
arr



14 Demonstrações Orçamentais de Relato

resultado da última reprogramação deste projeto, bem como pela necessidade de a Vice-Presidência poder atribuir estas verbas para a reforma do projeto de apoio aos municípios;

A 18.^a alteração orçamental foi registada, no intuito de proceder à aquisição de equipamento de raio X, de forma a dotar a Gare Marítima da Madeira com as condições necessárias para o embarque e desembarque de passageiros, tripulantes, bem como para dar cumprimento às normas de segurança internacionais (ISPS);

Pela 19.^a alteração orçamental, reforçou-se das verbas associadas à PSP para o acompanhamento da operação de raio x, bem como as verbas associadas a conservação e reparação, uma vez que estavam a decorrer as docagens dos rebocadores N/M “Boqueirão” e N/M “Ponta do Pargo”;

Atendendo ao início da atividade de cruzeiros (retoma gradual) e ao aumento do preço dos combustíveis, houve a necessidade de ajustar o orçamento para fazer face a estas despesas. Por outro lado, na sequência da comunicação por parte da CGA houve a necessidade de reforçar as rubricas associadas a esta classificação económica, visto que a APRAM, S.A. passou a assumir um encargo com uma pensão vitalícia, na sequência de um acidente em serviço de um antigo trabalhador e que resultou em incapacidade permanente parcial. Estas correções foram materializadas pela inscrição da 20.^a Alteração orçamental;

Na base da 21.^a alteração orçamental, está a insuficiência de estimativa decorrente do pagamento do serviço da dívida da APRAM, S.A. para o ano 2021, uma vez que o valor pago foi superior ao valor estimado aquando da proposta e orçamento aprovado para este ano;

Pela 22.^a alteração orçamental, procedeu-se ao reforço dos montantes associados a transferências correntes, atendendo à necessidade de devolver à RAM o valor recebido em excesso no âmbito do cumprimento do disposto no n.º 3 da Cláusula Quarta do Contrato Programa (perda de receita na sequência da pandemia da doença COVID-19), celebrado em 23 de outubro de 2020;

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

DOR5.2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS DA DESPESA

As principais alterações que afetaram, sobretudo as rubricas de despesa foram as seguintes:

1.ª Alteração orçamental – A partir do ano 2021, passou a haver a divisão dos projetos por Concelho, sendo que esta alteração teve por base esta nova divisão, o que levou à necessidade de transferir verbas dentro do mesmo projeto (52027), do Concelho de Santa Cruz para o Concelho da Calheta a fim de se adjudicar a empreitada de reabilitação do cais do Paul do Mar;

2.ª Alteração orçamental – Registo das rubricas TT – encargos transitados, para fazer face a pagamentos do ano anterior, devidamente contratualizados e comprometidos;

3.ª Alteração orçamental – Transferência de verbas entre rubricas de receita própria a fim de dar andamento aos procedimentos concursais para a locação/aluguer de um sistema de gestão documental, bem como a prestação de serviços de transferência dos dados do sistema atual para o novo;

Na base da 7.ª alteração orçamental, esteve a necessidade de proceder à devolução de verbas do valor recebido em excesso associado ao Protocolo celebrado entre a Região Autónoma da Madeira e a APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., com vista à atribuição de uma indemnização compensatória em 2020;

Pela 13.ª alteração orçamental, houve a necessidade de ajustar as rubricas de pessoal, havendo a compensação entre as rubricas orçamentais, não resultando deste modo qualquer acréscimo global da despesa;

A 16.ª e 17.ª alterações orçamentais, tiveram como base a necessidade de ajustar as rubricas associadas à atividade corrente da empresa, nomeadamente as rubricas de

PCP
 Fey
 Cuv.



TF

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

peçoal, aquisição e bens e serviços, entre outras, havendo a compensação entre as rubricas orçamentais e, não resultando deste modo qualquer acréscimo global da despesa; 23.ª alteração orçamental, onde se registou os acertos finais de ano, no intuito de adequar as verbas pagas ao orçamento da APRAM, S.A., nomeadamente no que se refere às necessidades operacionais da empresa. Verificou-se a compensação entre as diferentes rubricas orçamentais, não resultando nenhum acréscimo global, no que se refere às despesas.

Rubrica [1]	Tipo [2]	Despesa				Dotações corrigidas [7] = [3] + [4] - [5] + [6]	Observações [8]
		Dotações iniciais [3]	Alterações orçamentais				
			Inscrições / reforços [4]	Diminuições / anulações [5]	Créditos especiais [6]		
010102 A0 00 Órgãos sociais	P	101 574,00	0,00	10 000,00	20 000,00	111 574,00	
010103 00 00 Pessoal dos quadros - Regime	P	2 730 674,00	0,00	255 000,00	1 000 000,00	3 475 674,00	
010104 00 00 Pessoal dos quadros - Regime	P	910 477,00	0,00	62 000,00	300 000,00	1 148 477,00	
010106 00 00 Pessoal contratado a termo	P	80 000,00	0,00	15 000,00	50 000,00	115 000,00	
010108 00 00 Pessoal aguardando aposent.	P	0,00	0,00	15 000,00	25 000,00	10 000,00	
010109 00 00 Pessoal em qualquer outra situ		20 000,00	0,00	0,00	5 000,00	25 000,00	
010111 00 00 Representação - CA		42 767,00	0,00	0,00	10 000,00	52 767,00	
010113 00 00 Subsídio de refeição		457 228,00	0,00	0,00	180 000,00	637 228,00	
010114 SF 00 Subsídios de férias	P	318 247,00	0,00	168 035,00	205 000,00	355 212,00	
010114 SN 00 Subsídios de natal	P	318 247,00	35 000,00	0,00	0,00	353 247,00	
010115 A0 00 Remunerações doença e mor	P	0,00	2 000,00	0,00	0,00	2 000,00	
010202 00 00 Horas extraordinárias	P	231 970,00	26 000,00	0,00	100 000,00	357 970,00	
010204 00 00 Ajudas de custo	P	10 772,00	15 000,00	0,00	5 000,00	30 772,00	
010205 00 00 Abono para falhas		7 069,00	0,00	0,00	2 000,00	9 069,00	
010211 00 00 Subsídio de turno		115 163,00	0,00	0,00	40 000,00	155 163,00	
010214 A0 00 Isenção de horário de trabalho		1 003 681,00	0,00	0,00	250 000,00	1 253 681,00	
010214 B0 00 Subsídio de insularidade - Mad		33 222,00	0,00	0,00	0,00	33 222,00	
010214 C0 00 Subsídio de insularidade do Po		67 805,00	0,00	0,00	35 000,00	102 805,00	
010214 Z0 00 Outros abonos em numerário	P	38 691,00	5 000,00	5 000,00	0,00	38 691,00	
010301 00 00 Encargos com a saúde	P	20 000,00	0,00	1 500,00	5 000,00	23 500,00	
010304 00 00 Outras prestações familiares		3 669,00	0,00	0,00	2 500,00	6 169,00	
010305 A0 AT Contribuições para a caixa ge	P	0,00	93 642,00	0,00	0,00	93 642,00	
010305 A0 A0 Contribuições para a caixa ge	P	992 902,00	35 000,00	93 642,00	350 000,00	1 284 260,00	
010305 A0 BT Contribuições para a seguranc	P	0,00	27 029,00	0,00	0,00	27 029,00	
010305 A0 B0 Contribuições para a seguranc	P	392 039,00	30 000,00	27 029,00	75 000,00	470 010,00	
010305 A0 C0 Contribuições para a seguranc		0,00	0,00	0,00	11 500,00	11 500,00	
010305 A0 D0 Contribuições para a seguranc		0,00	0,00	0,00	1 500,00	1 500,00	
010308 A0 00 Outras pensões	P	0,00	2 000,00	0,00	0,00	2 000,00	
010309 00 00 Seguros	P	137 412,00	50 000,00	500,00	131 181,00	318 093,00	
010310 AC 00 Acidentes de trabalho e doenc	P	48 000,00	0,00	10 000,00	15 000,00	53 000,00	

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Rubrica [1]	Tipo [2]	Despesa					Dotações corrigidas [7] = [3] + [4] - [5] + [6]	Observações [8]
		Dotações iniciais [3]	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas		
			Inscrições / reforços [4]	Diminuições / anulações [5]	Créditos especiais [6]			
010310 DO 00 Doença	P	87 000,00	10 000,00	0,00	55 000,00	152 000,00		
020102 AS 00 Combustíveis e lubrificantes		240 000,00	0,00	0,00	0,00	240 000,00		
020102 A0 00 Combustíveis e lubrificantes	P	10 000,00	87 000,00	16 000,00	0,00	81 000,00		
020104 AS 00 Limpeza e higiene		5 600,00	0,00	0,00	0,00	5 600,00		
020104 A0 00 Limpeza e higiene	P	30 000,00	0,00	21 000,00	30 000,00	39 000,00		
020106 00 00 Alimentação - géneros para co		1 800,00	0,00	0,00	0,00	1 800,00		
020107 00 00 Vestuário e artigos pessoais	P	30 000,00	0,00	20 000,00	100 000,00	110 000,00		
020108 A0 00 Papel	P	3 000,00	1 000,00	0,00	0,00	4 000,00		
020108 B0 00 Consumíveis de impressão	P	4 500,00	0,00	1 000,00	0,00	3 500,00		
020108 C0 00 Outros	P	2 500,00	1 000,00	0,00	0,00	3 500,00		
020110 A0 00 Produtos vendidos nas farmáci	P	11 500,00	0,00	5 000,00	0,00	6 500,00		
020112 00 00 Material de transporte - Peças		3 000,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00		
020114 00 00 Outro material - Peças		7 500,00	0,00	0,00	0,00	7 500,00		
020115 00 00 Prémios, condecorações ofert		1 500,00	0,00	0,00	0,00	1 500,00		
020117 00 00 Ferramentas e utensílios	P	44 450,00	2 000,00	10 000,00	0,00	36 450,00		
020118 00 00 Livros e documentação técnica		2 000,00	0,00	0,00	0,00	2 000,00		
020119 00 00 Artigos honoríficos e decora		6 000,00	0,00	0,00	0,00	6 000,00		
020121 00 00 Outros bens	P	3 000,00	10 000,00	0,00	0,00	13 000,00		
020201 A0 TT Água	P	0,00	34,00	0,00	0,00	34,00		
020201 A0 00 Água	P	170 000,00	0,00	65 034,00	34,00	105 000,00		
020201 B0 00 Electricidade	P	167 500,00	124 000,00	50 000,00	0,00	241 500,00		
020202 AS 00 Limpeza e higiene	P	338 000,00	0,00	119 000,00	0,00	219 000,00		
020202 A0 00 Limpeza e higiene		12 000,00	0,00	0,00	100 000,00	112 000,00		
020203 OS 00 Conservação e manutenção de	P	86 000,00	0,00	26 000,00	0,00	60 000,00		
020203 O0 TT Conservação e manutenção de	P	0,00	15 285,00	0,00	0,00	15 285,00		
020203 O0 00 Conservação e manutenção	P	554 000,00	60 000,00	411 464,00	839 919,00	1 042 455,00		
020205 S0 00 Locação de material de inform	P	0,00	16 000,00	0,00	0,00	16 000,00		
020206 AS 00 Locação de material de transp	P	115 000,00	0,00	105 000,00	0,00	10 000,00		
020208 AS 00 Locação de outros bens		11 000,00	0,00	0,00	0,00	11 000,00		
020208 A0 00 Locação de outros bens	P	15 000,00	32 500,00	0,00	0,00	47 500,00		
020209 AS TT Acessos à internet	P	0,00	1 322,00	0,00	0,00	1 322,00		
020209 AS 00 Acessos à internet	P	42 600,00	0,00	22 322,00	1 322,00	21 600,00		
020209 A0 00 Acessos à internet		17 000,00	0,00	0,00	0,00	17 000,00		
020209 B0 00 Comunicações fixas de dados		2 500,00	0,00	0,00	0,00	2 500,00		
020209 CS 00 Comunicações fixas de voz		19 000,00	0,00	0,00	0,00	19 000,00		
020209 DS 00 Comunicações móveis		7 000,00	0,00	0,00	0,00	7 000,00		
020209 D0 00 Comunicações móveis		1 000,00	0,00	0,00	0,00	1 000,00		
020209 E0 00 Outros serviços de comunicaçõ		2 000,00	0,00	0,00	0,00	2 000,00		
020210 Z0 00 Transportes		1 500,00	0,00	0,00	0,00	1 500,00		
020211 00 00 Representação dos serviços		1 500,00	0,00	0,00	0,00	1 500,00		
020212 B0 00 Seguros - Outras - seguros não	P	145 000,00	53 000,00	40 000,00	0,00	158 000,00		
020213 A0 00 Deslocações e estadas - Outras	P	25 000,00	5 000,00	2 500,00	0,00	27 500,00		
020213 V0 00 Deslocações e estadas - Viage	P	15 000,00	11 500,00	0,00	1 000,00	27 500,00		
020214 AS 00 Estudos, pareceres, projectos		1 500,00	0,00	0,00	0,00	1 500,00		
020214 A0 00 Estudos, pareceres, projectos	P	249 780,00	0,00	170 000,00	50 000,00	129 780,00		
020214 D0 00 Estudos, pareceres, projectos	P	10 000,00	0,00	290 000,00	300 000,00	20 000,00		
020215 A0 00 Formação - Tecnologias da Inf		5 000,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00		

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Rubrica [1]	Tipo [2]	Despesa					Observações [8]
		Dotações iniciais [3]	Alterações orçamentais			Dotações corrigidas [7] = [3] + [4] - [5] + [6]	
			Inscrições / reforços [4]	Diminuições / anulações [5]	Créditos especiais [6]		
020215 B0 00 Formação - Outras	P	20 000,00	0,00	10 000,00	0,00	10 000,00	
020216 00 00 Seminários, exposições e simil	P	80 000,00	60 000,00	76 000,00	0,00	64 000,00	
020217 A0 00 Publicidade obrigatória		7 500,00	0,00	0,00	0,00	7 500,00	
020217 B0 A0 Publicidade - Em território na		7 500,00	0,00	0,00	0,00	7 500,00	
020217 B0 B0 Publicidade - Estrangeiro		7 500,00	0,00	0,00	0,00	7 500,00	
020217 C0 00 Publicidade - Outra		3 000,00	0,00	0,00	0,00	3 000,00	
020218 AS 00 Vigilância e segurança	P	415 500,00	0,00	150 000,00	0,00	265 500,00	
020218 A0 00 Vigilância e segurança	P	84 500,00	153 000,00	0,00	0,00	237 500,00	
020219 BS 00 Assistência técnica - Software	P	30 000,00	0,00	7 500,00	0,00	22 500,00	
020219 B0 00 Assistência técnica - Software	P	80 000,00	64 000,00	15 000,00	3 000,00	132 000,00	
020219 CS 00 Assistência técnica - Outros		35 000,00	0,00	0,00	17 000,00	52 000,00	
020220 BS 00 Outros trabalhos especializado		90 000,00	0,00	0,00	0,00	90 000,00	
020220 B0 00 Outros trabalhos especializado	P	50 000,00	0,00	80 000,00	110 000,00	80 000,00	
020220 CS 00 Outros trabalhos especializado	P	180 000,00	0,00	100 000,00	0,00	80 000,00	
020220 C0 00 Outros trabalhos especializado	P	3 000,00	50 000,00	1 500,00	0,00	51 500,00	
020225 00 00 Outros serviços	P	40 000,00	5 000,00	15 000,00	0,00	30 000,00	
030101 S0 00 Juros da dívida publica	M/P	3 490 899,00	143 332,00	2 941,00	0,00	3 631 290,00	
030502 J0 00 Juros de Mora	P	500,00	0,00	3,00	0,00	497,00	
040402 A0 00 Transferências correntes - Ad	P	0,00	1 702 214,00	0,00	0,00	1 702 214,00	
060201 A0 00 Impostos e taxas	P	500 000,00	0,00	294 000,00	0,00	206 000,00	
060201 S0 00 Impostos e taxas	P	68 816,00	2 941,00	0,00	0,00	71 757,00	
060203 00 00 Outras - serviços bancários etc	P	1 500,00	1 500,00	0,00	0,00	3 000,00	
070107 C0 TT Equipamento de informática -	P	0,00	607,00	0,00	0,00	607,00	
070107 C0 00 Equipamento de informática -	P	85 000,00	0,00	607,00	20 607,00	105 000,00	
070108 A0 00 Software informático - Softwa	M	229 238,00	0,00	143 329,00	0,00	85 909,00	
070109 B0 00 Equipamento administrativo -		5 000,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	
070110 B0 00 Equipamento básico - Outros	M	611 000,00	250 000,00	0,00	50 000,00	911 000,00	
070111 00 00 Modernização ferramentaria		5 000,00	0,00	0,00	0,00	5 000,00	
070303 A0 00 Outras Construções e Infraest	M/P	12 949 918,00	2 075 500,00	3 162 285,00	1 191 028,00	13 054 161,00	
100603 S0 00 Amortização de empréstimos		15 606 788,00	0,00	0,00	0,00	15 606 788,00	
TOTAIS		45.275.998,00	5.258.406,00	6.095.191,00	5.687.591,00	50.126.804,00	

[2] - P- alteração permutativa, M-alteração modificativa

[SNC-AP]

DOR5.3. ALTERAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Em aditamento às presentes demonstrações orçamentais, consta do ponto 6 do Relatório de Gestão e Contas os investimentos e projetos cofinanciados que foram executados ao longo do ano 2021, bem como foi elaborado o Plano Plurianual de Investimentos para o triénio 2022-2024, onde constam todos os investimentos projetados de acordo com as

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

IF
PDR
fcl
CNR

orientações de gestão da tutela (Secretaria Regional de Economia da Madeira) e constantes do PIDDAR.

DOR5.4. OPERAÇÕES DE TESOURARIA

Código das contas	Designação	Saldo Inicial	Recebimentos	Pagamentos	Saldo final
0711 / 0721	Intermediação de fundos	0,00	0,00	0,00	0,00
071211 / 072211	Regiao Autonoma dos Acores	0,00	0,00	0,00	0,00
071212 / 072212	Regiao Autonoma da Madeira	0,00	0,00	0,00	0,00
071213 / 072213	Autarquias Locais	0,00	0,00	0,00	0,00
07122 / 07222	Receita não fiscal	0,00	0,00	0,00	0,00
0713 / 0723	Constituição e reforço de cauções e garantias	310 687,09	137 557,64	70 238,47	378 006,26
0714 / 0724	Cobrança de recursos próprios comunitários	0,00	0,00	0,00	0,00
0715 / 0725	Rececao de receitas proprias - duplo cabimento	0,00	0,00	0,00	0,00
0716 / 0726	Retencoes - Transicoes para o SNC-AP	0,00	0,00	0,00	0,00
0719 / 0729	Outras receitas de operações tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		310 687,09	137 557,64	70 238,47	378 006,26

DOR5.5. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - SITUAÇÃO DOS CONTRATOS

Mapa com o ponto de situação dos contratos adjudicados em 2021, por entidade e por objeto do contrato, na página seguinte.

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Entidade(s) Adjudicatária(s)	Contrato				Data do primeiro pagamento	Pagamentos no Período
	Objeto do Contrato	Data de Celebração do Contrato	Valor do Contrato (IVA incluído se aplicável)	Preço Contratual		
2 AB-Comércio e Serviços de Equipamentos, Lda (501857249)	Fornecimento de uma varredora mecânica com cabine para a APRAM, S.A.	14/05/2021	67 527,00 €	54 900,00 €	27/08/2021	67 527,00 €
Acin iCloud Solutions, Lda (511135610)	Implementação da faturação eletrónica na APRAM, S.A. e transação de documentos	22/04/2021	6 060,96 €	4 968,00 €	-	- €
ACINGOV-Plataforma Electronica De Compras Públicas (511135610)	Locação/aluguer de um sistema de gestão documental	24/05/2021	104 907,80 €	85 990,00 €	18/11/2021	11 656,40 €
Aerofabril Indústria de equipamentos Aeroportuarios Lda (503287172)	Fornecimento de 6 carros articulados para transporte de bagagem para o cais 6 do porto do Funchal	06/12/2021	20 110,50 €	16 350,00 €	-	- €
Ahlers Lindley, Lda. (500012261)	Contrato Relativo à Empreitada de Reparação da Marina do Porto do Porto Santo - Fase 1	27/12/2021	449 495,00 €	449 495,00 €	-	- €
Ahlers Lindley, Lda. (500012261)	Fornecimento e instalação de ponte de acesso aos passadiços do centro náutico de São Lázaro.	30/06/2021	30 530,00 €	30 530,00 €	29/12/2021	30 530,00 €
Atlanticland, Lda (509497896)	Elaboração da prospeção geofísica por sísmica de reflexão e levantamentos topo-hidrográficos de alta resolução – Porto do Funchal	14/04/2021	34 160,00 €	28 000,00 €	-	- €
Bigsystems - Sistemas de Automação e Controlo, S.A. (511188455)	Reparação do sistema de controlo de acessos – Cais 8 do porto do Funchal, marina do Funchal e Centro Náutico de São Lázaro	23/07/2021	32 809,31 €	26 892,88 €	29/10/2021	32 809,31 €

PDF
com.
IF

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Entidade(s) Adjudicatária(s)	Contrato				Data do primeiro pagamento	Pagamentos no Período
	Objeto do Contrato	Data de Celebração do Contrato	Valor do Contrato (IVA incluído se aplicável)	Preço Contratual		
BP Portugal - Comércio de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. (500194670)	Concurso Público para Prestação de Serviços de Docagem das embarcações da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., «Ponta do Pargo» e «Boqueirão»	23/09/2021	33 639,09 €	33 639,09 €	-	- €
BP Portugal (500194670)	Aquisição de óleos para a APRAM, S.A.	21/06/2021	21 207,97 €	21 207,97 €	15/10/2021	21 207,97 €
Cunha Vaz & Associados (506567559)	Serviços de apoio e consultadoria técnica para a comunicação, promoção e RP da APRAM, S.A., no âmbito da sua marca «Portos da Madeira»	08/06/2021	90 000,00 €	90 000,00 €	16/09/2021	51 850,00 €
David Martinho Gomes Nunes	Aquisição de serviços jurídicos-forenses à APRAM, S.A., no âmbito da Ação Administrativa n.º 235/21.2BEFUN	18/10/2021	30 500,00 €	25 000,00 €	24/11/2021	1 844,96 €
David Martinho Gomes Nunes	Aquisição de serviços jurídicos - Ação de Processo Comum N.º 711/21.7T8FNC, do Tribunal Judicial da Comarca da Madeira – Juízo do Trabalho do Funchal.	22/04/2021	54 900,00 €	45 000,00 €	28/05/2021	18 270,72 €
Edimade - Edificadora da Madeira, S.A. (511032781)	Empreitada de remodelação dos balneários da marina do porto de abrigo do Porto Santo	20/08/2021	155 193,03 €	155 193,03 €	11/11/2021	58 720,08 €
ETERMAR - Engenharia e Construção, S.A. (500101531)	Empreitada de Reabilitação da Área Envolvente do Cais 6 e Espaços do Acesso Vertical à Avenida Sá Carneiro	25/10/2021	200 883,38 €	200 883,38 €	29/10/2021	193 360,06 €
ETERMAR - Engenharia e Construção, S.A. (500101531)	Prestação de Serviços Relativo à Realização de Ensaios de Carga e Emissão de Certificação de Dezasseis (16) Passadiços dos Portos do Funchal e Caniçal de Acordo com a Norma ISO 7061:1993(E)	28/05/2021	30 388,00 €	30 388,00 €	25/08/2021	30 388,00 €
ETERMAR - Engenharia e Construção, S.A. (500101531)	Empreitada de Instalação de Grua Hidráulica no Cais do Seixal	15/02/2021	70 424,70 €	70 424,70 €	11/11/2021	70 424,70 €

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Entidade(s) Adjudicatária(s)	Contrato				Data do primeiro pagamento	Pagamentos no Período
	Objeto do Contrato	Data de Celebração do Contrato	Valor do Contrato (IVA incluído se aplicável)	Preço Contratual		
Farrobo, Sociedade de Construções, S.A. (511143834)	Empreitada de instalação de passadiço flutuante no cais contra-molhe do porto do Porto Santo	19/08/2021	24 000,00 €	24 000,00 €	07/10/2021	24 000,00 €
Future Proman SA (501201840)	Concurso público por lotes para a prestação de serviços de elaboração dos projetos de execução e peças processuais das empreitadas de abertura e fecho da Marina do Funchal, de execução do esporão de proteção à entrada da Marina do Funchal e de Reabilitação do Cais do Seixal	19/07/2021	47 055,40 €	38 570,00 €	29/12/2021	37 895,03 €
Future Proman SA (501201840)	Concurso público por lotes para a prestação de serviços de elaboração dos projetos de execução e peças processuais das empreitadas de abertura e fecho da Marina do Funchal, de execução do esporão de proteção à entrada da Marina do Funchal e de Reabilitação do Cais do Seixal	19/07/2021	33 214,50 €	27 225,00 €	29/12/2021	4 982,18 €
Future Proman SA (501201840)	Concurso público por lotes para a prestação de serviços de elaboração dos projetos de execução e peças processuais das empreitadas de abertura e fecho da Marina do Funchal, de execução do esporão de proteção à entrada da Marina do Funchal e de Reabilitação do Cais do Seixal	19/07/2021	55 168,40 €	45 220,00 €	29/12/2021	8 275,26 €
Gaudêncio & Gouveia-Canalização e Serralharia, Lda. (511284500)	Empreitada de reparação e manutenção da rede de abastecimento de águas do Porto do Funchal	19/10/2021	40 330,38 €	40 330,38 €	29/12/2021	40 330,38 €
Gaudêncio & Gouveia-Canalização e Serralharia, Lda. (511284500)	Empreitada de canalização de águas proveniente das nascentes para o centro náutico de São Lázaro (CNLS) e cais de recreio do porto do Funchal (CRPF).	15/03/2021	11 975,50 €	11 975,50 €	14/09/2021	11 975,50 €

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Entidade(s) Adjudicatária(s)	Contrato				Data do primeiro pagamento	Pagamentos no Período
	Objeto do Contrato	Data de Celebração do Contrato	Valor do Contrato (IVA incluído se aplicável)	Preço Contratual		
GRADUALPARALLEL, Unipessoal, Lda (515036773)	Empreitada relativa à instalação de vedações e alargamento do arruamento junto às instalações da Repsol	25/06/2021	21 021,07 €	21 021,07 €	30/09/2021	21 021,07 €
GRADUALPARALLEL, Unipessoal, Lda (515036773)	Fornecimento e instalação de uma porta de correr de quatro folhas de vidro laminado temperado incolor na Gare Marítima da Madeira	14/05/2021	16 350,79 €	13 402,29 €	16/09/2021	16 350,79 €
INDUTORA ENERGIA - Unipessoal, Lda (513157166)	Empreitada de Remodelação de Sistema de Iluminação e Redes Associadas do Porto do Porto Santo	11/10/2021	229 300,00 €	229 300,00 €	31/12/2021	171 977,46 €
J. Garraio & Cª, Lda (500144885)	Fornecimento de uma defesa para o Porto do Funchal	23/04/2021	26 814,00 €	21 800,00 €	28/05/2021	26 814,00 €
Jardins da Tabua, Lda. (508870224)	Contrato relativo à prestação de serviços de conservação/manutenção de espaços verdes no porto do Funchal	26/07/2021	125 742,96 €	103 068,00 €	27/10/2021	10 478,58 €
JB - Fornecimentos Industriais, Lda. (502575662)	Concurso Público para a Aquisição de Material Necessário à Reparação de Defensas	30/04/2021	104 205,60 €	84 720,00 €	31/12/2021	104 205,60 €
Kplano - Engenharia e Projectos, Lda (511138709)	Prestação de Serviços Relativa à Revisão do Projeto de Reabilitação e Requalificação do Estaleiro Naval para a Expansão do Parque Terminal de Contentores do Porto do Caniçal e Projetos Complementares - Área 1	02/06/2021	73 200,00 €	60 000,00 €	29/12/2021	3 660,00 €
Máxima Dinamica - Reparções e Construções Lda (507881982)	Contrato Relativo à Empreitada de Reabilitação do Cais da Madalena do Mar	11/10/2021	457 743,50 €	457 743,50 €	-	- €

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Entidade(s) Adjudicatária(s)	Contrato				Data do primeiro pagamento	Pagamentos no Período
	Objeto do Contrato	Data de Celebração do Contrato	Valor do Contrato (IVA incluído se aplicável)	Preço Contratual		
Máxima Dinamica - Reparções e Construções Lda (507881982)	Empreitada de Execução dos Novos Gabinetes do SEF	25/05/2021	63 480,00 €	63 480,00 €	06/10/2021	63 480,00 €
MC - Computadores S.A (511021380)	Prestação de serviços de exportação de dados do sistema de gestão documental denominado CORRESP	21/06/2021	32 927,67 €	26 989,89 €	28/09/2021	32 927,67 €
MC Computadores, S.A. (511021380)	Fornecimento de licenciamento Office 365	09/11/2021	11 005,62 €	9 021,00 €	31/12/2021	917,14 €
MCComputadores, S.A. (511021380)	Manutenção, consultadoria, apoio e outros para os sistemas de informação da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. – Bolsa de Horas	26/03/2021	9 393,39 €	7 699,50 €	28/04/2021	816,15 €
MEO - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A (504615947)	Concurso Público para a Locação/Aluguer de Rede de Dados Estruturada, Comunicações Fixas e Móveis e Acessos à Internet	03/02/2021	153 047,78 €	125 449,00 €	24/02/2021	44 608,61 €
Metalubrava - Indústria Metalúrgica e Naval da Madeira, Sociedade Unipessoal Lda (509607241)	Empreitada de tratamento superficial, pintura e reforço das ancoragens das estruturas metálicas do cais de recreio do porto do Funchal e fabrico e montagem de passadiço no centro náutico de São Lázaro.	14/10/2021	27 950,00 €	27 950,00 €	11/11/2021	20 748,00 €
Metalubrava - Indústria Metalúrgica e Naval da Madeira, Sociedade Unipessoal Lda (509607241)	Empreitada de Reparação dos Pontões do Centro Náutico de São Lázaro	13/04/2021	21 000,00 €	21 000,00 €	15/12/2021	13 282,00 €
Metalubrava, Sociedade Unipessoal Lda (509607241)	Empreitada de Reparação e Reabilitação do Heliporto do Porto Moniz	06/01/2021	11 180,00 €	11 180,00 €	30/04/2021	11 180,00 €

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Entidade(s) Adjudicatária(s)	Contrato				Data do primeiro pagamento	Pagamentos no Período
	Objeto do Contrato	Data de Celebração do Contrato	Valor do Contrato (IVA incluído se aplicável)	Preço Contratual		
Microsegur - Soluções de Engenharia, Lda (503883840)	Contrato para o Fornecimento de Equipamentos de Raio X para a Gare Marítima da Madeira	15/11/2021	177 758,92 €	144 519,45 €	31/12/2021	177 758,92 €
MICROSEGUR - Soluções de Engenharia, Lda. (503883840)	Locação/Aluguer de Equipamento de Raio X de Bagagem de Porão	30/09/2021	10 980,00 €	9 000,00 €	23/11/2021	10 980,00 €
MICROSEGUR – Soluções De Engenharia, Unipessoal, Lda. (503883840)	Fornecimento de equipamentos de raio X para a Gare Marítima do Cais 6	27/09/2021	109 359,37 €	88 910,06 €	29/12/2021	109 359,37 €
MICROSEGUR – Soluções De Engenharia, Unipessoal, Lda. (503883840)	Locação/Aluguer de Equipamento de Raio X de Bagagem de Porão	08/06/2021	10 126,00 €	8 300,00 €	20/09/2021	10 126,00 €
NavalTagus - Reparação e Construção Naval, Lda (513002456)	Concurso Público para Prestação de Serviços de Docagem das embarcações da APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., «Ponta do Pargo» e «Boqueirão»	23/09/2021	420 650,00 €	420 650,00 €	15/12/2021	420 650,00 €
NAVALTAGUS - Reparação e Construção Naval, S.A. (513002456)	Fornecimento e montagem de um portaló de 11 metros e respetiva estrutura de adaptação a terra para o porto do Porto Santo	30/03/2021	26 937,00 €	21 900,00 €	14/09/2021	26 937,00 €
NRV - Madeira- Consultores de Engenharia, S.A. (511012004)	Prestação de serviços relativo à divisão em duas fases do projeto de execução e peças processuais para a empreitada de reabilitação do cais de Santa Cruz	29/06/2021	11 590,00 €	9 500,00 €	13/12/2021	11 590,00 €
Nuno Guilherme Ribeiro da Silva	Prestação de serviços de apoio ao helpdesk JUL - Janela Única Logística	19/04/2021	9 760,00 €	8 000,00 €	21/07/2021	6 832,03 €
Pavão de Sousa, Unipessoal, Lda (513723730)	Aquisição de Postes com Fita Retrátíl e Suportes de Informação/Porta Cartaz	15/04/2021	6 180,75 €	5 025,00 €	23/07/2021	6 180,75 €

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Entidade(s) Adjudicatária(s)	Contrato				Data do primeiro pagamento	Pagamentos no Período
	Objeto do Contrato	Data de Celebração do Contrato	Valor do Contrato (IVA incluído se aplicável)	Preço Contratual		
PCG Consulplano Viatúnel Engenharia, S.A (500032033)	Prestação de Serviços de Elaboração do Projeto de Execução e Peças Processuais da Empreitada de Consolidação da Escarpa e Redefinição da Rampa Varadouro do Cais da Ribeira Brava	10/09/2021	48 190,00 €	39 500,00 €	13/12/2021	40 961,50 €
PCG CONSULPLANO – VIATÚNEL, Engenharia, S.A. (500032033)	Elaboração do Projeto de Execução e Peças Processuais para a Empreitada de Reabilitação do Cais da Madalena do Mar	06/01/2021	53 436,00 €	43 800,00 €	14/07/2021	45 420,60 €
RIM - Engenharia e Construções SA (511104642)	Concurso Público para a Execução da Empreitada de Reabilitação do Cais de Santa Cruz - Fase 1	24/11/2021	797 000,00 €	797 000,00 €	-	- €
RIM - Engenharia e Construções, S.A (511104642)	Empreitada de construção do reservatório de combustíveis para o cais do Porto Moniz	25/10/2021	201 759,00 €	201 759,00 €	-	- €
RIM - Engenharia e Construções, S.A (511104642)	Empreitada de Reestruturação do Fundeadouro da Marina do Porto Santo	08/10/2021	42 204,08 €	42 204,08 €	29/12/2021	42 204,08 €
RIM - Engenharia e Construções, S.A (511104642)	Empreitada de instalação de passadiço flutuante no cais de Câmara de Lobos	19/08/2021	27 350,12 €	27 350,12 €	06/10/2021	27 350,12 €
RIM - Engenharia e Construções, S.A (511104642)	Empreitada de Impermeabilização da Cobertura da Gare Marítima do Porto do Funchal	11/06/2021	175 000,00 €	175 000,00 €	14/09/2021	174 999,99 €
RIM - Engenharia e Construções, S.A (511104642)	Empreitada de reabilitação das fachadas nascente e norte do forte de Nossa Senhora da Conceição no Porto do Funchal	26/04/2021	58 700,00 €	58 700,00 €	30/07/2021	51 809,78 €
SICAPREP(MADEIRA), Lda. (5111032579)	Fornecimento e instalação de um sistema de contagem de pessoas para o cais Ponta do Sol	16/03/2021	16 470,00 €	13 500,00 €	20/09/2021	16 470,00 €

Handwritten notes:
PDF - IF
Cm.

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Entidade(s) Adjudicatária(s)	Contrato				Data do primeiro pagamento	Pagamentos no Período
	Objeto do Contrato	Data de Celebração do Contrato	Valor do Contrato (IVA incluído se aplicável)	Preço Contratual		
SOCICORREIA - Engenharia, S.A (511283806)	Empreitada de Reabilitação do Edifício da Portaria do Porto do Funchal - 2.ª Fase	13/10/2021	101 250,00 €	101 250,00 €	13/12/2021	99 249,99 €
Socicorreia - Engenharia, S.A. (511283806)	Empreitada de reabilitação do edifício da portaria do porto do Funchal	16/06/2021	99 000,00 €	99 000,00 €	27/09/2021	99 000,00 €
TECNOVIA - Madeira, Sociedade De Empreitadas, S.A. (511099177)	Aquisição de duas defensas para o porto do Funchal	16/03/2021	10 858,00 €	8 900,00 €	23/11/2021	10 858,00 €
TECNOVIA - MADEIRA, SOCIEDADE DE EMPREITADAS, S.A. (511099177)	Empreitada de Desmonte e Estabilização de Dois Blocos Rochosos na Escarpa Sobranceira do Cais da Ribeira Brava"	12/03/2021	108 000,00 €	108 000,00 €	30/04/2021	108 000,00 €
TECNOVIA - Madeira, Sociedade De Empreitadas, S.A. (511099177), Tecnovia Açores - Sociedade de Empreitadas, SA (512047235)	Concurso Limitado por Prévia Qualificação para a Execução da Empreitada de Reabilitação do Cais do Paúl do Mar	10/02/2021	1 838 000,00 €	1 838 000,00 €	14/09/2021	1 463 981,61 €
UNILIFT - Manutenção e Aluguer de Máquinas Unipessoal, Lda. (511211562)	Concurso público para a prestação de serviços de reabilitação de Travelift do Porto Santo	01/10/2021	96 136,00 €	78 800,00 €	29/12/2021	72 102,00 €
VAPOR ILHAS - Montagens Técnicas e Industriais, Lda. (511242484)	Empreitada de demolição da cobertura metálica da portaria do Porto do Caniçal	21/04/2021	16 898,69 €	16 898,69 €	27/09/2021	16 898,69 €

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

DOR5.6. CONTRATAÇÃO ADMINISTRATIVA - ADJUDICAÇÕES POR TIPO DE PROCEDIMENTO

Foram adjudicados no decorrer do ano 2021, 64 contratos com o valor global de 7.205.473,58 €, sendo:

- 15 - Por ajuste direto regime geral;
- 31 - Através de consulta prévia;
- 1 – Através de concurso limitado por prévia qualificação;
- 17 - Pela modalidade de concurso público

Tipo(s) de Contrato	Adjudicações por tipo de procedimento									
	Concurso público		Concurso limitado por prévia qualificação		Consulta Prévia		Ajuste Direto Regime Geral		Total	
	Número de contratos	Preço Contratual	Número de contratos	Preço Contratual	Número de contratos	Preço Contratual	Número de contratos	Preço Contratual	Número de contratos	Preço Contratual
Aquisição de serviços	11	920 860,09 €			3	203 990,00 €	8	154 050,27 €	22	1 278 900,36 €
Aquisição de bens móveis	2	229 239,45 €			11	284 238,35 €	2	29 507,97 €	15	542 985,77 €
Empreitadas de obras públicas	3	1 704 238,50 €	1	1 838 000,00 €	17	1 404 294,07 €	4	302 605,88 €	25	5 249 138,45 €
Locação de bens móveis	1	125 449,00 €					1	9 000,00 €	2	134 449,00 €
Totais	17	2 979 787,04 €	1	1 838 000,00 €	31	1 892 522,42 €	15	495 164,12 €	64	7 205 473,58 €

Handwritten signatures and initials: PDR, IF, and other marks.

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

DOR5.7. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – RECEITA

A partir do ano 2019, tem sido rececionadas verbas por conta de um protocolo de indemnizações compensatórias, entre a APRAM, S.A. e o Governo Regional da Madeira (acionista da empresa), pelo que para este ano o valor recebido foi de 3.995.760,96 €, decorrente da redução da receita prevista no orçamento para este ano, na sequência da supressão da Tarifa da Uso do Porto, designada por TUP/Carga, formalizada através da Portaria n.º 11/2019, de 8 de janeiro, por forma a assegurar que a APRAM prossiga a sua missão de interesse público e o cumprimento das suas obrigações de serviço público, no âmbito da gestão e administração de infraestruturas portuárias, estratégicas para uma região insular e ultraperiférica como é a Região Autónoma da Madeira, porquanto assumem um papel determinante no transporte regular de mercadorias, pessoas e bens e contribuem para a competitividade, o emprego e a qualidade de vida das populações. Foi igualmente rececionado o valor de 3.419.931,13 €, de modo a financiar o défice de exploração, constituído ou agravado pelo impacto negativo na liquidez da APRAM, S.A. em virtude da quebra de receitas, resultante de forma direta, necessária e involuntária decorrente dos efeitos da pandemia da doença COVID-19.

A APRAM, S.A. recebeu durante o ano 2021, 19.166.502,34 € que se destinaram à regularização das amortizações de capital de operações financeiras, junto do sistema bancário e pagamento dos respetivos juros e demais despesas correlacionadas. Estas receitas decorreram da deliberação do Governo Regional da Madeira, através da realização de prestações acessórias de capital.

Também foram rececionadas verbas no valor de 4.911.351,16 €, decorrentes de contratos de cooperação financeira para a comparticipação de despesas de investimento, tendo em conta que as infraestruturas portuárias, estão sujeitas a agitação marítima e à movimentação de sedimentos provocados pelas correntes marítimas, as quais provocam danos significativos, nos domínios dos cursos de água, rede viária, proteção da orla costeira e instalações portuárias nas áreas sob a jurisdição

DCR,
IF
peu
cur



14 Demonstrações Orçamentais de Relato

da APRAM, S.A.. Estas verbas foram recebidas na sequência dos contratos programa assinados entre a APRAM, S.A. e o Governo Regional no âmbito do Fundo de Coesão Nacional, da Lei de Meios e financiamento regional.

No montante acima mencionado, engloba-se a receção de verbas no valor de 144.710,66 € na sequência de um contrato programa celebrado entre a APRAM, S.A. e o Governo Regional da Madeira (Vice-Presidência) no ano 2020, para a aquisição de uma varredora mecânica com cabine equipada com um sistema de lavagem a água à pressão com a possibilidade de utilização de líquido desinfetante para desinfeção da COVID-19, a fim de manter as condições de salubridade adequadas no exterior dos edifícios dentro da sua área de jurisdição, bem como manter o exterior dos edifícios, higienizado com a ausência de vírus. Este equipamento além de permitir varrer e aspirar uma extensa área num curto espaço de tempo, também permite manter toda a área exterior higienizada permitindo assim maior contenção do vírus. Para além da varredora mecânica, devido à pandemia COVID-19, adquiriu-se postes com fita e respetivos suportes de informação A4 em quantidade suficiente para segregar fluxos entre passageiros em trânsito, passageiros que embarcam e desembarcam, bem como dotar o piso 0 junto ao WC de portas de correr de forma a separar os mesmos fluxos.

Iniciou-se uma assessoria para a promoção e comunicação dos portos da madeira, tendo em conta a retoma da atividade do mercado de cruzeiros.

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES:								
Indemnizações compensatórias	Art.º 44 do DLR n.º 18/2020/M de 31 de dezembro; Art.º 5 do DL n.º 167/2008, de 26 de agosto; Lei n.º 64/2013 de 27 de agosto; DLR n.º 11/2014/M, de 20 de agosto; Resolução n.º 626/2021 de 5 de julho	Indemnização compensatória, pela redução da receita prevista no seu orçamento para o ano económico de 2021, na sequência da supressão da Tarifa da Uso do Porto, designada por TUP/Carga, formalizada através da Portaria n.º 11/2019, de 8 de janeiro, por forma a assegurar que a APRAM prossiga a sua missão de interesse público e o cumprimento das suas obrigações de serviço público, no âmbito da gestão e administração de infraestruturas portuárias, estratégicas para uma região insular e ultraperiférica como é a Região Autónoma da Madeira, porquanto assumem um papel determinante no transporte regular de mercadorias, pessoas e bens e contribuem para a competitividade, o emprego e a qualidade de vida das populações.	Vice Presidência do Governo Regional da Madeira	4 316 250,00 €	3 995 760,96 €	320 489,04 €	399 178,64 €	Devolução do excesso atribuído em 2020 e o valor apurado para a quantidade de serviços prestados, nos termos do disposto do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, na sua redação atual, adaptado à RAM pelo DLR n.º 11/2014/M, de 20 de agosto e no n.º 3 da Cláusula Quarta do Protocolo celebrado a 24 de fevereiro de 2020.

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
Contrato programa - Perda de receitas COVID19	Resolução n.º 17/2021, de 8 de janeiro; Resolução n.º 69/2021, de 29 de janeiro; Declaração Retificação n.º 6/2021, de 2 de fevereiro; Resolução n.º 89/2021, de 10 de fevereiro; Resolução n.º 132/2021, de 26 de fevereiro; Resolução n.º 201/2021, de 26 de março; Resolução n.º 461/2021, de 21 de maio; Resolução n.º 535/2021, de 11 de junho; Resolução n.º 571/2021, de 21 de junho; Resolução n.º 676/2021, de 19 de julho; Resolução n.º 1143/2021, de 9 de novembro	Financiamento do défice de exploração, constituído ou agravado pelo impacto negativo na liquidez em virtude da quebra de receitas, resultante de forma direta, necessária e involuntária decorrente dos efeitos da pandemia da doença COVID-19.	Secretaria Regional das Finanças	3 982 235,00 €	3 419 831,13 €	562 403,87 €	1 303 034,57 €	Devolução/acerto do montante atribuído em 2020, em cumprimento do disposto no n.º 3 da Cláusula Quarta do Contrato Programa celebrado em 23 de outubro de 2020.
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES				8 298 485,00 €	7 415 592,09 €	882 892,91 €	1 702 213,21 €	

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL:								
Prestações acessórias de capital	Art.º 11 do DLR 26/2018/M de 31 de dezembro e Resolução n.º 417/2021, de 14 de maio	Assegurar o pagamento atempado do serviço da dívida para o ano 2021	Vice Presidência do Governo Regional da Madeira	19 166 503,00 €	19 166 502,34 €	0,66 €		
Fundo Coesão Nacional	DLR n.º 19/99/M, de 1 de julho; DLR n.º 25/2003/M, de 23 de agosto; DLR n.º 1-A/2020/M, de 31 janeiro; DLR n.º 12/2020/M de 10 de agosto; DLR n.º 18/2020/M, de 31 de dezembro; Resolução n.º 174/2021, de 22 de março; Resolução n.º 175/2021, de 22 de março; Resolução n.º 483/2021, de 28 de maio	Cooperação financeira para a comparticipação de despesas de investimento, tendo em conta que as infraestruturas portuárias, estão sujeitas agitação marítima e à movimentação de sedimentos provocados pelas correntes marítimas, as quais provocam danos significativos, nos domínios dos cursos de água, rede viária, proteção da orla costeira e instalações portuárias nas áreas sob a jurisdição da APRAM, S.A.	Vice Presidência do Governo Regional da Madeira	8 548 654,00 €	3 255 952,13 €	5 292 701,87 €		
Lei de Meios	Art.º 35 DLR n.º 42-A/2016/M de 30 de dezembro e Resolução n.º 515/2017, de 24 de agosto	Otimização da frente de proteção marítima do depósito de inertes, criada a nascente do cais da cidade do Funchal, uma vez que existe a necessidade de se proceder a estudos, incluindo os de impacte ambiental, projetos, ensaios e empreitadas para o prolongamento do molhe-cais principal do porto do Funchal; aproveitamento do depósito de inertes, com a criação do heliporto do porto do Funchal; criação de	Vice Presidência do Governo Regional da Madeira	2 929 861,00 €	1 436 973,05 €	1 492 887,95 €		Projeto aprovado no âmbito da Lei de Meios com o código de processo n.º 1/T/2016/SRETC

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
		infraestruturas operacionais no cais 6 e reparação do respetivo terraplano; e otimização das áreas secas e molhadas da marina do Funchal						
Governo Regional da Madeira	DLR n.º 19/99/M, de 1 de julho; DLR n.º 25/2003/M, de 23 de agosto; DLR n.º 18/2020/M, de 31 de dezembro; Resolução n.º 209/2021, de 30 de março	Cooperação financeira para a comparticipação de despesas de investimento, tendo em conta que as infraestruturas portuárias, estão sujeitas agitação marítima e à movimentação de sedimentos provocados pelas correntes marítimas, as quais provocam danos significativos, nos domínios dos cursos de água, rede viária, proteção da orla costeira e instalações portuárias nas áreas sob a jurisdição da APRAM, S.A.	Vice Presidência do Governo Regional da Madeira	2 086 646,00 €	73 715,32 €	2 012 930,68 €		
Aquisição de equipamentos COVID-19	DLR n.º 19/99/M, de 1 de julho; DLR n.º 25/2003/M, de 23 de agosto; Resolução n.º 682/2020, de 14 de setembro; DLR n.º 1-A/2020/M, de 31 janeiro; DLR n.º 12/2020/M de 10 de agosto; DLR n.º 18/2020/M, de 31 de dezembro; Resolução n.º 173/2021, de 23 de março	Aquisição de uma varredora mecânica com cabine equipada com um sistema de lavagem a água à pressão com a possibilidade de utilização de líquido desinfetante para desinfeção covid 19, a fim de manter as condições de salubridade adequadas no exterior dos edifícios dentro da sua área de jurisdição, bem como manter o exterior dos edifícios, higienizado com a ausência de vírus. Este equipamento além de permitir varrer e aspirar uma extensa área num curto espaço de tempo, também permite manter toda a área exterior higienizada permitindo assim maior contenção do vírus. Para além da varredora mecânica, devido à pandemia COVID-19, pretende-se adquirir postes com fita e respetivos suportes de informação A4 em quantidade suficiente para segregar fluxos entre passageiros em trânsito, passageiros	Vice Presidência do Governo Regional da Madeira	250 000,00 €	144 710,66 €	105 289,34 €		COVID-19

14 Demonstrações Orçamentais de Relato

Tipo de receita	Disposições legais	Finalidade	Entidade financiadora	Receita prevista	Receita recebida	Receita prevista e não recebida	Devolução de transferências / subsídios ocorrida no exercício	Observações
		que embarcam e desembarcam, bem como dotar o piso 0 junto ao WC de portas de correr de forma a separar os mesmos fluxos. Assessoria para a promoção e comunicação dos portos da madeira, tendo em conta a retoma da atividade do mercado de cruzeiros.						
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL				32 731 664,00 €	23 933 142,84 €	6 785 590,48 €		

DOR5.8. TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS – DESPESA

A APRAM, S.A. procedeu em 2021, à devolução de 399.178,64 € referente ao excesso atribuído em 2020 e o valor apurado para a quantidade de serviços prestados, nos termos do disposto do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 167/2008, de 26 de agosto, na sua redação atual, adaptado à RAM pelo DLR n.º 11/2014/M, de 20 de agosto e no n.º 3 da Cláusula Quarta do Protocolo celebrado a 24 de fevereiro de 2020 (Indemnizações compensatórias).

Procedeu-se também à devolução/acerto do montante atribuído em 2020, em cumprimento do disposto no n.º 3 da Cláusula Quarta do Contrato Programa celebrado em 23 de outubro de 2020 (COVID-19), no valor de 1.303.034,57 €.



Relatório de Gestão e Contas - Ano 2021

PCB.
IF
pse
CUN.

Certificação Legal de Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS E RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 269.946.879 euros e um total de património líquido de 162.678.685 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 13.399.563 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos 1., 2. e 3, da secção “Base para opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Não se encontram ainda formalizadas por parte do Governo Regional as contrapartidas relativas ao ingresso no domínio público da Região Autónoma da Madeira, do terreno da área de jurisdição da APRAM, em frente à antiga sede. Deste modo, não é possível quantificar os impactos decorrentes dessas contrapartidas.
2. Conforme mencionado no ponto 10 do relatório de gestão, o Tribunal Arbitral proferiu sentença favorável à APRAM, S.A. relativamente ao litígio com o cliente CLCM – Companhia Logística da Madeira, S.A., no que respeita aos montantes faturados desde outubro de 2007. Em 31 de dezembro de 2021, os registos contabilísticos da APRAM apresentam o valor de 4.671.890 euros a receber desta entidade, relativamente ao qual se encontram reconhecidas perdas por imparidade no montante de 4.166.363 euros. Dado que a CLCM interpôs recurso da decisão do Tribunal Arbitral, e até à data este processo não se encontra concluído, não é possível quantificar o eventual impacto que a decisão final possa vir a ter nas contas apresentadas.

3. Tal como referido na secção “Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares”, a Entidade não preparou as demonstrações orçamentais, para cumprimento dos requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, motivo pelo qual não foi possível a sua auditoria e, consequentemente, a emissão da nossa opinião sobre as mesmas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais

A Entidade não preparou as demonstrações orçamentais, para cumprimento dos requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, motivo pelo qual não foi possível a sua auditoria e, consequentemente, a emissão da nossa opinião sobre as mesmas.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto (i) aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras; e (ii) ao facto de não ter sido dado cumprimento ao parágrafo 34 da NCP 27 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções.

11 de abril de 2022



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.
Representada por Carlos Lisboa Nunes
ROC registado na CMVM com o n.º 20160131

Grant Thornton

Edifício Amadeo Souza Cardoso
Alameda António Sérgio, 22, 11.º
1495-132 Algés
T: + 351 214 123 520
E-mail: gt.lisboa@pt.gt.com

Avenida Arriaga, 30 – 1.º B
9000-064 Funchal
T: + 351 291 200 540
E-mail: gt.funchal@pt.gt.com

Avenida da Boavista, 1180, 4.º
4100-113 Porto
T: + 351 220 996 083
E-mail: gt.porto@pt.gt.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Ao Acionista da

APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e inclui os documentos de prestação de contas da APRAM – Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da atividade da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções:


- (i) auditámos o balanço em 31 de dezembro de 2021, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no património líquido e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras;
- (ii) não auditámos as demonstrações orçamentais, para cumprimento da NCP 26 – Contabilidade orçamental, dado que a Entidade não procedeu à sua preparação, com referência a 31 de dezembro de 2021, em conformidade com os requisitos impostos pela referida Norma.

Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2021, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que inclui três reservas.

Relativamente à derrogação da NCP 26, relacionada com a contabilidade orçamental, mencionada no parágrafo 3. da secção “Bases para a opinião com reservas” e referida na alínea (ii), acima, devemos salientar, no âmbito das nossas funções, que a situação foi originada por dificuldades logísticas e do sistema informático utilizado pela APRAM, o qual, não se encontra ainda preparado para responder aos requisitos da informação a prestar, conforme consta do ponto 5 do Relatório de Gestão.

Face ao exposto, somos de parecer que, exceto quanto aos possíveis efeitos das situações referidas na secção “Bases para a opinião com reservas” da Certificação Legal das Contas, as demonstrações financeiras suprarreferidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, para efeitos de apreciação, em Assembleia Geral, pelo acionista único.

11 de abril de 2022



Grant Thornton & Associados – SROC, Lda.

Representada por Carlos Lisboa Nunes

ROC registado na CMVM com o n.º 20160131